



Repositórios de Instituições de Ensino Superior na Produção e Comunicação de Ciência em Portugal: Políticas, Práticas e Utilização

Cecília da Conceição Reis Ramos

Tese para obtenção do Grau de Doutor em

Ciências da Comunicação

(3^o ciclo de estudos)

Orientador: Doutor Pedro Jerónimo Pedrosa

Coorientador: Doutor Moisés Rockembach

Júri:

Doutor Joaquim Mateus Paulo Serra

Doutor Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva

Doutora Maria Manuel Lopes de Figueiredo Costa Marques Borges

Doutora Anabela Maria Gradim Alves

Doutora Catarina Sofia Lourenço Rodrigues

Doutor Pedro Jerónimo Pedrosa

fevereiro de 2023

Declaração de Integridade

Eu, Cecília da Conceição Reis Ramos, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição D2596 de Ciências da Comunicação da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Covilhã, Universidade da Beira Interior, em 24 de fevereiro de 2023

Dedicatória

A quem me deu a Vida

A quem me dei na Vida

A quem eu dei à Vida

Agradecimentos

A curiosidade conduz ao desejo de se aprender sempre mais. “Aprender é a única coisa de que a mente nunca se cansa, nunca tem medo e nunca se arrepende”, disse Leonardo da Vinci. Por esse motivo, desafiei-me a realizar este curso. Contudo, a caminhada neste trilho de piso irregular alcançou a meta graças ao equilíbrio conseguido pelo apoio incondicional de diversas pessoas. Muitas delas desconhecidas, mas que agiram como se me conhecessem, às quais agradeço de coração. Destaco, neste sentido, como o primeiro impulsionador, o Prof. Doutor Marcos Palácios, que em mim acreditou e me ajudou na formulação do meu projeto de Doutoramento. Depois, a todos os docentes que me transmitiram conhecimentos, muito peculiarmente à Coordenadora do Curso, Prof^a Doutora Anabela Gradim, que, com a tranquilidade que lhe é característica, me escutou sempre que necessitei.

Aos meus orientadores: ao Doutor Pedro Jerónimo e ao Prof. Doutor Moisés Rockembach, pela capacidade que tiveram em acolher as minhas angústias, em contornar as minhas dificuldades, transmitindo-me, sempre, confiança e motivação, encorajando-me a continuar a caminhada, que culmina no trabalho de investigação aqui apresentado.

Agradeço a todos os que contribuíram para a concretização deste estudo, nomeadamente, aos Professores e Investigadores que, pacientemente, dispensaram tempo do seu tempo para preencher e submeter os inquéritos por questionário e a todos os Gestores e Administradores dos RI que, simpaticamente, se disponibilizaram para me concederem as entrevistas. Sem eles, o estudo não teria sido possível. Quero, ainda, agradecer ao Prof. Doutor Paulo Silveira, ao Prof. Doutor João Belo e ao Prof. Doutor Marco Batista, pelo apoio que me facultaram, relativamente ao tratamento estatístico dos dados.

Um reconhecimento aos Professores e Investigadores, bem como às Gestoras dos RI que, amavelmente, foram ‘Juízes’ ao testarem os inquéritos e as entrevistas, respetivamente, deliberando a sua aplicabilidade.

Uma enorme gratidão à equipa do Serviço de Documentação da Universidade do Minho, Dra. Raquel Truta, ao Senhor Embaixador da UNESCO (no momento do contacto), Prof. Doutor Sampaio da Nóvoa e ao Dr. João Moreira da FCT que, não me conhecendo, prontamente, responderam às minhas solicitações de clarificação de dúvidas.

Um bem-haja caloroso a todos os colegas do curso, pela simpatia travada, muito em especial à Bianca Toniolo e ao João Pedro Baptista, pelo impulso que me permitiram na integração da investigação e à Catarina Dourado pela escuta em momentos mais sombrios.

Consciente do tempo que não consegui dedicar aos que mais me são próximos, deixo o meu maior agradecimento, pela compreensão e aceitação das minhas ausências.

Resumo

Com base nos princípios do Acesso Aberto, surgem os Repositórios Institucionais (RI) com a finalidade de armazenar, preservar e divulgar, gratuitamente, o acesso à produção científica. Deste modo, pode ser expandida, consultada e reutilizada, aprimorando a comunicação científica, interna e externa, de uma determinada instituição. O presente estudo pretendeu analisar a utilização dos RI dos institutos politécnicos e universidades em Portugal e, deste modo, ser um contributo relevante para a investigação, nesta área. Avaliou-se a atividade dos utilizadores, numa dinâmica de consultas e de *downloads* dos conteúdos dos RI, aferiram-se as práticas exercidas pelos professores e investigadores, nos diversos processos de partilha dos seus *outputs* científicos nos RI e verificaram-se as políticas e técnicas de comunicação instituídas, incentivando à sua utilização. O estudo foi efetivado mediante uma metodologia assente no paradigma de métodos mistos - *Mixed Methods Approach* – com carácter quantitativo e qualitativo, substanciada em três tipos de instrumentos de recolha de dados: a análise documental das páginas *web* de 28 RI, um questionário aplicado aos professores e investigadores (n=692) e entrevistas a 25 gestores e administradores dos RI, de uma amostra constituída por 13 universidades e 15 politécnicos públicos. Os resultados apurados permitiram extrair conclusões sobre a atividade dos RI nos três âmbitos. Os *downloads* apresentam-se em valores superiores, face ao número de consultas, em todos os RI. Os afiliados das universidades são os que atribuem mais importância aos RI. Não obstante, são estes inquiridos que publicam menos nos mesmos e os que mais desconhecem a existência da Política de Depósito Documental. Quando a conhecem, são os que mais confessam não a cumprir. São, ainda, os que mais sugerem maior divulgação e informação sobre as vertentes do RI, solicitam maior interoperabilidade e que o depósito seja responsabilidade das instituições (universidades e politécnicos). Demonstraram também estar menos familiarizados com as diversas dinâmicas do RI. Relativamente às técnicas de comunicação instituídas, concluiu-se que as iniciativas predominantes se direcionam para o público interno e que são as universidades as mais ativas. Ainda assim, assumem que essas ações foram mais intensas aquando da implementação do RI.

Palavras-chave

Repositórios Institucionais; Gestores de Repositórios; Acesso Aberto; Comunicação Científica; Ciência Aberta

Abstract

Based on the principles of Open Access, Institutional Repositories (IR) appear with the purpose of storing, preserving and disseminating, free of charge, access to scientific production. This way, it can be expanded, consulted and reused, improving internal and external scientific communication of a given institution. The present study aimed to analyze the use of IR of polytechnic institutes and universities in Portugal and, this way, to be a relevant contribution to research in this area. The activity of users was evaluated, in a dynamic of consultations and downloads of the IR contents, the practices carried out by professors and researchers were verified, in the various processes of sharing their scientific outputs in the IR and the policies and techniques of communication employed were verified, encouraging their use. The study was carried out using a methodology based on the mixed methods paradigm - Mixed Methods Approach - with a quantitative and qualitative character, based on three types of data collection instruments: document analysis of the web pages of the 28 IRs, a questionnaire applied to teachers and researchers (n=692) and interviews with 25 IR managers and administrators, from a sample of 13 public universities and 15 public polytechnics. The results obtained made it possible to draw conclusions about the IR activity in the three areas. The downloads are presented in higher values, compared to the number of consultations, in all RI. University affiliates attach the most importance to RI. However, these respondents are the ones who publish the least in them and are the ones who are most unaware of the Document Deposit Policy. When they get to know it, they are the ones who most confess not to fulfill it. They are also the ones that most suggest greater dissemination and information on the IR aspects, request greater interoperability and that the deposit be the responsibility of institutions (universities and polytechnics). They also showed to be less familiar with the different dynamics of RI. Regarding the established communication techniques, it was concluded that the predominant initiatives are aimed at the internal public and that the universities are the most active. Even so, they assume that these actions were more intense when the IR was implemented.

Key words

Institutional Repositories; Repository Managers; Open Access; Scientific Communication; Open Science

Índice Geral

Dedicatória	v
Agradecimentos	vii
Resumo	ix
Abstract.....	xi
Índice Geral	xiii
Índice de Figuras	xvii
Índice de Tabelas.....	xix
Índice de Gráficos.....	xxi
Lista de Acrónimos/Siglas.....	xxiii
Introdução	1
1. Fundamentação teórica	9
1.1. Da sociedade da informação à sociedade em rede	10
1.2. Comunicação de ciência.....	13
1.3. Acesso Aberto: das BBB <i>declarations</i> ao RCAAP.....	19
1.4. Ciência Aberta.....	25
1.5. Repositórios institucionais	34
1.5.1. Preservação digital	39
1.5.2. Política de depósito documental	41
1.5.3. Estrutura interna do RI	48
1.5.4. Tipologias de acesso às comunidades e coleções	53
1.6. Ensino superior em Portugal	58
1.6.1. Conselho de Reitores das universidades portuguesas.....	63
1.6.2. Conselho coordenador dos institutos superiores politécnicos.....	66
1.6.3. Professores e Investigadores	68
1.6.4. Gestores e administradores de RI	71
2. Metodologia da investigação	75
2.1. Âmbito	76

2.2.	Hipóteses consideradas na investigação	76
2.3.	Contexto e amostra da investigação	77
2.4.	Instrumentos da investigação	79
2.4.1.	Levantamento do registo documental de cada RI.....	80
2.4.2.	Apuramento do número de consultas e de <i>downloads</i> de cada RI.....	81
2.4.3.	Verificação da tipologia documental de cada RI.....	82
2.4.4.	Inquérito por questionário.....	83
2.4.5.	Entrevista	89
2.5.	Tratamento estatístico.....	92
2.6.	Triangulação de dados.....	95
3.	Apresentação de resultados	97
3.1.	Registo documental dos RI.....	97
3.2.	Consultas e <i>downloads</i> dos RI	102
3.3.	Tipologia documental dos RI	106
3.4.	Aplicação do questionário a professores e investigadores	111
3.4.1.	Caracterização do perfil da amostra.....	111
3.4.2.	Importância dispensada ao RI	117
3.4.3.	Usabilidade do RI.....	119
3.4.4.	Comunicação e divulgação do RI	125
3.4.5.	Cumprimento da política de depósito documental.....	131
3.5.	Entrevistas aos gestores e administradores dos RI.....	139
3.5.1.	Perfil dos gestores e administradores dos RI.....	140
3.5.2.	Caracterização dos RI.....	141
3.5.3.	Políticas internas e técnicas de comunicação do RI.....	149
3.5.4.	Visibilidade dos RI	161
3.5.5.	Observações adicionais	163
3.6.	Análise inferencial das hipóteses	164
3.7.	Triangulação de dados	166
3.8.	Discussão dos resultados	168

Conclusões	173
Referências	179
Apêndices	197
1 - Inquérito por Questionário.....	199
2 - Ofício Digital de Solicitação de Divulgação do Questionário.....	207
3 - Guião da Entrevista.....	209
4 - Transcrição das Entrevistas	215
5 - Ofício Digital de Agendamento da Entrevista.....	277
Anexos	279
1 - Parecer da Comissão de Ética.....	281

Índice de Figuras

Figura 1 - Ecossistema da Ciência Aberta.....	26
Figura 2 - Taxonomia da Ciência Aberta.....	29
Figura 3 - Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta.....	33
Figura 4 - Políticas de depósito documental (mandatos) – nível global.....	45
Figura 5 - Política de depósito específica da instituição	46
Figura 6- Listagem das instituições portuguesas com políticas adotadas e registadas no ROARMAP.....	47
Figura 7 - RI de universidade com comunidade parceira	49
Figura 8 - RI de instituto politécnico com comunidade parceira	50
Figura 9 - Exemplo de registo no RI para depósito de documentos	51
Figura 10 - Exemplo de tipologias de acesso às coleções no RI	57
Figura 11 - Distribuição geográfica das universidades que integram o CRUP	64
Figura 12 - Distribuição geográfica dos institutos superiores politécnicos afiliados no CCISP	67

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Comparação entre os textos das declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim que regem o acesso aberto ao conhecimento	21
Tabela 2 - Identificação da designação de cada RI das universidades, URL e tipologia de gestão	37
Tabela 3 - Identificação da designação de cada RI dos institutos politécnicos, URL e tipologia de gestão	38
Tabela 4 - Estabelecimentos de ensino superior	59
Tabela 5 - Estrutura do questionário aplicado aos professores e investigadores	86
Tabela 6 - Professores e investigadores: dimensão da amostra	88
Tabela 7 - Estrutura da entrevista aplicada aos gestores e administradores do RI	91
Tabela 8 - Data do RI das universidades	99
Tabela 9 - Data do RI dos institutos politécnicos	101
Tabela 10 - Tipologia documental de pesquisa no site dos RI das universidades	107
Tabela 11 - Tipologia documental de pesquisa no site do RI dos institutos politécnicos	110
Tabela 12 - Caracterização da amostra quanto à afiliação institucional	112
Tabela 13 - Caracterização da amostra quanto à situação profissional	112
Tabela 14 - Caracterização da amostra quanto à categoria profissional	113
Tabela 15 - Caracterização da amostra quanto ao domínio científico predominante	114
Tabela 16 - Caracterização da amostra quanto a habilitações literárias	115
Tabela 17 - Caracterização da amostra quanto à idade e por afiliação institucional	116
Tabela 18 - Caracterização da amostra quanto ao Sexo	117
Tabela 19 - Caracterização da amostra quanto à importância atribuída ao RI	117
Tabela 20 - Motivos apontados para a pouca importância concedida ao RI	118
Tabela 21 - Frequência de utilização do RI para pesquisas	120
Tabela 22 - Recurso mais utilizado na partilha de outputs científicos no RI	121
Tabela 23 - Tipologia documental mais publicada no RI	122
Tabela 24 - Média anual de outputs científicos registados no RI	123
Tabela 25 - Motivos apontados para a não utilização/partilha no RI	124
Tabela 26 - Forma de divulgação individual da existência do RI	126
Tabela 27 - Adequação da comunicação interna sobre a divulgação do RI	127
Tabela 28 - Sugestões de melhoria de comunicação interna sobre a divulgação do RI	128

Tabela 29 - Tipos de incentivo existentes na IES para a prática do depósito no RI	129
Tabela 30 - Sugestões de incentivos para a prática de depósito no RI	130
Tabela 31 - Opiniões relativas ao cumprimento da política obrigatória de depósito no RI	131
Tabela 32 - Conhecimento da política de depósito documental	132
Tabela 33 - Nível de cumprimento da política de depósito documental	133
Tabela 34 - Motivos para proceder ao depósito no RI	135
Tabela 35 - Motivos para não proceder ao depósito no RI	136
Tabela 36 - Sugestões de melhoria da utilização do RI.....	138
Tabela 37 - Perfil dos gestores e administradores do RI.....	140
Tabela 38 - Data de entrada em produção do RI	142
Tabela 39 - Características do RI	143
Tabela 40 - Tipologia documental nos RI.....	144
Tabela 41 - Estatísticas de consultas, downloads e depósitos no RI, em 2020	147
Tabela 42 - Formas de depósito no RI	148
Tabela 43 - Políticas internas de encorajamento ao depósito no RI.....	150
Tabela 44 - Técnicas de comunicação instituídas para promoção do uso do RI, interna e externamente	151
Tabela 45 - Política de acesso aberto do RI.....	153
Tabela 46 - Disponibilidade da política de acesso aberto no site do RI	154
Tabela 47 - Monitorização do cumprimento da política de acesso aberto.....	155
Tabela 48 - Formas de promover o cumprimento da Política Mandatória da instituição para a prática do autoarquivo	158
Tabela 49 - Incentivos primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no RI	160
Tabela 50 - Visibilidade externa do RI.....	162
Tabela 51 - Triangulação de dados	167

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - N° de registo documental em cada RI das universidades	98
Gráfico 2 - N° de registo documental em cada RI dos institutos politécnicos.....	100
Gráfico 3 - Consultas e downloads dos RI das universidades.....	103
Gráfico 4 - Consultas e downloads dos RI dos institutos politécnicos.....	105
Gráfico 5 - Especificação do registo de documentos no RI	145
Gráfico 6 - Principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no RI	157
Gráfico 7- RI com ligação ao Sistema de Avaliação Docente	161

Lista de Acrónimos/Siglas

- AA – Acesso Aberto
- BBB – Manifestos de Budapeste, Bethesda e Berlim
- BOAI – Budapest Open Access Initiative
- CA – Ciência Aberta
- CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
- CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
- CTI - Ciência, Tecnologia e Inovação
- DGES – Direção Geral do Ensino Superior
- ECDU- Estatuto da Carreira Docente Universitária
- ECPDESP - Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico
- ECTS – *European Credit Transfer System*
- FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional
- FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- I&D – Investigação e Desenvolvimento
- IES – Instituição de Ensino Superior
- MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- OA – *Open access*
- OAI - *Open Archives Initiative*
- PDD - Política de Depósito de Documentos
- RAD - Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes
- RCAAP - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
- RI – Repositório(s) Institucionai(s)
- RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
- ROARMAP - *Registry of Open Access Repository Mandates and Policies*
- SARI – Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais
- SciELO - *Scientific Electronic Library Online*
- SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*
- UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UO – Unidade Orgânica

URL - *Uniform Resource Locator*

Introdução

A utilização massiva das tecnologias digitais da informação e da comunicação em instituições de ensino e de investigação, a nível mundial, desencadeou uma revolução na dimensão, na complexidade e na relevância dos dados na atividade científica. Tal facto espoletou alterações nas formas de armazenar, preservar, aceder e partilhar a informação decorrente da prática científica. Neste cenário metamórfico surgem os Repositórios Digitais, com foco inicial na área da Física e posteriormente nas da Astronomia, da Matemática, das Ciências da Computação, da Biologia Quantitativa e da Estatística (Ferreira et al., 2012). Surge, deste processo, um acervo digital acessível universalmente através da *World Wide Web*, que permite o envio e a receção de informação de forma célere e mais económica do que os sistemas de disseminação em suporte papel.

Esta virtualidade, denominada de ciberespaço, quebra barreiras na comunicação dos cidadãos, facilitando o acesso e a disseminação da informação numa abrangência global e de ampliação do conhecimento a diversos níveis e temáticas. As publicações digitais emergentes desta evolução tecnológica suscitam que a ciência chegue próximo do cidadão e ocupe, cada vez mais, um lugar determinante na sociedade. Constatando-se que os Dados Científicos lidam com questões direcionadas aos problemas da Sociedade, da Humanidade e do Planeta (Corujo, 2022), afiguram-se como um ativo intelectual de primordial importância. O conhecimento científico testemunha, cada vez mais, um maior progresso, com a envolvimento dos cidadãos, na intervenção e na divulgação de resultados. O *outreach* tem-se multiplicado nas suas modalidades e públicos-alvo (Vieira et al., 2021), ganhando protagonismo ao confirmar-se maior divulgação de ciência para públicos não académicos. Importa promover a cultura científica junto de um público alargado, com o intuito de aumentar a implantação da ciência na sociedade, tornar a ciência democraticamente mais acessível e dotar os indivíduos de ferramentas de interpretação do mundo que lhes permitam exercer a sua cidadania de forma mais informada.

A publicação da produção científica, além de ser um dos impulsionadores para o avanço do conhecimento científico e sustentabilidade da sociedade, impõe-se, também, como um dos critérios de avaliação de desempenho dos professores e investigadores afetos às IES (Instituições de Ensino Superior), que surgiu em 2009 através do ECDU¹ (Gradim; Serra; Tellería, 2014) motivo que promove o aumento exponencial de artigos científicos publicados

¹ ECDU–Estatuto da Carreira Docente Universitária; Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto
Acedido em jan. 2020 e disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/488485>

em revistas. O ambiente propicia o florescimento do negócio e surgem monopólios de publicação científica que, pelo seu carácter seletivo e prestigiado, cobram pelo acesso às suas publicações, custos suportados pelas próprias IES. Contudo, em países mais pobres, muitas instituições, não suportando os elevados custos das assinaturas das revistas, diminuíram ou cancelaram as assinaturas (Costa & Freitas, 2016) impedindo deste modo o acesso das suas comunidades à publicação científica e inviabilizando o alcance aos resultados da investigação.

O notório atrofio ao acesso à produção científica despoletou, no começo deste século, o movimento do Acesso Aberto² (AA), defendido por responsáveis políticos e institucionais da União Europeia. A expressão AA (que comporta também as designações de acesso livre ou *open access*), significa a disponibilização livre na Internet de literatura de carácter científico ou académico concedendo a qualquer utilizador o acesso e a utilização do texto integral dos documentos (Rodrigues et al., 2013). AA apresenta-se como a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI), que ofereceu a primeira definição de acesso aberto. A BOAI é uma declaração de princípio, uma declaração de estratégia e uma declaração de compromisso. O mote deste movimento defende que o acesso à informação científica é um recurso estratégico fulcral da investigação.

O AA ao conhecimento e à produção científica ficou, deste modo, ao alcance de todos os cidadãos que pretendem com ele contactar, usá-lo e reaplicá-lo. O AA apresenta-se, assim, como um dos desideratos no combate ao ‘capitalismo académico’, ou seja, ao negócio que se faz com o trabalho académico. Seja ele de respeitadores indexadores, caso da *Scopus* e a *Web of Science*, referência apenas aos mais relevantes, ou outros.

O conhecimento científico constitui um bem público, refere a Resolução do Conselho de Ministros, nº 21/2016 de 11 de abril, ao reforçar o anterior estipulado na Portaria nº 285/2015, de 15 de setembro, que estabelece o Regulamento Técnico de depósito de Teses de Doutoramento e de Dissertações de Mestrado. Atendendo que o Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de agosto, com base na redação do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, referia também a relevância da produção científica como um conhecimento de todos e para todos, cuja partilha em AA deve ser um imperativo, sobretudo quando este seja financiado por recursos públicos, garantindo a sua reutilização de acordo com os princípios internacionalmente reconhecidos.

² Em português utilizam-se as expressões “acesso livre” ou “acesso aberto” para designar a expressão inglesa utilizada na literatura – *open access*. No presente trabalho adotou-se o termo “acesso aberto/AA”

Obedecendo aos princípios legislativos, constata-se que nos últimos anos as IES (Instituições de Ensino Superior) têm divulgado as suas políticas de AA, onde é determinado o depósito no RI (Repositório Institucional), de toda a produção científica que conste dos currículos de professores e investigadores. Destaca-se como ponto comum a necessidade de reforçar a visibilidade e fazer-se sentir o impacto da investigação (Ribeiro et al., 2019), cujo depósito desta nos seus acervos faculta a transmissão do conhecimento de ciência e demonstra o volume de produção científica de cada Instituição. Essa produção científica é um dos indicadores exigidos pela A3ES³ (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior) na avaliação da qualidade das IES e revela o envolvimento do corpo docente em atividades de investigação⁴.

Neste sentido os RI (Repositórios Institucionais) são, pela sua natureza digital, uma ferramenta adequada de preservação e disseminação da produção académica dos membros de uma instituição (Costa, 2015), ao facultarem o acesso ao conhecimento científico de forma gratuita e *online*. Sendo os meios digitais uma forma rápida e mais económica, permitem alcançar uma maior audiência, dentro e fora da comunidade académica, fomentando a visibilidade da produção intelectual de cada IES. Ao aceder gratuitamente, e sem limitação física, desde que o utilizador tenha acesso à *internet*, torna-se possível recuperar e utilizar a produção académica das IES. Neste propósito, é importante averiguar a dimensão de utilização dos RI e a utilização dos seus utilizadores (Farias & Galindo, 2016).

Da premissa que antes de comunicar ciência deverá surgir a capacidade de investigar, de tentar solucionar problemas, aprofundar conceitos e de construir conhecimento (Morais, 2015) surgiu a pertinência do tema selecionado para a presente investigação. Sob o título de «Repositórios de Instituições de Ensino Superior na Produção e Comunicação de Ciência em Portugal: Políticas, Práticas e Utilização», residiu no facto de se pretender pesquisar e demonstrar, de um modo global, a atividade dos RI das universidades públicas que integram o CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) e dos institutos politécnicos agregados ao CCISP (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos).

Da revisão efetuada à literatura, percebeu-se que a mesma tem demonstrado interesse em torno dos RI, revelando que os professores e investigadores não depositam os seus *outputs* científicos neles, tanto como o esperado (Costa & Freitas, 2016; Freitas & Leite, 2019;

³A missão da A3ES consiste em garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, através da avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como no desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior

⁴Acedido em jan. 2020 e disponível em: <https://www.a3es.pt/pt/acreditacao-e-auditoria/guiões-e-procedimentos/avaliacao-institucional>

Holter, 2020; Rodrigues et al., 2014; Tillman, 2017; Williamson & Mirza, 2015). Há estudos que se focaram, muito particularmente numa determinada instituição, para compreender ou incitar a alterar esses comportamentos (Tillman, 2017). Tem sido notório que mesmo com a aprovação de mandatos de AA, estes não encorajam os professores e investigadores à prática de (auto)depósitos nos RI (Rodrigues & Rodrigues, 2012). Nem mesmo a evidente expansão e difusão global do número de RI refuta a tendência de que os investigadores publicam pouco nos mesmos, relativamente ao total da sua produção científica (Costa & Freitas, 2016). Estima-se em menos de 15% do que é realmente produzido nas instituições (Carvalho et al., 2013). Os RI têm sido consistentemente subpovoados e subutilizados (Holter, 2020), demonstrando, deste modo, a reduzida possibilidade de se constituírem como um ponto útil de AA às produções científicas, uma vez que dificultam uma visão representativa da produção de uma instituição, salvo raras exceções. Nas IES, onde existem mecanismos de recompensa, constata-se um arquivamento total da produção científica da organização (Rodrigues et al., 2014).

Ainda persistem mal-entendidos (Martins, 2013) no que concerne à informação existente nos RI. Parece existir, contudo, uma constatação explicativa para a diminuta adesão, pois a obrigação de os professores e investigadores exercerem tarefas além da investigação, poderá promover algum descuido na ação de depositarem a sua produção científica (Freitas & Leite, 2019). Este descuido ou desinteresse agudiza-se, particularmente, se os autores já publicam em revistas de AA. Nestes casos, o depósito no RI converte-se num ‘fardo’ sem benefício para eles (Williamson & Mirza, 2015), justamente porque a usabilidade do RI exige destreza da interface com a plataforma e seu *software*, de modo a que o utilizador compreenda, aprenda e o use, alcançando facilmente os seus propósitos (Costa & Ramalho, 2010). Permitindo que o RI se converta num *user friendly* e se cumpram os objetivos do protocolo BOAI⁵, exercendo-se o autoarquivo (*self-archive*). Especificamente o depósito executado pelo autor, ou pessoa autorizada por ele, de um documento digital (Santos et al., 2013).

O passo preliminar foi proceder-se a uma análise às páginas *web* dos RI e verificou-se uma variação, nem sempre ascendente, de visualizações e de *downloads*, ao longo dos anos. A oscilação apreendida da inconsistente atividade poderá fomentar inquietação, relativamente à operabilidade dos RI, junto dos gestores e administradores dos mesmos. É

⁵ Acedido em fev. 2020 e disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/>

Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI) reuniu um grupo diversificado de partes interessadas e lançou uma campanha mundial para acesso aberto (AA) a todas as novas pesquisas com revisão por pares. Comemorou seu 20º aniversário em 14 de fevereiro de 2022.

possível pensar no problema e indagar quais as mais efetivas condições da prática de depósitos pelos professores e investigadores ou conhecer os procedimentos adotados pelas IES na divulgação das mais-valias dos seus repositórios, numa ação de promoção para a sua utilização.

Do problema exposto, suscitou a motivação da pesquisa que perspetivou responder à seguinte questão de investigação: qual o estado de utilização dos Repositórios Institucionais?

A fim de se obterem clarificações que conduzissem a uma resposta à questão de investigação, equacionaram-se perguntas subjacentes que ampararam o percurso até ao veredito final e que se consubstanciam nas seguintes:

1. Que utilização existe nos repositórios institucionais (RI) das universidades e dos institutos politécnicos públicos de Portugal, numa perspetiva de consultas e *downloads*?
2. Quais as práticas (depósitos e consultas) desenvolvidas pelos professores e investigadores, relativas à utilização do RI, enquanto comunicação de ciência?
3. Que políticas e técnicas de comunicação são adotadas, pelas universidades e institutos politécnicos públicos de Portugal, na promoção de utilização dos seus repositórios?

O objetivo geral desta investigação foi demonstrar o estado de utilização dos RI, aferindo a sua importância como veículo de comunicação de ciência. O estudo abrangeu três dimensões de ação, num panorama externo e interno, no que respeita à atividade, operabilidade e utilização dos RI. Assim, permitiu obter informações de carácter qualitativo e quantitativo de entre as ações empreendidas:

- a) Observação dos *websites* de cada RI, no referente ao total de documentos em arquivo, de consultas, de *downloads* e à tipologia documental comum a todos os RI - (análise de conteúdo);
- b) Conhecer as práticas de utilização dos RI, quanto ao depósito (arquivo ou autoarquivo) e hábitos de consulta, pelos professores e investigadores, num gesto de partilha dos seus trabalhos científicos, num propósito de comunicação de ciência e desenvolvimento da sua própria investigação – (aplicação de inquérito por questionário);

- c) Perceber a viabilidade das políticas definidas internamente e as estratégias de comunicação estabelecidas em cada IES conducentes ao incentivo da usabilidade do RI, por parte da comunidade académica, numa perspetiva interna e externa – (realização de entrevistas aos gestores e administradores de cada repositório).

Com a obtenção de dados que permitiram responder à questão da investigação, espera-se contribuir para uma reflexão relativa à figura dos RI das IES, no referente à produção e comunicação de ciência em Portugal. Para esta reflexão, é importante ter-se em consideração a dinâmica da interação, as práticas de utilização e as políticas instituídas.

Os procedimentos práticos iniciaram-se pelo nível externo. Contabilizou-se o índice de consultas e de *downloads*, diagnosticando a utilização dos RI. O conhecimento do número de *downloads* é de suprema relevância, porque reflete a utilização do repositório e demonstra a sua real importância para os investigadores, sendo um valioso indicador de desempenho dos RI (Rodrigues & Rodrigues, 2012). Qualitativamente, se ocorrem consultas e *downloads*, certamente são efetuadas pesquisas, leituras e produção de trabalhos (Ramos & Martins, 2020), numa espiral científica de disseminação de conhecimento.

A nível interno, aplicaram-se os inquéritos por questionário aos professores e investigadores de cada IES, conhecendo-se as práticas desenvolvidas na performance destes com a ferramenta RI, no sentido de arquivo ou autoarquivo, num gesto de partilha dos seus *outputs* científicos e hábitos de consulta.

Através da realização de entrevista aos gestores e administradores dos RI, pretendeu-se aferir diversos dados que evidenciem a atividade de cada RI. Os elementos recolhidos concentraram-se em tabelas que possibilitam a comparação de valores entre IES e, quando possível, a exposição hierárquica. Salienta-se a variedade de tipologia documental de todos os repositórios, destacando-se o número de diferentes tipologias entre IES. A relevância das estratégias comunicacionais, definidas interna e externamente e a adequabilidade das mesmas, com a finalidade de conquistar mais utilizadores do RI, é de supremo interesse. O administrador do RI não é apenas responsável pela sua manutenção, ele é um promotor da utilização dos repositórios (Bankier et al., 2009). Neste sentido, tentou-se perceber se as políticas internas estabelecidas conduzem ao incentivo da usabilidade do RI, por parte dos professores e investigadores e da academia em geral.

A tese encontra-se estruturada em três capítulos gerais. Iniciando o capítulo 1 com uma abordagem à fundamentação teórica. O enquadramento teórico, identificado pelos subcapítulos 1.1. ao 1.5., inseriu-se na abordagem da sociedade da informação à sociedade em rede, da comunicação de ciência, do acesso aberto e dos repositórios institucionais. Focou-se, ainda, no subcapítulo 1.6. a temática do ensino superior em Portugal e as suas entidades de coordenação: o CRUP – conselho de reitores das universidades portuguesas e o CCISP – conselho coordenador dos institutos superiores politécnicos e as carreiras dos professores e investigadores, bem como as dos gestores e administradores dos RI.

O capítulo 2 expõe a metodologia da investigação, bem como as hipóteses consideradas na mesma, e todos os instrumentos metodológicos utilizados na recolha de dados, justificando-se a opção destes, suas características identificativas, assim como a metodologia aplicada na angariação e compilação dos dados.

No capítulo 3, subdividido pelos subcapítulos adjacentes, apresentam-se os resultados da investigação, nas diversas variáveis de recolha de dados. Demonstram-se a análise inferencial das hipóteses e a triangulação de dados. No subcapítulo 3.8. apresenta-se a discussão dos resultados, que permitiu responder às questões da investigação, estabelecidas aquando do início do estudo.

As conclusões permitiram espelhar o estado global dos repositórios das universidades e dos institutos politécnicos públicos em Portugal, eixo central da investigação, refletir sobre os constrangimentos ocorridos ao longo da investigação e relativamente às limitações sentidas. Por fim, ponderam-se futuros estudos, numa perspetiva de ir mais além e expandir a investigação a outros RI de gestão público e privado, mas sobretudo aprofundar a investigação no domínio dos gestores e administradores dos RI.

1. Fundamentação teórica

O capítulo um deste trabalho descreve a fundamentação teórica, clarificando os conceitos chave do presente estudo e outros que lhe são satélites. Este capítulo apresenta-se subdividido em capítulos secundários adjacentes ao principal.

Inicia-se por uma abordagem da passagem da Sociedade da Informação à Sociedade em Rede, fruto dos avanços tecnológicos e do *upgrade* da internet. Estes aliados proporcionaram alterações de ritmos e de padrões de vida das pessoas e da sociedade, de um modo global. Num subponto seguinte, é abordado o conceito de Comunicação de Ciência e toda a sua evolução. O tópico posterior versa sobre o Acesso Aberto, que prima pela disponibilização *online* e sem custos dos resultados das investigações científicas, abraçando a comunicação de ciência e enveredando no mesmo trilho de cruzamento de saberes. Saberes que suscitam a abertura da comunidade científica à própria sociedade numa sincronia de Ciência Aberta (CA), fomentando curiosidade, motivação e envolvimento, repercutindo-se e aumentando a cultura científica dos cidadãos. O subcapítulo, que se apresenta depois, foca a natureza da CA que, numa continuidade aos temas anteriores, desemboca na ciência cidadã, na proximidade da ciência com a sociedade. A fundamentação teórica ressalta o tema dos Repositórios Institucionais (RI) e toda a sua abrangência. Aludindo à base primordial dos repositórios, invoca-se a relevância da preservação digital e as Políticas de Depósito Documental (PDD) que lhe são subjacentes. Prossegue-se com a descrição da estrutura interna organizacional dos RI. Seguem-se subpontos relativos às diversas tipologias possíveis de acesso às comunidades e coleções documentais, que se apresentam um pouco homogéneas, de repositório para repositório.

Num segundo ponto, muito embora na mesma linhagem numérica, é concedida uma breve referência ao Ensino Superior em Portugal. Com uma breve abordagem ao apogeu das universidades e dos institutos politécnicos, evidenciam-se as características associadas a cada tipo de instituição. Segue-se a descrição do perfil dos professores e investigadores, com enfoque para as respetivas carreiras e funções, com suporte à legislação que viabiliza as mesmas. O bloco da fundamentação teórica termina com a caracterização das funções dos gestores e administradores dos repositórios institucionais, que se revelam como pilares do sucesso dos mesmos.

1.1. Da sociedade da informação à sociedade em rede

A transição do Século XX para o Século XXI, foi marcada pelo “boom” das telecomunicações e da computação, sobretudo a partir da década de 1970. Foi neste período que a tecnologia teve grandes avanços e demonstrou ser influente na atividade social e económica. A sociedade deste tempo ficou apelidada de “Sociedade da Informação” (Bell, 1973), cuja expressão foi o precursor. Antes desta fase, a informação era veiculada num sentido unidirecional, uma vez que o consumidor era um recetor passivo que recebia a informação de uma determinada fonte, não podendo interagir ou responder de imediato a essa fonte e ao conteúdo da mesma.

Com a evolução da internet e da acessibilidade, concedida pelos avanços tecnológicos, permitiu-se que o cidadão comum pudesse usufruir de tecnologias e de plataformas digitais e aceder a um vasto leque de informação, numa atitude mais dinâmica. O acesso a esse enorme caudal informativo desencadeou alterações comportamentais na sociedade, na forma como absorvia a informação.

O surgimento e desenvolvimento da *World Wide Web* (WWW) e do HTML (*Hypertext Markup Language*), facilitou a criação de páginas *web* e a alteração de conteúdos disponíveis na internet. A permitida busca de informações, em termos de volume e omnipresença, revela o potencial de uma rede semântica ao facilitar a recuperação de informação online (Berners-Lee, 2010).

Com o progresso da internet e o fervilhar da era digital, o planeta é comparado a uma aldeia, (McLuhan, 1962), a ideia de «Aldeia Global», termo preconizado por McLuhan, que acabou por ser superado pelo conceito de «Sociedade em Rede» (Castells, 2002). Manuel Castells defende a ideia de aldeia global como uma noção forte e interessante na época em que foi definida, mas mostrou-se mais tarde como uma predição completamente errônea. Definiu, posteriormente, como não sendo uma aldeia, mas uma rede de casas individuais, o que é completamente diferente, conclui.

Estas mudanças refletiram-se, também, na forma como a sociedade redesenhou a rotina de trabalho, evoluiu e passou a organizar-se, com destaque especial para a forma e facilidade como comunica e difunde a informação. Desde que os indivíduos possuam competências digitais, consideradas adequadas e suficientes, que lhes permitam a utilização dos diversos suportes digitais, a comunicação passou a ser viável de qualquer lugar do mundo. Tendo em conta esta nova realidade, é importante que os cidadãos sejam preparados e formados para poderem lidar com esta informação e conseguirem transformá-la em proveito próprio e em proveito da sociedade (Ramos, 2016). É, assim, imprescindível continuar a promover o acesso universal à infoalfabetização e à ‘infocompetência’. Em Portugal, o Livro Verde para a Sociedade da Informação⁶ (1997, p. 33) sintetizou uma série de parâmetros a ter em consideração na Sociedade da Informação, frisando que “(...) aceder à informação disponível constituirá uma necessidade básica para os cidadãos e compete às diversas entidades garantir que esse acesso se efetue de forma rápida e eficaz e numa base equitativa”. O Livro Verde para a Sociedade da Informação confere, ainda, realce aos pilares do conhecimento ao afirmar que “(...) alguns pilares do conhecimento, tais como: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em comum, aprender a ser, (...) desenvolvendo-se uma infraestrutura tecnológica de ligação entre entidades detentoras de conteúdos culturais, museus, bibliotecas, arquivos, centros de documentação (1997, p. 39).”

A referida capacitação digital das pessoas mantém-se atual ao ser apresentado, pelo XXII Governo, o Plano de Ação para a Transição Digital de Portugal, em 5 de março de 2020, intitulado Portugal Digital: *moving forward; moving with a purpose*, cujo pensamento foi reforçado pelo então Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, ao afirmar que “não há sociedade digital se todos os cidadãos não forem preparados para terem as competências básicas e poderem aceder a serviços digitais”⁷.

Com a usabilidade da *web* as distâncias são encurtadas, na medida em que se permite a participação ativa e um ‘abrir portas’ a novas formas *online* de trabalho; estudo; lazer; acesso à saúde; à cultura; ao contacto com a administração pública; à concretização de transações comerciais e financeiras; à participação na vida política, em suma, no relacionamento com o outro (Ramos, 2016). Também a investigação científica e as atividades de I&D (Investigação e Desenvolvimento) influenciam o desenvolvimento da competitividade em consonância com a implementação da Sociedade da Informação. Tal

⁶Livro Verde para a Sociedade da Informação comporta uma série de “estratégias de modo a definir um caminho de implantação da Sociedade da Informação em Portugal”

Acedido em fev. 2020 e disponível em: <http://homepage.ufp.pt/lmbg/formacao/lvfinal.pdf>

⁷Acedido em março 2020 e disponível em:

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/area-de-governo/economia-transicao-digital/portugal-digital>

como é referido no Livro Verde para a Sociedade da Informação (Iniciativa Nacional para Sociedade da Informação, 1997), deverá ser promovida uma ‘revolução’ no modo de realizar e enquadrar a I&D, prevendo-se uma evolução da investigação na base da economia do conhecimento, através de uma utilização alargada de redes eletrónicas, facilitando desta forma a partilha de informação e a rápida difusão dos conhecimentos e descobertas científicas.

Com o desenvolvimento da internet a aquisição do conhecimento converteu-se de um estádio estático, cuja memorização imperava na interiorização da informação, para uma nova forma de pesquisa de saberes, mais dinâmica, alicerçada em suportes digitais, como pilares que sustentam a construção de componentes de conhecimento em permanente evolução. É visível que esta metamorfose da Sociedade da Informação em Sociedade do Conhecimento seja desencadeada, em primeira instância, pelos jovens, os quais, além de serem os maiores beneficiários, são os que demonstram maior apetência aos novos meios e às alterações das regras de aprendizagem (Ramos, 2016). A maioria são nativos digitais. Contudo, à medida que as interfaces se vão diluindo, também os demais adultos descobrem o entusiasmo da interatividade com os seus pares, ao ponto de criarem clubes de discussão – *chats* - numa comunicação de forma síncrona. Este modo de interlocução propicia uma sensação de bem-estar e de interação com a sociedade envolvente, suportadas em redes, num sistema aberto e dinâmico propenso à rápida replicabilidade e inovação.

Quando as redes se difundem o seu crescimento torna-se exponencial e as vantagens de se estar em rede aglomeram-se devido ao maior número de conexões que promovem, numa sociedade em constante mudança e fluidez, sem ameaças ao seu equilíbrio (Castells, 2002). É nesta sociedade em rede, atualmente sob o *slogan* “não paramos: Estamos On”⁸ que se propiciam oportunidades para a criação e a implementação de condições para o desenvolvimento de uma cultura de partilha, informação e de construção de saberes, onde o trabalho colaborativo e cooperativo são uma constante, uma realidade e uma possibilidade de oportunidades. As condições epidemiológicas com as quais a sociedade se depara, atualmente⁹, suscitam a validação do termo ‘rede’, anteriormente referenciado, e das vantagens dessa interligação digital. Ao serem lançados, pelo Governo português, o *site* e *app* como resposta à mitigação da propagação do COVID-19, reforçam desta forma a

⁸ Plataforma criada pelo Governo a fim de prestar informações sobre a COVID-19
Acedido em abril 2020 e disponível em: <https://covid19estamoson.gov.pt/>

⁹ À data de março 2020, a Organização Mundial de Saúde decretou COVID-19 como pandemia
Mais informações disponíveis em: <https://news.un.org/pt/tags/organizacao-mundial-da-saude>

utilidade do digital, tal como ao proclamar novas formas de ministração e divulgação de conhecimento com aulas à distância, bem como o incentivo ao teletrabalho. O recurso digital foi assim o veículo utilizado pela Direção Geral da Saúde na divulgação *online*¹⁰ de diversos cartazes; panfletos/folhetos informativos; vídeos; imagens; áudios; *webinars*, convidando ao *download* e à partilha, abrangendo cada fase evolutiva da pandemia. Quer se tratasse do período de confinamento ou distanciamento físico ao posterior desconfinamento, com a elaboração de manuais adequados a um bem-estar geral da população.

O conhecimento, em termos globais e científicos, adquiriu um novo lugar - o ciberespaço, onde as políticas de comunicação 'saltaram' para os *websites*, para os portais eletrónicos, para as redes sociais, para os repositórios digitais e até mesmo para os museus virtuais, (Martins, 2018) numa notória circum-navegação tecnológica. A comunicação, mediada pelas tecnologias digitais, incitaram ao desenvolvimento de literacias que disseminam diversidade de culturas, germinando num acervo científico intercultural. Literacias dos média, da informação e da computação que habilitou a sociedade para a capacidade crítica de assuntos, avaliação de dados cibernáuticos e criação de conteúdos, suscitando a participação cívica e intervenção criativa numa perspectiva *online* ou *offline* (Martins, 2017).

A interação, possível pelos atuais dispositivos eletrónicos, permite partilhas instantâneas de conhecimento em universos reais e virtuais numa permanente presença de ser e de estar com os outros. O indivíduo passou a olhar para ecrãs, (Virilio, 2001) num caminho aberto à inovação, à hibridez e à interatividade, (Martins, 2012). É também neste amplo ambiente - o ciberespaço - que ocorrem novas e abrangentes modalidades de comunicação de ciência, numa permissão de práticas de colaboração, partilha, mediação e construção de ciência (Borges, 2017).

1.2. Comunicação de ciência

O poder da comunicação está no centro da estrutura e da dinâmica da sociedade (Castells, 2002).

¹⁰ Acedido em abril 2020 e disponível em: <https://covid19.min-saude.pt/videos/>

A expressão ‘comunicar’ tem origem na palavra *communicare*¹¹ do latim, significando “pôr em comum, fazer saber”. Desde sempre a comunicação entre os povos foi um objetivo, uma necessidade inata da vida em sociedade. Desde os povos gregos em Atenas, entre os séculos IV e V a.c., que grupos específicos de pessoas se reuniam para discutir questões filosóficas e divulgar informações de temas de interesse comum (Ferreira et al., 2018). Grupos esses que eram compostos principalmente por membros sócios, com objetivos de expor e legitimar as suas próprias investigações e disseminar o conhecimento à sociedade. A fala e a escrita foram, deste modo, formas ancestrais de comunicar e complementam-se.

Etimologicamente a palavra ‘ciência’, vem igualmente do latim *scientia*¹², significando saber, conhecimento. Atualmente, unidos os dois termos, dispomos da expressão Comunicação de Ciência com o fim de informar, partilhar e suscitar o gosto e admiração da sociedade pelas descobertas do foro científico. Admiração essa conseguida pela força que a Comunicação de Ciência impõe no diálogo entre a Ciência e a sociedade, “*Putting science back into society*” sendo atualmente um importante elemento da paisagem técnica e científica (Gradim, 2020).

A comunicação de ciência surgiu com os primeiros periódicos *Journal des Sçavans* e *Philosophical Transactions*, em 1665 (Banks, 2019), nesse propósito de “por em comum”, ao conferir a validação e a aceitação por parte da comunidade académica, como requisito para a ciência ser comunicada e publicada. A comunicação está no centro da investigação (Meadows, 1998).

O tema da comunicação científica está estreitamente ligada aos princípios da Ciência da Informação. Pode-se afirmar que a atual Ciência da Informação teve por base algumas iniciativas decorrentes no Sec. XX. A primeira decorreu na Bélgica, no começo deste século, e as seguintes, em meados do mesmo, na União Soviética e nos Estados Unidos. Em todos os casos o foco principal orientou-se para a preocupação com o crescimento de volumes de informação científica, que testavam as tecnologias tradicionais de controle (Mueller, 2007). Paul Otlet, belga, que viveu entre 1868 e 1944, tinha a grande preocupação de encontrar formas de controlar a informação, visando garantir a possibilidade de acesso a quem dela precisasse (Otlet, 1934). Foi o impulsionador, de forma a concretizar o objetivo, tendo para

¹¹ "**comunicar**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020 <https://dicionario.priberam.org/comunicar>

¹²"**ciência**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020 <https://dicionario.priberam.org/ci%C3%Aancia>

isso advogado a necessidade de cooperação entre as nações e propôs novas formas de classificar documentos.

Anos mais tarde, surge na União Soviética a Informática, uma disciplina inovadora que preconizava lidar com o fluxo de literatura científica do pós-guerra. O mesmo anseio refletiu-se nos Estados Unidos, tendo Vannevar Bush contribuído com um artigo no qual evidenciava a sua preocupação com o problema do armazenamento e acesso à informação científica e tecnológica que crescia vertiginosamente em volume (Mueller, 2007). Propôs nesse artigo soluções inovadoras, sustentadas na então emergente nova tecnologia da comunicação.

A comunicação exerce um papel fulcral na ciência. De modo consistente, esse papel de comunicar está associado ao facto de que um estudo para ser considerado científico, terá de ser ‘validado’ pelos pares (Ziman, 1979). Pares esses que são investigadores da mesma área de investigação científica. Após aprovação, o manuscrito comportando o novo conhecimento será publicado como produção científica, ficando visível e sujeito à crítica de todos. Ao ser publicado, permite-se o acesso por outros investigadores, instigando a outras pesquisas e à geração de novos conhecimentos, iniciando um novo ciclo de avaliação e de publicação (Mueller, 2007). A comunicação de ciência, sob a forma de publicação, é essencial ao processo da geração e certificação do conhecimento científico e do progresso da ciência.

A comunicação de ciência desenvolve-se por meio de publicações de diversas tipologias: livros; capítulos de livros; publicações periódicas (revistas); teses e dissertações; livros; enciclopédias; dicionários especializados, entre outros (Mueller, 2007). As novas tecnologias digitais vieram alterar alguns formatos e geraram outros. Contudo, a influência preponderante foi mais notória na rapidez e no acesso à informação do que na mudança do formato convencional.

Importa reforçar e sintetizar os principais motivos que suscitam a comunicação de ciência¹³.

- Partilhar o prazer da descoberta científica

A felicidade da descoberta de factos que permitem recheiar a mente de conhecimento e propiciar novos horizontes.

¹³ Acedido em maio 2022 e disponível em:

<http://scienceplatformpt.cbmr.ualg.pt/index.php/2018/12/13/6razoesparacomunicarciencia/>

- Transformar a ciência em informação

Comunicar ciência ajuda a interpretar narrativas complexas, que simplificadas são transformadas em informação apreendida.

- Informar a opinião pública

É uma responsabilidade dos cientistas manter a opinião pública informada. E pela ciência formar cidadãos civicamente mais conscientes e com poder decisivo sobre as problemáticas da sociedade.

- Incentivar o espírito crítico

O pensamento crítico fomenta abordagens baseadas em factos e evidências, pelo que o método científico deve extravasar para a sociedade.

- Combater notícias falsas

Comunicar ciência (informação validada por especialistas) preserva o valor ‘verdade’. É informação credível.

- Retribuir o público

Mostrar obra feita, dando a conhecer o produto final da investigação, é relembrar aos contribuintes todo o investimento canalizado na ciência, por parte do Governo.

Em Portugal, com a missão de promover a cultura científica na sociedade, para todos os públicos, surgiu em 1996, o programa Ciência Viva¹⁴, agregado ao Ministério da Ciência e da Tecnologia, direcionado a vetores diferenciados do conhecimento científico. Dada a importância do projeto, em 1997, o então Ministro da Ciência e da Tecnologia, José Mariano Gago, anunciava a publicação de um Edital veiculando a criação de “uma rede de Centros Interativos de divulgação Científica”. Viria a adquirir no ano seguinte o estatuto de Associação Ciência Viva, integrando, atualmente, 21 Centros Ciência Viva.¹⁵

¹⁴Acedido em ago. 2020 e disponível em: <https://www.cienciaviva.pt/cienciaviva/agencia.asp>

¹⁵Acedido em ago. 2020 e disponível em: <https://www.cienciaviva.pt/centroscv/rede/>

A Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica mantém, atualmente, o propósito inicialmente estabelecido com a atividade de diversas iniciativas e projetos, em que o desafio do desenvolvimento científico possa abranger o país inteiro sob mecanismos que atravessem a sociedade toda. Possuir uma cultura científica mínima permite oportunidades de cidadania autêntica, na participação e construção de escolhas na sociedade (Gago, 1990).

Comunicar ciência é uma ação do homem, responsável pelo progresso social, económico e tecnológico, evidenciado nos últimos séculos (Gradim & Morais, 2016). A atividade científica impele à competitividade, ao dinamismo social e cultural, numa interação com diversos públicos (Souza & Oliveira, 2019). Os públicos envolvem diversos atores em torno do desafio de intervir e atuar na divulgação científica, como comunicadores, cientistas, professores, ou quaisquer outros profissionais, que estão aptos a colocar a ciência ao serviço de todos, de forma clara e acessível, capacitando cidadãos informados capazes de desenvolverem atitudes críticas e interventivas.

Contudo, para existir plena comunicação deverá dar-se atenção a elementos predominantes, nomeadamente, uma mesma linguagem. Desde Aristóteles que se perspetiva uma comunicação universal da ciência, reconhecida como uma das características mais indispensáveis do conhecimento científico (Serra, 2016), ideia reiterada mais tarde por Descartes, como refere Serra (2016):

Dada a impossibilidade de uma linguagem universal, muito bem justificada por Descartes na sua famosa carta a *Mersenne* (escrita em 20 de novembro de 1629), a solução encontrada ao longo da história foi a instituição das "línguas francas". O latim era uma língua-ponte quase até o século XIX, enquanto o inglês começou a desempenhar esse papel desde meados do século XX até aos dias atuais.¹⁶ (Serra, 2016, p.69)

A publicação científica está na base da produção científica. Divulgar os resultados da investigação, de modo a que seja lida, comentada e citada, diferencia a literatura científica das restantes literaturas (Borges, 2017). A publicação é a face ostensível da essência da ciência, como menciona Garvey, (1979) em *Communication the Essence of Science*. Nas

¹⁶ Given the impossibility of a universal language, very well vindicated by Descartes in his famous letter to Mersenne (written on November 20th, 1629), the solution found throughout history has been the institution of "linguas francas." Latin was a bridge language almost up to the nineteenth century while English started to play this role from the mid-twentieth century to present day.

últimas décadas a comunicação de ciência por pares intensificou-se à velocidade do aumento do número de cientistas e de publicações. Sendo a publicação o objetivo final, os requisitos desta concretização agudizaram-se, exigindo-se publicações científicas em meios com maior impacto e reconhecidos internacionalmente. Estas circunstâncias conduziram a arte de comunicar ciência como sendo um enorme desafio aos investigadores da atualidade (Gradim e Morais, 2016) e aos seus públicos, que na condição de destinatários, refletem o sucesso da comunicação científica ao adotarem as melhores decisões, com base no conhecimento científico adquirido (Fischhoff, 2019).

A *web 2.0*, com o advento das redes sociais, proporcionou novos desafios de comunicação de ciência e novas métricas de medição dos conteúdos produzidos e utilizados. A partilha de produção científica neste ambiente digital, permite uma análise alométrica¹⁷ em torno do número de *likes*, reações e comentários ou da percentagem de *retweets*, analisando assim a repercussão de um documento científico (Santos & Albuquerque, 2017). Para estes autores a “altmetria é a lente que permite enxergar a comunicação científica em ambiente *web 2.0*”.

O ambiente digital propicia a comunicação de ciência em AA, isto é, de forma livre e sem custos para o utilizador, com a disposição dos resultados da investigação científica por meio da internet. Esta compreensão incitou os decisores políticos europeus a implementar mandatos de AA na Europa, de acordo com o desenvolvimento de diversos projetos de investigação sustentados com financiamento público. O projeto *OpenAire*¹⁸ (*Open Access Infrastructure for Research in Europe*) distinguiu-se pela proposta da criação de uma rede de repositórios de AA na Europa, permitindo a comunicação do conhecimento produzido por investigadores (Gradim, 2012), resultantes da investigação financiada. Foram, deste modo, evidenciados os meios necessários ao cumprimento generalizado da Política de Acesso Aberto sob o reforço da Comissão Europeia e do Conselho Europeu de Investigação (Príncipe, 2018).

Como resultado das políticas europeias, a FCT reforça as vantagens da disponibilização de publicações de AA¹⁹, cumprindo todas as regras de recomendações neste domínio. A referida disponibilização poderá ser efetuada por diferentes vias, sendo mais conhecidas a via Dourada, que permite a publicação em revistas de AA e as híbridas, cujo determinados periódicos facultam os artigos em AA, mediante algumas condições, a exemplo, o

¹⁷ Análise alométrica é o impacto da produção científica por meio das redes sociais digitais.

¹⁸ Acedido em jul. 2020 e disponível em: <https://www.openaire.eu/>

¹⁹ Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Acedido em jul. 2020 e disponível em: <https://www.fct.pt/acessoaberto/index.phtml.pt>

pagamento de uma taxa (*APC – article processing charge*) pelos seus autores (Swan, 2016). A publicação de documentos em AA ao conhecimento em páginas ou *sites* pessoais, em departamentos institucionais ou em grupos de investigação, são considerados pela mesma autora como um híbrido de publicação. Outra via de veicular a produção científica é a via Verde que se reporta ao depósito em repositórios institucionais²⁰. Esta via baseia-se no autoarquivo, cujo depósito é efetivado após publicação do artigo. Os editores podem exigir um período de embargo, durante o qual o acesso ao artigo é restrito. Ainda assim, e nas palavras de Suber, (2019) há proponentes de AA que expandiram o código de cores a fim de identificarem os diversos canais de publicação de artigos científicos com a seguinte discriminação: Ouro para artigos em AA, que foram sujeitos a revisão por pares, o Verde referente ao depósito dos próprios artigos em repositórios, o Verde pálido permite o depósito de artigos *preprint* e a cor Cinza que não se enquadra em nenhuma das opções descritas.

Os benefícios da disponibilização da produção científica em AA incidem diretamente na investigação, aumentando a sua visibilidade e proporcionando impacto a nível social e económico, conduzindo a investigação a um vasto público interessado. Neste âmbito, Portugal é reconhecido na Europa pela sua política de AA, espelhada pela iniciativa e atividade do RCAAP, expandindo a visibilidade dos repositórios institucionais portugueses de AA, tanto de universidades como de institutos politécnicos. Estes RI revelam-se assim como o caminho promissor de acompanhamento da comunicação científica e da concretização de se chegar mais perto da utopia de Otlet, que consistia no sonho de facilitar o acesso do maior número de pessoas à informação.

1.3. Acesso Aberto: das *BBB declarations* ao RCAAP

As novas tecnologias da informação e da comunicação *online* capacitaram a publicação digital, o armazenamento e a disseminação da produção científica consagrando-a como AA (acesso aberto). A disponibilização desta produção científica na internet permite aos utilizadores efetuarem pesquisas, *downloads*, cópias, impressões, obtendo, facilmente e sem grandes custos adicionais, informação e conhecimento científico (Gradim, 2016).

²⁰Acedido em jul. 2020, consultada a informação que está disponível em: <https://www.b-on.pt/vias/>

Emergem novas formas de interagir, sob a permissividade da *web* 2.0, e de proporcionar trabalho colaborativo, partilha de dados e conteúdos numa crescente interoperabilidade, fruto de comunicações facilitadas, com base em serviços e aplicativos que assim o permitem (Harris & Rea, 2009). A aprendizagem adquiriu novos contornos, o ciberespaço apresenta-se como um novo lugar do conhecimento científico (Martins, 2017), onde se destacam os repositórios digitais institucionais.

A ideia do AA, ao conhecimento científico emergiu de uma dinâmica suportada por diversas iniciativas a nível mundial. Em 1999 ocorreu uma iniciativa com destaque, a 1ª Reunião Regional de Consulta da América Latina e do Caribe no âmbito da Conferência Mundial sobre a Ciência para o Século XXI, «*Uma Visão Nova e uma Base de Ação*», resultando a Declaração de Santo Domingo (Souza et al., 2005). No mesmo ano realizou-se em Budapeste a Conferência Mundial sobre a Ciência para o Século XXI “*Um Novo Compromisso*”, realizada com o apoio da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) e do *International Council for Science* (ICSU).

Na luta pela ‘conquista’ do AA ao conhecimento científico surgiram três declarações que foram consideradas as mais influentes na concretização deste objetivo: a de Budapeste, em fevereiro de 2002; a de Bethesda, em abril de 2003, e a de Berlim em outubro de 2003, também conhecidas como *BBB Declarations* ou declarações 3 B’s (Suber, 2012). Foi na iniciativa de Budapeste que se utilizou pela primeira vez o termo ‘Acesso Aberto’ mais conhecido pela expressão *Budapest Open Access Initiative* (BOAI).

A Declaração de Berlim, sob a premissa do *Open Access*, foi subscrita por várias instituições científicas europeias, entre as quais a Sociedade *Max-Planck* (Alemanha) e o *Centre National de la Recherche Scientifique* (França), no intuito de incentivar os investigadores a depositar os seus trabalhos em pelo menos um repositório²¹, aderindo à transição para o paradigma do acesso aberto eletrónico.

Em novembro de 2006, o CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) subscreveu a Declaração de Berlim²². Diversas instituições seguiram o exemplo ao aderirem, posteriormente, a esta declaração, com o mesmo sentido de democratização da sociedade do conhecimento e como garantia de atribuição de financiamento à investigação científica. Esta norma teria sido aprovada pelo Conselho da *European University Association* (EUA),

²¹ Nota explicativa sobre o acesso livre ao conhecimento, acedido em jul. 2020 e disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/about/Acessolivre.htm>

²² Informação consultada em jul. 2020 e disponível em: https://www.uc.pt/sibuc/Estudo_Geral/Apresentacao_Estudo_Geral/print

em 2008, e reiterada em 2012, pela Comissão Europeia (*Towards better access to scientific information*) (Política do uBibliorum, 2017).²³

A «Declaração de Berlim» define o AA como uma fonte universal do conhecimento humano e do património cultural que foi anuída pela comunidade científica (Souza et al., 2005). Apesar de as «BBB *Declarations*» se pautarem pela defesa da prática de um AA ao conhecimento; de incitarem os investigadores a publicarem os seus trabalhos com base no livre acesso; de desenvolverem meios de avaliação de forma a garantir padrões de qualidade e boas práticas científicas, evidenciam, no entanto, algumas discrepâncias (Tabela 1).

Constata-se, da análise da tabela 1, que todas as declarações concedem o acesso gratuito aos documentos, mas, relativamente aos direitos de autor, apenas as declarações de Bethesda e de Berlim permitem que o utilizador aceda aos documentos sem necessidade de solicitação de autorização ao titular de direitos autorais, havendo apenas a obrigatoriedade de citar ou referir o autor da obra original.

Tabela 1 - Comparação entre os textos das declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim que regem o acesso aberto ao conhecimento

	Declaração de Budapeste Área: Genérica	Declaração de Bethesda Área: Biomédica	Declaração de Berlim Área: Ciências e Humanidades
Qualidade (Peer Review)	- artigos de periódicos revistos - pré-prints sem revisão	- artigos revistos	- aprovação pela comunidade científica (revisto)
Copyright	- controle sobre a integridade do trabalho - direito de propriedade intelectual - direito a citação (atribuição de autoria)	- atribuição da autoria	- atribuição da autoria
Finalidade da utilização	- várias, incluindo qualquer outro propósito legal	- várias, incluindo qualquer propósito responsável	- várias, incluindo qualquer propósito responsável
Obras derivadas	- não menciona	- permite	- permite
Acesso	- gratuito - público (mundial)	- gratuito - mundial - irrevogável - perpétuo (necessidade de preservação)	- gratuito - mundial - irrevogável

²³Informação consultada em jul. 2020 e disponível em https://www.ubi.pt/Ficheiros/Sites/7/Documentos/1488/Pol%C3%ADtica_do_uBibliorum_Despacho_N.%202017_R_84_13_de_outubro.pdf

Fonte: elaboração própria, inspirada em Souza et al. (2005).

Em Portugal, o acesso aberto teve o seu auge com o projeto RCAAP. O RCAAP foi uma iniciativa da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP - concretizada pela FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional. O RCAAP caracteriza-se por ser um portal agregador²⁴ que reúne a descrição (metadados) da produção científica depositada nos vários repositórios institucionais em Portugal. Recolhe o texto integral, para melhorar o resultado das pesquisas, no entanto, não guarda qualquer documento. Por outras palavras, quando o título de um documento é selecionado, o utilizador acede ao seu conteúdo integral no repositório onde esse documento foi depositado, na sua origem. Desta forma, o RCAAP disponibiliza, na internet, literatura científica e académica sem restrições de acesso, com o intuito de ser pesquisada e utilizada. Oferece possibilidade ao utilizador de ler, efetuar o *download*, copiar, imprimir, pesquisar ou referenciar, através de um *link*, o texto integral dos documentos de cariz científico.

A execução do projeto contou também com a participação da Universidade do Minho, que coordenou as componentes científica e técnica. De realçar que o AA se impôs verdadeiramente no seio das atividades relacionadas com o sistema de comunicação científica, apenas em 2006, apesar de se terem manifestado indícios de primeiras iniciativas em 2003 (Saraiva & Rodrigues, 2010). Esta nova dinâmica na promoção de um AA em Portugal foi marcante aquando da criação do consórcio nacional *B-On*, em 2004, que melhorou drasticamente a acessibilidade às revistas científicas, relativamente às limitações existentes nas bibliotecas universitárias, até ao momento.

A Universidade do Minho foi a impulsionadora do desenvolvimento do AA ao constituir o seu próprio Repositório Institucional - RepositóriUM - no ano de 2003, ao definir uma política de autoarquivo, em 2004, e ao realizar a primeira conferência AA, em 2005. Seguiu-se, então, a possibilidade de publicação de revistas de AA com a disponibilização do portal português do projeto SciELO (*Scientific Electronic Library Online*). Até setembro de 2006, o RepositóriUM e o SciELO Portugal permaneceram como as únicas iniciativas de AA em Portugal²⁵.

²⁴ Acesso ao portal agregador em ago. 2020 e disponível em: <https://www.rcaap.pt/directory.jsp>

²⁵ Acedido em ago. 2020 e disponível em: <http://projecto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/sobre-o-rcaap/enquadramento>

O RCAAP teve como preocupação e desígnio de se impor como um meta repositório, com o objetivo de recolher, agregar e indexar produção científica e académica nacional. Conteúdos científicos congregados em teses e dissertações, relatórios técnicos, revistas científicas, atas de conferências e congressos, entre outros, que permitisse a pesquisa, o acesso e a sua utilização sem restrições, aos documentos existentes nos repositórios de IES e outras organizações de I&D. Neste sentido, o foco principal do projeto RCAAP, no seu início (2008), foi a promoção e desenvolvimento de repositórios através da oferta de diversos serviços. Serviços esses que se destacam de formas diversas:

- Alojamento de repositórios institucionais (**SARI**), que se caracteriza por ser um serviço gratuito, que pode ser utilizado por qualquer instituição do sistema científico que deseje ter o seu próprio repositório (Carvalho et al., 2014);
- Formação para bibliotecários, gestores de repositórios e gestores de topo em instituições de ensino e investigação.

De realçar que o serviço SARI foi um dos que mais impulsionaram e afirmaram o sucesso do RCAAP, pela particularidade de, além do alojamento, incluir a personalização do RI de acordo com as necessidades da instituição. *Layout*, formação, configurações individualizadas e outros parâmetros, adaptando o repositório à estrutura organizacional e às políticas da instituição aderente. Os RI integrados no serviço SARI são automaticamente indexados no Portal RCAAP.

As IES e outras instituições do sistema científico nacional que não dispõem de um RI próprio, por falta de recursos humanos ou de infraestruturas, podem integrar o **Repositório Comum**²⁶, dando visibilidade à produção científica institucional, garantindo o acesso ao acervo científico e preservar, desta forma, a sua investigação. Nesta situação peculiar, o Repositório Comum é partilhado por todas as 84 instituições²⁷ nele integradas, com a informação e a estrutura que cada instituição decidiu ser adequada. A gestão de topo é efetuada pelo RCAAP, ao nível de atribuição de permissões aos administradores das comunidades e permissões de depósito. Existem a nível local gestores das comunidades, os quais são responsáveis por toda a gestão, depósito, procedimentos internos e conectividade com a própria comunidade.

Neste trilha de aumentar a visibilidade, a acessibilidade e a difusão dos resultados da atividade académica e de investigação científica portuguesa, sob um acesso facilitado à

²⁶ Acedido em março 2021 e informação disponível em: <https://comum.rcaap.pt/>

²⁷ Acedido em março 2021 e disponível em: <https://comum.rcaap.pt/community-list>

informação sobre a produção científica nacional, conseguiu-se integrar Portugal num conjunto de iniciativas internacionais. Mantendo o propósito de agregação e partilha de conteúdos, o RCAAP ampliou o seu campo de atuação, desenvolvendo novos serviços para servir a comunidade científica portuguesa. Entre estes, destacam-se o serviço de alojamento de revistas científicas (SARC), o serviço centralizado de estatísticas de uso (SCEUR) e o repositório de dados científicos (Carvalho et al., 2014).

Ultimamente, foi lançada uma nova versão do portal de pesquisa RCAAP²⁸, com atualizado *software* de agregação, nomeadamente o *Open Graph Protocol*. Com ele, é possível gerar uma melhor imagem de informação partilhada nas redes sociais, ao permitir criar, no momento, um *link* do Portal do RCAAP incluindo automaticamente o título do trabalho e uma imagem do Portal.

O RCAAP mantém, deste modo, o suporte dos requisitos necessários ao cumprimento da Política de AA da FCT, bem como à regulamentação sobre o depósito legal de Teses e Dissertações, estipulado no ponto 1 do Artigo 50º, do Decreto-Lei nº 115/2013²⁹, de 7 de agosto:

1 - As teses de doutoramento, os trabalhos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 31.º e as dissertações de mestrado ficam sujeitas ao depósito obrigatório de uma cópia digital num repositório integrante da rede do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, operado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P.

Neste encaminhamento, a FCT, o principal financiador de investigação científica em Portugal, estabeleceu uma Política de AA às publicações científicas e dados científicos que resultem de projetos financiados por esta entidade. Em concordância com as recomendações da Comissão Europeia e os requisitos do programa de financiamento europeu Horizonte 2020, a política tem por base a rede de repositórios RCAAP e na qual os investigadores deverão, obrigatoriamente, depositar todas as suas publicações científicas financiadas.

²⁸Acedido em março 2021 e disponível em: <http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/noticias/298-portal-rcaap-novas-funcionalidades>

²⁹Acedido em março 2021 e disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/498487>

1.4. Ciência Aberta

A Ciência Aberta (CA) é a atividade científica praticada de modo aberto, colaborativo e transparente, em todos os domínios do conhecimento. Assenta no princípio de que a investigação científica deve ser partilhada e reutilizada, uma vez que o conhecimento é de todos e para todos. Nesta linha de pensamento, considera-se que CA é mais do que a produção de ciência. É produção e disponibilização em acesso aberto de dados e publicações³⁰. É a abertura do processo científico enquanto um todo, reforçando o conceito de responsabilidade social científica, na medida que integra processos de interação colaborativa e participativa. A implementação de uma prática de CA é também geradora de múltiplas oportunidades de inovação, ao articular-se com estratégias e políticas internacionais. Esta nova forma de produção e de partilha do conhecimento, entre a comunidade científica, a sociedade e as empresas, suscita a forma de ampliar o reconhecimento e o impacto social, cultural e económico da investigação. Contribuirá para a sua valorização e reconhecimento devolvendo a ciência ao seu contexto, à sociedade (Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2016, de 11 de abril).

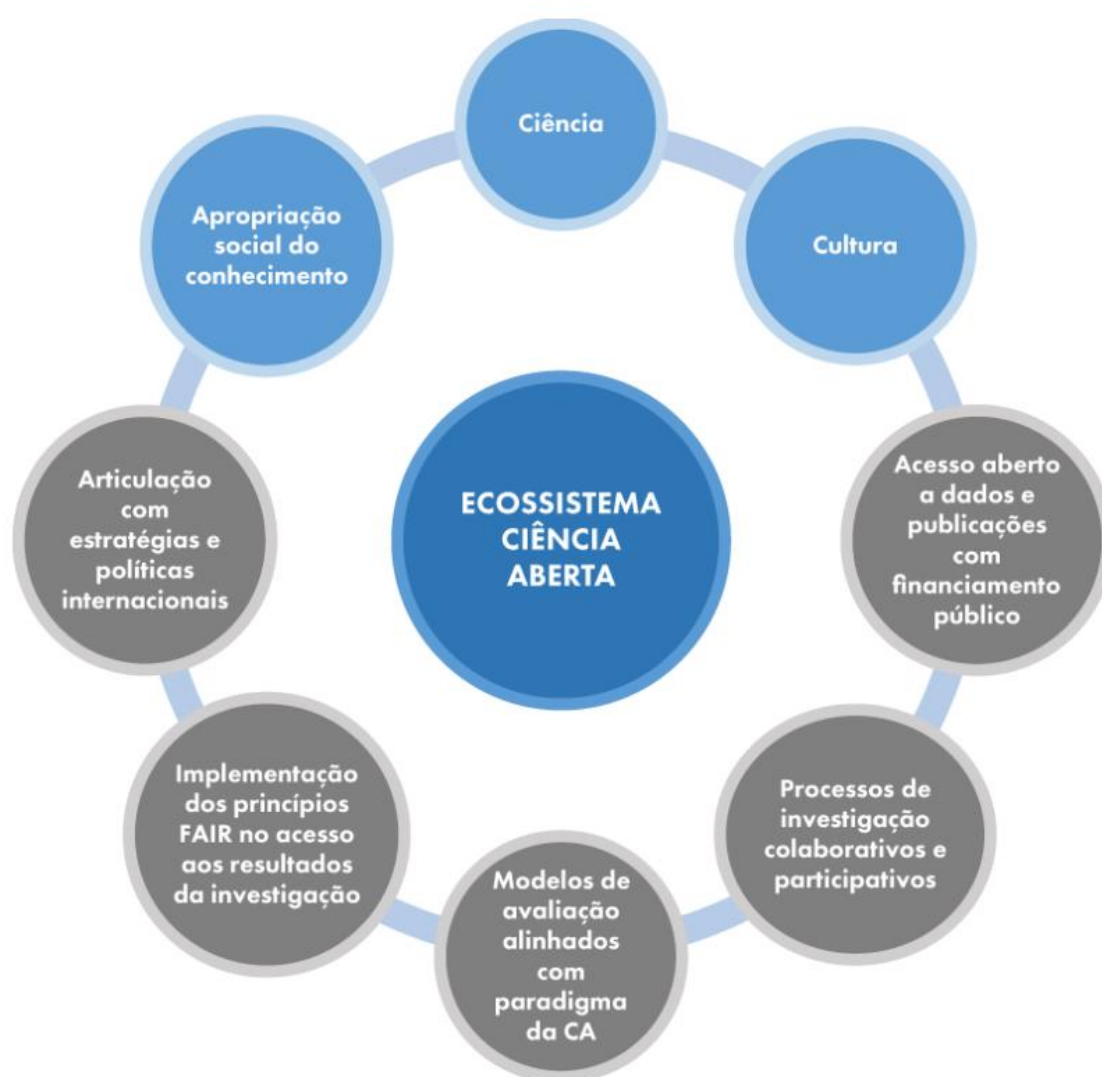
A CA alicerça-se em pilares como o AA; Dados Abertos; Investigação e Inovação Aberta; Redes Abertas de Ciência e a Ciência Cidadã; utilização de ferramentas baseadas na *web*, no sentido de facilitar a cooperação científica. O ecossistema da CA, no âmbito da *eScience*, adotou um novo paradigma para a comunicação científica, uma vez que são englobadas novas dinâmicas entre investigadores, instituições, empresas e sociedade (Silva & Silveira, 2019). Todo o sistema da CA denota uma transparência em todo o processo do ciclo de investigação científica, desde o embrião da investigação até à disponibilização e utilização e *softwares* livres. A CA viabiliza clarificação na conceção de metodologias e gestão de dados científicos, sob práticas abertas, de forma que estes possam ter uma ampla distribuição e reutilização pela educação aberta e sejam acessíveis, sem custos, a todos os estratos sociais.

A implementação dos princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable e Reusable*), no acesso aos resultados e ao conjunto de dados da investigação, permite que estes sejam reutilizados e mais citados (Wilkinson et al., 2016). No referido ecossistema, como é visível na imagem seguinte, (Figura 1), realça-se a articulação da CA com estratégias e políticas

³⁰ Acedido em fevereiro 2021 e disponível em: <https://www.ciencia-aberta.pt/sobre-ciencia-aberta>

internacionais e AA a dados e publicações com financiamento público. Destacam-se, ainda, modelos de avaliação alinhados com o paradigma da CA, processos de investigação colaborativos e participativos, com destaque para a própria ciência, cultura e apropriação social do conhecimento, como uma mais-valia social. Tornar a ciência como um construto que interliga diversos movimentos e práticas e a permite mais acessível, inclusiva e equitativa para o benefício de todos, ciência e sociedade, é um dos princípios da Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta, (UNESCO, 2022).

Figura 1 - Ecossistema da Ciência Aberta



Fonte: Portal da Ciência Aberta³¹

³¹Acedido em fevereiro 2021 e disponível em: <https://www.ciencia-aberta.pt/sobre-ciencia-aberta>

No âmbito da Ciência Aberta (CA), o acesso aberto destaca-se como o primeiro passo, disponível à sociedade, para alcançar a comunicação científica, passo esse que se revela como um gesto de cidadania. Isto porque inscrever a ciência, e o direito à ciência, como parte de um direito humano, é um princípio estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos que, no ponto 1, do artº 27³², refere que: *toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam*. Esta relação da ciência cidadã que funciona a partir de uma relação da ciência com os cidadãos³³, espelha a apropriação social do conhecimento que os cidadãos devem comportar, fomentando uma literacia científica. São disponibilizados instrumentos aos cidadãos para ‘lerem’ a sociedade, de nela participarem e de se envolverem ativamente.

A fim de nortear e alavancar o desenvolvimento convergente de políticas, infraestruturas, serviços e práticas de CA em todo o mundo, foi proposto, pelos Estados Membros à UNESCO³⁴, a elaboração de um documento internacional de normalização sobre CA, sob a forma de uma Recomendação. O foco desta Recomendação (UNESCO, 2022) primou por facultar um quadro internacional para a política e prática da CA, que identifique as diferenças disciplinares e regionais nas perspetivas da CA. Que tenha em conta a liberdade académica, as abordagens transformativas de género e os desafios específicos dos cientistas e outros atores da CA em diferentes países, com relevância nos países em desenvolvimento. A Recomendação (UNESCO, 2022) propunha, ainda, um conjunto de ações conducentes a uma operacionalização justa e equitativa da CA para todos, a nível individual, institucional, nacional, regional e internacional, destacando-se em quatro orientações primordiais: participação; partilha; público; política.

A noção de **participação** baseia-se no sentido de se permitir uma ciência mais colaborativa e mais inclusiva. Pretende-se uma ciência que atenda também a diversas formas de produção de ciência e diferentes epistemologias do conhecimento. Tendo em conta a diversidade de povos existentes, é crucial conhecer e proteger as múltiplas formas de conhecer e de produzir conhecimento. São realidades díspares que se apresentam nas várias diligências da Recomendação da UNESCO.

³²Acedido em fevereiro 2021 e disponível em: <https://dre.pt/dre/geral/legislacao-relevante/declaracao-universal-direitos-humanos>

³³Acedido em março 2021 e disponível em: <https://www.cienciadada.pt/148/Rede-Portuguesa-de-Ciencia-Cidada-%7C-CC-pt>

³⁴ Acedido em maio 2021 e disponível em: <https://blog.rcaap.pt/2021/05/19/recomendacao-da-unesco-sobre-ciencia-aberta/>

A **partilha** caracteriza-se pela capacidade de colocar em comum o conhecimento. E partilhar é mais do que apresentar conhecimento. É a perícia de se construir diálogo, uns com os outros, em torno dessa partilha do conhecimento. Neste particular domínio surge a importância do multilinguismo. A facilidade com que todos escrevem e publicam em inglês converte o inglês como sendo a *língua franca da ciência*. E existir uma língua franca, pode considerar-se como uma proteção à língua materna de cada país (Sampaio da Nóvoa, CONFOA 2021)³⁵. Esta evidência possibilita que se acabe com a ideia de que existem três ou quatro línguas dominantes e que todos tenham de se submeter a elas. Deste modo, pode significar que todos os investigadores têm de trabalhar na língua franca (inglês) e na língua do seu país (Sampaio da Nóvoa, CONFOA 2021). No quadro da CA revela-se importante debater o assunto das línguas, a fim de uma partilha mais justa e imparcial, pelo que não deve ser descurado.

Unir a ciência com o **público**, sob debates públicos, tornando a ciência pública, fruto de os investigadores tornarem os seus trabalhos relacionados com a dimensão pública da ciência. Desta forma o contexto público revela-se como crucial, sendo um dos pontos centrais da Recomendação.

Pensar **políticas** que tenham em conta a ciência. Políticas informadas e inspiradas pela ciência e pelo debate, recolhendo consenso da comunidade científica. Com o propósito de que a CA não seja apenas uma retórica, mas sim com consequências concretas na vida das populações. A aprovação da Recomendação conduz a um documento que norteará e incrementará o desenvolvimento convergente de políticas, infraestruturas, serviços e práticas de CA em todo o mundo.

A figura que se segue, desenvolvida pelo grupo Foster³⁶, (*Facilitate Open Science Training for European Research*), presente no projeto *Open Science* do Programa Comunitário de Investigação e Inovação, intitulado Horizon 2020, reúne esquematicamente elementos classificativos que retratam a taxonomia da CA, representada por grandes eixos: o AA; os Dados Abertos e a reutilização aberta do conhecimento investigado. Pretende-se conseguir incutir uma mudança real e duradoura no comportamento dos investigadores e que

³⁵Acedido em outubro 2021 e disponível em:

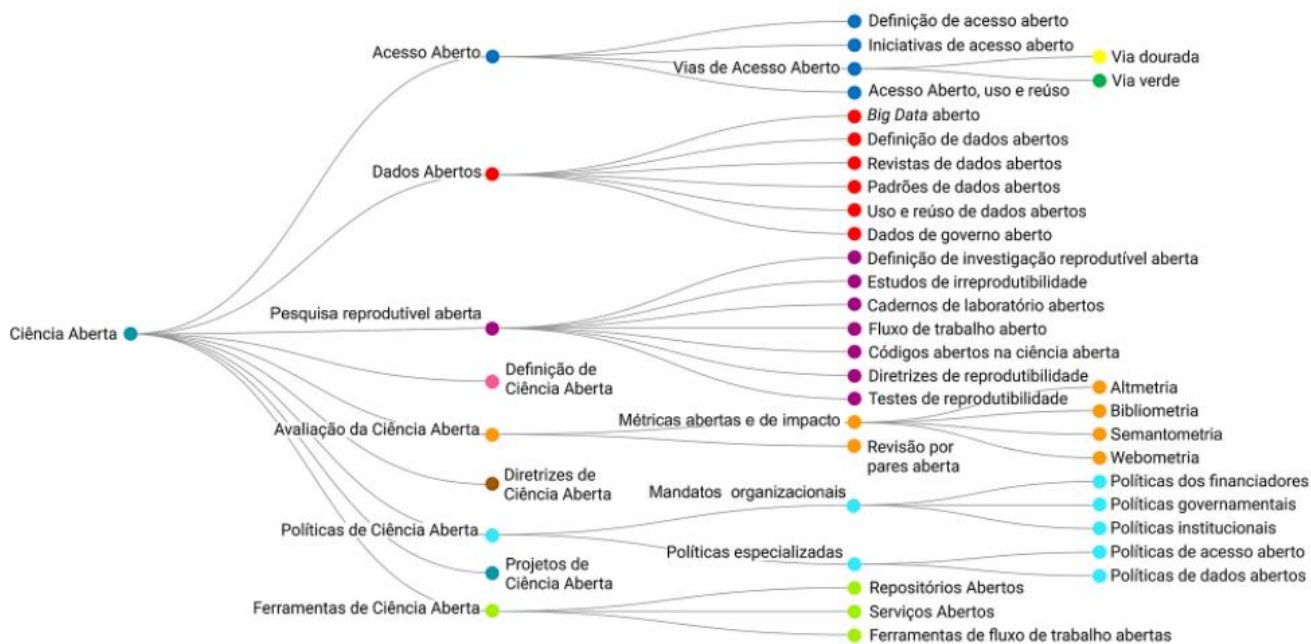
https://www.youtube.com/watch?v=B8rvodMYRWc&list=PLUO_vqW7V56Oj8VHu6ERcYwXhwR2o1neM&index=5

³⁶O portal FOSTER é uma plataforma de e-learning que reúne os melhores recursos de formação dirigidos a quem precisa de saber mais sobre Ciência Aberta.

Acedido em setembro de 2021 e revisto em maio 2022. Mais informação disponível em: <https://www.fosteropenscience.eu/>

impulsionem o desenvolvimento da CA em novas práticas da CA, convertendo-a numa norma.

Figura 2 - Taxonomia da Ciência Aberta



Fonte: FOSTER³⁷

A classificação sistemática verificada na taxonomia, apresentada na Figura 2, permite fracionar os elementos que compõem o *know-how* da CA em seis pontos substanciais:

1- AA é um dos movimentos precursores na permissão do acesso à informação científica, incentivado, com relevância, pela colaboração internacional dos pares e pelos elevados custos do acesso a periódicos de alta qualidade. As recomendações do AA estão amplamente difundidas na Iniciativa de *Budapest Open Access Initiative* (BOAI). Para a implementação desse movimento, dois caminhos foram trilhados a fim de permitir a abertura de acesso, sendo eles a via verde e a dourada, que se distinguem por:

- A **Via Verde** caracteriza-se por ser um processo de autoarquivo, no qual o autor da investigação submete o seu trabalho num repositório digital. Repositório esse que,

³⁷Acedido em set. 2021 e disponível em: <https://www.fosteropenscience.eu/resources>

por norma, possui uma política de gestão institucional que define quais os critérios de inclusão documental.

- A **Via Dourada** é representada pela revista científica concebida sob o princípio de AA, significando que se trata de uma revista que disponibiliza livremente os artigos científicos, cujo acesso é gratuito, preconizando os valores do acesso aberto.

2- No que concerne ao segundo ponto, que integra a CA, os Dados Abertos, este consiste na disponibilização de dados referentes à pesquisa científica, de forma organizada, em Repositórios de Dados. O repositório piloto de dados, resultante de investigações de instituições portuguesas, chama-se Repositório de Dados Científicos³⁸ e encontra-se integrado no Diretório do RCAAP³⁹, no separador: Dados de Investigação.

3- No terceiro tópico surge a Pesquisa Reproduzível Aberta (*Open Reproducible Research*) que exprime o ato de praticar a CA e de facultar aos utilizadores o livre acesso a informações empíricas. Informações essas que permitem a reprodução da investigação, independente dos seus resultados. Para tal, é necessário que o investigador que produz, ou beneficia da informação científica, utilize recursos igualmente abertos, preocupando-se em optar por *softwares* ou métodos que possibilitem a reprodução.

4- A avaliação de CA (*Open Science Evaluation*), envolve tanto as métricas alternativas e abertas de avaliação da ciência, como a avaliação aberta por pares. As métricas alternativas estão focadas em aferir o impacto real e social de uma determinada pesquisa.

5- As políticas de CA (*Open Science Policies*) regulamentam toda a envolvência da CA, nomeadamente os Dados Abertos da Investigação Científica, sua (re)utilização, as publicações, os direitos de autor, entre outros. Estas políticas devem estar vinculadas às

³⁸Possível ver dados de investigação. Acedido em out. 2021 e disponível em: <https://dados.rcaap.pt/>

³⁹Acedido em out. 2021 e disponível em: <https://www.rcaap.pt/directory.jsp>

Políticas de um Governo aberto, de forma a prever financiamentos sustentáveis de uma CA promissora.

6- Nas ferramentas de CA incluem-se os Serviços Abertos e Ferramentas de Fluxos de Trabalho Abertas, onde se insere a Rede Portuguesa de Ciência Cidadã.

A Ciência Cidadã⁴⁰ consiste no envolvimento dos cidadãos em atividades de investigação científica, para as quais contribuem ativamente com o seu esforço intelectual, com o seu conhecimento, ou com as suas ferramentas e recursos. Tem por princípio construir pontes para uma ciência participada. As iniciativas da Ciência Cidadã integram tipologias diferenciadas, tais como: contributivas (onde os cidadãos contribuem para a recolha de dados da investigação), colaborativas (onde os cidadãos cooperam na recolha de dados, mas também na análise de dados e na disseminação dos resultados) e cocriadas (os cidadãos estão ativamente envolvidos em todo o processo científico), entre os principais grupos interessados. A Ciência Cidadã engloba uma ampla gama de atividades realizadas por diversos atores em vários níveis, com impacto a diferentes níveis: científico, inspirador, educacional, social, económico, ambiental e também político (Dapp, 2016). A Rede Portuguesa de Ciência Cidadã organiza-se por grupos de trabalho, distribuídos por temáticas (boas práticas; comunicação; envolvimento com comunidades e ligação com entidades locais, formação em Ciência Cidadã, ligação com a Academia, mapeamento de iniciativas de ciência cidadã, plataforma de Ciência Cidadã, grupo promotor da Rede Portuguesa de Ciência Cidadã e *Web Design* e Imagem). Estão a ser desenvolvidos diversos projetos no mesmo âmbito. Por fim, os Repositórios Abertos apresentam-se como uma ferramenta da CA, onde se incluem os RI, em referência no subcapítulo seguinte.

A Conferência Geral da UNESCO, composta por 193 países participantes, reunida em Paris, de 9 a 24 de novembro de 2021, por ocasião da sua 41^a sessão, aprovou a Recomendação sobre a Ciência Aberta. Esta aprovação significa que a UNESCO estabelece padrões internacionais ambiciosos para CA, ao converter a ciência mais transparente e acessível, o que a tornará mais justa e inclusiva⁴¹. Por via da CA cientistas e engenheiros utilizam licenças abertas para partilhar as suas publicações e dados, *software* e até mesmo *hardware*

⁴⁰Acedido em nov. 2021 e disponível em: <https://www.cienciacidadada.pt/>

⁴¹Acedido em nov. 2021 e disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-sets-ambitious-international-standards-open-science>

de forma mais abrangente. O papel desempenhado pela Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) para enfrentar os desafios propostos é de extrema relevância, uma vez que oferece soluções para melhorar o bem-estar das pessoas. Promove ainda o desenvolvimento social e económico sustentável, a democracia e a paz. É notável o potencial transformador da CA para reduzir as desigualdades existentes em CTI e acelerar o progresso no sentido de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁴² e implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A CA aumenta a cooperação científica internacional, ao propiciar práticas científicas mais abertas, transparentes, colaborativas e inclusivas, combinadas com práticas científicas mais acessíveis e verificáveis, onde o conhecimento é sujeito a revisão e crítica. Procedimentos que melhoram a eficiência, a qualidade, a reprodutibilidade e o impacto do empreendimento científico. Conduz, desta forma, à confiabilidade das evidências necessárias para a tomada de decisões e desenvolvimento de políticas fortes e o subsequente aumento da confiança na ciência. Tal facto foi observado quando surgiu, em 2020, a pandemia. Verificou-se que a descoberta científica evoluiu muito mais rápido do que anteriormente. O genoma completo da COVID-19 foi publicado no *The Lancet*, apenas um mês após o primeiro paciente ter sido internado no hospital de Wuhan, como uma publicação de acesso aberto (Lancet, 2020). A emergência global revelou ao mundo a urgência de iniciativas e compromissos de CA. Assim, diversas organizações (revistas, entidades de financiamento e centros de prevenção de doenças) assinaram um compromisso intitulado: *Sharing Research data and findings relevant to the novel coronavirus outbreak*, cujo acordo era conceder acesso aberto e imediato a publicações *peer-review*, pelo menos durante o surto (Lancet, 2020). A convicção de que a disponibilidade dos resultados da investigação científica em acesso aberto ajudava a travar o avanço da doença, fez surgir um compromisso ainda mais forte parte dos editores: o *Open Covid Pledge*.

As práticas de CA, bem como o AA a publicações científicas, a partilha de dados científicos e a colaboração além da comunidade científica ficaram, desta forma, bem patentes na recente pandemia ao demonstrar que podem acelerar a investigação e fortalecer vínculos entre a política científica e a sociedade. A Recomendação da UNESCO sobre CA impulsionará, na opinião de Audrey Azoulay, a adoção mais ampla de práticas abertas,

⁴²Acedido em out. 2021 e disponível em: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

conhecimento científico e todos possam beneficiar do mesmo. Afirmam-se, deste modo, os propósitos da Recomendação da UNESCO para a CA.

1.5. Repositórios institucionais

Um dos pontos mais relevantes que decorreu do Movimento do AA foi o surgimento dos repositórios digitais das instituições universitárias, que viabilizou novos modelos de investigação e contribuiu para a afirmação identitária das instituições (Miguéis, & Neves, 2021). Os RI apresentaram-se como uma nova estratégia que permitiu às universidades aplicarem uma alavanca, acelerando alterações na comunicação académica e no conhecimento (Lynch, 2003). Contudo, para existir um RI eficaz é necessária uma colaboração entre bibliotecários, técnicos da informação, arquivistas, professores e administradores universitários e formuladores de políticas, quem têm o poder de decisão.

A literatura bibliográfica demonstra diversas definições de RI, não deixando de se evidenciar algumas analogias. RI são sistemas de informação (Costa & Leite, 2010) representando um novo serviço de biblioteca. A sua função é de armazenar, preservar, divulgar e oferecer, gratuitamente, AA à produção científica, de modo a ser expandida, consultada e reutilizada, no sentido de melhorar a comunicação científica interna e externa de uma determinada instituição (Veiga et al., 2017).

Os repositórios são, também, sistemas integrantes e inclusivos, porque albergam documentos de múltiplas tipologias, nomeadamente, artigos científicos, livros e capítulos de livros, relatórios, teses, dissertações, atas de conferência (Rodrigues & Rodrigues, 2015). Os RI espelham, deste modo, a atividade produtiva e a publicação científica das suas instituições. Favorecem o acesso aos resultados da investigação, numa contribuição para a reforma do sistema da comunicação científica e, por conseguinte, detêm o controlo académico relativo à publicação científica. O RI é um conjunto de serviços e de sistemas que uma universidade oferece aos membros da sua comunidade para a gestão e divulgação de materiais digitais criados pela instituição e seus membros dessa comunidade (Lynch, 2003) que permite a disseminação do conhecimento entre pares e a obtenção imediata dos documentos. Sob outra perspetiva, os RI são arquivos digitais que integram conteúdos científicos, com o propósito de aprimorar e ampliar a sua acessibilidade, motivando o seu acesso e utilização, não circunscrito à comunidade científica e académica, mas também à sociedade em geral (Ferreira, 2020).

De acordo com o RCAAP, “repositório” define-se como sendo uma compilação de documentos digitais, de fácil navegação pelo utilizador⁴⁴, onde são partilhados os mesmos metadados⁴⁵, permitindo o acesso simultâneo aos seus conteúdos e ao texto completo, consentindo o seu *download* para arquivos pessoais. Os RI alojam a produção intelectual num único sítio, facilitando aos consumidores de literatura científica a pesquisa de informação de forma célere e personalizada. Sendo que disponibilizam recursos e filtros de busca, alcança-se um maior número de resultados (Formenton & Gracioso, 2017), o que contribui para o aumento da visibilidade do impacto e, simultaneamente, assegura a preservação digital da memória de uma instituição. A imagem desta visibilidade a nível exterior permite um peso valorativo da instituição, como indicador tangível da sua qualidade.

Porém, para que se verifique uma avaliação de qualidade, fruto do impacto positivo de acessos, será importante a existência de utilizadores do RI. Uma aferição que poderá exigir dos gestores e administradores do repositório a efetivação de estratégias de comunicação, com o intuito de propiciar o crescimento do número de utilizadores. O princípio estabelecido da comunicação poderá focar-se para públicos-alvo diferenciados e com propósitos distintos, como seja promover o incentivo ao arquivo, motivar a adesão de novas comunidades (departamentos ou centros de investigação) ou dar a conhecer as mais-valias de utilização do repositório, na ação de recolha, partilha e difusão de informação científica.

Uma das influências positivas, consideradas como sendo um marco na história do AA aos textos académicos, foi o artigo *Scholarly Skywriting and the Prepublication Continuum of Scientific Inquiry* (Harnad, 1990). Também importante foi o ano de 1991, quando o físico Paul Ginsparg, servindo-se das TICs, criou o ArXiv (arxiv.org), primeiro arquivo de *preprints*⁴⁶, em *Los Alamos National Laboratory* (Veiga et al., 2017) com o intuito de facilitar a distribuição dos trabalhos entre os pares da comunidade de Física onde se integrava. Alargando-se, mais tarde, a outras áreas do conhecimento, como a Astronomia, a Matemática, as Ciências da Computação, a Ciência Não-Linear, a Biologia Quantitativa e, mais recentemente, a Estatística.

Dado o primeiro passo no âmbito dos repositórios temáticos, também conhecidos por disciplinares, por se caracterizarem na congregação de conteúdos de disciplinas ou assuntos

⁴⁴ Acedido em ago. 2021 e disponível em: <http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/consultar-recursos-de-apoio/faqs/1-projecto-rcaap/6-o-que-e-um-repositorio>

⁴⁵ Metadado de uma publicação consiste na informação diversa, tal como: o título da obra, autor, título da revista, resumo, descrição ou *abstract*, palavras-chave, data, editora, *Uniform Resource Identifier* (URI), ISBN e informação das coleções em que aparece (nos casos aplicáveis).

⁴⁶ *Preprint* é um artigo que é publicado sem ter sido avaliado por pares (*peer review*).

muito específicos, outras iniciativas se fizeram sentir com o nascer de RI, pretendendo fundamentalmente espelhar toda a produção científica de uma instituição:

O sucesso do arXiv, um repositório disciplinar, foi logo seguido pelo lançamento de serviços similares para outras áreas temáticas e instituições de grande dimensão e, eventualmente confluuiu, em 1999, no surgimento da *Open Archives Initiative* (OAI), que definiu, entre outros aspetos, um código partilhado para *tags* de metadados e protocolos de interoperabilidade. Um dos resultados subsequentes à primeira reunião da OAI foi a adaptação de um *software* já existente, o *CogPrints*, para facilitar a criação de um novo tipo de repositório: os repositórios institucionais. Esta plataforma foi designada *EPrints* e foi apresentada publicamente em 2000. Desde então, foram surgindo outros sistemas e plataformas para a criação de repositórios como o *DSpace*, o *Fedora*, entre outros (SDUM, 2020)⁴⁷.

Neste sentido, surgiram os RI como ferramentas tecnológicas com o compromisso de congregar e preservar uma vasta gama de produção científica num único ambiente padronizado e interoperável (Farias & Galindo, 2016). Estas infraestruturas fomentam a ampliação da visibilidade da produção intelectual, de tipologia diversificada, das instituições de ensino superior, no que concerne especialmente ao *open archives* e *open access* ou mesmo ao arquivo de ciência. Cimentam o testemunho mais perene da afirmação da prioridade da descoberta científica (Borges, 2017), contribuindo para o reconhecimento e visibilidade do investigador, da instituição e do rápido avanço da ciência, numa sustentabilidade da sociedade.

De acordo com a oferta inicial de serviços, pelo projeto RCAAP, disponibilizados às IES para criação dos seus RI, anteriormente explicitado, os mesmos permanecem ativos, pelo que as tabelas seguintes (Tabela 2 e 3) discriminam as tipologias de gestão distintas de cada RI afetos ao RCAAP, bem como a afiliação, a designação e o endereço do site (URL).

⁴⁷ Acedido em fev. 2020 e disponível em: https://openaccess.sdum.uminho.pt/?page_id=348

Tabela 2 - Identificação da designação de cada RI das universidades, URL e tipologia de gestão

Universidade	Designação RI	Site	Tipologia
Aberta	<i>Repositório Aberto</i>	https://repositorioaberto.uab.pt/	SARI
Açores	<i>Repositório da Universidade dos Açores</i>	https://repositorio.uac.pt/	SARI
Algarve	<i>Sapientia</i>	https://sapientia.ualg.pt/	SARI
Aveiro	<i>RIA</i>	https://ria.ua.pt/	Gestão Própria
Coimbra	<i>Estudo Geral</i>	https://estudogeral.uc.pt/	Gestão Própria
Évora	<i>Repositório Universidade de Évora</i>	http://dspace.uevora.pt/rdpc/	Gestão Própria
Lisboa	<i>Repositório da Universidade de Lisboa</i>	https://repositorio.ul.pt/	SARI
Madeira	<i>DigitUMa</i>	https://digituma.uma.pt/	SARI
Minho	<i>RepositóriUM</i>	http://repositorium.sdum.uminho.pt/	Gestão Própria
Nova Lisboa	<i>RUN</i>	https://run.unl.pt/	SARI
Porto	<i>Repositório Aberto da Universidade do Porto</i>	https://repositorio-aberto.up.pt/	Gestão Própria
UBI	<i>uBibliorum</i>	https://ubibliorum.ubi.pt/	SARI
UTAD	<i>Repositório Institucional</i>	https://repositorio.utad.pt/	Gestão Própria

Fonte: elaboração própria, a partir de informação do RCAAP

De todos os RI afetos às universidades (Tabela 2), é interessante constatar a adoção de uma nomenclatura específica de cada repositório, o que poderá transparecer a história peculiar de cada instituição. No que respeita ao nível de gestão, apesar de todos estarem indexados pelo portal RCAAP, destacam-se em maior número os RI com gestão integrada nos serviços do RCAAP, possuindo a característica de SARI, isto é, estão alojados no Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais. Apresentam-se, com alguma relevância, RI com gestão própria. O que significa uma gestão de conteúdos distinta dos demais, apesar de se manterem integrados no portal RCAAP. A gestão própria proporciona que algumas funcionalidades não se apresentem tão funcionais como nos RI SARI, a exemplo, a visualização de estatísticas de acesso ao mesmo.

Tabela 3 - Identificação da designação de cada RI dos institutos politécnicos, URL e tipologia de gestão

Politécnico	Designação RI	Site	Tipologia
Beja	<i>Repositório Científico do IP de Beja</i>	https://repositorio.ipbeja.pt/	Gestão Própria
Bragança	<i>Biblioteca Digital do IPB</i>	https://bibliotecadigital.ipb.pt/	SARI
Castelo Branco	<i>Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco</i>	https://repositorio.ipcb.pt/	SARI
Cávado e Ave	<i>CiencIPCA</i>	http://ciencipca.ipca.pt/	Gestão Própria
Coimbra	<i>Repositório Comum</i>	http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2665	Repositório Comum
Guarda	<i>Repositório Institucional do Instituto Politécnico da Guarda</i>	http://bdigital.ipg.pt/dspace/	Gestão Própria
Leiria	<i>IC-Online</i>	https://iconline.ipleiria.pt/	SARI
Lisboa	<i>RCIPL- Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa</i>	https://repositorio.ipl.pt/	SARI
Portalegre	<i>Repositório Comum</i>	http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1373	Repositório Comum
Porto	<i>Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto</i>	https://recipp.ipp.pt/	SARI
Santarém	<i>Repositório Científico do Instituto Politécnico de Santarém</i>	https://repositorio.ipsantarem.pt/	SARI
Setúbal	<i>Repositório Comum</i>	http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2615	Repositório Comum
Tomar	<i>Repositório Comum</i>	http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5221	Repositório Comum
Viana do Castelo	<i>Repositório Científico do IPVC</i>	http://repositorio.ipvc.pt/	Gestão Própria
Viseu	<i>Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu</i>	https://repositorio.ipv.pt/	SARI

Fonte: elaboração própria, a partir de informação do RCAAP

Neste contexto de IES, os institutos politécnicos (Tabela 3) apresentam algumas peculiaridades, face às universidades, no que concerne estritamente à designação do RI e ao tipo de gestão. Há mais preponderância da designação de “Repositório Científico ...” com ligação ao nome da instituição a que respeita. No referente ao tipo de gestão é notório um menor número de RI com gestão própria, destacando-se a situação de Repositório Comum, facto não verificável nos RI das Universidades. O Repositório Comum é um repositório que se destina às instituições do sistema científico nacional que não possuam um RI próprio,

quer pela sua dimensão orgânica, quer pela falta de recursos humanos afetos a este tipo de serviços. Por esta via é-lhes permitido dar visibilidade à sua produção científica, garantindo o acesso fácil ao acervo científico e à preservação da produção realizada. Contudo, nestes casos, a adesão ao Repositório Comum é efetuada pela própria instituição. Processada a adesão, a instituição é responsável por gerir a secção do Repositório Comum a ela atribuída regulando a admissão dos autores e os depósitos.⁴⁸

Os repositórios digitais institucionais desempenham um papel crucial de mediação, na comunicação e na recuperação da informação científica (Café & Muñoz, 2017), conduzindo ao argumento de que o seu conteúdo digital tem o potencial de se tornar o maior capital intelectual de uma instituição, convertendo-se num ‘CV’ digital das próprias instituições (Holter, 2020). Permite a evidenciar métricas de desempenho e de impacto social das IES, ao reunir informações de metadados, factos exigidos cada vez mais pelos financiadores e avaliadores. Os RI têm sido, deste modo, considerados como um novo paradigma para a vulgarização de conhecimento, provocando mesmo alterações significativas nos padrões seculares de comunicação científica (Costa, 2015). Revelam-se como um recurso de AA que proporciona a salvaguarda da memória intelectual de uma instituição, alcançando a premissa das IES, no sentido de serem o centro de produção intelectual. A memória científica acautelada poderá ser acedida, reproduzida e divulgada, contando para esse facto com a acuidade necessária da preservação digital. O RI é suportado por uma série de tecnologias da informação, mas uma parte elementar dos serviços que o compõem é a gestão de mudanças tecnológicas e a migração de conteúdo digital do sistema anterior para o mais atualizado (Lynch, 2003).

1.5.1. Preservação digital

A função dos repositórios, no que concerne à salvaguarda da memória da produção científica de uma instituição, apenas fica completa se a preservação digital for cuidada, a fim de garantir o acesso futuro e incondicional aos seus acervos. Isto porque os repositórios digitais ocupam o lugar de foco da preservação digital, ao serem tomados em conta como

⁴⁸Acedido em jul. 2020 e disponível em: <http://projecto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/sobre-o-rcaap/servicos/repositorio-comum>

uma garantia do armazenamento e da autenticidade dos conteúdos digitais (Corujo, 2022). Assim se pode compreender a contribuição dos repositórios para a efetiva recuperação dos documentos e respetivos conteúdos, da sua utilidade e aplicabilidade, em virtude da preservação em suporte digital de todo um conhecimento científico produzido. Para tal exequibilidade de acesso aos conteúdos de forma permanente, tem de existir uma garantia de preservação de longa duração dos conteúdos, provando o repositório o seu caráter confiável e responsável (Jantz & Giarlo, 2013). Tal é possível oferecendo garantias aos seus utilizadores da confiança que podem ter nos resultados obtidos ao usarem a documentação do repositório. Este procedimento de confiança nos mecanismos de preservação digital, abrange os elementos da instituição, a autenticidade, a fiabilidade e a manutenção dos conteúdos e seus acessos ao longo do tempo. A preservação digital exige, referem os mesmos autores, metodologias confiáveis responsabilizando-se por todo o processo, que deve ser passível de ser auditado, bem como avaliados os seus resultados.

É neste trilho da preservação digital que todo o saber científico, produzido por gerações precedentes, chega às gerações futuras, de modo a ser lido e extraído, seja com caráter somente informativo, ou como impulsionador para a produção de mais conhecimento (Rodrigues & Rodrigues, 2015). Desta forma, o tema da preservação digital deverá suscitar alguma inquietação aos gestores e administradores dos repositórios, bem como aos produtores e detentores da informação (Pavão et al., 2016), por ser uma necessidade real dos repositórios.

Preservação digital define-se como um conjunto de medidas e infraestruturas necessárias para garantir a integridade de dados digitais a longo prazo, ou seja, por vários anos e desejável por tempo indeterminado (*ad eternum*), (Carvalho et al., 2017). A sua manutenção inclui estratégias de cópias de segurança (*backups*) regulares, algoritmos de sincronização, migração para outros formatos físicos e outras medidas que se julguem necessárias para o efeito. É importante conseguir manter a informação digital acessível, mas mais do que acessível, que esta conserve as qualidades de autenticidade básicas para ser interpretada num futuro longínquo. Para tal, é importante que a preservação digital seja dinâmica, (Rockembach & Pavão, 2018), no sentido de se manter uma constante atualização de acordo com os avanços tecnológicos e suas conseqüentes alterações. A preservação digital permite assegurar a utilização de um documento a longo prazo pela peculiaridade de comportar em si características superiores a um simples arquivo de documentos, suportando também os metadados (descritivos, de direito autoral e técnicos) e a estrutura do documento, o que facilita o seu acesso.

Também a *Digital Preservation Coalition*⁴⁹ (DPC) descreve preservação digital como um conjunto de ações precisas com a finalidade de garantir o acesso contínuo a materiais digitais durante o tempo necessário, suportando falhas dos media, mudanças tecnológicas ou mesmo organizacionais. A preservação digital exige requisitos para a manutenção a longo prazo de um fluxo de *bytes* (incluindo metadados), de tal modo que permitam a produção de um *facsimile* adequado do documento original e de todas as suas versões num constante acesso ao conteúdo do documento (Jantz & Giarlo, 2013), através do tempo e das vicissitudes da tecnologia.

A Declaração Universal sobre os Arquivos⁵⁰ refere a importância destes para a manutenção de memórias em distintos formatos, garantindo a autenticidade e a responsabilidade de modo a preservar a memória social e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a vida dos povos. Do mesmo modo o repositório promove a salvaguarda da memória intelectual e científica das suas instituições.

É inegável como as infraestruturas concebíveis para uma preservação digital segura e autêntica exigem diversos recursos que envolvem custos financeiros. Por conseguinte, é importante definir políticas de arquivo, o que significa, entre outras coisas, delimitar o conteúdo a ser preservado (Rockembach & Pavão, 2018).

Não tendo surgido apenas para o cumprimento desse objetivo, as PDD, instituídas e divulgadas nos *sites* da maioria dos repositórios institucionais, desempenham também esse princípio, ao definirem o que é permitido depositar em cada repositório.

1.5.2. Política de depósito documental

A Política de Depósito Documental insere-se nas políticas de *Open Access* ou AA, de acordo com diretrizes preponderantes, como a declaração de Berlim (2003) e a declaração de AA à literatura científica do CRUP (2006). Também a FCT tem, desde 2008, participado de forma ativa na implementação de estratégias de AA, concretamente, apoiando o RCAAP e tendo lançado em 2013 uma consulta pública⁵¹, para angariação de contributos e sugestões em torno de propostas de políticas de AA. Da referida consulta pública resultaram as

⁴⁹ Acedido em jul. 2020 e disponível em: <https://www.dpconline.org/>

⁵⁰ Acedido em set. 2020 e disponível em: <https://www.ica.org/en/universal-declaration-archives>

⁵¹ Acedido em set. 2020 e disponível em: <https://www.fct.pt/dsi/eficiencia/index.phtml.pt>

Políticas de Acesso Aberto da FCT⁵², cujas regras e recomendações incidem no AA e *online* a publicações sujeitas a revisão por pares e a dados resultantes de investigação científica financiada pela FCT, devendo ser depositadas num RI. Estas políticas entraram em vigor a 5 de maio de 2014. As recomendações da Comissão Europeia sobre o AA à informação científica e das *Guidelines on Open Access to Scientific Publications and Research Data in Horizon 2020*⁵³ também estipulam a regra de que todos os beneficiários devem garantir o AA (acesso gratuito *online* para qualquer pessoa) a todas as publicações, com revisão por pares, através do seu depósito num repositório.

Decorrentes das diretrizes das políticas da Comissão Europeia para Políticas de Acesso Aberto, da Política de Acesso Aberto da FCT e do conteúdo do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto, 2013, relativo ao depósito legal de teses de doutoramento e dissertações de mestrado ou de trabalhos conducentes à obtenção dos graus de mestre e doutor, as IES adequam, atualizam ou implementam as suas Políticas de Depósito direcionadas às publicações científicas produzidas na comunidade académica das respetivas instituições. Neste propósito as políticas definidas em cada instituição adotam diversas terminologias, não obstante o seu fulcral e comum objetivo de encorajar os investigadores, de forma voluntária, a depositarem as suas produções científicas no RI, demonstrando as vantagens dessa prática. Saliencia-se a crescente importância dos repositórios no contexto institucional, bem como o objetivo estratégico de disseminar e dar visibilidade à produção científica das instituições (Carvalho et al., 2013). Ocorrem, porém, políticas mandatórias, que se distinguem por exigir aos investigadores a obrigatoriedade de efetuarem o depósito das suas produções científicas no RI. A política de depósito obrigatório parece ser a condição principal para garantir o sucesso dos RI e permitir o seu crescimento de forma sustentada (Harnad & McGovern, 2009; Sale, 2006).

Ao longo dos anos, estudos e a experiência a nível global vêm provar que para os RI apresentarem sucesso não basta que sejam implementados, têm de ser povoados. É opinião expressa de diversos autores, (Baptista et al., 2007; Camargo & Vidotti, 2009; Rodrigues et al., 2013; Rodrigues, 2010; Swan & Carr, 2008) que numa instituição a implementação de uma política de depósito documental é o germen do sucesso de um RI. É notório que a adoção destas medidas reflete os baixos índices de depósitos voluntários nos RI e pressupõe

⁵²Acedido em set. 2020 e disponível em:

https://www.fct.pt/documentos/PoliticaAcessoAberto_Publicacoes.pdf

⁵³Acedido em abril 2021 e disponível em:

https://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants_manual/hi/oa_pilot/h2020-hi-oa-pilot-guide_en.pdf

uma solução para o aumento dos mesmos. A determinação das referidas medidas consolida a tarefa dos profissionais do RI, gestores, administradores e bibliotecários, no que concerne à persuasão dos autores a disponibilizarem, voluntariamente, os seus trabalhos científicos no RI, preferencialmente pela via do autoarquivo.

As instituições que expressam resultados avantajados ao ceder grande parte da sua produção científica em *Open Access*, por via dos seus repositórios, são as que implementaram políticas de depósito ou de arquivo como obrigatórias (Rodrigues, 2009). Um acontecimento de sucesso ocorreu no repositório da Universidade de *Southampton*, após ter sido estipulado um mandato obrigatório, em 2004 (Swan & Carr, 2008).

Todavia, nesse domínio, ainda se verifica uma lacuna, por diversos motivos, (escassez de tempo, dúvidas sobre direitos de autor, desconhecimento ou reduzida sensibilidade para esse assunto) evidenciando-se uma percentagem precária de depósito ou autoarquivo espontâneo, por parte dos investigadores. Percentagem essa que poderá ser contrariada com a prática de ações de promoção, sensibilização e incentivo (Rodrigues, 2009).

No sentido de fomentar o depósito da sua produção científica nos seus repositórios, diversas instituições de todo o mundo, entre as quais o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), várias faculdades da Universidade de Harvard e Stanford University, decidiram estabelecer a PDD (Política de Depósito Documental), cuja máxima é a obrigatoriedade do depósito em *Open Access* das publicações dos seus membros. Esta recomendação foi também instituída pela European University Association (EUA). A Política implementada surge, assim, com a finalidade de incitar o depósito da produção científica nos repositórios institucionais, pelo que as Instituições de Ensino Superior foram desafiadas a definir políticas, geralmente designadas de mandatos, que requeressem e tornassem obrigatório o autoarquivo das publicações dos seus membros⁵⁴.

O desafio, sob nomenclaturas distintas, foi ganhando corpo a par de diversas variedades de interpretações e níveis de implementação, refletindo-se no crescente número de registos de políticas adotadas e registadas no ROARMAP (*The Registry of Open Access Repository Mandates and Policies*), nos últimos anos. Sendo um indicador de cumprimento da base do AA, numa outra vertente, também promove o efeito de escala, pelo facto que cada política ou mandato favorece que outra instituição adira também aos fundamentos do AA e desta forma suscita pressão para que as editoras adotem as novas regras de publicação (Suber, 2012).

⁵⁴Acedido out. 2020 e disponível em: <http://projecto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/como-criar-um-repositorio/politicas-de-auto-arquivo>

No ano de 2020, e segundo registo no ROARMAP⁵⁵, as políticas de mandatos de AA registadas, desde 2005, aproximam-se das 1000, a nível mundial. De realçar que em Portugal, apenas em 2010, se definiram políticas com carácter mandatário. As primeiras instituições a decidir implementar foram o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade Aberta, a Universidade de Coimbra e a Universidade do Minho, esta com a atualização da política anterior, datada de 2005, aquando da sua implementação.

Na realidade, os primeiros mandatos de *Open Access* direcionados às universidades tiveram o seu início nos anos de 2003 e 2004, com o domínio pioneiro da *Queensland University of Technology*, da *School of Electronics and Computer Science da University of Southampton* e a Universidade do Minho. Contudo, foi no ano de 2008 que a divulgação de políticas institucionais de AA se intensificou e o volume de instituições com políticas de OA se ampliou. A nível internacional ficaram históricas, neste âmbito, as Universidades de *Harvard e Stanford*. De realçar que duas Faculdades da Universidade de *Harvard (Faculty of Arts and Sciences e a Harvard Law School)* e a *School of Education* da Universidade de *Stanford* estipularam políticas muito avançadas de OA, requerendo não apenas o depósito das publicações científicas, mas também a transferência do *copyright* (de forma não exclusiva) para a universidade (Rodrigues, 2009).

Ainda no ano de 2008, foram anunciadas políticas, nem sempre com carácter mandatário, em diversas universidades (Rodrigues, 2009), como foram os casos de: *Hokkaido University* (Japão), *University College of Borås* (Suécia), *Napier University* (Reino Unido), *University of Stirling* (Reino Unido), *Universidad Rey Juan Carlos* (Espanha), *Universidad Carlos III de Madrid* (Espanha), *University of Helsinki* (Finlândia), *Macquarie University* (Austrália) e a Universidade do Porto (Portugal).

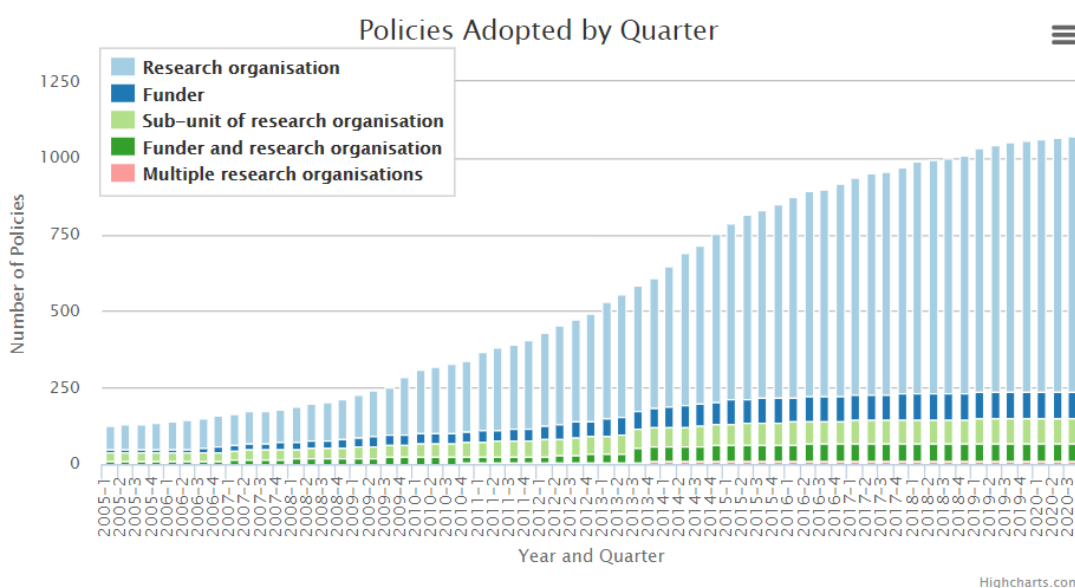
As PDD ou Mandatos prosseguiram na sua concretização por todo o mundo (Rodrigues, 2009), destacando-se em 2009: a *University of Edinburgh* (Reino Unido), o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) (Estados Unidos), a *University of Pretoria* (África do Sul), a *University College London* (Reino Unido), a *University of Bergen* (Noruega) a *University of Harvard - Graduate School of Education* (Estados Unidos), a *Roehampton University* (Reino Unido) e a *Victoria University* (Austrália).

As PDD, também designadas de Políticas de Acesso Aberto, Política do Repositório ou Mandatos, adotadas pelas universidades e demais instituições de investigação, podem ser

⁵⁵ Acedido em out. 2020 e disponível em: <http://roarmap.eprints.org/>

registadas na plataforma ROARMAP⁵⁶ que, sendo um registo internacional e pesquisável, permite evidenciar o crescimento de políticas adotadas, por trimestre, e registadas de um modo global, como se demonstra na Figura 4. Também permite a pesquisa individualmente, por instituição, acedendo à ficha resumo da política, como se pode verificar, mais adiante, na Figura 5 (Política de Depósito Específica da Instituição).

Figura 4 - Políticas de depósito documental (mandatos) – nível global



Fonte: ROARMAP

Analisando a Figura 4, verifica-se um aumento de adoção, implementação e de registos de política de depósitos, tanto em Portugal como na Europa, ao longo dos anos. É claro que os Mandatos das agências de financiamento são tidos em conta como os grandes impulsionadores do AA (Johnson & Fosci, 2016), alinhados com as políticas da FCT, que determinam o depósito de artigos com revisão por pares, bem como de livros ou capítulos de livros, em Repositórios Institucionais. Esta norma aponta como limite de data, o mais tardar, a da publicação. A possibilidade de acesso aos documentos depende da existência de um período de embargo de 6 até 12 meses, consoante se trate de publicações nos domínios das Ciências Exatas, Engenharias, Ciências Naturais e do Ambiente e de Ciências da Vida e da Saúde, ou das Ciências Sociais e Humanas, respetivamente (Fonseca, 2017).

⁵⁶ Acedido em out. 2020 e disponível em: <http://roarmap.eprints.org/>

A Figura 5 demonstra a ficha resumo da descrição da política da instituição, (aqui a da Universidade do Minho, por ter sido pioneira na implementação da sua política de depósito documental de OA), que poderá ser consultada se estiver registada no ROARMAP, através da opção “*Browse by Country*”⁵⁷.

Figura 5 - Política de depósito específica da instituição

Universidade do Minho	
General	
Country:	Europe > Southern Europe > Portugal
Policymaker type:	Research organisation (e.g. university or research institution)
Policymaker name:	Universidade do Minho
Policymaker URL:	http://www.uminho.pt/
Policy URL:	https://repositorium.sdum.uminho.pt/about/docs/Despacho_RT-98_2010.pdf
Repository URL:	https://repositorium.sdum.uminho.pt
Policy adoption date:	2004
Policy effective date:	2005
Last revision date:	28 February 2011
Source of policy:	Administrative/management decision
Policy Terms	
Deposit of item:	Required
Locus of deposit:	Institutional Repository
Date of deposit:	No later than the time of acceptance
Content types specified under the mandate:	Peer-reviewed manuscripts, ETDs, Books, Book Sections, Data
Journal article version to be deposited:	Author's final peer-reviewed version
Can deposit be waived?:	No
Making deposited item Open Access:	Requested or recommended
Can making the deposited item Open Access be waived?:	Yes
Date deposit to be made Open Access:	When publisher permits

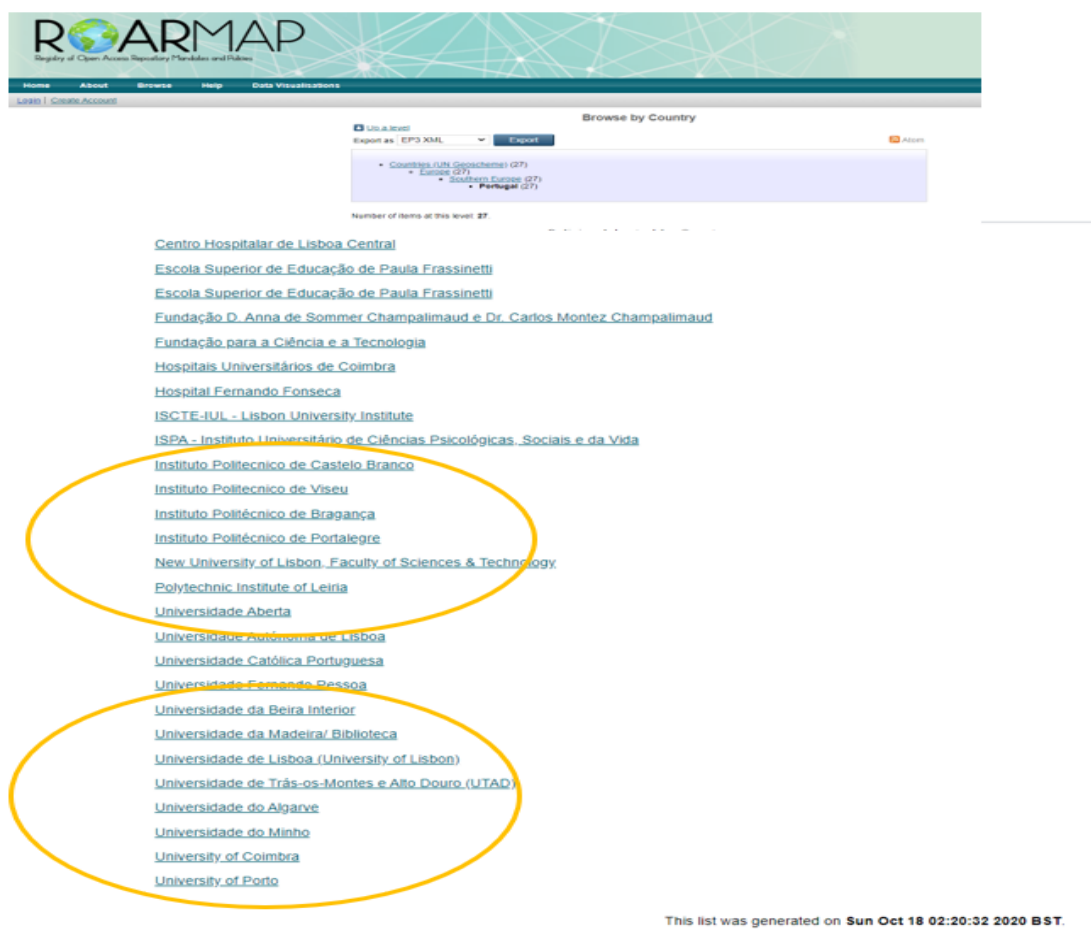
Fonte: ROARMAP

De referenciar que, em outubro de 2020, aquando da presente pesquisa, Portugal tinha registado, na plataforma ROARMAP, 27 políticas correspondentes às 27 instituições, como

⁵⁷ Acedido em out. 2020 e disponível em: <http://roarmap.eprints.org/view/country/620.html>

a Figura 6 evidencia⁵⁸. É de referenciar que destas 27, quinze correspondem a IES em foco no presente estudo. Dez pertencem a universidades e cinco a institutos politécnicos.

Figura 6- Listagem das instituições portuguesas com políticas adotadas e registadas no ROARMAP



Fonte: ROARMAP

Na Figura 6, destacam-se com um círculo as IES que integram o presente estudo e estavam registadas, à data da consulta atrás referenciada. Para uma leitura mais apurada, enumeram-se nominativamente, sendo as seguintes universidades: Universidade Aberta; Universidade da Beira Interior; Universidade da Madeira; Universidade de Lisboa; Universidade Nova de Lisboa; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Universidade do Algarve; Universidade do Minho; Universidade de Coimbra; Universidade do Porto. Os institutos politécnicos de portugueses que apresentavam o registo das suas políticas eram: o Instituto Politécnico de Castelo Branco; Instituto Politécnico de Viseu; Instituto

⁵⁸Acedido em out. 2020 e disponível em: [ROARMAP](https://roarmap.org/)

Politécnico de Bragança; Instituto Politécnico de Portalegre e o Instituto Politécnico de Leiria.

1.5.3. Estrutura interna do RI

O RI estrutura-se internamente por comunidades, alinhadas com a estrutura orgânica de cada instituição, onde se encontram integrados. As comunidades são a primeira etapa de organização de um RI e representam as diversas faculdades ou escolas superiores de cada universidade ou institutos politécnicos, bem como centros de investigação, laboratórios neles afiliados (Rodrigues et al., 2004). Constata-se, contudo, que em alguns RI existem comunidades que são entidades externas aos organismos, não afiliadas estatutariamente e, por isso, embora não espelhem a orgânica institucional, promovem a ciência, concedendo-lhe relevância (Costa, 2015). Estas parcerias das IES com o exterior permitem a articulação entre o mundo académico e o empresarial, gerando valor acrescentado para a economia e para a ciência. Isto verifica-se porque se propicia a agilização de transferência de conhecimento, desenvolvimento de novas políticas que geram maior competitividade e desenvolvimento para a sociedade. A sociedade que é o público-alvo, mas também fomenta a ampliação do papel dos NITs (Núcleos de Inovação Tecnológica) como produtores de serviços e de soluções inovadoras, com base nas investigações científicas (Santos et al., 2020). A análise aos sistemas de formação superior, ciência, tecnologia e inovação em Portugal, executada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em anos anteriores, reconhece os esforços em curso e recomenda que Portugal continue a alargar a capacidade científica e tecnológica do país. Pode fazê-lo potenciando sinergias entre empresas e centros de produção, difusão e transferência de conhecimento reforçando novas vantagens competitivas num contexto internacional. Neste contexto, foi aprovado, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 25/2028, de 8 de março, as linhas orientadoras para uma estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030, com base no aumento do investimento público e privado em atividades de I&D (Conselho de Ministros, 2018).

Demonstra-se nas Figuras (7 e 8) seguintes exemplos de RI que agregam comunidades externas à própria instituição, como anteriormente mencionado.

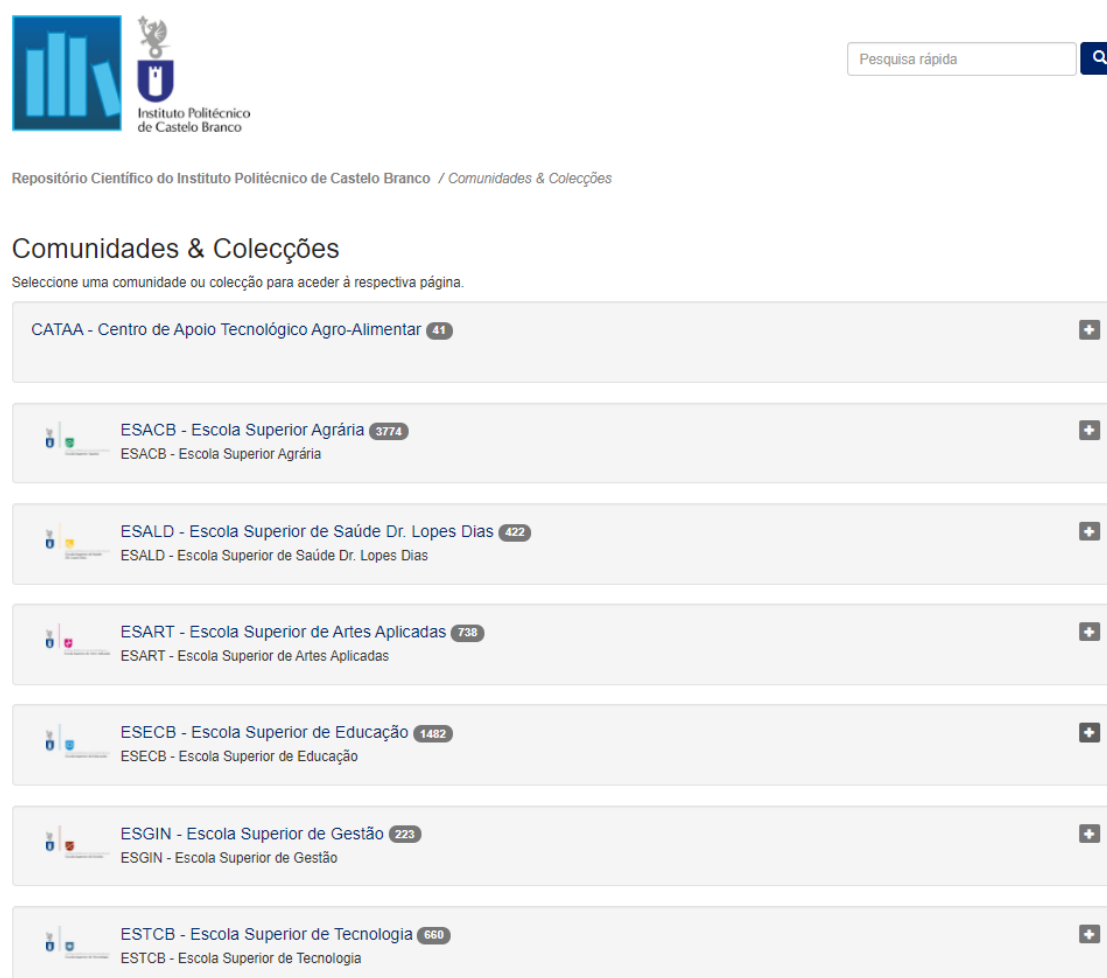
Figura 7- RI de universidade com comunidade parceira



Fonte: [uBibliorum](https://www.ubi.pt/pt/pt/Repositorio-Digital)

No site do uBibliorum, RI da Universidade da Beira Interior (UBI), é referida a cooperação importante que a comunidade externa – Parcerias – proporciona para a CA, ao estar integrado no RI e com proximidade à academia.

Figura 8 - RI de instituto politécnico com comunidade parceira



The screenshot shows the website of the Instituto Politécnico de Castelo Branco's scientific repository. At the top left is the institution's logo, and at the top right is a search bar labeled 'Pesquisa rápida'. Below the header, the page title is 'Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco / Comunidades & Coleções'. The main heading is 'Comunidades & Coleções', followed by the instruction 'Selecione uma comunidade ou coleção para aceder à respectiva página.' Below this is a list of seven communities, each with a small icon, the community name, the number of items, and a plus sign icon:

- CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar (41)
- ESACB - Escola Superior Agrária (3774)
- ESALD - Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (422)
- ESART - Escola Superior de Artes Aplicadas (738)
- ESECB - Escola Superior de Educação (1482)
- ESGIN - Escola Superior de Gestão (223)
- ESTCB - Escola Superior de Tecnologia (660)

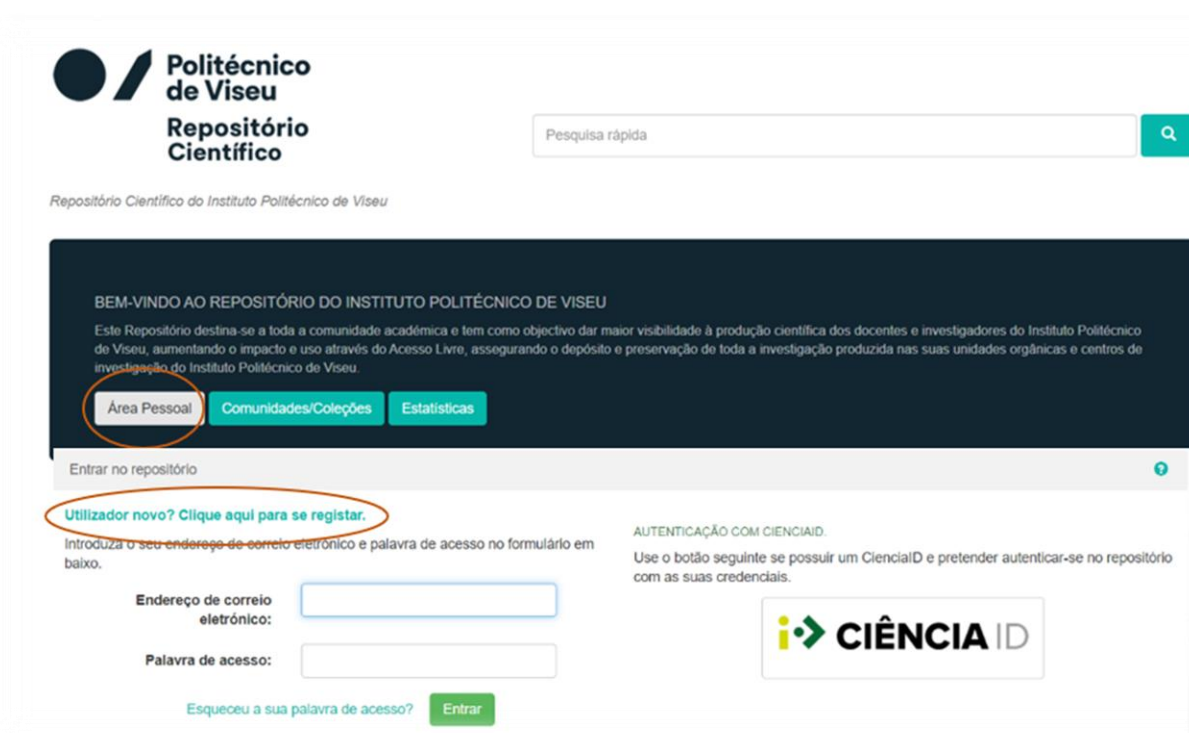
Fonte: [Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco](#)

O RI do Instituto Politécnico de Castelo Branco integra uma Comunidade parceira que se designa por CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar.

As comunidades organizam os conteúdos do repositório, por subcomunidades (departamentos ou centros de investigação) e por coleções (que refletem a tipologia documental, por exemplo: artigos, livros, capítulos de livros, atas, relatórios, teses de doutoramento, dissertações de mestrado, ente outros), de modo que a estrutura do RI seja facilmente identificada pelos depositantes e que esteja de acordo com a forma de gestão de

utilizadores e respetivas permissões de depósito⁵⁹. De realçar que cada comunidade de RI permite, no geral, o depósito de documentos, autonomamente, pela via do autoarquivo, de acordo com o registo no RI onde o investigador é afiliado. Este registo inicia-se com a criação de uma conta com o endereço de correio eletrónico de utilizador da rede, em 'Área Pessoal' na página inicial do RI, como se ilustra na figura que se apresenta:

Figura 9 - Exemplo de registo no RI para depósito de documentos



The image shows the homepage of the 'Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu'. At the top left is the logo and name. A search bar is on the top right. Below the header, there is a dark blue banner with the text 'BEM-VINDO AO REPOSITÓRIO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU' and a description of the repository's purpose. Below the banner are three buttons: 'Área Pessoal', 'Comunidades/Coleções', and 'Estatísticas'. The 'Área Pessoal' button is circled in orange. Below this is a section for login, with the text 'Utilizador novo? Clique aqui para se registar.' circled in orange. The login form includes fields for 'Endereço de correio eletrónico:' and 'Palavra de acesso:', and a green 'Entrar' button. To the right of the login form is a section for 'AUTENTICAÇÃO COM CIÊNCIAID' with a logo for 'CIÊNCIA ID'.

Fonte: [Repositório Científico do Politécnico de Viseu](https://repositorio.ipv.pt/)

Após o registo finalizado, o investigador terá de aguardar até obter a permissão de depósito nas coleções da respetiva comunidade ou unidade orgânica. Quando a permissão de depósito se efetivar o investigador poderá sempre realizar o autoarquivo e depositar documentos acedendo também à Área Pessoal (IPV, 2014) e efetuar o *login* com as credenciais de registo. Atualmente, já existe alguma interoperabilidade entre os RI e outras

⁵⁹ Informação recolhida do [RCAAP](https://rcaap.pt/) em nov. 2020

plataformas, pelo que o autoarquivo é também possível através da plataforma CIÊNCIA ID⁶⁰, cujo mote se define por: identificar, agregar e simplificar.

Alguns RI têm publicado, na sua página inicial, guias e tutoriais com diretrizes para o autoarquivo. Aprimoradamente, o RI do Instituto Politécnico de Viseu vai mais além com a publicação de um tutorial de autoarquivo em vídeo⁶¹, onde especifica cada passo, facilitando o processo aos utilizadores e motivando-os a exercerem o seu próprio depósito de produções científicas.

O universo dos repositórios é muito abrangente em termos de tipologias documentais o que permite organizar, preservar e tornar acessíveis documentos que, de outra forma, ficariam para sempre confinados às estantes dos autores e ou das bibliotecas. Cada coleção comporta uma tipologia de designação documental, de entre os quais: artigos científicos publicados em revistas com revisão por pares; teses e dissertações; livros e capítulos de livros; relatórios científicos e técnicos; documentos de trabalho; documentos de conferência; elementos multimédia e audiovisuais; dados científicos; patentes; objetos de aprendizagem, entre outros (Rodrigues & Rodrigues, 2014). Esta diversidade documental aumenta o número de documentos nos repositórios, potencializando o seu descarregamento (*downloads*) pelos utilizadores. Aliás, estes elementos são, frequentemente, utilizados para vangloriar o repositório do ponto de vista interno, bem como ser indicador de medida, para aferir o desempenho do repositório e dos autores. Podem, desta forma, obter-se rapidamente indicadores para os relatórios de atividade científica, a par da produção científica, produzida pela comunidade académica/científica de cada instituição. As coleções refletem o tipo de publicações desenvolvidas nas instituições, surgindo terminologias variadas entre repositórios institucionais, embora exista um modelo de tipologias documentais, nomeadamente, o publicado pela FCT (Costa e Freitas, 2016). Não obstante, é possível, em cada instituição/RI, adotar novas comunidades e coleções, se tal facto for necessário.

A ciência, e muito peculiarmente a ciência da informação, tem por fim a organização e classificação da informação e do conhecimento promovendo o acesso e o uso, pelo que a estrutura interna do RI deve ser clara, intuitiva e de fácil entendimento (Costa e Freitas, 2016). Uma vez que os RI são suportes informacionais, os procedimentos de recuperação de informação constituem-se como objetivos centrais da arquitetura da informação⁶² (Silva

⁶⁰ *Layout* da plataforma [Ciência ID](#). Acedido em nov. 2020

⁶¹ [Tutorial](#) de como depositar no repositório. Acedido em dez. 2020

⁶² Termo surgido na década de 70, mais precisamente no ano de 1976, atribuído ao teórico americano Richard Saul Wurman, com a intenção de solucionar problemas relacionados com a informação.

et al., 2018). Arquitetura essa que determina a categorização e classificação da informação, bem como a esquematização de acesso permitidas, para que o utilizador obtenha a informação que necessita.

Do referido, cada RI tem na página principal do seu *site* a explanação da respetiva organização interna e a estrutura de acesso direto ao conteúdo que o utilizador pretenda aceder. Este acesso pode ser às comunidades e coleções, ou diretamente ao documento pretendido, processo que se explica no subcapítulo 1.5.4, intitulado tipologias de acesso às comunidades e coleções.

1.5.4. Tipologias de acesso às comunidades e coleções

Os conteúdos das produções científicas distribuem-se nos RI pelas comunidades, que comportam grupos lógicos de documentos ordenados em coleções e inseridos nas comunidades individuais. A unidade comum de conteúdo do repositório é um *item* ou documento, que pode ser constituído por um único ficheiro ou por um *dataset* composto por vários ficheiros em diversas versões/formatos de ficheiro do mesmo documento (Príncipe, 2018).

Com o propósito que o documento pretendido para consulta seja alcançado com maior rapidez e, conseqüentemente, em menos tempo possível, cada RI oferece diversas tipologias pelo qual o acesso poderá ser iniciado e realizado. As tipologias direcionam-se prontamente para o item pretendido pelo utilizador. Este poderá filtrar a sua pesquisa clicando no item Comunidades & Coleções e consultar as várias comunidades disponíveis, por ordem alfabética, podendo visualizar e aceder às respetivas subcomunidades e coleções, dentro de cada comunidade⁶³.

Outra forma de alcançar o documento pretendido é percorrer a pesquisa pelos seguintes e mais comuns itens: Título do Documento, Autor, Índice de Autoridade, Orientador, Assunto, Data de Publicação, Tipo de Documento, Tipo de Acesso, conducentes a variados resultados, como a seguir se especifica.

⁶³ Informação recolhida em jan. 2021 do [RIUL](#)

Título do Documento

Ao selecionar este tipo de acesso, permite aceder a uma lista ordenada alfabeticamente dos títulos de todos os documentos disponíveis no RI.

Autor

Acedendo aos documentos por este filtro, permite a visualização de uma lista ordenada alfabeticamente pelo apelido dos autores, com informação do número de documentos a eles associados.

Índice de Autoridade

Este tipo de pesquisa conduz à lista disposta alfabeticamente por apelido do autor, com associação deste a um identificador Ciência ID⁶⁴ ou a um identificador ORCID⁶⁵.

Estes sistemas de gestão curricular permitem a sincronização entre eles (Sig-cv, n.d.), mostrando-se como uma ampla vantagem na circulação e propagação da informação.

Orientador

Permite aceder a uma listagem por ordem alfabética do apelido do orientador.

Assunto

Direciona a pesquisa para uma lista ordenada alfabeticamente dos assuntos existentes na coleção.

⁶⁴ [Ciência ID](#) é um meio de identificação e autenticação individual e permanente para os cidadãos que desenvolvem atividade científica. Acedido em nov. 2020

⁶⁵ [Orcid](#) é um identificador único e persistente gratuito para investigadores. Acedido em nov. 2020

Data de Publicação

Neste caso apresenta uma listagem de todos os documentos em arquivo por ordem cronológica inversa.

Tipo de Documento

Evidencia a lista nominal dos documentos de acordo com a sua denominação de conteúdos: artigo, ata, livro ou capítulo de livro, tese de doutoramento, dissertação de mestrado, etc.

Tipo de Acesso

A pesquisa por tipo de acesso reporta a quatro designações diferentes de alcance aos documentos em depósito no repositório⁶⁶, que se elencam:

Acesso Aberto

O acesso ao documento é direto e imediato não existindo qualquer obstáculo. O AA significa a disponibilização *online*, sem restrições de acesso, de literatura de caráter académico e/ou científico. Engloba comunicações em conferências, relatórios, teses e dissertações, artigos, capítulos de livros, etc., concedendo a qualquer utilizador, descarregar, ler, imprimir, pesquisar, à distância de um “*click*”.

Acesso Embargado

Ou *embargoed access* sinaliza que não é permitido o acesso imediato ao conteúdo integral do documento durante um determinado período de tempo (a data a partir do qual o documento será disponibilizado em AA deve ser mencionada nos metadados do registo). O embargo, que permeia a data da publicação formal e a data em que esta pode ser acedida livremente, é exigido pela maioria das revistas científicas, pelo que a duração destes períodos é variável.

⁶⁶ Informação recolhida do [RCAAP](#) em out. 2020

Acesso Restrito

Indica que o acesso (*restricted access*) direto e imediato ao conteúdo integral do documento não é permitido ao público em geral, mas apenas a um grupo restrito. O AA ao documento pode ser definido, por exemplo, para um grupo reduzido de utilizadores no domínio da instituição (cujo acesso é controlado e validado por endereço IP).

Acesso Fechado

Este tipo de acesso, (*closed access*) é objetivamente o oposto ao AA. O acesso direto e imediato ao documento não é permitido, com exceção ao administrador do RI.

De realçar que para os registos com Acesso Embargado, Restrito ou Fechado, os documentos disponibilizam, unicamente, metadados, impedindo o acesso ao texto integral do documento. No entanto, para estes casos, o utilizador tem sempre a possibilidade de solicitar cópia ao autor e recebê-la por email. Para isso ser concretizado, basta preencher um formulário disponível na página institucional do repositório, no respetivo registo.

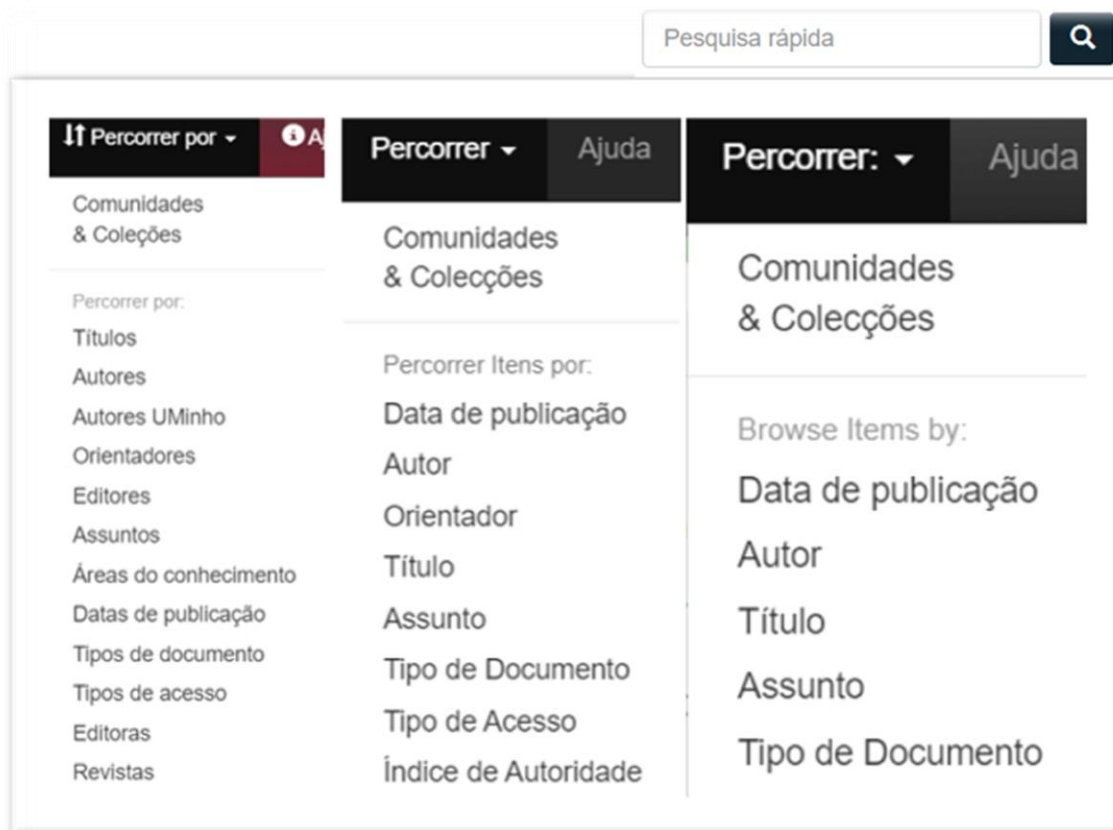
Os tipos de Acesso Embargado, Restrito ou Fechado apesar de integrarem documentos depositados em repositório de AA, adotam as particularidades descritas devido à Política de Direitos de Autor, também designado de *Copyright*. O direito de autor comporta direitos de carácter patrimonial e direitos de natureza pessoal, designados de direitos morais. No exercício dos direitos de cariz patrimonial, o autor tem o direito exclusivo de dispor da sua obra e de fruí-la e utilizá-la ou autorizar a sua fruição ou utilização por terceiro, total ou parcialmente (SDUM, 2012). No entanto, estes direitos autorais podem ser cedidos a editoras/revistas científicas, quando estas convidam os autores a assinar um documento denominado *Copyright Transfer Agreement* (CTA), para publicação dos seus artigos pela editora. Acontece que determinados editores/revistas não permitem que o autor utilize o PDF final da revista, mas permitem que o autor utilize ou produza uma versão pessoal do *postprint*⁶⁷ (Fonseca, 2017) para o depósito ou autoarquivo num repositório. Nestes casos, o documento depositado no repositório permanece com o acesso restrito, embargado ou fechado, cuja descrição das publicações (metadados como o título, autores, título da revista, etc.) ficará sempre disponível em AA, não constituindo qualquer violação de *copyright*.

⁶⁷ *Postprint* é a versão aceite para publicação, após o processo de arbitragem científica ou *peer review*.

Quando o embargo é referente a teses e ou dissertações de mestrado, na maioria das vezes é solicitado pelo próprio autor, sempre que se verifique a possibilidade de publicação em periódicos ou outros meios controlados por editoras comerciais (Silva e Weitzel, 2017).

Cada repositório comporta uma série de ferramentas que permitem percorrer as diversas comunidades, apresentando terminologias diversificadas de itens, para o acesso aos documentos, e a serem selecionadas pelos utilizadores, cuja interface pode ser observada na Figura 10. É notório que alguns RI comportam um maior cardápio de itens de pesquisa, no entanto, verifica-se que o acesso por Autor, por Título, por Assunto, por Data de Publicação e por Tipo de Documento se apresentam como tipologias opcionais comuns a todos os RI, seja afeto a uma universidade ou a um instituto politécnico.

Figura 10 - Exemplo de tipologias de acesso às coleções no RI



Fonte: elaboração própria, a partir de informação do *site* de três repositórios

Do observado na Figura 10, é visível a pluralidade de filtros e de refinamentos que os RI oferecem ao utilizador, motivando a celeridade no acesso à informação. Neste desígnio possibilita ainda a utilização da barra de navegação “pesquisa rápida” ou “pesquisa avançada” cujas palavras inseridas são pesquisadas no texto integral em todos os campos de cada documento existente no RI. Neste tipo de recolha de informação, o motor de busca

ignora determinadas palavras que ocorrem com frequência, mas não acrescentam valor para a pesquisa, como por exemplo: "a", "e", "are", "as", "at", "be", "but", "do", "for", "if", "in", "em", entre outras similares.

Outro modo de encontrar informação documental de forma mais ágil é truncar as palavras de pesquisa. Deste modo, ao usar-se um (*) após a raiz da palavra surgem todos os vocábulos que iniciam pelo indicado, como o caso de: **sele*** fará surgir as palavras selecionar, seletor, seleção, seleções. Procurar informação por frase, onde a mesma deve ficar entre (“). A exemplo "mudança organizacional". Se a opção de procura é a palavra exata, basta inserir um sinal mais (+) antes da palavra, tal como: +colégio. Ou colocar o sinal (-) para o inverso.

1.6. Ensino superior em Portugal

O subcapítulo, agora iniciado, aborda uma breve resenha da evolução do ensino superior em Portugal. Embora não sendo o foco direto do presente estudo, considerou-se pertinente a sua abordagem, uma vez que toda a investigação assentou nas IES, que são parte integrante do ensino superior em Portugal. Sustentado nas diversas legislações que o suportaram, bem como toda a sua estrutura funcional, são referidos os ciclos de estudo existentes e o grau académico que cada um confere. Deu-se a conhecer a estrutura de coordenação de cada subsistema de ensino, as carreiras de professor e de investigador e dos gestores e administradores dos RI, eixo vital da presente investigação. São as partes constituintes que formam um todo e, por tal, a interligação faz todo o sentido.

As IES, de natureza pública ou privada, são influentes no progresso da economia e da própria sociedade, devido à formação dos indivíduos, da produção e disseminação de conhecimento e cultura. Como figura crucial no sistema de produção de inovações científicas e tecnológicas, transformado em produtos e serviços, estas foram evoluindo e multiplicando-se de acordo com as exigências da sociedade.

O ensino superior em Portugal surgiu no Sec. XIII, com a criação da Universidade de Coimbra. Em 1911 foram instituídas a Universidade do Porto e a Universidade de Lisboa. Em 1930 foi criada a Universidade Técnica de Lisboa. Em 1973 edificaram-se a Universidade do Minho, a Universidade de Aveiro, a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Évora. Após o ano de 1974, outras universidades públicas foram

constituídas, assim como diversos institutos politécnicos (muitos destes integrando escolas de ensino técnico já existentes). O *boom* das universidades e escolas superiores aconteceu na década de 1980, por consequência do aumento de procura estudantil (Queiró, 2017).

O aumento dos estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal foi significativo a partir da década de 80/90, do Sec. XX, como se apresenta na Tabela 4, que evidencia o número total no ano de 2021, comparativamente ao ano de 1990, representando um aumento de cerca de 58%.

Tabela 4 - Estabelecimentos de ensino superior

Tipos de Ensino	Anos/Total		Público	Privado
	1990	2021	2021	2021
Universitário	89	125	82	43
Politécnico	91	160	103	57
Total IES	180	285	185	100

Fonte: [Pordata](#) e [DGES](#)⁶⁸

A Tabela 4 demonstra a totalidade do número de instituições de ensino superior e suas unidades orgânicas existentes em Portugal, numa dimensão de IES públicas e privadas. Esta caracterização não foi possível apurar no referente ao ano de 1990. Por esse facto, no ano em apreço, apresentam-se os valores totais de IES.

Atualmente mantém-se a organização do ensino superior num sistema binário, constituído pelo ensino superior universitário e pelo ensino superior politécnico. Num mesmo propósito de transmissão de saberes, distinguem-se pelo enquadramento da formação ministrada. O ensino superior universitário oferece formação com características científicas mais sólidas, unindo as competências de ensino e da investigação (Rodrigues, 2016), orientado para a criação do saber científico e cultural. No respeitante ao ensino superior politécnico, este visa proporcionar uma formação científica, cultural e técnica de nível superior. Essa formação pretende desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica, de índole teórico-prática com vista ao desempenho de atividades profissionais. Por

⁶⁸ Acedido em jun. de 2022

natureza, assume um sentido fortemente vocacional focado para a investigação aplicada e criação do saber para a prática profissional.

O RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior)⁶⁹, estabelecido pela Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino superior, que compreendem as universidades, os institutos universitários e outras instituições de ensino universitário de cariz público ou privado. Caracterizam-se como instituições de alto nível tendo como missão primordial a criação, a transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental. A certificação dos graus académicos é um pouco simétrica em ambos os sistemas de ensino, no que visa à atribuição dos graus de Licenciado e de Mestre. Difere nas universidades e nos institutos universitários que podem conferir o grau de Doutor (RJIES, 2007).

No tocante à denominação, as IES devem adotar uma denominação própria e característica, em língua portuguesa, cuja identificação seja inequívoca, evitando confundir-se com a de outra instituição de ensino público ou privado, ou deturpando a natureza do ensino ou mesmo da instituição. Permanece reservada, para denominações dos estabelecimentos de ensino superior, a utilização dos termos “universidade”, “faculdade”, “instituto superior”, “instituto universitário”, “instituto politécnico”, “escola superior” e outras expressões que transmitam a ideia de neles ser ministrado Ensino Superior. A denominação de cada instituição de ensino apenas poderá ser utilizada após o registo junto do ministério da tutela (RJIES, 2007).

Relativamente às unidades orgânicas (UO), as universidades e os institutos politécnicos podem possuir UO autónomas, fora da sua sede, com órgãos e pessoal próprios, designadamente: unidades de ensino ou de ensino e investigação, unidades de investigação, bibliotecas, museus e outras.

O Ensino Superior insere-se no quadro geral do sistema educativo, publicado pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro⁷⁰, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo. Nesta, o sistema educativo é definido como um conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia da ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da

⁶⁹ Acedido em jul. 2021 e disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/640339>

⁷⁰ Acedido em jun. 2021 e disponível em: <https://dre.pt/application/file/222361>

sociedade. Posteriormente, a Lei de Bases do Sistema Educativo foi alterada em alguns dos seus articulados pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto.

Em 2005, foram iniciados os primeiros passos para a reforma do sistema de ensino superior, com a introdução de um novo sistema de créditos curriculares (ECTS)⁷¹, baseado no trabalho do estudante para ciclos de estudo, mecanismos de mobilidade, suplemento ao diploma, entre outros. Foram efetuadas alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo de modo a implementar o Processo de Bolonha (DGES, 2008). De realçar que as metas propostas no Processo de Bolonha se caracterizavam pela transição de um sistema de ensino baseado na transmissão de conhecimentos, para um sistema baseado no desenvolvimento das competências dos estudantes, cuja aquisição se pretende transversal, desempenhando um papel decisivo (MCTES, 2008).

O regime jurídico dos graus académicos e diplomas do ensino superior foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março⁷², tendo sido empreendida, em 2006, uma nova estrutura organizada em três ciclos de estudo: licenciatura, mestrado e doutoramento. Foi aplicada na íntegra, em Portugal, a partir do ano letivo de 2009/2010. O primeiro ciclo, conducente ao grau de licenciado, no ensino politécnico tem uma duração normal de seis semestres curriculares, correspondentes a 180 ECTS. O ensino universitário tem uma duração normal compreendida entre seis e oito semestres curriculares, sendo atribuídos 180 ou 240 ECTS. O segundo ciclo, conducente ao grau de mestre confere 90 a 120 ECTS e comporta uma duração compreendida entre três e quatro semestres curriculares. Ao longo das alterações, surge evidenciada a diferenciação de objetivos entre os subsistemas politécnico e universitário, à luz da experiência europeia comparável, num contexto de igual dignidade e exigência, mas de vocações diferentes (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março). Neste contexto, no ensino politécnico o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar, predominantemente, a aquisição de uma especialização de natureza profissional. Já no ensino universitário o mesmo ciclo de estudos deve assegurar, predominantemente, a aquisição de uma especialização de natureza académica com recurso à atividade de investigação ou que aprofunde competências profissionais.

Em síntese, o ensino superior em Portugal comporta os seguintes ciclos de estudos⁷³:

⁷¹ ECTS — *European Credit Transfer and Accumulation System*

⁷² Acedido em jul. 2021 e disponível em: <https://dre.pt/application/file/671482>

⁷³ Acedido em jul. 2021 e disponível em: <https://www.dges.gov.pt/>

- **Curso Técnico Superior Profissional – CTeSP**

É um ciclo de estudos superior não conferente de grau académico, com 120 ECTS e uma duração de dois anos, cuja conclusão com aproveitamento conduz à atribuição do diploma de técnico superior profissional. Foi concebido em 2014 e corresponde ao ciclo de estudos curto ligado ao 1.º ciclo previsto no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior.

- **Licenciatura**

Confere o grau de licenciado, com 180 ou 240 ECTS, cujo período de formação poderá oscilar entre os 6 e os 8 semestres.

- **Mestrado Integrado**

É um ciclo de estudos de formação inicial ministrado apenas no ensino universitário, que tem 300 a 360 ECTS e uma duração normal compreendida entre 10 e 12 semestres.

- **Mestrado**

O grau de mestre é conferido numa determinada especialidade. Tem 90 a 120 ECTS e uma duração normal de 3 a 4 semestres.

- **Doutoramento**

O grau de doutor é conferido num ramo do conhecimento ou especialidade. Não está definida a duração do ciclo de estudos conducente ao grau de doutor nem o número de ECTS correspondente. O mais frequente é que tenha uma duração de 6 a 8 semestres e 180 a 240 ECTS. O grau de doutor é conferido aos que tenham obtido aprovação no ato público de defesa da tese.

Outros Cursos e Diplomas não conferentes de grau:

- **Pós-graduações**

Pós-graduação é o nome atribuído a um curso a que se acede depois de uma primeira “graduação”, por norma a licenciatura, ministrado em estabelecimento de ensino superior.

- **Pós-Doutoramentos**

Os programas de pós-doutoramento correspondem a cursos de especialização efetuados após a realização de um ciclo de estudos de doutoramento, ministrados nas instituições de ensino superior.

O sistema de ensino superior em Portugal, unificado por uma mesma missão de promoção da investigação, mantém a tipologia de um sistema binário, como referido anteriormente. Nessa linha de atuação, o seguinte ponto mostra a integração em Órgãos representativos de cada sistema de ensino (universitário e politécnico), devidamente autónomos.

1.6.1. Conselho de Reitores das universidades portuguesas

O CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) é uma entidade de coordenação do ensino universitário em Portugal e integra como membros efetivos o conjunto das 13 universidades públicas: a Universidade do Minho, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro, a Universidade da Beira Interior, a Universidade de Coimbra, a Universidade de Lisboa, a Universidade Aberta, a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Évora, a Universidade do Algarve, a Universidade da Madeira e a Universidade dos Açores. O CRUP agrega, ainda, o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, a Universidade Católica Portuguesa e o IUM – Instituto Universitário Militar, totalizando a integração de 16 instituições de ensino superior. Procura, nesta medida, constituir um núcleo de representatividade significativo de uma parte importante do sistema nacional de ensino superior.

Os órgãos do Conselho do CRUP constituem-se pelo Plenário, Presidente, Comissão Permanente e Comissões Especializadas, cujos diversos cargos se distribuem pelos Reitores de cada IES, nele afiliadas.

Geograficamente, as universidades públicas que integram o CRUP concentram-se em maior número na zona de Lisboa e no norte do país. No interior e na zona sul é relevantemente inferior, como é demonstrado na Figura 11.

Figura 11 - Distribuição geográfica das universidades que integram o CRUP



Fonte: [CRUP](#)

O CRUP, como coordenador e representante das universidades nele integradas, assume como missão de trabalho diversos eixos respeitantes ao ensino universitário público. Colabora na formulação das políticas nacionais de educação, ciência e cultura e em projetos legislativos, pronuncia-se no âmbito de questões orçamentais e de alterações relevantes no

ensino universitário público. Desta forma, contribui para o desenvolvimento do ensino, investigação e cultura e, em geral, para a dignificação das funções da universidade e dos seus agentes, bem como para o estreitamento das ligações com organismos estrangeiros congéneres. Por tal, o CRUP é membro efetivo da *European University Association* (EUA)⁷⁴, onde 47 países estão representados através das suas Universidades, Conselhos de Reitores e outras organizações de ensino superior e de investigação. A integração na EUA permite fóruns para cooperação e troca de informações das diretrizes europeias de educação e de investigação.

No seguimento da ação colaborativa preponderante na formulação das políticas nacionais de educação, ciência e cultura, o CRUP está representado em 38 conselhos científicos e comissões consultivas de âmbito regional e nacional, abordando temas tão amplos como o ensino superior, avaliação e acreditação, a ciência, a estatística, a saúde, o desporto, a economia e a regulação da comunicação social.

A coordenação e representação das universidades públicas pelo CRUP não lhes retira a respetiva autonomia, pelo que as mesmas auferem o financiamento em larga escala pelas transferências de verbas inscritas anualmente no Orçamento de Estado e é regulado pela Lei n.º 37/2003 de 22 de agosto, alterada pela Lei n.º 49/2005 de 30 de agosto e pela Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro. Além do valor das transferências do Orçamento de Estado, as universidades públicas financiam a sua atividade através do recurso a receitas próprias provenientes de verbas de projetos de investigação, fundos comunitários, serviços prestados à comunidade e das propinas pagas pelos seus estudantes.

No ensino superior público, a partir do ano letivo de 2020/2021, o valor máximo da propina⁷⁵ a fixar pelas instituições de ensino superior é reduzido de 871 € para 697 €. Este montante é fixado para os cursos técnicos superiores profissionais e para os ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado, integrados de mestrado e mestrados, cuja ligação ao grau de licenciado é indispensável para o acesso ao exercício de uma atividade profissional. O valor da propina devida pela inscrição no ciclo de estudos conducente ao grau de mestre, nos restantes casos, e no ciclo de estudos conducente ao grau de doutor é fixado pelos órgãos competentes das instituições de ensino superior, pelo que se apresentam valores distintos no universo das IES.

⁷⁴ Acedido em ago. 2021 e disponível em: <https://eua.eu/>

⁷⁵ Acedido em ago. 2021 e disponível em: <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/propinas>

1.6.2. Conselho coordenador dos institutos superiores politécnicos

O CCISP⁷⁶ (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos) é o órgão de representação conjunta dos estabelecimentos públicos de ensino superior politécnico e surgiu na sequência do Conselho Coordenador da Instalação dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico, criado pelo Decreto-Lei n.º 513-L1/79, de 27 de dezembro, e que tinha como principal função coordenar as comissões instaladoras dos institutos politécnicos e de escolas não integradas. A 1 de outubro de 1993, foi publicado o Decreto-Lei n.º 344/93, que aprovou o atual estatuto do CCISP.

O ensino superior politécnico organiza-se em institutos politécnicos, escolas superiores neles integradas, e escolas superiores não integradas em qualquer instituto. Para além disso, algumas escolas politécnicas encontram-se integradas em Universidades.

Atualmente, integram o CCISP todos os Institutos Superiores Politécnicos públicos, nomeadamente: o Instituto Politécnico de Bragança, o IP de Viana do Castelo, o IP do Cávado e do Ave, o IP do Porto, o IP de Viseu, o IP da Guarda, o IP de Coimbra, o IP de Leiria, o IP de Tomar, o IP de Castelo Branco, o IP de Santarém, o IP de Lisboa, o IP de Setúbal, o IP de Portalegre e o IP de Beja. Têm também assento no CCISP as escolas superiores politécnicas não integradas (Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, a Escola Superior de Enfermagem do Porto, Escola Náutica Infante D. Henrique e Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril) e as escolas politécnicas integradas na Universidade dos Açores, Universidade do Algarve, Universidade de Aveiro e Universidade da Madeira, cuja representação é efetivada pelo presidente de cada instituição.

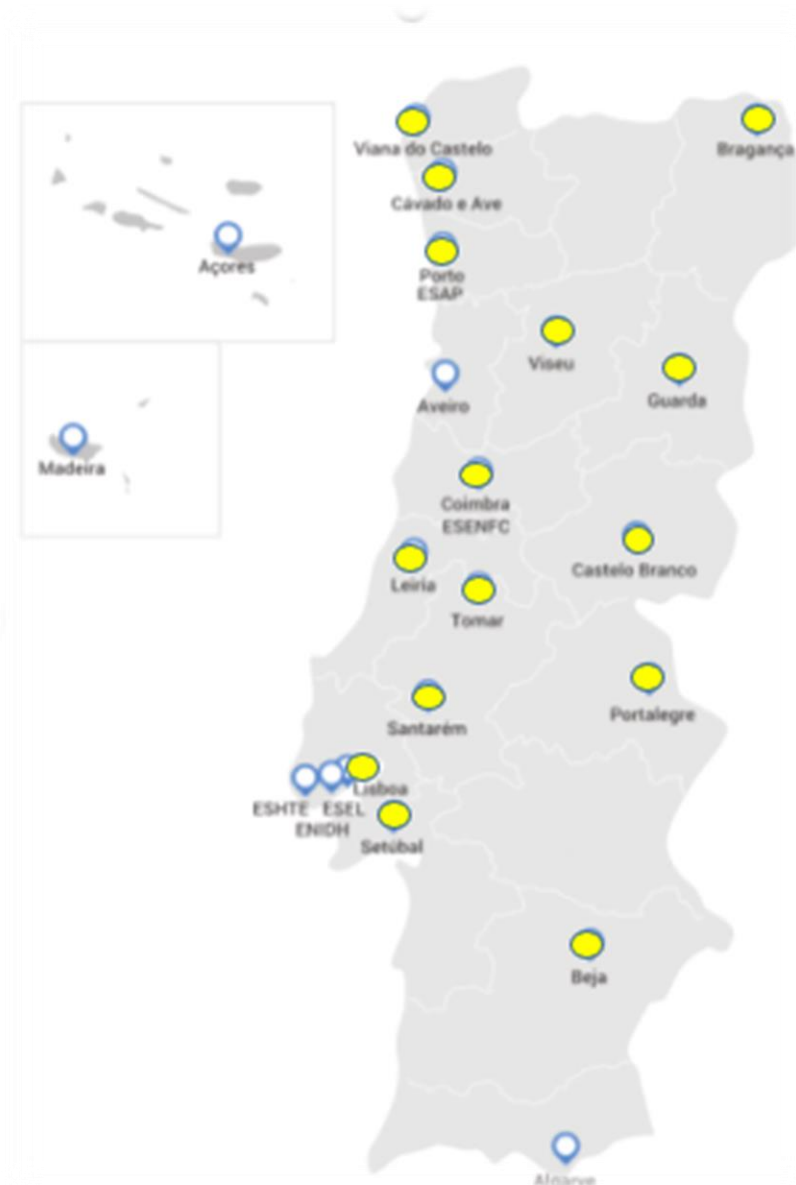
A principal competência do CCISP é a emissão de pareceres e tomada de posições sobre assuntos que abordem matérias relacionadas com o ensino superior. Trata-se, pois, de um órgão de consulta do ministério com a tutela do ensino superior, sendo, igualmente, chamado a tomar posição junto de outras entidades, como a Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República. O CCISP faz também a ligação entre as diversas instituições com assento no Conselho, cooperando para a fixação de linhas de ação, que

⁷⁶ Acedido em ago. 2021 e disponível em: <https://ccisp.pt/pt/o-ccisp/>

visem o progresso do ensino superior, a harmonização de processos entre as várias instituições e a incrementação da colaboração, quer através de projetos comuns, quer através da disseminação de informação relevante para os membros, entre outras responsabilidades.

As instituições integradas no CCISP encontram-se distribuídas geograficamente pelo país, com maior concentração na zona centro de Portugal Continental, Figura 12, com destaque para os institutos politécnicos em estudo na presente investigação.

Figura 12 - Distribuição geográfica dos institutos superiores politécnicos afiliados no CCISP



Fonte: [CCISP](#)

1.6.3. Professores e Investigadores

Os professores e investigadores do ensino superior português são regidos por estatutos de carreira próprios e algo distintos: a carreira docente universitária, a carreira docente do ensino superior politécnico e a carreira de investigação científica, no respeito pelo disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo. No entanto, integram um mesmo princípio orientador de contribuir decisivamente para a criação das condições para o desenvolvimento científico moderno em Portugal. Neste âmbito, as relações estreitas entre a carreira de investigação e a carreira docente universitária, a coexistência e a interpenetração entre ambas, aconselham a manter o atual paralelismo entre elas (Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de Agosto). Dessa forma, as universidades inscreveram a investigação científica como elemento central da carreira universitária, consagrando condições de dedicação exclusiva dos seus docentes.

As IES públicas devem possuir um corpo docente permanente que beneficie de um estatuto reforçado de estabilidade no emprego, em número apropriado e em conformidade com os respetivos Estatutos da Carreira Docente⁷⁷. Assim, devem possuir os recursos humanos necessários para efetivar as suas missões, sem prejuízo da contratação de serviços externos, sendo responsável pelo recrutamento e promoção do seu pessoal docente, tal como estipulado na lei. No ensino superior público o pessoal docente divide-se em pessoal de carreira, cujo recrutamento é realizado por concurso, e pessoal contratado, não pertencente à carreira docente, o qual é recrutado por convite.

No ensino universitário, a carreira do pessoal docente engloba as categorias de Professor Auxiliar, Professor Associado e Professor Catedrático (Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de Agosto). No ensino politécnico, a carreira de pessoal docente abrange as categorias de Professor Ajunto, Professor Coordenador e Professor Coordenador Principal (DGES, 2009).

A carreira de professores e investigadores universitários foi criada pelo ECDU⁷⁸, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro. Foi alvo de diversas alterações posteriores,

⁷⁷Acedido em ago. 2021 e disponível em: https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/conditions-service-academic-staff-working-higher-education-55_pt-pt

⁷⁸Acedido em ago. 2021 e disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/367673/details/normal?l=1>

de acordo com a necessidade de adequação de medidas de salvaguarda e estabilização dos vínculos dos professores do ensino superior universitário.

O ECDU formula o esquema pelo qual deve ser regulada a carreira docente universitária, avaliando a sua importância, na medida em que a carreira docente universitária é uma das que mais cuidados exige e maior estímulo necessita, para uma contínua capacidade pedagógica e científica de qualidade. A avaliação dos seus quadros é preponderante, uma vez que a qualidade dos docentes é fator que afeta profundamente todos os outros níveis de ensino, bem como todo o desenvolvimento cultural e socioeconómico do País.

Nesse sentido, a ideologia que enforma o referido diploma fundamenta, ainda, o próprio caminho que se pretende traçar para a universidade. É importante que ela seja mais autónoma para justamente se tornar mais responsável, mais ativa, mais dinâmica, mais audaz e com maior intervenção na sociedade. Neste pressuposto, são traçados os direitos e obrigações de quantos anseiem seguir a carreira docente, compensando o valor do seu trabalho, mas exigindo, ao mesmo tempo, uma dedicação e um esforço permanentes em benefício da universidade.

Em prol dos desafios da modernidade e do reforço das instituições científicas, o XIII Governo Constitucional erigiu como objetivos da política nacional de ciência e tecnologia a promoção de uma investigação científica de qualidade e relevância reconhecidas. Foi também promovida a gestão de recursos humanos capazes da criação de condições de avaliação e acompanhamento independentes de políticas científicas, valorizando e dignificando a atividade de investigação científica (Decreto-Lei nº 124/99 de 20 de Abril).

As carreiras dos professores do ensino superior universitário e do ensino superior politécnico assumem uma interligação estreita com a carreira de investigador, pelo que o estatuto de cada carreira visa a permeabilidade entre elas, ainda que respeitando a especificidade de cada uma. Por tal, o Decreto-Lei nº 124/99 de 20 de Abril consagra um conjunto de regras específicas que determinam a elaboração de uma disciplina própria que se pretende aplicável a todas as instituições públicas que se dediquem às atividades de investigação científica e tecnológica, incluindo os estabelecimentos de ensino superior.

De acordo com o estipulado no ECDU, são funções dos docentes universitários: a realização de atividades de investigação científica, de criação cultural ou de desenvolvimento tecnológico. Devem ainda prestar o serviço docente que lhes for distribuído, acompanhar e orientar os estudantes, participar em tarefas de extensão universitária, de divulgação científica e de valorização económica e social do conhecimento. É também sua função participar na gestão das respetivas instituições universitárias, cooperar em outras tarefas

distribuídas pelos órgãos de gestão competentes e que se incluam no âmbito da atividade de docente universitário.

Relativamente às funções dos docentes do ensino superior politécnico, estabelecido no ECPDESP⁷⁹ (Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico), caracteriza-se por prestar o serviço docente que lhes for distribuído e acompanhar e orientar os estudantes. Têm ainda a responsabilidade de realizar atividades de investigação, de criação cultural ou de desenvolvimento experimental, participar em tarefas de extensão, de divulgação científica e tecnológica e de valorização económica e social do conhecimento. Estão também encarregues de participar na gestão das respetivas instituições de ensino superior, colaborar em outras tarefas distribuídas pelos órgãos de gestão competentes e que se incluam no âmbito da atividade de docente do ensino superior politécnico.

O conteúdo funcional das categorias da carreira de investigação científica prende-se com a execução de atividades de investigação e desenvolvimento de todas as outras atividades científicas e técnicas enquadradas nas missões das respetivas instituições. Entre outras, devem participar na conceção, desenvolvimento e execução de projetos de investigação científica. Têm também o dever de acompanhar os trabalhos de investigação desenvolvidos pelos bolseiros, pelos estagiários de investigação e pelos assistentes de investigação. Faz ainda parte das suas funções orientar teses de estudantes do ensino superior, designadamente de licenciatura, de pós-graduação, de mestrado e de doutoramento (Decreto-Lei nº 124/99, 1999).

No que comporta ao recrutamento, para admissão à profissão de professor/docente nas IES públicas (universidades e politécnicos), efetua-se por concurso, no que visa ao pessoal de carreira, titulares de grau de doutor, para contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Nas categorias excluídas da carreira, pessoal especialmente contratado, o recrutamento efetiva-se por convite para contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo. Neste âmbito, poderá ocorrer a contratação de assistentes convidados, detentores do grau de mestre ou licenciado, com currículo adequado, sendo-lhes atribuído o exercício de funções docentes, sob orientação de um professor de carreira. Estes contratados podem pertencer à própria IES ou a outra, universitária ou politécnica.

⁷⁹ Acedido em ago. 2021 e disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2009/08/16800/0576005784.pdf>

A carreira de investigação científica⁸⁰ desenvolve-se, da base para o topo, através das categorias de Investigador Auxiliar, Investigador Principal e de Investigador-Coordenador. O recrutamento, na carreira de investigação, processa-se por concurso documental, por transferência ou por permuta. Os candidatos devem ser detentores de grau de doutor na área científica do concurso. É possível a admissão de candidatos de outras áreas distintas, desde que possuam currículo científico relevante nas áreas requisitadas a concurso. O concurso consiste na apreciação do *curriculum vitae* e da produção científica dos candidatos.

1.6.4. Gestores e administradores de RI

A subsistência e o progresso de um RI assentam em fatores cruciais, nomeadamente, na sensibilização da comunidade académica para salvaguardar e expandir a sua produção intelectual através destas plataformas (Miguéis e Neves, 2021). Por esta razão, a visão interventiva, o acompanhamento, por parte dos gestores/administradores mostra-se vital no âmbito de diversas abordagens no propósito de mudanças comportamentais capazes de surtir esse efeito no corpo académico. A ratificação científica de metadados, a organização temática de conteúdos, os alertas, revelam-se como práticas implementadas de serviços específicos focados para o investigador, incentivando-o ao exercício do autodepósito das suas produções. Estas práticas visam a consciencialização do repositório como um veículo de comunicação científica, permitindo a sua valorização e o seu crescimento.

É, assim, inegável que os gestores/administradores dos repositórios desempenham um papel predominante no que respeita ao êxito dos mesmos. São diversas as ferramentas utilizadas para promover o repositório dentro e fora da instituição, desenvolvendo essencialmente sessões de formação presencial, seguidas de materiais de apoio tais como *flyers* e páginas web, como fulcrais suportes comunicacionais e de divulgação do RI. Deste modo os gestores/administradores dos RI necessitam de utilizar diversas aplicações informáticas, muito além do *DSpace* ou *Eprints*, cujas versões evoluíram substancialmente (Eíto-Brun & Lobón-Márquez, 2020), devido à adoção de novos padrões concebidos no contexto da *web* semântica e de dados abertos. Esta realidade exige estratégias de arquivo e de preservação digital e a utilização de diversos *softwares*, visto que nenhum garante a integração de elementos necessários à implementação de uma estratégia eficaz de arquivo e preservação digital. É de realçar que a gestão de todo o planeamento de preservação de

⁸⁰ Aprovado o Estatuto da Carreira de Investigação Científica pelo Decreto-Lei nº 124/99, de 20 de abril, acedido em ago. 2021 e disponível em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1999-34528275>

dados integrados no RI está a cargo dos gestores/administradores. Esta gestão inclui a submissão das produções científicas, pelo investigador, a administração da informação em arquivo no repositório e estende-se até à disseminação da informação para o consumidor. Assim, é imprescindível fomentar um contexto favorável que lhes permita expandir as competências fundamentais ao desenvolvimento da sua atividade⁸¹, facultando-lhes familiarização com as temáticas, formação específica para gestores/administradores ao nível das componentes gerais e técnicas, mas também na gestão administrativa de comunidades, coleções, direitos de autor e suporte a utilizadores.

Integrados em bibliotecas digitais, os gestores/administradores dos repositórios são, maioritariamente, bibliotecários (Rodrigues et al., 2016), podendo também ser informáticos, que desempenham outro tipo de atividades. A inclusão das TIC no seio da investigação científica alterou os papéis dos intervenientes no sistema de comunicação científica, estabelecendo assim novas funções para os seus elementos (Ferreira, 2020). Estes apresentam-se como gestores da informação e administradores do sistema, desenvolvendo uma ampla interatividade com diversos atores do processo. Interagem com os utilizadores do repositório, com o grupo de trabalho que define e decide a implementação das políticas dos repositórios, com a equipa da informática, com os investigadores que submetem as suas produções científicas e ainda se relacionam com os avaliadores e revisores dos conteúdos e dos metadados (Shintaku e Meirelles, 2010).

A interatividade referida exige aos gestores/administradores competências multifacetadas e especializadas no domínio de diversas valências, nomeadamente na vertente da comunicação, ao ser fundamental implementar estratégias de promoção do RI e desenvolvimento de normas de apoio ao utilizador (Amante & Segurado, 2009). Persuadir os professores e investigadores a realizarem o autoarquivo manifesta-se como um dos grandes desafios. Neste contexto, é imperativo comunicar com a comunidade científica, bem como, com os órgãos da direção da instituição (Ferreira, 2020). A capacidade de gestão é também uma das habilidades exigidas aquando da coordenação de projetos na proposta de atividades do RI, assim como na gestão de recursos humanos e trabalho em equipa.

Possuir conhecimentos técnicos inerentes à manutenção e administração do RI revela-se como outra competência necessária dos gestores/administradores, designadamente possuir informação quanto às normas e protocolos de interoperabilidade, curadoria dos dados e

⁸¹Informação acedida em ago. 2021 e disponível em: <http://projecto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/como-gerir-um-repositorio/gestores-de-repositorios>

metadados que ficam disponibilizados no RI, sempre com a preocupação do cumprimento das políticas institucionais. Outra capacidade exigida a estes profissionais é ter a noção quanto à implementação de serviços de valor acrescentado, valor esse que significa disponibilização de estatísticas de consultas do RI, de *downloads*, de contabilização de número de depósitos, de métricas de citação e de técnicas de preservação. (Ferreira, 2020; Queiroz & Araujo, 2020).

O domínio da propriedade intelectual e *copyright* surge também como uma competência cada vez mais exigida aos gestores/administradores do RI, por esta temática se evidenciar como um obstáculo entre estes e os investigadores, repercutindo-se no sucesso ou não do autoarquivo.

A função dos gestores/administradores dos repositórios reveste-se de enorme responsabilidade pela exigente capacidade de múltiplos conhecimentos específicos de coordenação. Destacam-se a mestria em perceber o sistema utilizado, a organização da informação, o alinhamento com os propósitos da instituição, relativamente ao RI. A perícia no que visa às diversas categorias de utilizadores, garantindo-lhes a disponibilidade adequada das ferramentas e informações do repositório, facilitando-lhes o acesso.

Os gestores/administradores dos repositórios absorveram uma metamorfose de competências, dissuadindo o seu papel de guardiões do acesso aos recursos de informação externos, enquanto bibliotecários integrais, para passarem a guardiões da informação, do conhecimento produzido internamente (Amante, 2014). Como figuras centrais no bom funcionamento do repositório, os gestores/administradores possuem todos os privilégios no mesmo, podendo executar todos os procedimentos disponíveis. Não obstante, podem, inclusive, executar tarefas destinadas a outros tipos de utilizadores. Verifica-se que este procedimento é utilizado, maioritariamente, para solucionar problemas (Shintaku e Meirelles, 2010).

2. Metodologia da investigação

No capítulo que se inicia, dedicado à metodologia da investigação, identificam-se os diversos instrumentos metodológicos utilizados na recolha de dados, justificando-se a opção dos mesmos, suas características identificativas, bem como a metodologia aplicada na angariação e compilação dos dados. Referem-se e descrevem-se, igualmente, os critérios que sustentam a consideração das hipóteses na investigação, o contexto e amostra do estudo, os instrumentos de investigação, o tratamento estatístico, bem como a triangulação de dados.

Tomando em consideração primordial as características que envolveram o estudo, optou-se na presente investigação pela metodologia assente no paradigma de métodos mistos - *Mixed Methods Approach* – com carácter quantitativo e qualitativo, substanciada em três tipos de instrumentos de recolha de dados: a análise documental das páginas *web* dos RI, o inquérito por questionário e a entrevista. Este método foca a questão principal da investigação ao permitir analisar a matéria entre as variáveis, através do método quantitativo e de ‘ver o mundo com lentes’ no aspeto qualitativo (Creswell, 2014), numa interpretação e análise dos dados recolhidos. Ambos os métodos apresentam desígnios semelhantes projetados para a compreensão e explicação de comportamentos e de factos (Dzurec e Abraham, 1993), desde os antecedentes até à consequência.

A metodologia de métodos mistos permite alcançar um maior nível de profundidade no entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (Richardson, 2017), ao contribuir para uma análise mais próxima da realidade. Proximidade essa que conduz a uma fusão de ambas as abordagens, filtrando-se os respetivos pontos fortes. Assim, reforça-se a confiança alcançada nas conclusões (Bryman, 1988), fortalecendo a amplitude do material da discussão, o que contribui para fortalecer a confirmação dos resultados. Esta robustez é cimentada pela clarificação em maior profundidade que os dados qualitativos permitem, face aos dados quantitativos.

No objeto de estudo, a metodologia de métodos mistos considera-se pertinente por permitir uma análise crítica e reflexiva em todas as perspetivas a serem analisadas (Denzin, 2006) dentro de um campo. Isto denota a existência cumulativa do conhecimento dentro desse mesmo campo, complementando-se.

Perante alvos distintos, foi imprescindível obter resultados relativamente às diversas fontes de dados. Desde o apuramento do número de depósitos documentais de produção científica, que os repositórios evidenciam, ao número de visualizações e de *downloads*, que reflete a atividade do utilizador com o RI. Foi, também, importante conhecer e relacionar as práticas exercidas pelos professores e investigadores na utilização dos repositórios, seja numa vertente de utilizador pesquisador ou de utilizador povoador, ao cederem os seus *outputs* científicos para depósito no RI, com a existência de políticas de depósito institucionais. Considerou-se, da mesma forma, fundamental compreender as políticas determinadas, internamente, em cada IES, no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos. Além disso, foi ainda essencial aferir quais as técnicas de comunicação que estão instituídas para promover o uso do repositório, numa perspetiva interna, mas também externa, contribuindo para uma utilização mais profícua do recurso digital que é o RI.

2.1. Âmbito

A presente investigação foi desenvolvida através da recolha de dados nas universidades e nos institutos politécnicos portugueses, como se pormenoriza no ponto 2.3. (contexto e amostra da investigação). Considerou-se a análise documental dos respetivos diretórios dos RI, a aplicação de inquéritos aos professores e investigadores afetos a cada IES e a realização de entrevistas aos gestores e administradores de cada RI.

2.2. Hipóteses consideradas na investigação

A revisão bibliográfica evidencia uma diminuta adesão ao depósito nos RI (Freitas & Leite, 2019; Holter, 2020; Martins, 2013; Tillman, 2017; Williamson & Mirza, 2015), de *outputs* científicos, por parte dos professores e investigadores, face ao global da sua produção científica. Neste sentido, consideraram-se algumas hipóteses a serem testadas de acordo com determinados procedimentos. Para uma perceção do estado global dos RI, não se encontrando essa descrição na bibliografia, procedeu-se à análise de cada *site* dos

repositórios, em foco neste estudo. Verificou-se alguma discrepância das categorias ‘coleções’ – tipologia documental, no que concerne à variedade, mais ou menos descritiva, de nomenclatura por tipo de documentos científicos em depósito, e uma ligeira oscilação, nem sempre positiva, no volume de consultas e *downloads*, nos últimos anos. Neste contexto, e para melhor se compreender a dinâmica de atividade dos RI, foram lançadas as seguintes hipóteses (H):

H1. Existe uma relação positiva entre o número de *downloads* e de consultas, relativamente ao número total de documentos registados no RI;

H2. O depósito de *outputs* científicos, por parte dos professores e investigadores, é maior nas IES onde existem incentivos como mecanismo de recompensa;

H3. Todos os RI têm instituídas e aplicam estratégias de comunicação e políticas internas e externas, no sentido de promoção à sua utilização.

2.3. Contexto e amostra da investigação

No que diz respeito à designação de amostra, esta define-se por ser parte ou subconjunto de dados da população a ser investigada (Braga, 2010). O presente estudo caracteriza-se por ser uma investigação descritiva/explicativa, cujo objetivo fulcral se centrou no conhecimento de opiniões e atitudes de uma população e em identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos factos (Gil, 2002). Apesar do tema global dos RI ser conhecido no campo científico, pretendeu-se aprofundar e dar-se a conhecer a realidade atual. Procurou-se, ainda, contribuir para a fortificação científica, no que respeita aos gestores e administradores dos RI, uma vez que se sentiu alguma escassez de estudos neste domínio. Desta forma, aplicaram-se entrevistas a pessoas que tiveram experiências práticas sobre o tema investigado e realizaram-se inquéritos por questionário, com diversas questões abertas, para melhor se compreender os hábitos de utilização dos RI. Nesta investigação a amostra é de conveniência e não probabilística (Delgado et al., 2011). Considerou-se, deste modo, a amostra de professores/docentes e investigadores do

universo dos RI de universidades públicas que integram o CRUP⁸². Excluiu-se, deste modo, a Universidade Católica, por não ser de cariz público/estatal, o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e o Instituto Militar, por não adotarem a designação de universidade. A amostra incluiu, ainda, os professores e investigadores dos RI dos institutos politécnicos que integram o CCISP⁸³ (tendo sido excluídas as escolas superiores não integradas e as escolas politécnicas integradas em universidades). Nesta amostra incluem-se também os professores e investigadores, de um vasto espectro de áreas científicas, que desempenham funções nas referidas IES, no ano letivo 2020-2021 e os gestores/ administradores dos RI, referidos anteriormente.

A decisão pela amostra prende-se com o objetivo de se aferir o funcionamento dos RI das universidades e institutos politécnicos públicos portugueses, e o impacto que a obrigação regulamentar e legal de depósito dos trabalhos nos RI tem junto da comunidade científica. O facto de os professores deterem uma dupla função laboral proporcionou uma resposta à pergunta central da investigação. Este fator é relevante, no sentido de que ao serem professores e investigadores, se percebe que efetuem mais investigação científica, num gesto triangular de pesquisas, *downloads* e de depósitos das suas produções científicas, praticando, desta forma, um contacto mais próximo com o objeto de estudo, os RI. Pelo facto de exercerem a docência e de contactarem de perto com os seus estudantes, presume-se que abordem o assunto da utilização dos repositórios e seja até pertinente que estimulem a sua utilização, numa assertiva comunicação de ciência e de transmissão de conhecimentos.

A amostra do presente estudo comportou o total de 28 IES, distribuídas por 13 universidades e por 15 institutos politécnicos.

⁸²O CRUP integra um total de 16 IES: 13 Universidades Estatais; 2 Institutos Universitários; Universidade Católica. Informação acedida em mar. 2019 e disponível em: <http://www.crup.pt/universidades/>

⁸³O CCISP integra um total de 24 IES: 15 Institutos Politécnicos; 5 Escolas Superiores Não Integradas; 4 Escolas Politécnicas integradas em Universidades. Informação acedida em mar. 2019 e disponível em: <https://ccisp.pt/pt/membros/>

2.4. Instrumentos da investigação

Na investigação implementada foram adotados diversos tipos de instrumentos de investigação em consonância com as diferentes recolhas de dados. Procedeu-se à análise da tipologia documental da produção científica depositada nos repositórios e que compõem o acervo (Rodríguez Gutiérrez, 2019). Foi realizada a verificação das visualizações e dos *downloads*, pela observação direta dos mapas estatísticos das páginas *web* de cada RI. Aplicaram-se inquéritos por questionário, *online*, aos professores e investigadores da comunidade científica desta investigação. Os questionários compreendiam perguntas fechadas para proporcionar um tratamento quantitativo de dados mais objetivo (Foddy, 1996) e questões abertas, que permitem obter informação descritiva mais detalhada e pessoal (Gil, 2002). Efetivaram-se entrevistas semiestruturadas, aos administradores/gestores dos repositórios, suscitando respostas mais descritivas, transmitindo as opiniões pessoais.

A análise documental permite quantificar, identificar e acompanhar o desenvolvimento dos RI (Rodrigues, 2016), no que concerne aos depósitos e acessos, (visualizações e *downloads*), num traço diacrónico, bem como indagar e apresentar as estratégias de comunicação ou políticas internas estabelecidas em torno dos RI das instituições a serem investigadas. Quando é efetuada uma investigação, torna-se fundamental que seja executada uma análise documental no sentido de o investigador possuir toda a informação necessária para que adeque os procedimentos a realizar. Neste sentido, a recolha de dados descritivos através de metodologias essencialmente qualitativas pareceu ser assim fundamental para o desenvolvimento posterior de conceitualizações teóricas mais refinadas e compreensivas (Poczwadowski e Conroy, 2002).

No final, efetuou-se a triangulação dos dados recolhidos pelos diferentes instrumentos de investigação, tendo sido salvaguardados todos os aspetos de carácter ético na utilização de dados pessoais, conforme o RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados europeu)⁸⁴.

⁸⁴ Informação acedida em ago. 2020 e disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32016R0679> e <https://dre.pt/application/conteudo/123815982>

2.4.1. Levantamento do registo documental de cada RI

O registo documental nos RI é um procedimento de organização e de armazenamento de informação, que exige perícia organizacional de forma a suscitar empenho e utilização da informação por toda a academia e membros interessados.

É inegável que a importância que uma instituição atribui ao seu repositório é essencial para definir estratégias e as melhores opções de gestão. É, antes de mais, importante divulgar o serviço junto da comunidade de utilizadores e sobretudo de produtores de informação, para que o acervo documental no RI possa aumentar. Para que essa divulgação seja eficiente e profícua é conveniente que se adote uma comunicação estratégica (Pereira, 2014).

A comunicação estratégica qualifica-se por um planeamento, bem definido e estruturado, com o intuito de atingir um objetivo global de uma organização. Para arquitetar uma estratégia é necessário ter informações de organizações adversárias em relação aos seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. Um dos fatores diferenciadores das organizações é a capacidade de ouvir, observar e sentir as preocupações e tendências, tendo em conta um valor acrescentado para todos os interessados (Pereira, 2014). Revela-se primordial a construção de novos modelos de pensamento e perícia dos colaboradores, de forma a promoverem estratégias para aprender continuamente em busca do sucesso organizacional.

A comunidade deve ter informação relativa à utilização do repositório, tanto em termos técnicos, como no que se refere às implicações jurídicas dessa utilização. A formação aliada a uma boa comunicação são pilares essenciais para aumentar o número de depositantes e, potencialmente, de registos, bem como o de utilizadores do sistema. Para tal, as organizações devem estabelecer um plano de comunicação anual (a ser apresentado ao poder executivo) onde se descrevam as ações concertadas, com a finalidade de atingir um objetivo global (Pereira, 2014), neste concreto, o incremento da utilização do RI. Com especial ênfase para o registo documental da produção intelectual da instituição.

Naturalmente que um RI que possui um número mais elevado de depósito documental tem a capacidade de uma maior oferta de conhecimento científico e, subsequentemente, uma capacitação abrangente de opção de consultas e de *downloads*.

Metodologia do levantamento do registo documental de cada RI

O registo documental de cada RI foi efetivado de acordo com o acesso às respetivas páginas *web*, no dia 31 de dezembro de 2020, a partir do acesso da página *web* do diretório do RCAAP⁸⁵. O registo do número de documentos de cada RI foi reunido num documento Excel, onde foi elaborada uma grelha de dados e consequentemente concebido um gráfico global de acordo com a característica da instituição. Foi também criado um gráfico refletindo a informação do volume total dos registos correspondentes às universidades e o outro aos institutos politécnicos. Todos os dados foram apresentados graficamente por valores descendentes. Sendo dados expostos publicamente, é pertinente e curioso verificar a hierarquia do RI, em número total de registos, na data referenciada.

2.4.2. Apuramento do número de consultas e de *downloads* de cada RI

Sabendo-se do papel preponderante que os RI comportam no que visa ao poder de disseminação do conhecimento científico, tomando-se como fluídos de verdadeira e rigorosa sapiência, é de extrema importância utilizar instrumentos que permitam a sua avaliação. A função das estatísticas revela-se de grande importância para os repositórios, fornecendo informação plausível aos gestores sobre a sua utilização. Concedem, aos investigadores e autores, informação no tocante à dinâmica das citações, dos *downloads* e das consultas, que constituem uma evidência da utilização dos trabalhos de investigação (Miguéis & Neves, 2021). A referida medição são métricas que refletem a utilização do RI e espelham a sua visibilidade, numa dimensão externa. Qualitativamente, se ocorrem visualizações e *downloads*, certamente se efetuam pesquisas, leituras e produção de trabalhos (Ramos & Martins, 2020), realçando o fluxo de conhecimento científico.

⁸⁵ Acedido em dez. de 2020 e disponível em: <https://www.rcaap.pt/directory.jsp>

Metodologia do apuramento do número de consultas e de downloads de cada RI

O apuramento dos valores de consultas e de *downloads* de cada RI processou-se de acordo com a disponibilização estatística em cada página *web* de cada repositório. É de notar que nem todos os RI dispõem dessa visibilidade.

No dia 31 de dezembro de 2020 percorreu-se cada *site* dos RI em estudo e efetivou-se o registo dos números de cada variável em análise. Seguiu-se o apontamento em tabelas no ficheiro Excel e, posteriormente, elaboraram-se os gráficos estatísticos.

2.4.3. Verificação da tipologia documental de cada RI

A identificação é a classificação do fundo documental, cujo desenvolvimento obedece a parâmetros da diplomática arquivística para a padronização de tipologias de documentos e gestão dos mesmos. Nos RI, essa gestão de tipologias apresenta-se com diferenças significativas, face a outros sistemas de recuperação de informação, por permitir a interação dos autores. Esta interação repercute-se no exercício do autoarquivo, ao ser necessário discernir as diferentes tipologias documentais a depositar (Fujita, 2022).

A tipologia documental no RI tem como finalidade facilitar a localização conceitual dos documentos. Sob uma estrutura lógica do acervo documental, representa a natureza do organismo nele refletido e permite obter de modo mais fácil a informação pretendida, por esta se apresentar tipificada (Silva et al., 2018). Assim, nos diversos domínios científicos, a tipologia documental permite assegurar a eficiência e eficácia na organização da informação no RI, internamente, e disponibilizá-la externamente para o utilizador, de uma forma mais célere e intuitiva.

É assim que a disposição da informação no RI está associada às coleções de cada uma das comunidades ou subcomunidades, organizadas segundo a tipologia documental estabelecida (Miguéis & Neves, 2021).

Metodologia de verificação da tipologia documental de cada RI

No que diz respeito ao item da tipologia documental, a metodologia para a sua verificação e comparação entre instituições desenvolveu-se a partir do levantamento das listagens públicas em cada *site* de cada RI. Posteriormente foram reunidas globalmente e separadas por categoria institucional, em tabelas, com recurso ao programa estatístico Excel. Foram assinalados em cada RI a tipologia adotada e aferidas as diferenças tipológicas.

2.4.4. Inquérito por questionário

Um questionário é um instrumento de recolha de informações com questões que abrangem um tópico de interesse para o investigador, não havendo interação direta com os inquiridos (Carmo e Ferreira, 2015). De acordo com Luc Van Campenhoudt (2019), o questionário é dirigido ao inquirido, sendo lido e preenchido por ele. Nessa sequência, é importante que a formulação das questões seja explícita e precisa, de modo a permitir uma interpretação correta das mesmas. Apesar de o questionário não ser propriamente uma metodologia qualitativa, na medida em que não implica a interação com o inquirido, mostra-se necessariamente útil ao ser aplicável a diversos e abrangentes segmentos da população. O inquérito por questionário, se composto por perguntas fechadas, possibilita a recolha de dados facilmente tabuláveis e quantificáveis e garante o anonimato (Gil, 2002).

Em função dos objetivos pretendidos, o investigador deve assegurar que as questões vão ser entendidas da forma pretendida. Desse modo, é importante validar um pré questionário, pelo ‘método dos juízes’ (Ramos, 2016). A validação, ou o pré teste, deve ser realizada por indivíduos que se encontrem em situação semelhante à amostra a ser pesquisada (Gil, 2002). Estes indivíduos devem aceitar dedicar mais tempo (do que o público-alvo) a responder às perguntas, aferindo a compreensão e detetando alguma gralha, para que seja efetivada a validação. Quanto maior for a clareza das questões e quanto maior for o leque das opções de repostas sugeridas, menor será o potencial enviesamento.

Estrutura do questionário

Os questionários podem comportar diversos tipos e ser aplicados de acordo com as particularidades do estudo e preferência dos investigadores. Há autores que privilegiam o modelo de questionário semiestruturado, por o considerarem muito adequado à dimensão e enquadramento temporal dos estudos, sobretudo quando o tempo para a sua realização é escasso (Gillham, 2000). Outros autores invocam que a aplicação de perguntas fechadas favorece a uniformidade das respostas, evitando desvios maiores (Foddy, 1996), contudo promove uma certa limitação no teor da própria resposta.

A forma como a pergunta é apresentada no questionário é fundamental para a obtenção da resposta pretendida (Gillham, 2000; González-Teruel, 2005), o que exige uma maior clareza do enunciado que junto com a opção de perguntas fechadas fomenta a resposta que o investigador pretendeu alcançar. No âmbito da análise estatística, a utilização de perguntas fechadas favorece a execução de métodos estatísticos de análise de dados (Hill e Hill, 2012), revestindo essa análise de maior requinte e até sofisticação. No entanto, exige que se adote algum acautelamento a fim de se evitem resultados demasiados simples. A utilização de questionários com perguntas muito abertas promove morosidade no andamento das investigações, tanto para o lado do inquirido como do inquiridor, como defendem vários autores (Bell, 2010; Gillham, 2000; González-Teruel, 2005; Hill e Hill, 2012). A preferência pela aplicação de perguntas abertas e fechadas tem a sua especificidade, em cada modalidade (Freixo, 2012), sendo a decisão do investigador de optar como colocar as perguntas e qual o género a utilizar para cada item que pretende obter resposta.

Atendendo às recomendações verificadas e reunidas na teoria bibliográfica, referente à estruturação do questionário (Coutinho, 2018; Ferreira, 2014), foi tido em conta o modelo semiestruturado como sendo o mais conveniente à tipologia de questões, cuja informação de resposta se pretendia obter. Neste sentido, o questionário apresenta-se na sua constituição por um conjunto de perguntas de escolha múltipla, fechadas e algumas perguntas abertas. É de salientar que, para uma recolha de informação mais refinada, algumas perguntas de escolha múltipla oferecem a hipótese de resposta aberta, com um total de 24 questões (Apêndice 1).

No que ao formato das perguntas diz respeito, foi utilizado um modelo diversificado para que fosse possível assegurar uma estrutura favorável e bem adequada. Considerando que o investigador deve ter em consideração os variados formatos de perguntas (J. Bell, 2010) e utilizá-los de forma a conseguir obter respostas com informação mais objetiva e clarificada, foram aplicadas perguntas em série e com alguma hierarquia. O questionário oferecia também uma pergunta baseada na Escala de Likert, no caso de 1 a 5, onde 1 representava ‘pouca importância’ e 5 ‘muita importância’. Nesta, os respondentes especificavam o seu nível de concordância com a afirmação. O inquérito por questionário continha, ainda, perguntas em grelha com a possibilidade de selecionarem em simultâneo várias opções de resposta.

Privilegiou-se a técnica de construção de perguntas do geral, numa visão mais abrangente, para o mais específico. Iniciou-se o inquérito por questionário com perguntas simples e finalizou-se com perguntas mais complexas e focadas no assunto a investigar. Na perspetiva metodológica, alguns autores (Foddy, 1996; González-Teruel, 2005) referem que esta é a forma mais correta para a sua formulação, possibilitando a agregação de valor sequenciado às respostas, o que incrementa e enriquece o conteúdo final.

Quanto ao *layout* do questionário atendeu-se a uma apresentação cuidada, como defendido por vários autores (González-Teruel, 2005; Freixo, 2012; Hill e Hill, 2012). Estes referem que a forma cuidada ou descuidada de apresentação de um questionário aos inquiridos, seja em contexto de formatação ou de distribuição das perguntas, vai interferir na reação comportamental no momento do seu preenchimento. A tabela 5 expõe de forma sintética a estrutura de apresentação e dimensões de análise do questionário aos professores e investigadores das IES, referenciadas na caracterização da amostra.

Deste modo, o questionário foi estruturado em seis grupos de questões. O primeiro grupo destinou-se à contextualização dos objetivos do inquérito e clarificação sobre diversos pontos, nomeadamente: âmbito da investigação, tempo de preenchimento do inquérito, informação de o ato ser voluntário e sobre o tratamento de dados. Estes pontos são fulcrais, para que o inquirido tivesse a noção correta da participação no estudo. Partilhou-se também o email da investigadora, a fim de se poder responder e clarificar eventuais dúvidas, por parte dos respondentes ao questionário. O segundo grupo caracteriza o perfil dos participantes no estudo. O terceiro identifica a importância que os professores e investigadores dispensam ao repositório da sua instituição. A quarta secção retrata a usabilidade do RI. O quinto grupo aborda a comunicação /divulgação praticada na instituição relativa à existência do RI. O sexto grupo refere-se ao conhecimento e cumprimento da Política de Depósito Documental, pelos inquiridos.

Tabela 5 - Estrutura do questionário aplicado aos professores e investigadores

Secções	Identificação	Descrição
I	Contextualização do Estudo	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação do âmbito do estudo - Apresentação dos intervenientes na investigação - Clarificação das características do estudo - Solicitação de preenchimento voluntário do questionário
II	Caracterização do Perfil do Inquirido	<ul style="list-style-type: none"> - Instituição de afiliação - Situação profissional - Categoria Profissional - Domínio Científico - Habilitações Literárias - Idade - Sexo
III	Importância do Repositório	<ul style="list-style-type: none"> - Escala Likert de 1 a 5 a importância dispensada ao RI
IV	Usabilidade do Repositório	<ul style="list-style-type: none"> - Frequência de utilização para pesquisas - Recurso mais utilizado para partilha de <i>outputs</i> científicos - Tipologia documental mais publicada no RI - Média anual de registos no RI - Motivos para não utilizar/depositar no RI
V	Comunicação/Divulgação do Repositório	<ul style="list-style-type: none"> - Forma como divulga a existência do RI - Opinião relativa à comunicação interna da IES - Sugestão de melhoria de comunicação - Incentivos existentes na IES para o exercício do depósito no RI - Sugestão de incentivos - Opinião relativa à satisfação dos requisitos da política obrigatória
VI	Cumprimento da Política de Depósito Documental	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento da Política na IES - Nível de Cumprimento da Política - Três motivos para proceder ao depósito no RI - Três motivos para não proceder ao depósito no RI - Sugestão de melhoria da utilização do RI

Fonte: elaboração própria

Definida a estrutura do questionário, passou-se à metodologia de aplicação do questionário.

Metodologia de aplicação do questionário

Numa fase inicial, foi elaborado um pré-questionário, que foi enviado, em 13 de novembro de 2020, a alguns professores e investigadores de diferentes universidades e politécnicos, onde foi solicitada a opinião relativamente ao seu preenchimento e de forma a ajudar a depurar aspetos menos positivos e de eventual difícil compreensão. Após o acolhimento das respostas com as sugestões de melhoria, procedeu-se à correção das lacunas identificadas e repetiu-se o procedimento, para confirmação, submetendo o questionário à Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior (UBI). Validado o questionário pelo ‘método dos juízes’, elaborou-se o formato final do questionário a aplicar, de acordo com a estrutura descrita na tabela do ponto anterior, onde são evidenciadas as questões de acordo com cada categoria.

Perante o questionário elaborado, testado e com as necessárias autorizações institucionais, nomeadamente o parecer favorável da Comissão de Ética (Anexo 1), procedeu-se à distribuição do mesmo aos professores e investigadores. Foi tido em conta que decorria o mês de fevereiro de 2021, início do segundo semestre letivo. Neste período não decorriam avaliações escolares aos estudantes, pelo que se entendeu ser o momento oportuno, por se perceber a maior disponibilidade por parte dos inquiridos. Este momento coincidia com o confinamento obrigatório, fruto da pandemia COVID-19, obrigando a que as aulas decorressem em formato *online*, estando, por este motivo, os inquiridos do questionário em casa.

O questionário, que estava disponível online, na plataforma *Google Docs*, dirigido aos professores e investigadores, foi enviado, no dia 15 de fevereiro de 2021, através de solicitação de distribuição para cada IES. O endereço de *email* foi obtido por contacto telefónico anterior, comportando em anexo uma carta de apresentação (Apêndice 2), dirigida respetivamente a cada Reitor ou Presidente, de acordo com a instituição. Cada IES procedeu à distribuição da informação do *link* do questionário pelos seus professores e investigadores, solicitando a sua colaboração de preenchimento.

O questionário (Apêndice 1), esteve disponível para preenchimento *online*, desde 15 de fevereiro a 20 de abril de 2021.

Para um universo de 69 374 professores e investigadores e para um nível de confiança de 95%, seria necessário obter uma amostra de 382 indivíduos. Na realidade a amostra final obtida foi de 692, correspondendo a 181%, valor quase em dobro do necessário para o nível

de confiança indicado pelo cálculo da amostra⁸⁶. O universo foi baseado em informação concedida na DGEEC⁸⁷. Solicitou-se informação a esta entidade, por impossibilidade de cada IES confirmar o número exato de professores e investigadores a quem foi distribuído o inquérito por questionário, no ano letivo 2020/2021, como solicitado aquando do pedido de divulgação do mesmo (Apêndice 2).

Quando se constatou que o fluxo de respostas começou a diminuir, quase a parar, deu-se por encerrado o questionário, desativando-se o link de acesso.

Assim que o período de respostas se deu por terminado, o questionário foi descarregado a partir do ficheiro Excel, retirado do *Google Docs*. Foram analisadas as 703 respostas rececionadas, das quais se consideraram válidas 692. Efetuou-se a categorização das respostas abertas e importaram-se os dados para o programa SPSS, versão 24, aplicação selecionada para a concretização do tratamento estatístico.

A dimensão da amostra revelou-se sólida, face ao resultado apresentado pela calculadora de amostras, como é esquematizado na Tabela 6, que se apresenta seguidamente.

Tabela 6 - Professores e investigadores: dimensão da amostra

Nº de Prof./investigadores	Nº de questionários distribuídos	Tamanho da amostra para um nível de confiança de 95%	Nº de respostas obtidas	Nº de respostas validadas	Dimensão final da amostra %
69 374	69 374	382	703	692	181

Fonte: elaboração própria

O próximo ponto aborda as questões metodológicas relativas ao processo completo de aplicação da entrevista, desde a sua estrutura à aplicação da mesma, no propósito de uma compreensão mais aprimorada.

⁸⁶Calculadora para determinar a amostra de um estudo, segundo a população sob investigação. Acedido em dez. 2020 e disponível em: <http://www.adimen.es/calculadora-muestras.aspx>

⁸⁷ Informação acedida em dez 2020, disponível em: https://www.dgeec.mec.pt/np4/BD_Docentes/

2.4.5. Entrevista

A entrevista é um instrumento de investigação comumente utilizado nas metodologias qualitativas (Bogdan e Biklen, 2013). Caracteriza-se por uma técnica que envolve duas pessoas, em que uma pessoa formula as questões e a outra responde. Tem a vantagem de poder ser aplicada a pessoas com menos conhecimentos tecnológicos ou que apresentem dificuldades em se expressar, pelo apoio que podem receber do interlocutor (Gil, 2002).

Compreender o mundo do ponto de vista do sujeito, para revelar o significado das experiências das pessoas, para descobrir o seu mundo vivido, antes de explicações científicas (Kvale, 1996), é também uma vantagem da aplicação da entrevista. Desta forma, o entrevistador pode prosseguir em profundidade a informação em torno do tema, ao assumir uma posição de naturalista (McNamara, 1999), uma vez que diz respeito ao ambiente natural onde os acontecimentos ocorrem e são o objeto da pesquisa. A entrevista possibilita a recolha de dados na voz do próprio emissor, permitindo ao investigador um conhecimento aprofundado e compreensivo do desenvolvimento de um percurso de experiências e significados do próprio indivíduo (Sayrs, 1998), numa total transparência do *know-how* do entrevistado.

A entrevista pode ser adotada como objeto de recolha de dados dominante ou pode ser utilizada em complemento com outros instrumentos de recolha de dados, como sejam o questionário, a observação participante, a análise de documentos ou outras técnicas (Bogdan e Biklen, 2013).

No presente estudo, a entrevista foi utilizada como instrumento complementar de recolha de dados, no propósito de clarificar especificamente dados relativos ao funcionamento e características reais dos repositórios institucionais, bem como conhecer e entender as políticas internas e técnicas de comunicação, usabilidade e visibilidade dos RI. Sabendo-se que a entrevista permite a aproximação com a realidade organizacional e a observação da forma como as pessoas interpretam as suas vivências (Bogdan e Biklen, 2013), a mesma adquire contornos importantes numa investigação. Desta forma, este tipo de metodologia é empregue para recolher dados descritivos na linguagem da própria pessoa, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma noção relativamente ao modo como os sujeitos interpretam aspetos do mundo (Bogdan e Biklen, 2013).

A entrevista foi realizada aos gestores e administradores de cada RI das IES, em foco nesta investigação, no sentido de se conhecer o estado global de atividade do RI de cada instituição. Tinha-se também o objetivo de perceber a viabilidade das políticas definidas internamente e as estratégias de comunicação estabelecidas na instituição, conducentes ao incentivo da usabilidade do repositório. Era ainda importante obter informação da visibilidade externa do mesmo.

Estrutura da entrevista

A entrevista era composta por seis grupos, denominados de categorias, sendo que a primeira e a última eram complementares aos objetivos da investigação. A categoria I contextualizava o estudo e a legitimação da entrevista em si e a categoria VI destinou-se a um momento de possíveis sugestões ou esclarecimentos, por parte do entrevistado e a agradecimentos pela entrevistadora. A estrutura e dimensões de análise da entrevista apresenta-se de modo sucinto na Tabela 7.

Tabela 7 - Estrutura da entrevista aplicada aos gestores e administradores do RI

Categorias	Identificação	Descrição
I	Contextualização do Estudo e legitimação da entrevista	- Identificação do âmbito do estudo - Apresentação da entrevistadora - Solicitação de colaboração nas respostas da entrevista - Clarificação das características do estudo
II	Caracterização do Perfil do Entrevistado	- Idade - Formação Académica - Categoria Profissional
III	Características do RI	- Data de entrada em produção do RI - Número de Comunidades e coleções - Tipologia documental - Número de utilizadores registados no RI - Número de utilizadores autorizados a efetuar autoarquivo
IV	Usabilidade do Repositório Técnicas de Comunicação Políticas Internas	- Políticas internas na promoção do depósito no RI - Técnicas de Comunicação na promoção do RI, interna e externamente - Política de Acesso Aberto e monitorização do seu cumprimento - Motivos de inibição da prática do autoarquivo
V	Visibilidade do Repositório	- Visibilidade das estatísticas de consultas e <i>downloads</i> - Estatísticas relativas ao ano de 2020 - Referência do RI nas redes sociais digitais
VI	Esclarecimentos e agradecimentos	- Oportunidade para o entrevistado deixar um comentário - Agradecimento pela entrevistadora/investigadora

Fonte: elaboração própria

No sentido de uniformização da entrevista, decidiu-se seguir o guião da entrevista (Apêndice 3), que adotou o modelo de entrevista semiestruturada, cujas questões foram definidas anteriormente. Excepcionalmente, em momentos pertinentes da entrevista, foram introduzidas questões complementares, para maior clarificação, contudo, sem fugas de realce.

Procedimentos na aplicação da entrevista

Para ser possível a concretização das entrevistas, efetuou-se um contacto telefónico, à *priori*, com cada IES, no propósito de se identificar o gestor/administrador de cada RI. Neste contacto pessoal, foi apresentado o contexto da entrevista e solicitada a colaboração. Foi pedido o contacto de *email*, para agendamento da entrevista e envio das credenciais de acesso, a fim de se realizar a entrevista. Esta foi concretizada remotamente, em virtude do

contexto da pandemia COVID 19, utilizando-se para o efeito a plataforma COLIBRI⁸⁸, cedido pela FCT/FCCN. Cada entrevista foi agendada de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Iniciaram-se em fevereiro e prolongaram-se até maio de 2021.

O total de entrevistados previsto, inicialmente, era de 28, um por cada IES considerada na amostra, isto é, 13 universidades e 15 institutos politécnicos. No final, concretizaram-se 25 entrevistas: 13 de universidades e 12 de politécnicos.

As entrevistas foram sendo concretizadas de acordo com a manifesta disponibilidade de cada gestor/administrador. O contacto por *email* e, quando possível, por telefone, ia sendo mantido, como lembrete, dada a ocupação dos entrevistados, sempre que o agendamento se mostrava em falta e o tempo avançava. Foram concretizadas a totalidade das 13 entrevistas referentes aos gestores e administradores das universidades. No referente aos institutos politécnicos, apenas foi possível a concretização de 12 entrevistas, das 15 inicialmente previstas. Numa primeira fase, um gestor de um RI, deste grupo de IES, mostrou-se muito disponível, contudo, e após posteriores tentativas de contacto, sem sucesso, foi rececionada uma mensagem de *email* a informar que não poderia colaborar. Os dois gestores e administradores dos RI restantes, cujas entrevistas se mantiveram em falta e por tal não realizadas, nunca confirmaram a concretização, nem a renúncia de colaboração. Apenas se remeteram ao silêncio, ignorando os contactos da autora.

Assim, das 28 entrevistas esperadas, consumaram-se 25, ou seja: 13 a gestores e administradores de RI das universidades e 12 a gestores e administradores de RI dos politécnicos.

2.5. Tratamento estatístico

O tratamento estatístico é a análise de dados, recolhidos numa investigação, que possibilita codificar, categorizar e agrupar, com recurso a uma base de dados, no propósito de dar cumprimento aos objetivos iniciais do estudo (Marôco, 2021). Os dados, quando tratados e analisados, convertem-se em informações (Fávero & Belfiore, 2017) e em posterior conhecimento.

⁸⁸Acedido em fev. 2021 e disponível em: <https://videoconf-colibri.fccn.pt/doc/usage>

A metodologia estatística numa investigação institui-se como um instrumento que propicia a quantificação de unidades individuais de uma amostra ou de uma população. Prima, também, pelo objetivo de aplicação das técnicas e métodos de recolha de dados para que se possa alcançar uma maior precisão das respostas aos inquéritos por questionário, bem como às entrevistas, de forma a mensurar os valores das variáveis (Peña & Romo, 1997). Esta medição permite fazer inferências estatísticas relativamente à população em estudo. Neste presente estudo, a análise efetuada consistiu na adoção de distintas técnicas estatísticas, nomeadamente a análise descritiva e a inferência.

Numa primeira fase, a partir dos dados recolhidos das páginas web de cada RI, trabalharam-se os dados originais da pesquisa, com recurso ao programa Excel, elaboraram-se diversas tabelas e gráficos que permitiram uma análise mais refinada e observação dos resultados (Mendes & Filho, 2020). Essa observação foi confirmada nas inferências estatísticas provenientes das tabelas e gráficos.

Numa fase posterior, efetivou-se uma análise descritiva dos elementos recolhidos a partir dos questionários, ou seja, uma observação exaustiva de cada uma das variáveis, com o propósito de se obter os indicadores preliminares. Este tipo de procedimento favorece a síntese dos dados, o que possibilita evidenciar os traços comuns e os que se destacam relativamente ao total dos dados. Por conseguinte, os dados são apresentados em gráficos, se forem interpretação gráfica das frequências e, em tabelas, se são as frequências absolutas ou relativas, de forma a diminuir extravios de informação (Peña, 2008).

A inferência estatística foi utilizada por ser uma característica evidente da estatística, o que permite a obtenção de conclusões globais fundamentadas em dados experimentais. Para melhor apreensão da sua essência é importante entender a natureza de uma população e de uma amostra, uma vez que a população retrata a disposição da natureza ou a configuração dos elementos relativos a um facto aleatório isolado. Deste modo, a inferência estatística descreve-se como um conjunto de técnicas que prima pelo objetivo de estudar uma população através de evidências fornecidas por uma amostra, admitindo a formulação de inferências indutivas (Almeida & Freire, 2008).

A constatação das hipóteses traduz-se pela verificação de um atributo desconhecido de uma determinada população. A legitimação de uma hipótese estatística possibilita aferir se a mesma está alicerçada na evidência empírica conseguida por meio de uma amostra aleatória. A decisão, respeitante à confirmação de que os dados da amostra sustentam estatisticamente a alegação da hipótese, é tomada com base na probabilidade e, se a mesma for diminuta, a hipótese deverá ser rejeitada (Almeida & Freire, 2008).

Em estatística aplicam-se mecanismos que se fundamentam em suposições que têm por base o conhecimento conceitual ou empírico do perfil da população que compreende a amostra, peculiarmente médias ou desvio padrão. Neste sentido, abordam-se conceitos específicos de estatística paramétrica e não paramétrica, de acordo com a pertinência dos fundamentos dos dados (Cubo Delgado, et al., 2011).

As estatísticas paramétricas caracterizam-se por terem sido as técnicas iniciais de inferência estatística e que induziram diferentes hipóteses relativas à natureza da população, da qual se extraíram as informações. Uma vez que os valores respeitantes com a população são comumente identificados de ‘parâmetros’, atribuíram-se a estas a designação de técnicas paramétricas. Os testes paramétricos destinam-se a analisar a variabilidade dos produtos da variável dependente em função das independentes, de maneira que seja possível aceitar ou rejeitar a hipótese nula. Isto é, que não existe relação entre dois casos mensurados, o que deduz que os resultados da investigação são fruto de diferenças aleatórias de outras variáveis e não propriamente dos efeitos previstos pela hipótese empírica. Nos testes paramétricos, a *Homocedasticidade* pressupõe variáveis iguais na comparação das amostras da população em estudo, cujas medições observadas não estejam relacionadas, e a obtenção de uma não afete a outra, o que determina maior precisão de dados. ANOVA é um teste paramétrico usado na aferição das diferenças entre amostras, comprovando se as mesmas são reais ou aleatórias (Marôco, 2021).

Os testes não-paramétricos permitem retirar conclusões sem recurso a forma matemática da distribuição populacional, cujos dados experimentais são medidos com base em escalas de medida ao nível ordinal ou nominal, colocando-os numa ordem de grandeza. Caracterizam-se por serem métodos inferenciais que não necessitam da ordenação populacional, nem da peculiaridade quantitativa das observações. São, por isso, menos eficazes do que os testes paramétricos, pelo que requerem amostras de maior dimensão. São testes não-paramétricos: teste de *Wilcoxon*, teste de *U Mann-Whitney*, teste de *Kruskal-wallis*, teste de Qui-quadrado, teste de *Komolgorov-Smirnov*, teste de *Friedman*, entre outros (Marôco, 2021).

Procedeu-se à análise descritiva da amostra através de tabelas de frequência (no caso das variáveis de natureza qualitativa) e da análise da média e desvio padrão, em alguns parâmetros (no caso das variáveis de natureza quantitativa). Estas análises foram realizadas com recurso ao Programa SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences, IBM, SPSS Statistics 24.0*. No presente estudo efetuou-se estatística descritiva com base em análise de frequência e percentual.

Relativamente às questões abertas, captou-se o padrão dos temas abordados pelos entrevistados através da interpretação de árvores hierárquicas de nós, para contabilizar a frequência das respostas e entender como se ramificam os discursos. Estas análises foram possíveis com recurso ao software de análise de dados qualitativos NVivo 12.0 (QSR International), que possibilitou a gestão de todo o projeto de análise de conteúdo e a extração de informação útil e segmentada.

Apuraram-se as percentagens para as diferentes variáveis e a relação comparativa entre as duas categorias de instituições: universidades e institutos politécnicos.

2.6. Triangulação de dados

A triangulação de dados significa observar uma investigação a partir de diversas recolhas de dados (Cohen & Manion, 2007), resultando na interseção de um conjunto de métodos ou dados: entrevista, inquérito por questionário, observação, análise de documentos, ou qualquer outro método viável para avaliar o objetivo de estudo. Envolve, por isso, o uso de múltiplas perspetivas metodológicas, fontes de dados/elementos, para interpretar um único conjunto de informação de dados (Guion, 2002). Em teoria, acredita-se que se indivíduos de diferentes quadrantes ou posições demonstram pontos de vista diferentes, mas suscetíveis de serem interpretados do mesmo modo, apuram-se as mesmas conclusões. O peso das evidências conduz à certificação e a validade é estabelecida (Jick, 1979), dada a força e a fraqueza encontradas no design de um método único.

Pela característica peculiar de a triangulação não se restringir a um só recurso (método, teoria, fonte de dados) viabiliza o entendimento de uma determinada realidade sob diferentes ângulos (Denzin, 2009), permitindo confrontar as variadas informações. Esta abordagem fomenta que se minimize o enviesamento resultante de um único método de análise. A triangulação de dados é assim interpretada como uma estratégia de validação da investigação (Denzin, 2009).

Por esta razão, a triangulação de dados foi considerada fundamental neste estudo, visto que permitiu a relação entre os vários instrumentos de investigação utilizados, fontes e indivíduos, envolvidos no estudo. Esta heterogeneidade permite trazer à tona tipos de dados que tendem a fortificar a confiança nas descobertas do estudo (Denzin, 2006).

Do frisado anteriormente, e de acordo com os procedimentos recolhidos na revisão bibliográfica, a triangulação foi consumada. Isto numa interligação avaliativa a partir da análise dos dados recolhidos das páginas *web* de cada RI, dos elementos evidenciados nas respostas dos inquéritos, balançados com as interpretações das entrevistas. O apuramento da triangulação de dados é apresentado no capítulo mais adiante.

3. Apresentação de resultados

Neste capítulo evidenciam-se os resultados da investigação. Resultados esses, conseguidos através da aplicação dos diversos instrumentos de recolha de dados, como referidos no capítulo 2.

A análise e descrição dos dados contam com o auxílio de tabelas e gráficos para proporcionar um melhor entendimento estatístico. Antes da apresentação dos resultados, importa recordar os objetivos que motivaram este estudo e que, nesse sentido, foram os pilares para a sua elaboração. Esta investigação teve, assim, a sua génese no objetivo principal de tentar perceber a atividade global dos RI, nas suas amplas valências. Além de se pretender aferir o estado do *front office*, a nível de disponibilização de informação, de cada página web de cada RI, pretendeu-se também conhecer as práticas de utilização dos RI, por parte dos professores e dos investigadores. Procurou-se, ainda, conhecer as opiniões dos gestores e administradores quanto ao estado de funcionamento dos RI e das estratégias de comunicação utilizadas para a sua promoção, numa análise comparativa entre universidades e institutos politécnicos.

Neste contexto, a apresentação de resultados compreende vários subcapítulos: (3.1.) registo documental dos RI, num levantamento a partir do diretório do RCAAP, (3.2.) consultas e *downloads* dos RI, num propósito de se compreender o envolvimento da comunidade académica com os seus RI (3.3.) tipologia documental dos RI (aplicação do questionário a professores e investigadores) e (3.5.) as entrevistas aos gestores e administradores dos RI.

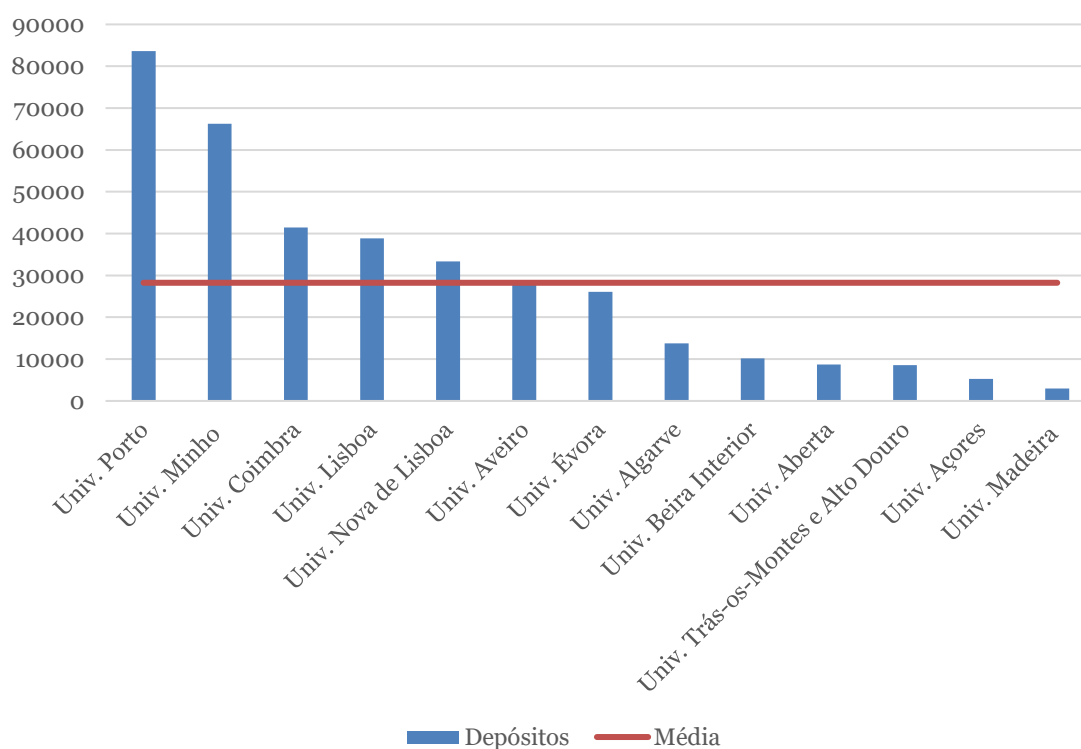
Recolhidos os dados, a partir da aplicação de distintos procedimentos: observação, anotação, comparação, levou-se a efeito a análise autónoma de cada tópico.

3.1. Registo documental dos RI

Efetuada o levantamento, em cada *site* de cada repositório, obteve-se o número de registos documentais de cada instituição, que se expõe nos Gráficos 1 e 2, sequentemente apresentados.

O Gráfico 1 é relativo aos registos totais de cada RI das universidades, referenciadas neste estudo. No mesmo, são refletidos os valores, de uma forma global, de acordo com a escala do eixo vertical (valor).

Gráfico 1 - Nº de registo documental em cada RI das universidades



Fonte: elaboração própria⁸⁹

Observando o Gráfico 1, facilmente se identificam as tendências relativas ao registo documental em cada RI das universidades. O acervo mais robusto pertence à Universidade do Porto, com um total de 83 595 registos. Este RI contrasta com o da Universidade da Madeira, cujo volume documental é o mais baixo e ascende a 2 999 registos. Destacando-se os extremos, importa salientar o volume de cada RI, à data do apuramento. O RI da Universidade do Minho comporta 66 269 documentos. Seguem-se os RI da Universidade de Coimbra (41 490), o RI da Universidade de Lisboa (38 884), o RI Universidade Nova de Lisboa (33 348), o RI Universidade de Aveiro (28 090), o RI da Universidade de Évora (26 072), o RI da Universidade do Algarve (13 748), o RI da Universidade da Beira Interior

⁸⁹A 31 de dezembro de 2020, de acordo com dados públicos no site de cada RI

(10 1142), o RI da Universidade Aberta (8 721), o RI da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (8 586), o RI da Universidade dos Açores (5 288) e o RI da Universidade da Madeira (2999). A média de registos documentais depositados nos RI das universidades é de 28 249.

Observando-se o Gráfico 1, constata-se que sete (58,3%) dos RI apresentam valores documentais inferiores à média. Um repositório (7, 69%) aproxima-se da média aferida e apenas cinco (38,46%) a superam.

O conhecimento da data de produção de cada RI permite conferir se os anos de atividade se refletem em harmonia com os valores dos registos documentais. A Tabela 8 mostra o ano de entrada em produção de cada RI das universidades.

Tabela 8 - Data do RI das universidades

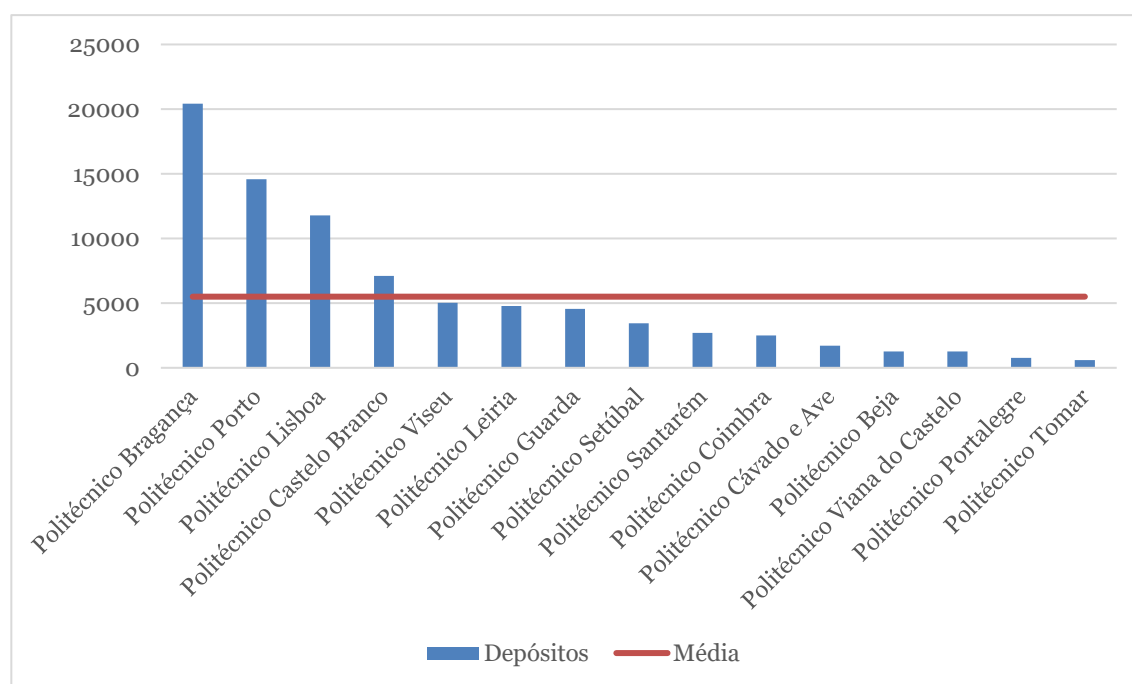
Instituição do RI	Ano do RI
Universidade do Minho	2003
Universidade do Porto	2007
Universidade de Évora	2008
Universidade de Coimbra	2008
Universidade dos Açores	2008
Universidade Aberta	2008
Universidade do Algarve	2008
Universidade Nova de Lisboa	2009
Universidade da Madeira	2009
Universidade da Beira Interior	2009
Universidade de Lisboa	2010
Universidade de Aveiro	2011
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	2011

Fonte: elaboração própria

Ao ser confrontada a Tabela 8 com o Gráfico 1, é possível constatar que o número de registos documentais no acervo dos RI não tem total proporcionalidade face ao período em funcionamento do mesmo. Isto porque o ‘Top 5’ dos RI com maior número de registos não é linear com o ‘Top 5’ dos RI com mais tempo em atividade. Curiosamente, surge um RI que, sendo mais recente, apresenta um número superior de depósitos relativamente a outros com mais tempo de funcionamento.

O Gráfico 2 espelha os registos totais de cada RI dos institutos politécnicos, referidos neste estudo. No mesmo, são retratados os valores inseridos no intervalo da escala do eixo vertical (valor) em correspondência a cada denominação do eixo horizontal (categoria).

Gráfico 2 - Nº de registo documental em cada RI dos institutos politécnicos



Fonte: elaboração própria⁹⁰

⁹⁰ A 31 de dezembro de 2020, de acordo com dados públicos no site de cada RI

Ao analisar o Gráfico 2 vê-se que o RI do Instituto Politécnico de Bragança é o mais povoado, contabilizando 20 417 documentos em registo. O RI do Instituto Politécnico de Tomar surge como opositor ao apresentar-se como o RI com o número de registos documentais mais diminuto (569).

Examinando os valores dos restantes RI, em linha descendente, distinguem-se o RI do Instituto Politécnico do Porto com 14 569, sucedendo-lhe o RI do Politécnico de Lisboa (11 790), o RI do Politécnico de Castelo Branco (7 106), o RI do Politécnico de Viseu (5 025), o RI do Politécnico de Leiria (4 789), o RI do Politécnico da Guarda (4 567). Procedem-se os RI do Politécnico de Setúbal (3 435), o RI do Politécnico de Santarém (2 691), o RI do Politécnico de Coimbra (2 513), o RI do Politécnico do Cávado e do Ave (1 711), o RI do Politécnico de Beja (1 273), o RI do Politécnico de Viana do Castelo (1 273) e o RI do Politécnico de Portalegre com 763 documentos registados.

Do observado no Gráfico 2, é visível que 11, dos 15 RI totais (73,33%), a larga maioria, portanto, se encontram com registos inferiores à média (5 501) e apenas 5 RI (26,66%) apresentam valores superiores a esta.

A Tabela 9 indica o ano de entrada em produção de cada RI dos institutos politécnicos.

Tabela 9 - Data do RI dos institutos politécnicos

Instituição do RI	Ano do RI
Instituto Politécnico de Bragança	2006
Instituto Politécnico da Guarda	2008
Instituto Politécnico de Leiria	2009
Instituto Politécnico de Viseu	2010
Instituto Politécnico de Santarém	2010
Instituto Politécnico de Castelo Branco	2010
Instituto Politécnico de Portalegre	2011
Instituto Politécnico de Lisboa	2011
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	2012
Instituto Politécnico de Tomar	2012
Instituto Politécnico de Setúbal	2013

Instituto Politécnico do Porto	2013
Instituto Politécnico de Beja	2013
Instituto Politécnico de Coimbra	2014
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	2014

Fonte: elaboração própria

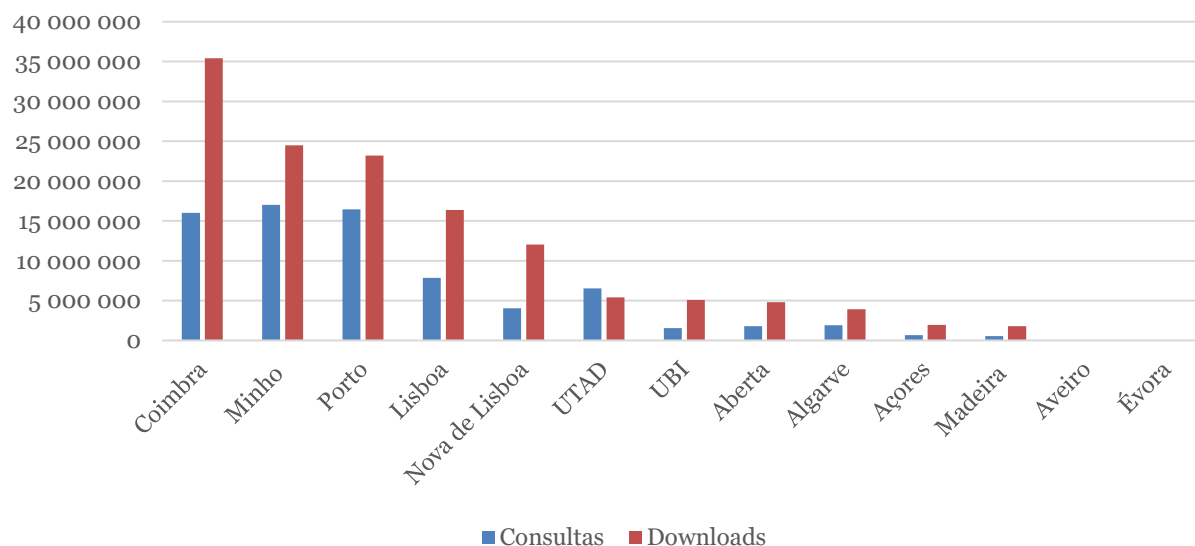
Num paralelismo entre o Gráfico 2 e a Tabela 9, na aferição das cinco primeiras posições, é visível a diferença sequencial entre os RI. Ou seja, os RI com o volume documental mais elevado não correspondem aos que têm maior tempo de produção. Percebe-se que há RI implementados mais tarde cuja produção registada no acervo é superior. A única exceção é o Instituto Politécnico de Bragança que ocupa a primeira posição, nas duas variáveis em análise.

Em síntese, é perceptível que os RI pertencentes às universidades apresentam, no global, maior número de registos em acervo, cuja média é de 28 249 registos. Já no referente aos institutos politécnicos, a média de registos é de 5 501. As consideráveis diferenças são compreensíveis, uma vez que é evidente um diferencial menor entre valores (o máximo e o mínimo), no que diz respeito aos RI dos institutos politécnicos. É de notar que todos os RI das universidades apresentam valores de registo consideravelmente mais elevados, em proporção a estes.

3.2. Consultas e *downloads* dos RI

Pode-se observar nos dados que se seguem (Gráfico 3), que existe alguma heterogeneidade nos valores estatísticos, referentes às consultas e aos *downloads*, dos vários RI pertencentes às universidades. Os *downloads* apresentam-se, na grande maioria, em valor superior face às consultas. Verifica-se, apenas, uma única exceção, onde ocorre o inverso, no RI da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), no qual as consultas superam os *downloads*, mas por estreita margem.

Gráfico 3 - Consultas e downloads dos RI das universidades



Fonte: elaboração própria⁹¹

Ao nível do volume de consultas efetuadas aos RI, constata-se que o RI da Universidade de Coimbra (16 029 032), o RI da Universidade do Minho (17 007 770) e o RI da Universidade do Porto (16 465 865) mostram alguma analogia, centrando-se próximo dos 16 000 000. Os restantes RI evidenciam valores dilatadamente inferiores, expostos graficamente em ordem decrescente. Com 7 850 398 consultas, apresenta-se o RI da Universidade de Lisboa, seguindo-se o RI da Universidade Nova de Lisboa (4 048 693), o RI da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (6 538 172), o RI da Universidade da Beira Interior (1 561 185), o RI da Universidade Aberta (1 798 702), o RI da Universidade do Algarve (1 917 102), o RI da Universidade dos Açores (674 014), o RI da Universidade da Madeira (543 896). O RI da Universidade de Aveiro e o RI da Universidade de Évora não disponibilizavam, publicamente, dados relativos à variável em análise.

Observando os dados referentes aos *downloads* (Gráfico 3), destaca-se com algum relevo o RI da Universidade de Coimbra, com 35 434 365, seguido do RI da Universidade do Minho com 24 477 292 e em terceiro lugar realça-se o RI da Universidade do Porto com a evidência de 23 201 400 *downloads* executados. Sucedem-lhes, com valores próximos, o RI da

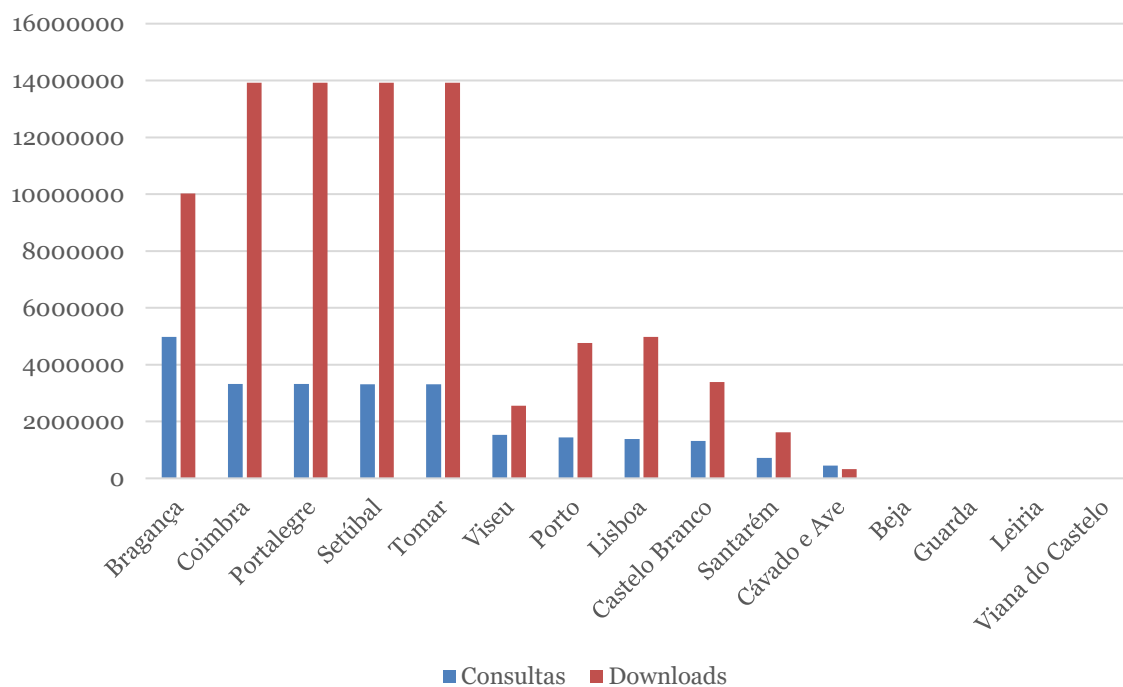
⁹¹A 31 de dezembro de 2020, de acordo com dados públicos no site de cada RI

Universidade de Lisboa (16 390 349) e o RI da Universidade Nova de Lisboa (12 022 074). Com o apuramento de *downloads* gradativamente inferiores, evidencia-se o RI da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (5 421 450), o RI da Universidade da Beira Interior (5 084 629), o RI da Universidade Aberta (4 818 347), o RI da Universidade do Algarve (3 926 163), o RI da Universidade dos Açores (1 951 317), o RI da Universidade da Madeira (1 809 381). O RI da Universidade de Aveiro e o RI da Universidade de Évora não disponibilizavam publicamente, à data (dezembro de 2020) da recolha dos dados, a opção visível de estatísticas, para as variáveis em estudo.

Escrutinando as mesmas variáveis nos RI vinculados aos institutos politécnicos é patente uma maior homogeneidade (Gráfico 4) entre as mesmas, devido à agregação de alguns repositórios ao Repositório Comum do RCAAP. Apresentam, desta forma, os mesmos valores nas duas variáveis, os RI dos Institutos Politécnicos de Coimbra, de Portalegre, de Setúbal e de Tomar. Excetuando o pormenor do Repositório Comum, o RI do Instituto Politécnico de Bragança destaca-se em número um, com 4 972 232 consultas. Seguem-se, neste contexto, o RI do Instituto Politécnico de Viseu (1 526 325), o RI do Instituto Politécnico do Porto (1 441 062), o RI do Instituto Politécnico de Lisboa (1 388 204) e o RI do Instituto Politécnico de Castelo Branco (1 318 135). Nesta dimensão estatística de consultas ao RI, apresentam-se com valores mais baixos o Instituto Politécnico de Santarém (717 181) e o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (450 519). Os RI dos Institutos Politécnicos de Beja, da Guarda, de Leiria e de Viana do Castelo não disponham desta opção, à data de recolha dos dados, inviabilizando a consulta neste domínio.

No referente aos *downloads* (Gráfico 4), verificam-se valores mais elevados, face aos das consultas, em todos os RI, excetuando-se o RI do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, com diferença diminuta. Neste âmbito, o RI do Instituto Politécnico de Bragança é o que comporta um número superior (10 024 775). À imagem da situação das consultas, os RI agregados ao Repositório Comum têm também o mesmo volume de *downloads* (13 925 864). Sucedem-lhes o RI do Instituto Politécnico de Lisboa (4 975 780), o RI do Instituto Politécnico do Porto (4 760 860), o RI do Instituto Politécnico de Castelo Branco (3 385 176), o RI do Instituto de Viseu (2 559 634), o RI do Instituto Politécnico de Santarém (1 615 330) e o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (321 138). Os RI dos Institutos Politécnicos de Beja, da Guarda, de Leiria e de Viana do Castelo mantinham a indisponibilidade de visualização destes dados.

Gráfico 4 - Consultas e downloads dos RI dos institutos politécnicos



Fonte: elaboração própria⁹²

Considerando os dados expostos nos Gráficos 3 e 4, é notório que a variável de *downloads* permanece sempre superior ao número de consultas. Evidencia-se uma discrepância entre ambas, nos RI dos institutos politécnicos. Nos RI das universidades, os valores das duas variáveis mostra-se mais próximo.

⁹²A 31 de dezembro de 2020, de acordo com dados públicos no site de cada RI

3.3. Tipologia documental dos RI

Prossegue-se com a apresentação de resultados da pesquisa, na dimensão da tipologia documental de cada RI, cujos valores foram recolhidos das respetivas páginas *web*, pela opção de pesquisa “percorrer por tipo de documento”. Apresentam-se os valores em tabelas, separados por categoria de IES. Deste modo, a primeira tabela descritiva da tipologia documental é referente ao RI das universidades (Tabela 10) e a segunda (Tabela 11), relativa a dados do RI dos institutos politécnicos. A fim de uma maior clarificação, é descrito a súmula dos conteúdos, explanados em cada tabela.

Tabela 10 - Tipologia documental de pesquisa no site dos RI das universidades

Tipologia Documental	Aberta	Açores	Algarve	Aveiro	Coimbra	Évora	Lisboa	Madeira	Minho	Nova Lisboa	Porto	UBI	UTAD
Artigo	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Carta ao Editor									✓				
Comentário									✓				
Dados Científicos									✓				
Dataset	✓	✓	✓				✓			✓			
Dissertação de Licenciatura	✓	✓	✓				✓						✓
Dissertação de Mestrado	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Documento de Conferência	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Legislação									✓				
Livro	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Livro de Atas									✓		✓		
Outro	✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓	✓		✓	✓
Palestra	✓	✓	✓		✓		✓		✓		✓	✓	✓
Parte ou capítulo de livro	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Patente		✓	✓	✓					✓		✓	✓	✓
Poster									✓		✓		
Preprint	✓		✓	✓	✓		✓		✓	✓		✓	✓
Publicação Didática											✓		
Recensão	✓	✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓		✓	
Recurso Educacional	✓		✓				✓	✓				✓	
Relatório	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Relatório Interno	✓												
Resumo de Comunicação											✓		
Revisão					✓								✓
Tese de Doutoramento	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Tipologia Documental	Aberta	Açores	Algarve	Aveiro	Coimbra	Évora	Lisboa	Madeira	Minho	Nova Lisboa	Porto	UBI	UTAD
Tese de Licenciatura													
Texto de Periódico		✓		✓	✓		✓		✓	✓		✓	✓
Trabalho Académico											✓		
Versão publicada					✓								
Working Paper	✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓	✓		✓	

Fonte: elaboração própria⁹³

⁹³ A 31 de dezembro de 2020, de acordo com dados públicos no *site* de cada RI

Na tabela 10, verificou-se a diversidade de tipologias documentais que são utilizadas nos RI das universidades. As mais comuns são os Artigos, as Dissertações de Mestrado, o Livro e parte ou capítulo de Livro, os Relatórios e as Teses de Doutoramento. O RI da Universidade do Minho espelha uma maior diversidade documental, comparativamente aos seus pares, sendo visível na tabela em apreço três terminologias documentais não comuns a outro RI, designadamente a carta ao Editor, o Comentário e os Dados Científicos. Evidencia, por esse facto, ainda outras designações de tipologias documentais que enriquecendo o ‘reportório’ documental próprio do seu RI, o confinam a si mesmo, não tendo sido espelhadas na tabela. Tais nomenclaturas designam-se por Revista e Editorial em Revista, Corrigenda, Editorial em Livro, Comunicação Oral e em Painel, Prefácio e Posfácio, Publicação Pedagógica, Relatório de Investigação, entre outros. Salienta-se, por conseguinte, a vanguarda dos RI de Portugal, ao ter sido a primeira IES a implementar o seu RI e permanentemente a serem inovadores no que ao RI diga respeito.

De notar que o *layout* da página *web* do RI da Universidade de Évora não oferece, ao utilizador comum que aceda ao repositório, pesquisa por tipo de documento. Essa condicionante suscitou que, na tabela 10, o resultado exposto fosse nulo.

De seguida (Tabela 11), são referenciadas as tipologias documentais referentes aos RI dos institutos politécnicos. Ao observar-se, o primeiro dado que emerge é a ausência de sinalização no referente ao RI do Instituto Politécnico da Guarda. Esta circunstância deve-se a esta instituição não disponibilizar a opção de pesquisa por tipo de documento, ao utilizador externo do RI.

É de realçar que todos os RI dos institutos politécnicos detêm tipologias documentais com denominador comum, Artigo, Dissertação de Mestrado, Livro e Capítulo de Livro, outro, Relatório e *Working Paper*. Embora os institutos politécnicos não ministrem, até ao momento, os cursos conferentes ao grau de Doutoramento, na maioria, evidenciam nos seus repositórios o depósito de Teses de Doutoramento. Este facto será devido às próprias teses dos professores e investigadores, afetos a estas IES, que concluíram o seu Doutoramento, no decorrer do exercício das suas funções, tendo sido, então, depositadas no respetivo RI.

Numa análise radiográfica aos dados (Tabela 11), verifica-se uma tipologia documental mais uniforme, quando comparado à das universidades (Tabela 10).

Tabela 11 - Tipologia documental de pesquisa no site do RI dos institutos politécnicos

Tipologia Documental	B e j a	Bragança	Castelo Branco	Cávado e Ave	Coimbra	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém	Setúbal	Tomar	Viana do Castelo	Viseu
Anotação		✓	✓	✓	✓		✓			✓			✓		
Artigo		✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓
Dataset			✓												
Dissertação de Licenciatura	✓	✓			✓		✓	✓		✓	✓		✓		✓
Dissertação de Mestrado	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Documento de Conferência	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓
Legislação															
Livro	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Outro	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓
Palestra	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓
Parte ou capítulo de livro	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓
Patente	✓	✓	✓		✓					✓			✓		
Poster	✓														
Preprint			✓		✓		✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓
Recensão		✓	✓		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓
Recurso Educacional			✓		✓		✓	✓		✓	✓		✓		
Relatório	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓
Revisão				✓											
Tese de Doutoramento	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓
Texto de Periódico				✓	✓				✓	✓	✓		✓		✓
Working Paper	✓	✓	✓		✓		✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓

Fonte: elaboração própria de acordo com dados do site de cada RI

3.4. Aplicação do questionário a professores e investigadores

Neste subcapítulo, apresentam-se os resultados relativos às respostas recolhidas nos inquéritos por questionário que foram aplicados aos professores e investigadores da amostra deste estudo. O inquérito por questionário teve como objetivos primordiais conhecer as suas práticas de utilização do RI, nomeadamente, quanto à prática de arquivo e/ou autoarquivo dos seus *outputs* científicos e hábitos de consulta, no âmbito das suas atividades de I&D (Investigação & Desenvolvimento). Secundariamente, foi oportuno obter informação relativa ao conhecimento que os professores e investigadores dispõem no que diz respeito à comunicação interna, sobre o RI, conhecimento das políticas de depósito, existência de incentivos ao depósito e permitir que emitissem sugestões de melhor funcionamento do RI.

A apresentação dos resultados adota a estrutura do questionário. Inicia-se com a caracterização do perfil dos inquiridos, correspondendo à obtenção de dados de índole pessoal e profissional.

3.4.1. Caracterização do perfil da amostra

Para se conseguir a caracterização do perfil dos participantes no inquérito foram consideradas sete variáveis: instituição de afiliação, situação profissional, categoria profissional detida, domínio científico, habilitações literárias, idade e sexo. Para se conseguir uma aferição mais apurada da representatividade da amostra composta pelos participantes no inquérito, sempre que se julgou pertinente, foram confrontados os dados de cada tipo de instituição (universidades *vs* politécnicos).

No que concerne à distribuição dos professores e investigadores, atendendo à afiliação institucional, verifica-se que o maior número de respostas provêm dos institutos politécnicos (50,9%), como se pode observar na Tabela 12, a seguir apresentada.

Tabela 12 - Caracterização da amostra quanto à afiliação institucional

Instituição	Frequência	Percentagem
Universidades	340	49,1%
Institutos Politécnicos	352	50,9%
Total	692	100,0%

Relativamente à situação profissional em que se encontravam integrados os participantes do estudo, conseguiram-se os resultados expostos na Tabela 13. A esmagadora maioria encontrava-se integrado como docente do ensino superior politécnico, com representação de 50,4% da amostra (n=692), seguindo-se docente universitário (30,9%). Mostrou-se interessante perceber que 13,2% dos participantes no inquérito se enquadravam na situação profissional de investigador e 5,3% na de bolsheiro de investigação.

Verifica-se a existência de um respondente que se enquadra na situação profissional de bibliotecário. Esta resposta foi considerada no apuramento dos resultados, uma vez que a investigação é transversal a diversos quadrantes profissionais.

Tabela 13 - Caracterização da amostra quanto à situação profissional

Situação Profissional	Frequência	Percentagem
Docente Ensino Superior Politécnico	349	50,4%
Docente Universitário	214	30,9%
Investigador	91	13,2%
Bolsheiro de Investigação	37	5,3%
Bibliotecário	1	0,1%
Total	692	100,0%

Os dados que se seguem (Tabela 14), evidenciam a categoria profissional dos inquiridos que responderam ao inquérito. Com maior frequência de respostas, surge a de Professor Adjunto (39,5%), correspondendo à categoria da carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico. Nesta especificidade de ensino superior, identificaram-se Professor Coordenador (6,1%), Assistente (5,9%), Assistente Convidado (1,0%) e Professor Coordenador Principal (0,3%). A amostra mostrou-se bem distribuída pelas categorias profissionais das carreiras que integram o ensino superior politécnico e o ensino superior universitário. Deste modo, a categoria de professor auxiliar (universidade) apresenta-se em segunda posição com 18,8% dos participantes. Importa realçar a percentagem considerável das categorias profissionais da Carreira de Investigação Científica. O Investigador Auxiliar (7,9%), o Bolseiro (4,6%), o Assistente de Investigação (1,6%), o Estagiário Investigador e o Investigador Principal (0,9%), o Investigador Coordenador (0,4%). Valores que transparecem a existência destes profissionais da investigação científica, integrados no sistema de ensino superior universitário. A categoria profissional de Leitor, assinalada por três respondentes (0,4%), comprova a sua existência e a transversalidade da atividade de investigação científica.

Tabela 14 - Caracterização da amostra quanto à categoria profissional

Categoria Profissional	Frequência	Percentagem
Professor Adjunto	273	39,5%
Professor Auxiliar	130	18,8%
Investigador Auxiliar	55	7,9%
Professor Associado	50	7,2%
Professor Coordenador	42	6,1%
Assistente	41	5,9%
Bolseiro	32	4,6%
Professor Catedrático	15	2,2%
Técnico Superior	14	2,0%
Assistente de Investigação	11	1,6%
Assistente Convidado	7	1,0%
Estagiário Investigador	6	0,9%
Investigador Principal	6	0,9%
Investigador Coordenador	3	0,4%
Leitor	3	0,4%
Professor Auxiliar Convidado	2	0,3%
Professor Coordenador Principal	2	0,3%
Total	692	100,0%

Quando o assunto abordado é o domínio científico de investigação predominante (Tabela 15), foram apontadas diversas frequências, distribuídas pelos domínios mais constantes. Sobressaem as Ciências Sociais (30,5%), em oposição às Ciências Agrárias (3,5%). Com frequência considerável (146) apresentam-se as Humanidades (21,1%), seguidas das Ciências Médicas e da Saúde (15,5%) e as Engenharias e Tecnologias (12,7%). Os participantes apontaram com menor predominância de domínio científico as Ciências Exatas (9,5%) e as Ciências Naturais (7,2%).

Tabela 15 - Caracterização da amostra quanto ao domínio científico predominante

Domínio Científico	Frequência	Percentagem
Ciências Sociais	211	30,5%
Humanidades	146	21,1%
Ciências Médicas e da Saúde	107	15,5%
Engenharia e Tecnologias	88	12,7%
Ciências Exatas	66	9,5%
Ciências Naturais	50	7,2%
Ciências Agrárias	24	3,5%
Total	692	100,0%

A Tabela 16 expõe os valores referentes às habilitações literárias dos inquiridos, na perspetiva da qualificação mais elevada. Neste âmbito, verificou-se que o Doutoramento (57,8%) é o mais frequente e a Pós-Graduação (2,2%), a menos.

É curioso constatar que a habilitação de Mestrado (21,2%), Pós-Doutoramento (8,8%) e a Agregação (6,4%), apresentam frequências consideráveis e bem superiores à Licenciatura (3,6%), quando a análise é efetivada à globalidade dos dados obtidos.

Quando se confrontam os resultados da qualificação habilitacional entre universidades e politécnicos, percebe-se que o Doutoramento é equivalente a nível percentual. Já as universidades evidenciam percentagens superiores ao nível do Pós-Doutoramento (12,6%) e da Agregação (11,5%). O quadro dos politécnicos é mais composto por professores e investigadores detentores da Licenciatura (5,7%), Pós-Graduação (3,4%) e do Mestrado (25,6%).

Tabela 16 - Caracterização da amostra quanto a habilitações literárias

Habilitações Literárias	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Doutoramento	400	57,8%	193	56,8%	207	58,8%
Mestrado	147	21,2%	57	16,8%	90	25,6%
Pós-Doutoramento	61	8,8%	43	12,6%	18	5,1%
Agregação	44	6,4%	39	11,5%	5	1,4%
Licenciatura	25	3,6%	5	1,5%	20	5,7%
Pós-Graduação	15	2,2%	3	0,9%	12	3,4%
Total	692	100,0%	340	100,0%	352	100,0%

A idade predominante dos professores e investigadores do estudo (Tabela 17), integra o grupo etário dos 41 aos 50 anos (33,7%). É seguido pelo grupo etário dos 51 aos 60 anos (30,4%). Estes dois grupos permitem corroborar o estado de algum envelhecimento dos professores e investigadores das IES públicas em Portugal. Este estágio incorpora maior percentagem de profissionais, com idades compreendidas entre os 41 e os 60 anos, num total de 64,1% da amostra.

Os dados absolutos das idades dos participantes demonstrados na Tabela 17, permitem, além do discriminado anteriormente, a visibilidade das percentagens das idades mais baixas e das mais elevadas. Sendo por isso os extremos, evidenciam percentagens mais reduzidas, em ambos os quadrantes. Apresentam-se nesta tipificação o grupo etário até aos 30 anos, com 4,2% dos inquiridos, e 12,7% com mais de 60 anos.

No que respeita ao referencial por tipo de instituição, é possível aferir que é nas universidades que se centram os professores e investigadores mais jovens, concretamente com idades até aos 40 anos (29,2%). É notório o contraste deste grupo etário com o dos institutos politécnicos (17,6%). Quando se foca o olhar no grupo etário dos 41 aos 60 anos, conclui-se que são os institutos politécnicos que congregam uma classe de professores e investigadores mais envelhecida. Verificando-se percentagens superiores nesta faixa etária, em comparação com as universidades.

Tabela 17 - Caracterização da amostra quanto à idade e por afiliação institucional

Idade	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Até 30 anos	29	4,2%	23	6,8%	6	1,7%
De 31 a 40 anos	132	19,1%	76	22,4%	56	15,9%
De 41 a 50 anos	233	33,7%	103	30,3%	130	36,9%
De 51 a 60 anos	210	30,3%	100	29,4%	110	31,3%
Mais de 60 anos	88	12,7%	38	11,2%	50	14,2%
Total	692	100,0%	340	100,0%	352	100,0%

No que concerne ao sexo dos participantes (Tabela 18), verifica-se que a amostra deste estudo é predominantemente do sexo feminino, com 53,3% dos inquiridos, a par de 46,7% do sexo masculino.

Filtrando os resultados, da mesma variável, por tipo de instituição, pode-se dizer que há um certo equilíbrio nos politécnicos, mas com tendência para o sexo masculino (25,5%). Enquanto nas universidades a diferença é mais vincada e predomina o sexo feminino (28,0%).

Tabela 18 - Caracterização da amostra quanto ao Sexo

Sexo	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Feminino	369	53,3%	194	28,0%	175	25,3%
Masculino	323	46,7%	146	21,1%	177	25,5%
Total	962	100,0%	340	49,1%	352	50,8%

3.4.2. Importância dispensada ao RI

Este subcapítulo, correspondente ao terceiro grupo do inquérito, caracteriza-se por abranger um número mais restrito de questões do inquérito, mas nem por isso de menor magnitude do que as restantes. Pretendia-se averiguar a importância que o RI tem para os professores e investigadores. Desta forma, demonstra-se essa relevância, bem como a sinalização dos motivos que os leva a sentirem algum desinteresse pelo mesmo.

A Tabela 19 reúne os dados relativos à classificação que cada inquirido mostrou atribuir ao RI, respondendo à questão: “Qual a importância que atribui ao repositório da sua instituição?”, numa escala de Likert de 5 pontos (1 – nada importante; 2 – pouco importante; 3 – importante; 4 – bastante importante; 5 – muito importante).

Tabela 19 - Caracterização da amostra quanto à importância atribuída ao RI

Escala de Likert	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
5	306	44,2%	155	22,4 %	151	21,8 %
4	227	32,8%	115	16,6 %	112	16,2 %
3	123	17,8%	52	7,5 %	71	10,3 %
2	4	3,5%	11	1,6 %	13	1,9 %
1	12	1,7%	7	1,0%	5	0,7%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9 %

Ao observar-se a Tabela 19, constata-se que o RI é muito importante para a maioria dos inquiridos (44,2%). Os participantes afiliados às universidades expressaram maior índice de respostas positivas (22,4 %), neste atributo, por comparação aos dos politécnicos (21,8 %).

Considerando que o valor 4 (bastante importante) foi selecionado por 32,8% dos respondentes, pode ter-se em conta, no global, que o RI confere importância para a maioria dos professores e investigadores, num total percentual de 77% da amostra.

Atendendo a uma análise mais pormenorizada, paragonada por instituições, é ostensivo uma semelhança firme entre IES, neste ponto específico de importância conferida aos RI. É perceptível um diferencial mais dilatado entre IES no que se refere ao valor 3 (importante), com mais respostas para os politécnicos.

Relativamente aos valores mais baixos da escala (1 e 2), destacando pouca ou nenhuma importância ao RI, é de ter em conta os 5,2% totais. Verifica-se, neste ponto, alguma simetria entre IES.

Seguidamente (Tabela 20), evidenciam-se os motivos que justificam, na voz dos professores e investigadores, a abdicação ao RI e por tal a pouca importância do mesmo. Por ser uma pergunta não obrigatória e na sequência da anterior, 95,3% dos inquiridos não responderam. Assim, obtiveram-se 4,7% de respostas, correspondendo a 33 inquiridos, que apontaram as diversas justificações para o efeito.

Tabela 20 - Motivos apontados para a pouca importância concedida ao RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Sem resposta	659	95,3 %	323	46,7%	336	48,6%
Pouca utilização	14	2,1 %	8	1,2%	6	0,9%
Pouco prestígio	7	1,0 %	5	0,7%	2	0,3%
Fraca qualidade	4	0,5 %	1	0,1%	3	0,4%
Pouca divulgação	3	0,4 %	1	0,1%	2	0,3%
Acessos complicados	2	0,3 %	2	0,3%	0	0,0%
Má Gestão	2	0,3 %	0	0,0%	2	0,3%
Falta de tempo	1	0,1 %	0	0,0%	1	0,1%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

Observando com pormenor os valores relativos à pouca importância dispensada ao RI, Tabela 20, é possível aferir que há uma equivalência entre as universidades e os politécnicos, apresentando-se valores totais de 2,4% e 2,3%, respetivamente.

A justificação para a pouca importância atribuída ao RI é, com maior realce, a ‘pouca utilização’ (2,1%). Seguem-se o ‘pouco prestígio’ (1,0%), a ‘fraca qualidade’ (0,5%), a ‘pouca divulgação’ (0,4%), os ‘acessos complicados’ (0,3%), a ‘má gestão’ (0,3%) e, por fim, a ‘falta de tempo’ (0,1%). Estes são atributos que, atendendo ao pormenor de cada categoria de IES, abalam a ordem das posições. Tal sucede com a segunda justificação mais frequente, onde as universidades apontam para o ‘pouco prestígio’ e os politécnicos referem sentir que o RI possui ‘fraca qualidade’.

3.4.3. Usabilidade do RI

Compreender qual a usabilidade que os professores e investigadores fazem do RI é o pretendido na quarta secção do inquérito. Esta é constituída por um conjunto de cinco perguntas, cujas respostas se expõem de seguida, Tabelas 21-25.

A primeira questão interpelava os inquiridos sobre a frequência de utilização do RI para pesquisas, uma vez que ocorrem preparação de aulas e investigação. Surgiram respostas diversas que se afiguram na Tabela 21. Nesta, os dados apresentados representam os valores totais de cada variável opcional. Na mesma (Tabela 21), expõem-se subdivididos por categoria institucional. Desta forma, considerou-se pertinente permitir o paralelismo entre IES.

Conhecer o recurso mais utilizado, pelo qual os inquiridos partilhavam os seus *outputs* científicos no RI, foi o propósito da segunda pergunta (Tabela 22). Seguiu-se, no questionário, a interrogação relativamente à tipologia documental, que comumente os inquiridos utilizavam para realizar a partilha das suas produções científicas no RI (Tabela 23). Posteriormente, perguntava-se qual a média anual de depósitos (Tabela 24). Por fim, objetivava-se conhecer os motivos que fomentavam a não utilização do RI (Tabela 25).

No que concerne à frequência de utilização do RI para pesquisas (Tabela 21), a resposta mais frequente foi “ocasionalmente” (52,6%), seguindo-se “mensalmente” (21,7%). Semanalmente, o RI é consultado por 13,3% dos inquiridos, sendo-o diariamente por 0,7% dos participantes. Não obstante, 11,7% expressam a não utilização do RI, neste ponto preciso.

Tabela 21 - Frequência de utilização do RI para pesquisas

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Ocasionalmente	364	52,6%	172	24,9%	192	27,7%
Mensalmente	150	21,7%	81	11,7%	69	10,0%
Semanalmente	92	13,3%	42	6,1%	50	7,2%
Diariamente	5	0,7%	3	0,4%	2	0,3%
Não Utilizo	81	11,7%	42	6,1%	39	5,6%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

Confrontando os dois tipos de instituições (Tabela 21), é visível alguma equivalência em cada alegação da frequência de utilização do RI. Apenas alguma notoriedade para os politécnicos, onde a utilização ocasional é ligeiramente mais elevada, em referência às universidades, com um registo superior de cerca de 3% de respostas.

A elevada percentagem de ‘ocasionalmente’ poderá suscitar alguma preocupação, uma vez que nestas circunstâncias, se não há o hábito de se utilizar o RI, mesmo que para pesquisas, também não haverá o pensamento de a ele recorrer para efetuar partilhas ou recomendar esta ferramenta a outros utilizadores.

Quanto ao recurso que é mais utilizado para a partilha das produções científicas no RI (Tabela 22), a análise no seu todo permitiu conferir que o arquivo é o mais praticado (29,9%). Valer-se de ambos (arquivo e autoarquivo) foi revelado por 27,2% e 12,7% dos respondentes afirmaram recorrer apenas ao autoarquivo.

Não utilizam o RI, pelo que não partilham qualquer recurso 30,2% dos participantes no estudo. Esta situação representa um elevado afastamento do RI, quanto à prática do que fomenta o foco central dos RI, ou seja, a disseminação do conhecimento científico, pelas investigações concretizadas.

Os valores comparativos, por tipo de instituição, são passíveis de aferimento na Tabela 22.

Tabela 22 - Recurso mais utilizado na partilha de outputs científicos no RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Arquivo	207	29,9%	99	14,3%	108	15,6%
Ambos	188	27,2%	88	12,7%	100	14,4%
Autoarquivo	88	12,7%	47	6,8%	41	5,9%
Não utilizo/partilho	209	30,2%	106	15,3%	103	14,9%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

No cômputo das respostas, a partilha da produção científica pelo recurso ao arquivo é superior nos politécnicos com 15,6%. A utilização de ambos (arquivo e autoarquivo) é um recurso mais utilizado por professores e investigadores, também, dos politécnicos, com uma taxa de 14,4%. A prática do autoarquivo mostra-se mais recorrente por utilizadores das universidades, com 6,8%, em oposição aos 5,9% dos politécnicos. A taxa de não utilizadores, destes procedimentos no RI, é superior nas universidades, sendo inclusivamente o mais frequente.

No que diz respeito à tipologia documental que mais se publica, individualmente, no RI (Tabela 23), e verificando-se os valores globais, pode reparar-se que sobressaem o artigo (62,9%), o capítulo de livro (33,2%), o documento de conferência (16,3%) e o livro (14,3%).

De realçar que, nesta questão o propósito era obter informação relativa às três tipologias que cada professor e investigador mais publicava no RI. Desse facto, os resultados apresentados superam a normalidade dos 100%. Importa salientar que o máximo a apontar seriam três opções, contudo, cada respondente poderia seleccionar apenas uma ou duas.

A Tabela 23 disso faz referência, podendo ser comparados os valores de cada variável, por IES, numa hierarquia do mais para o menos.

Tabela 23 - Tipologia documental mais publicada no RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Artigo	435	62,9%	216	31,2%	219	31,6%
Capítulo de Livro	230	33,2%	120	17,3%	110	15,9%
Documento de Conferência	113	16,3%	31	4,5%	82	11,8%
Livro	99	14,3%	54	7,8%	45	6,5%
Relatório	35	5,1%	15	2,2%	20	2,9%
<i>Working paper</i>	21	3,0%	2	0,3%	19	2,7%
Preprint	12	1,7%	12	1,7%	0	0,0%
Palestra	27	3,9%	4	0,6%	23	3,3%
Teses/Poster	5	0,7%	2	0,3%	3	0,4%
Não publico no Repositório	196	28,3%	106	15,3%	90	13,0%

Da observação à Tabela antecedente, é possível estabelecer valores comparativos. Tais valores indicam que o artigo é o tipo de documento mais depositado nos RI, pelos professores e investigadores, tanto nas universidades (31,2%), como nos institutos politécnicos (31,6%). O capítulo de livro comporta, ainda que ligeiramente, um valor de depósito mais elevado nas universidades (17,3%), comparativamente aos politécnicos (15,9%). O livro é um tipo de documento depositado com maior regularidade, também, nas universidades (7,8%). Nas universidades surge ainda, com maior frequência de depósito, o *preprint* (1,7%).

Quando se observam os resultados de tipologia documental mais publicada nos RI dos institutos politécnicos, destacam-se os Documentos de Conferência (11,8%), o Relatório (2,7%), o *Working paper* (2,7%), Palestra (3,3%) e as Teses/Posters (0,4%).

Responderam que não publicam no RI um total de 28,3% dos questionados, com percentagem mais elevada nas universidades (15,3%).

No que tange ao conhecimento médio anual de *outputs* científicos, individuais, depositados no RI, este é verificável pela observação dos valores explanados na Tabela 24, com a possibilidade de confrontar IES.

Tabela 24 - Média anual de *outputs* científicos registados no RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
1-5	398	57,5%	189	27,3%	209	30,2%
16-30	68	9,8%	31	4,5%	37	5,3%
6-15	7	1,0%	3	0,4%	4	0,6%
Quando solicitado	4	0,6%	2	0,3%	2	0,3%
Raramente	1	0,1%	1	0,1%	0	0,0%
Superior a 30	1	0,1%	1	0,1%	0	0,0%
Superior a 80	1	0,1%	1	0,1%	0	0,0%
Não publico no Repositório	212	30,6%	112	16,2%	100	14,5%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

A resposta à pergunta sobre qual média anual de depósitos que cada professor e investigador regista no RI, sobressaiu o grupo de 1 a 5 documentos, com um valor total de respostas de 57,5%. Já a média anual de 16 a 30 *papers* depositados no RI foi respondido por 9,8%. Verifica-se, da avaliação à tabela anterior, que o depósito das produções científicas nos RI não evidenciam valores muito elevados e que a taxa de respondentes que afirmam não publicar no RI é considerável (30,6%). Neste particular, são os politécnicos que testemunham utilizar mais o repositório para registar as suas investigações científicas. Apresentam, nas três respostas mais frequentes, valores superiores e evidenciam um valor menos elevado de respostas “não publico no repositório” (14,5%) face às universidades (16,2%).

De seguida (Tabela 25), evidenciam-se os motivos pelos quais os inquiridos assinalaram, nas duas questões anteriores, “não publico/partilho no RI”, qualquer das produções científicas que vão produzindo.

Para uma perceção mais afinada, é pertinente atentar-se nos resultados de cada instituição, perante os valores apurados no global. Deste modo, há uma maior perceção da dimensão de cada resposta, comparativamente.

Tabela 25 - Motivos apontados para a não utilização/partilha no RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Não responderam	535	77,3%	251	36,3%	284	41,0%
Desinteresse	48	6,9%	31	4,5%	17	2,5%
Sem produção	32	4,6%	12	1,7%	20	2,9%
Pouco prestígio/visibilidade	25	3,6%	13	1,9%	12	1,7%
Falta de divulgação	24	3,5%	16	2,3%	8	1,2%
Não é prático	18	2,6%	12	1,7%	6	0,9%
Excesso de trabalho	10	1,4%	5	0,7%	5	0,7%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

Por ser uma pergunta aberta, permitia que os participantes expressassem a sua opinião relativamente aos fundamentos para não utilizarem o RI e não partilharem as suas produções científicas. A elevada percentagem de não respondentes (77,3%) denota que um claro número de pessoas optou por não se justificar.

Desinteresse, com 6,9% foi a justificação da maioria dos respondentes para a não partilha no RI. Sem produção (4,6%) é a justificação que se posiciona em segundo lugar, com mais respostas assinaladas. É possível perceber-se, por algumas respostas, que este facto se deve ao exercício de funções de gestão da instituição.

Neste parâmetro de justificações, é de salientar que as universidades são as que mais apontam argumentos para a não partilha nos RI e frisam o desinteresse (4,5%), pouco prestígio/visibilidade (1,9%), falta de divulgação do RI (2,3%) e que o mesmo não é prático (1,7%). Os politécnicos apenas superam as universidades no motivo designado de sem produção (2,9%). Ambas as IES demonstram sincronia de causas no que se refere ao excesso de trabalho (0,7%).

3.4.4. Comunicação e divulgação do RI

O quinto grupo de questões foi composto por seis perguntas e procurou avaliar o estado comunicacional envolvente ao repositório. Numa primeira pergunta, pretendia-se ter conhecimento se os inquiridos divulgavam e como divulgavam a existência do RI. Nas indagações seguintes, o objetivo prendia-se com aferir os conhecimentos, as opiniões e as perceções dos professores e investigadores no que se refere à comunicação interna da própria instituição na divulgação/informação das potencialidades do RI. As questões relativas à informação sobre a existência de incentivos à prática de depósito no RI, transparece uma comunicação positiva entre a instituição e os próprios investigadores, pelo que se apresenta como relevante.

Os resultados obtidos das respostas ao conjunto das questões desta secção do questionário são apresentados seguidamente nas Tabelas 26 à 31, com a exposição individual por tipo de IES, de modo a facilmente serem perceptíveis os paralelismos.

A primeira questão, como referido, prendia-se com a forma como os inquiridos divulgavam a existência do RI, no sentido de se promover a sua utilização. Essa utilização repercute-se a diversos âmbitos, seja ao nível de consultas ou de depósitos. Sendo uma pergunta de escolha múltipla, permitia a seleção de diversas opções, cujos resultados se refletem mais amplamente, como é notório na Tabela 26 e que a seguir se pormenorizam.

Tabela 26 - Forma de divulgação individual da existência do RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Nas aulas, informando os Estudantes	332	48,9%	131	18,9%	201	29,0%
Em conversa com colegas	159	23,0%	83	12,0%	76	11,0%
Nas redes sociais digitais	53	7,7%	29	4,2%	24	3,5%
Em orientação de trabalhos	5	0,7%	4	0,6%	1	0,1%
Em conferências	3	0,4%	0	0,0%	3	0,4%
Ciência Vitae	2	0,3%	1	0,1%	1	0,1%
Não divulgo	279	40,3%	153	22,1%	126	18,2%

Verificando-se a dualidade de funções dos participantes neste estudo, sendo maioritariamente professores que acumulam a função de investigadores, apresenta-se com naturalidade a resposta “nas aulas informando os estudantes”, com maior percentagem de respostas (48,9%), como veículo de divulgação da existência do RI. Neste concreto, os inquiridos dos politécnicos divulgam mais nas aulas (29,0%) do que os das universidades (18,9%). Outros meios utilizados para divulgação da existência do repositório são “em conversa com colegas” (23,0%), sendo mais comum nas universidades (12,0%). Estas optam ainda por divulgar mais o RI nas redes sociais digitais (4,2%) e em orientação de trabalhos (0,6%), em oposição aos politécnicos que apresentam valores inferiores de 3,5% e 0,1%, respetivamente. Em conferências, apenas os participantes afiliados nos politécnicos afirmam divulgar o RI, com 0,4% de respostas. Já no Ciência Vitae a divulgação apresenta-se com iguais valores em cada tipo de instituição (0,1%). Afirmam não divulgar a existência do RI, 40,3% dos inquiridos, com maior predominância nas universidades (22,1%) em relação aos 18,2% dos politécnicos.

Quando inquiridos sobre se consideram a comunicação interna da instituição adequada, no sentido de divulgação/informação das potencialidades do RI, metade dos participantes referiu que sim, enquanto nos restantes casos ou desconhecem (31,5%) ou consideram que não é adequada (18,5%).

Tabela 27 - Adequação da comunicação interna sobre a divulgação do RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Sim	346	50,0%	165	23,8%	181	26,2%
Desconheço	218	31,5%	106	15,3%	112	16,2%
Não	128	18,5%	69	10,0%	59	8,5%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

Os politécnicos são os que mais evidenciam a concordância com a comunicação interna (26,2%), mas também os que mais demonstram desconhecer a (16,2%). A opinião de não concordância é mais elevada nas universidades (10,0%).

A questão de resposta aberta, cujos resultados são expostos na Tabela 28, seguia na sequência da anterior e das respostas assinaladas pelos inquiridos. Nesta continuidade, solicitava-se que deixassem sugestões de melhoria à comunicação interna da instituição, relativamente à divulgação do RI, caso tivessem respondido que não a consideravam adequada ou a desconheciam.

Avaliando os resultados globais, a maioria dos respondentes preferiu não se manifestar (85,5%). Quanto aos que registaram as sugestões de melhoria, as mesmas distribuem-se por maior divulgação (10,0%) e melhorar a comunicação existente (2,9%). Afirmaram não existir comunicação 1,6% dos respondentes.

Tabela 28 - Sugestões de melhoria de comunicação interna sobre a divulgação do RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Não responderam	592	85,5%	285	41,2%	307	44,4%
Maior divulgação	69	10,0%	39	5,6%	30	4,3%
Melhorar a comunicação	20	2,9%	9	1,3%	11	1,6%
Não existe comunicação	11	1,6%	7	1,0%	4	0,6%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

Observando as diversas categorias por cada tipo de instituição, constata-se que é mais nas universidades que se solicita maior comunicação (5,6%) e que mais se alerta para a inexistência de comunicação (1,0%). Os participantes afiliados nos politécnicos só apresentam maior índice de respostas (1,6%) ao clamarem por uma melhor comunicação. De enfatizar que, em ambos os tipos de instituições, as opiniões apresentam-se bastante uniformizadas, pois os valores individuais aproximam-se.

Quando se pretendeu conhecer a existência de incentivos na instituição, para a prática do depósito no repositório (Tabela 29), por parte dos professores e investigadores, a categoria que surgiu com mais respostas foi a de que “não existe qualquer incentivo” (30,5%). Ainda assim, verificou-se a existência de prémio de reconhecimento (8,1%), prémio remuneratório (3,9%), regulamento obrigatório (2,7%) e a existência do prémio na avaliação docente (2,3%). Os dois últimos foram obtidos por declaração pessoal, devido à pergunta comportar uma opção de resposta aberta, ou seja, o questionário não influenciou este tipo de resposta, por não as conter nas opções a selecionar. De se sublinhar que a maioria dos respondentes demonstrou desconhecer a existência de qualquer incentivo (51,7%).

Importa salientar que 19 pessoas considera o regulamento obrigatório como um incentivo, com ênfase para as universidades.

Nos politécnicos verifica-se a existência de mais incentivos à prática do depósito, designadamente, a presença de um prémio de reconhecimento (6,4%) e o prémio remuneratório (3,8%), como evidenciam as respostas.

Tabela 29 - Tipos de incentivo existentes na IES para a prática do depósito no RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Desconheço	358	51,7%	195	28,2%	163	23,5%
Não existe qualquer incentivo	211	30,5%	106	15,3%	105	15,2%
Prémio de Reconhecimento	56	8,1%	12	1,7%	44	6,4%
Prémio Remuneratório	27	3,9%	1	0,1%	26	3,8%
Regulamento obrigatório	19	2,8%	15	2,2%	4	0,6%
Prémio na avaliação docente	16	2,4%	8	1,2%	8	1,2%
Descontextualizado	5	0,7%	3	0,4%	2	0,3%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

No prosseguimento da questão anterior (Tabela 29), concretamente no foco em que os inquiridos apontavam para a inexistência de qualquer incentivo à prática do depósito, a questão seguinte (Tabela 30) permitia a partilha de sugestões, que julgassem ser primordiais numa instituição, para o efeito. Neste sentido, a pergunta era de resposta aberta.

Das respostas apuradas (Tabela 30), foi possível conferir diversas sugestões partilhadas pelos inquiridos. Na enumeração, surge com maior frequência a proposta de um prémio de reconhecimento (49,4%). Sucede-se o prémio remuneratório (14,0%), prémio na avaliação de docentes (1,4%), sensibilização para a importância do RI (1,4%), interoperabilidade do RI (0,4%) e a obrigatoriedade (0,4%).

Como resposta aberta e no seguimento da anterior, é aceitável a percentagem (28,9%) de participantes sem terem respondido.

É de salientar o facto de 3,9% dos inquiridos referirem nenhum incentivo.

Efetuada uma analogia entre tipologia institucional é notória a proximidade relativamente à maioria das sugestões. Excetua-se a recomendação do prémio de reconhecimento (26,6%) com frequência superior nas universidades e o prémio remuneratório (9,1%) nos politécnicos.

Tabela 30 - Sugestões de incentivos para a prática de depósito no RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Não responderam	200	28,9%	89	12,9%	111	16,0%
Prémio de Reconhecimento	342	49,4%	184	26,6%	158	22,8%
Prémio Remuneratório	97	14,0%	34	4,9%	63	9,1%
Nenhum incentivo	27	3,9%	17	2,5%	10	1,4%
Prémio na avaliação dos docentes	10	1,4%	5	0,7%	5	0,7%
Sensibilização para a importância do repositório	10	1,4%	8	1,2%	2	0,3%
Interoperabilidade do repositório	3	0,4%	2	0,3%	1	0,1%
Obrigatoriedade	3	0,4%	1	0,1%	2	0,3%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

Na sequência da prática do depósito, pretendeu-se aferir a opinião dos inquiridos, sob a pergunta: “na sua opinião, qual a forma mais fácil de satisfazer os requisitos de uma política obrigatória para a prática do depósito?” (Tabela 31). Sendo uma questão aberta e não obrigatória, a maioria dos inquiridos não respondeu (59,4%) e, das respostas conseguidas, a proposta de se oferecer uma compensação/reconhecimento foi a mais frequente (9,0%). Seguiu-se a necessidade de esclarecimento pela Instituição (7,9%) e a ligação direta ao Sistema de Avaliação Docente (6,9%). Foram ainda partilhadas as sugestões de interoperabilidade de plataformas (3,5%), menos burocracia (2,9%), cumprimento da obrigatoriedade (2,6%), bem como o depósito ser responsabilidade da Biblioteca (2,6%) e haver penalização (1,0%). No entanto, há quem não concorde com a política obrigatória (4,2%).

Nesta parametrização nota-se uma certa homogeneidade de valores em ambas as tipologias institucionais, ressalvando-se a proposta de existir interoperabilidade de plataformas, que é mais evidente nas universidades (2,6%), assim como a necessidade de esclarecimento pela instituição (4,2%) e a sugestão de ligação direta ao sistema de avaliação docente (4,2%).

Do lado dos politécnicos, as sugestões que excedem com maior frequência as das universidades, ainda que em pequena escala, são a compensação/reconhecimento (4,6%) e a responsabilidade ser da Biblioteca (1,4%).

Tabela 31 - Opiniões relativas ao cumprimento da política obrigatória de depósito no RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Não responderam	411	59,4%	191	27,6%	220	31,8%
Compensação/reconhecimento	62	9,0%	30	4,3%	32	4,6%
Necessidade de esclarecimento pela Instituição	55	7,9%	29	4,2%	26	3,8%
Ligação direta ao Sistema de Avaliação Docente	48	6,9%	29	4,2%	19	2,7%
Não concorda com a política obrigatória	29	4,2%	10	1,4%	19	2,7%
Interoperabilidade de plataformas	24	3,5%	18	2,6%	6	0,9%
Menos burocracia	20	2,9%	12	1,7%	8	1,2%
Cumprimento da obrigatoriedade	18	2,6%	10	1,4%	8	1,2%
Responsabilidade da biblioteca	18	2,6%	8	1,2%	10	1,4%
Penalização	7	1,0%	3	0,4%	4	0,6%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

3.4.5. Cumprimento da política de depósito documental

A sexta, e última, secção do inquérito foi constituída por um conjunto de cinco perguntas. Neste grupo pretendia-se obter informação relativa ao conhecimento que os professores e investigadores detêm sobre a disponibilidade da política de depósito documental (PDD) no RI. Pretendia-se ainda saber qual o cumprimento que eles fazem da mesma. Era também importante conhecer os três principais motivos para o exercício do depósito dos seus *outputs* científicos no RI e, inversamente, quais os três principais motivos para não o

fazerem. Numa última questão permitia-se a partilha de sugestões para uma melhoria de utilização do RI.

Os dados apurados são demonstrados de seguida (Tabelas 32 a 36), com a individualização por tipo de instituição, como tem sido prática, ao longo deste trabalho.

A primeira questão (Tabela 32) evidencia o conhecimento dos inquiridos relativamente à disponibilização da PDD no RI da sua instituição.

Tabela 32 - Conhecimento da política de depósito documental

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Desconheço	432	62,4%	230	33,2%	202	29,2%
Sim	257	37,1%	109	15,8%	148	21,4%
Não	3	0,4%	1	0,1%	2	0,3%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

Relativamente ao conhecimento que os participantes no estudo demonstraram ter, quanto à disponibilização no RI da PDD, a maioria afirma desconhecer (62,4%). Ainda assim, 37,1% assumiram ter conhecimento que está disponível, enquanto 0,4% manifestaram a não disponibilização da PDD no RI da sua instituição.

Quando correlacionamos os valores de cada tipo de instituição, predomina a universidade. Neste caso, 33,2% desconhece a existência da PDD no RI, não obstante, 15,8% afirma ser do seu conhecimento essa disponibilidade. Já no referente aos politécnicos, os inquiridos revelam ter conhecimento da sua existência no RI (21,4%), frequência que supera as universidades (15,8%). Afirmam a não disponibilidade da PDD no RI 0,1% dos respondentes das universidades e 0,3% dos politécnicos.

Em resposta à pergunta: “Qual o nível de cumprimento que faz da Política de Depósito da sua Instituição?”, os dados que se seguem espelham o nível de cumprimento que os inquiridos fazem da PDD (Tabela 33). No geral, 35,0% respondeu cumprir integralmente e com facilidade. Cumpre parcialmente 21,1%, não cumpre de todo 15,9% e 4,6% cumpre

integralmente com desagrado. Revelam desconhecer o nível de cumprimento da política 23,4% dos respondentes.

Tabela 33 - Nível de cumprimento da política de depósito documental

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Cumpro integralmente com facilidade	242	35,0%	117	16,9%	125	18,1%
Desconheço	162	23,4%	76	11,0%	86	12,4%
Cumpro parcialmente	146	21,1%	66	9,5%	80	11,6%
Não cumpro de todo	110	15,9%	63	9,1%	47	6,8%
Cumpro integralmente com desagrado	32	4,6%	18	2,6%	14	2,0%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

São os professores e investigadores afetos aos politécnicos que mais revelam cumprir integralmente e com facilidade (18,1%) e os que mais cumprem parcialmente (11,6%). É também neste tipo de instituição que mais apontam desconhecer o nível de cumprimento da PDD (12,4%). Os inquiridos das universidades são os que mais confirmam não cumprirem de todo (9,1%) e cumprirem integralmente com desagrado (2,6%).

Quando os participantes no estudo foram questionados para assinalarem os três principais motivos para efetuarem o depósito das suas produções científicas no RI (Tabela 34), no topo das respostas conjuntas surgiu a justificação desse gesto aumentar a visibilidade e o impacto (citações) da investigação (66,0%). Foram ainda assinalados outros motivos com frequências significativas de respostas, como: aumenta a rapidez de disseminação dos resultados da investigação (53,6%), é uma forma de preservar a minha produção científica (51,6%). Embora com frequências um pouco inferiores, importa salientar outros fundamentos, nomeadamente: é obrigatório na minha instituição (19,8%), o processo de depósito é rápido e simples (19,4%), publico em revistas científicas de acesso aberto (16,3%) e existe suficiente suporte técnico na minha instituição (11,1%).

Verifica-se que, para o efeito, outras justificações foram assinaladas, ainda que tenham obtido frequências inferiores, como se pode observar (Tabela 34). Ainda assim, a recusa em

se utilizar o RI, neste propósito, foi expressa pela explicação de não utilização (3,8%) e de desconhecimento (1,4%).

Quando à *priori* se confrontam os resultados por tipo de instituição (Tabela 34), verifica-se algum equilíbrio na frequência das respostas. Contudo, ao realizar-se uma leitura mais atenta, surgem alguns realces. Deste modo, constata-se que os politécnicos apresentam respostas com valores superiores às universidades, ao declararem que depositar no RI aumenta a visibilidade e o impacto (citações) da investigação (35,8%) e existe suficiente suporte técnico na minha instituição (6,5%). Estes são os valores com diferenças mais acentuadas, existindo outros motivos em que os politécnicos demonstram maiores frequências, mas com ligeiras oscilações.

Os motivos apontados, com maior evidência, pelos inquiridos das universidades são: a editora autoriza o depósito em repositórios institucionais (4,6%) e é obrigatório na minha instituição (10,7%). Depositar no RI contribui para a visibilidade da instituição (0,3%) e é fundamental para o desenvolvimento da ciência (0,1%), foram motivos exclusivamente frisados por afiliados às universidades.

De se enfatizar que todos os resultados reunidos na Tabela 34 são fruto de cada inquirido poder selecionar três motivos que, na sua opinião, justificavam o depósito das suas produções científicas nos RI.

Tabela 34 - Motivos para proceder ao depósito no RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Aumenta a visibilidade e o impacto (citações) da investigação	457	66,0%	209	30,2%	248	35,8%
Aumenta a rapidez de disseminação dos resultados da investigação	371	53,6%	178	25,7%	193	27,9%
É uma forma de preservar a minha produção científica	357	51,6%	175	25,3%	182	26,3%
É obrigatório na minha instituição	137	19,8%	74	10,7%	63	9,1%
O processo de depósito é rápido e simples	134	19,4%	64	9,2%	70	10,1%
Publico em revistas científicas em acesso aberto	113	16,3%	60	8,7%	53	7,7%
Existe suficiente suporte técnico na minha instituição	77	11,1%	32	4,6%	45	6,5%
É um requisito do financiador da minha investigação	71	10,3%	36	5,2%	35	5,1%
A editora autoriza o depósito em repositórios institucionais	49	7,1%	32	4,6%	17	2,5%
Posso delegar esta tarefa em outra pessoa	39	5,6%	19	2,7%	20	2,9%
Não utilizo	26	3,8%	11	1,6%	15	2,2%
Desconheço	10	1,4%	9	1,3%	1	0,1%
Contribui para visibilidade da instituição	2	0,3%	2	0,3%	0	0,0%
Fundamental para o desenvolvimento da Ciência	1	0,1%	1	0,1%	0	0,0%

A Tabela 35 apresenta os resultados à pergunta inversa da anterior, desta feita, os inquiridos selecionavam os três principais motivos para não se proceder ao depósito das suas produções científicas no RI.

Tabela 35 - Motivos para não proceder ao depósito no RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Falta de tempo para realizar o depósito	269	38,9%	130	18,8%	139	20,1%
Duplicação de tarefas	173	25,0%	86	12,4%	87	12,6%
Falta de conhecimento sobre as políticas de depósito dos editores	142	20,5%	76	11,0%	66	9,5%
Insuficiente formação no uso do sistema	131	18,9%	72	10,4%	59	8,5%
Falta de conhecimentos técnicos e formação no uso do sistema	130	18,8%	67	9,7%	63	9,1%
O processo de depósito é demorado e/ou complexo	124	17,9%	73	10,5%	51	7,4%
Falta de conhecimento sobre o carácter obrigatório das políticas institucionais	112	16,2%	52	7,5%	60	8,7%
Receio de violar os direitos de autor	111	16,0%	64	9,2%	47	6,8%
Falta de uma pessoa em quem possa delegar a tarefa do depósito	86	12,4%	42	6,1%	44	6,4%
Não identifico vantagens no depósito das publicações	78	11,3%	36	5,2%	42	6,1%
Falta de suporte na instituição	60	8,7%	29	4,2%	31	4,5%
Não existe um Repositório Institucional adequado	36	5,2%	18	2,6%	18	2,6%
Receio de ser vítima de plágio	26	3,8%	21	3,0%	5	0,7%
Não reconheço vantagens no acesso aberto	18	2,6%	6	0,9%	12	1,7%
Os meus colegas também não o fazem	12	1,7%	6	0,9%	6	0,9%
Sem motivos para não proceder	12	1,7%	5	0,7%	7	1,0%

Como verificado (Tabela 35), os inquiridos expuseram os motivos que, no seu entender, os desmotiva a procederem ao depósito dos *outputs* científicos no RI. Os argumentos mais apontados, de um modo global, foram: falta de tempo para realizar o depósito (38,9%), a duplicação de tarefas (25,0%) e a falta de conhecimento sobre as políticas de depósito dos editores (20,5%). De realçar dois motivos que obtiveram um número de respostas a considerar, a insuficiente formação no uso do sistema (18,9%) e falta de conhecimentos técnicos e formação no uso do sistema (18,8%).

Observando os motivos, em termos comparativos por instituições, verifica-se uma certa afinidade de opiniões. Destaca-se, com mais respostas pelos politécnicos, a falta de tempo para realizar o depósito, (20,1%) e falta de conhecimento sobre o carácter obrigatório das políticas institucionais (8,7%). Nas universidades os pretextos prendem-se mais com a falta de conhecimento sobre as políticas de depósito dos editores (11,0%), insuficiente formação no uso do sistema (10,4%) e o processo de depósito é demorado e/ou complexo (10,5%).

De se sublinhar que os argumentos: a falta de tempo para realizar o depósito e a duplicação de tarefas é equivalente em ambas as instituições, como pontos referidos em primeiro lugar.

A última questão do inquérito admitia que os participantes deixassem, facultativamente, uma sugestão de melhoria da utilização do RI. Para tal aplicou-se uma pergunta aberta, de natureza exploratória, a fim de se permitirem *insights* de todas as opiniões relacionadas com o tema em discussão.

Por ser uma pergunta de resposta voluntária, nem todos os inquiridos optaram por responder. Neste caso, verificou-se uma avultada ausência de respostas (81,2%).

Dada a característica da questão, a mesma foi alvo de uma categorização (Tabela 36).

Tabela 36 - Sugestões de melhoria da utilização do RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Não responderam	562	81,2%	260	37,6%	302	43,6%
Maior divulgação e informação	71	10,3%	42	6,1%	29	4,2%
Interoperabilidade	19	2,7%	11	1,6%	8	1,2%
Ser responsabilidade da biblioteca	17	2,5%	9	1,3%	8	1,2%
Agilização de procedimentos	14	2,0%	13	1,9%	1	0,1%
Ligação à avaliação de docentes	4	0,6%	3	0,4%	1	0,1%
Existir comunicação/lembrete	3	0,4%	2	0,3%	1	0,1%
Ser um Repositório mais dinâmico inserido nas redes digitais	2	0,3%	0	0,0%	2	0,3%
Total	692	100,0%	340	49,1%	352	50,9%

Rececionaram-se um total de 130 sugestões, cuja predominância recaiu na recomendação de existir maior divulgação e informação do RI (10,3%). Logo de seguida a proposta foi operabilidade (2,7%) e ser [o depósito] responsabilidade da Biblioteca (2,5%), diga-se da instituição. Solicitam agilização de procedimentos 2,0% dos respondentes. Com menor frequência, as sugestões para uma melhoria da utilização do RI estendem-se, ainda, a haver ligação [prova do depósito no RI] à avaliação de docentes (0,6%), existir comunicação/lembrete [para a utilização do RI] (0,4%) e que o RI seja mais dinâmico inserido nas redes digitais (0,3%).

Entre instituições, todas as propostas foram mais frequentes por inquiridos afiliados às universidades, ainda que com valores muito próximos dos politécnicos. Estes foram os que mais se escusaram a emitir a opinião, não respondendo 43,6%, face aos 37,6% das universidades.

3.5. Entrevistas aos gestores e administradores dos RI

A entrevista é um recurso utilizado com frequência na investigação, por permitir uma proximidade com o entrevistado e cuja expressividade das suas experiências propiciam o êxito na análise de conteúdo e, por conseguinte, na investigação qualitativa (Minayo, 2013).

A expressão ‘análise de conteúdo’ é a mais comumente utilizada no tratamento de dados de uma pesquisa qualitativa (Minayo, 2013), por visar compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores quanto a revelações sobre a sua história e sobre temas específicos. Em termos conceituais, a análise de conteúdo consiste na avaliação do conjunto de técnicas de análise das comunicações (Santos, 2012). Engloba procedimentos sistemáticos e objetivos relativos à descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 1977), resultantes de um comportamento em função de um estímulo, com o máximo rigor e cientificidade. Nesse sentido, e no presente caso, entendeu-se realizar uma análise ao conteúdo resultante das entrevistas, uma vez que esse método permitiu analisar as motivações, as atitudes, os valores, as crenças e as tendências dos participantes do estudo, reveladas nas entrevistas.

Neste subcapítulo apresenta-se a análise às 25 entrevistas aos gestores e administradores, tendo-se recorrido, para o efeito, à utilização do *Software NVivo*, versão 12.0. De forma a perceber-se com maior pormenor a realidade de cada RI, a análise qualitativa do conteúdo foi estruturada por categorias e subcategorias, relativamente a cada item, de acordo com um guião previamente elaborado (Apêndice 3).

Por se pretender obter informações mais pormenorizadas, no que respeita às características dos repositórios, aplicaram-se algumas perguntas fechadas de índole quantitativa. A análise do conteúdo das mesmas foi conseguida com recurso ao *software IBM SPSS Statistics 24.0*, sempre com a preservação do anonimato.

Para o efeito, é realizada a apresentação de cada uma das categorias e respetivas subcategorias que emergiram em consequência da análise de conteúdo efetuada. A categoria I foi excluída da análise, por se destinar à contextualização do estudo e à legitimação da entrevista, que se apresenta na íntegra no Apêndice 4.

A apresentação do conteúdo das entrevistas inicia com a caracterização do perfil dos gestores e administradores dos repositórios, como se apresenta no subcapítulo seguinte.

3.5.1. Perfil dos gestores e administradores dos RI

Analisando os dados que se ostentam na tabela 37, é possível conhecer-se o perfil dos gestores e administradores dos RI. Esse perfil é constituído pela formação académica mais elevada que cada participante detém, a categoria profissional exercida no momento da entrevista e a idade.

Pode verificar-se que a maioria dos RI são geridos por profissionais com a categoria profissional de Técnico Superior (72%), seguindo-se, a grande distância, Especialistas de Informática (12,0%). Ao nível da formação académica, considerado o grau mais elevado, predomina o Mestrado (44%); seguido da Pós-Graduação (24%) e a Licenciatura (20%). Embora em menor número, registam-se detentores do grau de Doutoramento (8%).

No que se refere à idade, a média global dos gestores e administradores dos repositórios é de 50,6 anos (Desvio Padrão 8,2).

Tabela 37 - Perfil dos gestores e administradores do RI

Formação Académica	Total (25)		Universidades (13)		Politécnicos (12)	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Licenciatura	5	20,0 %	4	16,0 %	1	4,0 %
Pós-Graduação	6	24,0 %	3	12,0 %	3	12,0 %
Mestrado	12	48,0 %	5	20,0 %	7	28,0 %
Doutoramento	2	8,0 %	1	4,0 %	1	4,0 %
Categoria Profissional						
Chefe de Divisão	1	4,0 %	0	0%	1	4,0 %
Coordenador	1	4,0 %	1	4,0 %	0	0%
Dirigente Intermédio	1	4,0 %	1	4,0 %	0	0%
Especialista Informática	3	12,0 %	2	8,0 %	1	4,0 %
Técnico Superior	19	76,0 %	9	36,0 %	10	40,0 %
Idade	Média 50,6 anos		Média 49,9 anos		Média 51,4 anos	
	(Desvio Padrão 8,2)		(Desvio Padrão 9,0)		(Desvio Padrão 7,6)	

Os dados (Tabela 37) permitem realizar um paralelismo entre IES. Neste, é possível identificar diferenças estatísticas entre as variáveis, ainda que não muito acentuadas. Destacam-se, ao nível da formação académica dos gestores e administradores das universidades, um valor superior na titularidade de Licenciatura (16,0%). É de notar que os politécnicos se apresentam com valores superiores na habilitação académica de Mestrado (28,0%). Em relação ao Doutoramento (4,0%) e à Pós-Graduação (12,0%), os resultados são iguais em ambas as instituições (universidades e politécnicos).

Quanto à categoria profissional, as universidades apresentam categorias mais diferenciadas e estatisticamente superiores aos politécnicos. Evidenciam-se a categoria de Especialista de Informática (8,0%), Dirigente Intermédio (4,0%), Coordenador (4,0%). Já os politécnicos apresentam valores superiores na categoria de Técnico Superior (40,0%) e Chefe de Divisão (4,0%).

Relativamente à idade, os resultados revelam que são as universidades as detentoras de gestores e administradores do RI mais ‘jovens’, comportando a média de idade menor (49,9 anos), face aos politécnicos (51,4 anos).

3.5.2. Caracterização dos RI

O objetivo pretendido, neste grupo de questões, era identificar um perfil característico dos repositórios. Desta feita, iniciou-se o processo com a visualização da data de entrada em produção do RI. Teve-se em conta o ano em que todos os procedimentos, relativos ao normal funcionamento do RI, estavam concluídos e, por fim, as produções científicas começaram a ser passíveis de serem registadas/depositadas/arquivadas e ficarem acessíveis, para quem delas necessitasse.

Constata-se, ao analisar a Tabela 38, que o primeiro ano a registar a implementação do RI foi em 2003 e o último em 2014. Nota-se um maior fluxo de implementação de RI em funcionamento, nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Tabela 38 - Data de entrada em produção do RI

Ano	Total (25)		Universidades (13)		Politécnicos (12)	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
2003	1	4,0%	1	4,0%	0	0,0%
2006	1	4,0%	0	0,0%	1	4,0%
2007	1	4,0%	1	4,0%	0	0,0%
2008	5	20,0%	5	20,0%	0	0,0%
2009	4	16,0%	3	12,0%	1	4,0%
2010	4	16,0%	1	4,0%	3	12,0%
2011	4	16,0%	2	8,0%	2	8,0%
2012	1	4,0%	0	0,0%	1	4,0%
2013	2	8,0%	0	0,0%	2	8,0%
2014	2	8,0%	0	0,0%	2	8,0%

Lendo a exposição dos valores (Tabela 38), é verificável que as universidades foram pioneiras na implementação dos seus RI, entrando assim três anos mais cedo em produção do que os politécnicos, cujo primeiro registo de entrada em funcionamento data de 2006.

É perceptível, a partir do ano de 2011, a inatividade das universidades, naturalmente por terem iniciado a implementação dos RI mais cedo, face aos politécnicos. Estes continuaram a implementar os RI, verificando-se o último registo, de RI do presente estudo, em 2014.

De forma a visualizar as características globais dos RI, reuniram-se diversas categorias (Tabela 39) demonstrando as médias em cada uma, de entre a totalidade dos RI em estudo.

Tabela 39 - Características do RI

Categorias	Total de entrevistados (n=25)		Universidades (n=13)		Politécnicos (n=12)	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Nº de Comunidades agregadas ao Repositório	31,2	31,8	46	37,2	15,2	12,4
Nº de coleções associadas ao repositório	360,5	431,4	587,4	474,1	114,8	185
Nº de utilizadores registados no Repositório	4 955,5	8 320,2	8 416,2	10 473,1	1 148,7	1 105,7
Nº de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo	1 726,8	3 037,1	26 92,2	3 824,4	485,4	602,5
Nº total de documentos registados no Repositório no final de 2020	16 074,9	19 206,9	25 462,9	22 387,2	5 833,5	6 256,6
Valor absoluto de aumento de depósitos em 2020 (comparação com 2019)	454,9	1 000,6	644	902,9	184,9	1 187,6
Nº de pessoas que trabalham no repositório	4,4	3,2	4,5	4,3	4,3	1,9
Nº de downloads em 2020	1 055 095,9	1 127 847,6	1 566 025	1 302 053	430 627	322 909,5
Nº de consultas em 2020	652 735,4	1 162 533,2	1 071 347	1 458 567	141 099	122 701,8

Observando a Tabela 39, evidenciam-se uma série de variáveis que permitem espelhar diversas características dos repositórios institucionais, de acordo com distintas dimensões. A análise propiciou o cálculo das respetivas médias e permitiu concluir que os RI das universidades contêm médias mais elevadas em todas as categorias analisadas e descritas. Comportam desta forma, maior número de comunidades agregadas, número de coleções, número mais elevado de utilizadores registados no repositório e que também têm permissão para efetuar o autoarquivo. São, ainda, os RI das universidades que dispõem de um número superior de documentos registados, em 2020, alcançando, também, um valor mais elevado de depósitos. Além disso, são detentores do maior número de consultas e de *downloads*, no que ao ano de 2020 diz respeito. No que concerne ao número de pessoas que trabalham estreitamente com o RI, são, igualmente, as universidades que dispõem de mais pessoas, ainda que esta média se apresente muito próxima da dos politécnicos.

Tabela 40 - Tipologia documental nos RI

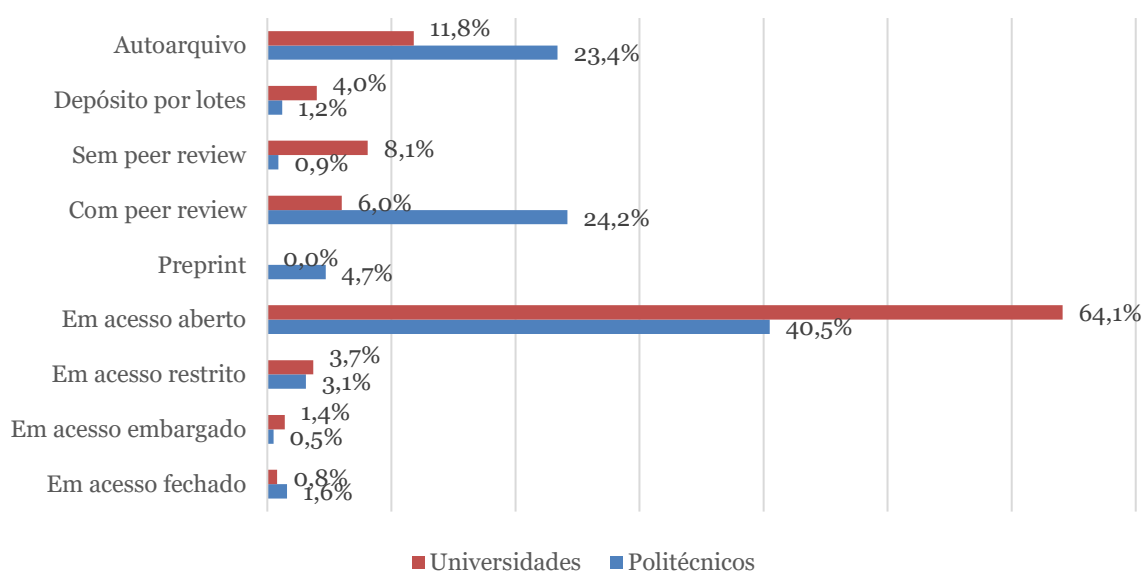
Categorias	Total (25)		Universidades (13)		Politécnicos (12)	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Artigo	25	100,0%	13	100,0%	12	100,0%
Dissertação de Mestrado	25	100,0%	13	100,0%	12	100,0%
Capítulo de Livro	24	96,0%	13	100,0%	11	91,7%
Livro	23	92,0%	13	100,0%	10	83,3%
Tese Doutoramento	20	80,0%	13	100,0%	7	58,3%
Relatório	11	44,0%	5	38,5%	6	50,0%
Documento de conferência	8	32,0%	3	23,1%	5	41,7%
Comunicações	8	32,0%	4	30,8%	4	33,3%
Working paper	6	24,0%	3	23,1%	3	25,0%
Pósteres	5	20,0%	3	23,1%	2	16,7%
Dissertação de Licenciatura	3	12,0%	1	7,7%	2	16,7%
Preprint	3	12,0%	2	15,4%	1	8,3%
Recensão	3	12,0%	2	15,4%	1	8,3%
Material Pedagógico	3	12,0%	1	7,7%	2	16,7%
Texto de periódico	2	8,0%	1	7,7%	1	8,3%
Palestra	2	8,0%	1	7,7%	1	8,3%
Publicações pedagógicas	2	8,0%	1	7,7%	1	8,3%
Artigos em revistas técnicas	2	8,0%	1	7,7%	1	8,3%
Resumos	2	8,0%	1	7,7%	1	8,3%
Patente	2	8,0%	1	7,7%	1	8,3%
Dados científicos	2	8,0%	1	7,7%	1	8,3%
Provas de título de especialista	1	4,0%	0	0,0%	1	8,3%
Trabalhos de projeto	1	4,0%	0	0,0%	1	8,3%
Comentário	1	4,0%	1	7,7%	0	0,0%
Editorial em livro	1	4,0%	1	7,7%	0	0,0%
Corrigenda	1	4,0%	1	7,7%	0	0,0%
Revista	1	4,0%	1	7,7%	0	0,0%
Carta ao editor	1	4,0%	1	7,7%	0	0,0%
Anotação	1	4,0%	1	7,7%	0	0,0%
Texto de periódico	1	4,0%	1	7,7%	0	0,0%

Refletindo sobre as tipologias documentais dos conteúdos depositados nos RI (Tabela 40), os resultados foram diversificados. De um modo global, todos os RI utilizam as mesmas terminologias documentais. Neste sentido, é possível verificar que o artigo e a dissertação de mestrado são as terminologias apontadas por todos os entrevistados (100,00%). Seguem-se, entre as denominações mais amplas, o capítulo de livro (96,0%) e o livro (92,0%). Prosseguindo a leitura atenta à Tabela 40, é verificável o enriquecimento das categorias documentais, com maior utilização em alguns RI, do que noutros. A exceção ocorre nas terminologias Provas de título de especialista e Trabalhos de projeto, apenas identificadas por um entrevistado dos politécnicos, e as de: Comentário, Editorial em livro, Corrigenda, Revista, Carta ao editor, Anotação e Texto de periódico, mencionado, apenas, por um gestor do RI de universidade.

De se sublinhar que Tese de Doutoramento é uma tipologia documental mais utilizada nos RI das universidades (100%), face aos dos politécnicos (58,3%).

O gráfico seguinte divulga, em média, o tipo de acesso aos documentos e a forma como se efetuou o depósito nos RI.

Gráfico 5 - Especificação do registo de documentos no RI



O gráfico 5 demonstra a radiografia da especificação dos registos documentais no ano de 2020. Foram apuradas as médias, dos dados disponibilizados pelos entrevistados, de cada tipologia de acesso aos documentos e da sua disponibilização nos RI. Consta-se, assim, que o depósito por autoarquivo e a viabilização dos documentos em acesso aberto representam as maiores percentagens.

Não obstante as proximidades de valores em ambas as IES, importa realçar que as universidades são precursoras na disponibilização de documentos em acesso aberto (64,1%), documentos sem *peer review* (8,1%) e no tipo de arquivo por lotes (4,0%).

Já os politécnicos apresentam médias mais elevadas no que concerne ao depósito por autoarquivo (23,4%), bem como à oferta de documentos com *peer review* (24,2%).

Nas restantes características de disponibilização documental (acesso restrito, acesso embargado, acesso fechado), ambas as IES se demonstram equiparadas.

Relativamente à pergunta (Q.10, Apêndice 3), se o entrevistado tinha sentido maior interação com o repositório (mais consultas, *downloads* e depósitos), pelo facto de 2020 ter sido um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento, os *feedbacks* evidenciam-se na Tabela 41. No global, as respostas nivelaram-se por quem concordou com a pergunta, afirmando ‘sim’ e pelos que não concordaram, expressando ‘não’.

Os entrevistados que não sentiram que o confinamento tivesse suscitado maior interação com o RI, declararam que até verificaram a ocorrência de menos *downloads* (12,0%) e menos consultas (4,0%).

Quanto aos participantes que responderam afirmativamente, afirmaram que existiram mais consultas (16,0%), ocorreram mais depósitos, por causa de estar a decorrer a avaliação de docentes (4,0%) e por terem recomendado o RI como fonte de informação, acessível em período de confinamento (4,0%). Foram confirmados, também, a existência de mais pedidos de documentos com acesso restrito e embargado (4,0%).

O RI mostrou-se como uma mais-valia na obtenção de informação, por tal ocorreram mais consultas, até por recomendação aos estudantes, como testemunhos de alguns entrevistados: “... fomentou mais consultas, pelo contexto de pandemia e pela divulgação, por parte dos docentes e da Unidade de Biblioteca, ter aconselhado que o repositório era uma importante fonte de informação para acesso a documentos” (Gp 7), “Claro que sim,

porque foi uma base de informação recomendada pela comunidade docente do Politécnico” (Gp 9). “Sim, nomeadamente o pedido de acesso a documentos em Acesso Restrito e Embargados” (Gu 2). O aumento de depósitos foi considerado em virtude da maior disponibilidade dos professores e investigadores, também, devido ao confinamento obrigatório, como referem outros inquiridos: “... aumento na parte de depósitos em autoarquivo, por parte do corpo de docentes, questão de disponibilidade [por estarem confinados] e interesse em divulgar o seu trabalho” (Gp 7) e porque “... estava a decorrer o processo de avaliação [docente] e sempre neste período o depósito aumenta” (Gp 4).

Tabela 41 - Estatísticas de consultas, downloads e depósitos no RI, em 2020

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Sim	12	48,0%	5	38,5%	7	58,3%
Mais Consultas	4	16,0%	2	15,4%	2	16,7%
Mais Depósitos - Devido a avaliação docente	1	4,0%	0	0,0%	1	8,3%
Recomendação do RI como fonte de informação	1	4,0%	0	0,0%	1	8,3%
Mais Pedidos Doc. Acesso Restrito e Embargado	1	4,0%	1	7,7%	0	0,0%
Não respondeu	1	4,0%	1	7,7%	0	0,0%
Não consegue apurar	2	8,0%	1	7,7%	1	8,3%
Não	10	40,0%	6	46,2%	4	33,3%
Menos <i>downloads</i>	3	12,0%	2	15,4%	1	8,3%
Menos consultas	1	4,0%	1	7,7%	0	0,0%

Constata-se, ao observar-se as respostas individualmente, no que respeita à interação com o repositório, que as opiniões se dividem. Não existem grandes diferenças estatísticas entre as respostas provenientes de gestores e administradores de RI das universidades e dos politécnicos. Nesta questão em particular, até se apresentam com frequências muito equivalentes. É notório que são os afiliados dos politécnicos, de entre os entrevistados, que sentem que houve mais utilização do RI, em 2020. Por seu turno, são os das universidades que mais expressaram não terem notado mais interação, por consequência direta do efeito

de se ter estado em confinamento. Em ambas as variáveis (sim e não), as diferenças fazem-se sentir com apenas duas menções, entre instituições.

Quando os entrevistados foram questionados (Q. 11, Apêndice 3) sobre a forma como o depósito é efetuado no RI, surgiram respostas díspares, que se evidenciam pelo volume de menções a cada recurso (Tabela 42).

Observando, assim, os dados expostos (Tabela 42), depreende-se que a forma de depósito de produções científicas nos RI comporta três processos gerais: o autoarquivo, o arquivo e depósito em lote.

De se salientar que o processo de depósito pelo autoarquivo foi a resposta com mais frequências apontadas (46,5%), seguindo-se o depósito por intervenção de técnicos (14,0%), o mesmo que arquivo. Utilizando este meio, os professores e investigadores valem-se do apoio dos profissionais das IES para o registo das suas produções científicas no RI. Depósito por lote (7,0%) é outra forma de se efetuar o depósito.

Tabela 42 - Formas de depósito no RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Autoarquivo	20	46,5%	12	52,2%	8	40,0%
Exceto Dissertações	7	16,3%	4	17,4%	3	15,0%
Técnicos/arquivo	6	14,0%	3	13,0%	3	15,0%
Sem Autoarquivo	4	9,3%	1	4,3%	3	15,0%
Bibliotecários	1	2,3%	0	0,0%	1	5,0%
Serviços académicos	2	4,7%	1	4,3%	1	5,0%
Depósito em lote	3	7,0%	2	8,7%	1	5,0%

O autoarquivo pressupõe toda a autonomia do utilizador para o efeito. O procedimento de arquivo pode envolver a ação de técnicos, a intervenção de bibliotecários ou a mediação dos serviços académicos. O depósito em lote é praticado pelos técnicos das bibliotecas, bem como as produções académicas (Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutoramento), cujo depósito poderá também ser efetivado pelos serviços académicos.

Nesta análise, verifica-se que há instituições que apontam como resposta ‘sem autoarquivo’ (9,3%), sendo a totalidade dos depósitos registados no RI por intervenção dos seus técnicos. É possível observar-se, também, que as universidades estão mais rotinadas no exercício do autoarquivo (52,2%) do que os politécnicos (40,0%). Sem autoarquivo em prática é apontado em número superior pelos entrevistados dos politécnicos (15,0%), face aos 4,3% das universidades. Depositar em lote é mais aplicado nas universidades (8,7%), face aos politécnicos (5,0%). Tendo em conta que este processo foi pouco apontado como prática, os valores entre IES apresentam-se próximos.

3.5.3. Políticas internas e técnicas de comunicação do RI

No decorrer deste estudo, pretendeu-se também conhecer as políticas internas e técnicas de comunicação empreendidas nas instituições, de forma a promover a usabilidade do RI. A categoria da entrevista (Categoria IV, Apêndice 3) foi composta por um conjunto heterogéneo de questões (Q. 13 a 21), cujos resultados se apresentam nas diversas Tabelas que se seguem (Tabelas 43 a 49 e Gráficos 6 e 7).

A primeira questão deste grupo prendia-se com a particularidade de se identificarem as políticas internas existentes, para promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito dos seus *outputs* científicos, no repositório (Tabela 43).

Realizando uma observação global aos resultados da Tabela 43, constata-se que os entrevistados apontaram mais menções para a existência de políticas de Acesso Aberto (21,7%). 13,0% declararam, como política interna de encorajamento do depósito no RI, a ligação deste ao RAD (Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes). Com iguais valores (13,0%) foram referidos a existência de um prémio e a obrigatoriedade. Importa destacar que 13,0% declararam a inexistência de qualquer incentivo, na sua instituição. Embora com frequências mais baixas, mas com igual valor (4,3%), foram ainda mencionadas Fórum de Investigação, Políticas do RCAAP, Política de Gestão de Informação

Científica, Despacho de Apoio à Qualificação do Pessoal Docente, Literacia da Informação e Regulamento de Política Aberta.

Tabela 43 - Políticas internas de encorajamento ao depósito no RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Acesso Aberto	5	21,7%	2	18,2%	3	25,0%
Não existem	3	13,0%	3	27,3%	0	0,0%
Ligação ao RAD	3	13,0%	1	9,1%	2	16,7%
Prémio	3	13,0%	0	0,0%	3	25,0%
Obrigatoriedade	3	13,0%	3	27,3%	0	0,0%
Fórum de investigação	1	4,3%	0	0,0%	1	8,3%
RCAAP	1	4,3%	1	9,1%	0	0,0%
Política de Gestão de Informação Científica	1	4,3%	1	9,1%	0	0,0%
Despacho de Apoio à Qualificação do Pessoal Docente	1	4,3%	0	0,0%	1	8,3%
Literacia de informação	1	4,3%	0	0,0%	1	8,3%
Regulamento de Política Aberta	1	4,3%	0	0,0%	1	8,3%

É pertinente comparar os resultados evidenciados (Tabela 43) por IES, para uma perceção por instituição. Deste modo, observa-se que são os politécnicos que apresentam mais políticas internas de encorajamento ao depósito. Sublinham-se a Política interna de Acesso Aberto (25,0%), ligação ao RAD (16,7%) e a existência de um prémio (25,0%). As universidades destacam a inexistência de qualquer incentivo (27,3%) e a obrigatoriedade do depósito no RI (27,3%).

A utilização do RI pressupõe conhecimento da sua existência. Para tal, a questão seguinte (Q.14) instigava a desvendar as técnicas de comunicação praticadas em cada IES, com a finalidade de promover a usabilidade do RI, tanto internamente como externamente (Tabela 44).

Tabela 44 - Técnicas de comunicação instituídas para promoção do uso do RI, interna e externamente

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Internas	22	68,8%	11	64,7%	11	73,3%
Formação	13	40,6%	5	29,4%	8	53,3%
Sensibilização	3	9,4%	3	17,6%	0	0,0%
<i>Workshops/Webinares</i>	1	3,1%	1	5,9%	0	0,0%
Fluxo de informação aprovado	1	3,1%	1	5,9%	0	0,0%
<i>E-mail</i>	1	3,1%	1	5,9%	0	0,0%
Divulgação <i>online</i>	1	3,1%	0	0,0%	1	6,7%
<i>Newsletter</i>	1	3,1%	0	0,0%	1	6,7%
Promoção interna do recurso	1	3,1%	0	0,0%	1	6,7%
Externas	7	21,9%	5	29,4%	2	13,3%
Promoção externa nas <i>Web page</i> da Instituição	3	9,4%	2	11,8%	1	6,7%
Divulgação resultados investigação	2	6,3%	1	5,9%	1	6,7%
Página <i>Web</i> da Biblioteca	1	3,1%	1	5,9%	0	0,0%
Ciência Aberta	1	3,1%	1	5,9%	0	0,0%
Inexistente	1	3,1%	1	5,9%	0	0,0%
Sem apoio da Presidência	1	3,1%	0	0,0%	1	6,7%
Desconhecimento da técnica mais eficaz	1	3,1%	0	0,0%	1	6,7%

Da observação aos resultados expostos na Tabela 44, é possível aferir que, no global, são desenvolvidas mais técnicas de comunicação a nível interno à instituição (68,8%). Destacam-se a formação (40,6%) e a sensibilização (9,4%). Segue-se com menor ‘peso’, mas com igualdade valorativa (3,1%), *Workshops/Webinars*, a divulgação de informação via *e-mail*, a divulgação *online* e a informação do RI pela *Newsletter*. Como testemunha um entrevistado: “Formação e Comunicação. Está disponível no portal da Universidade e nos serviços de documentação” (Gu 5). Há também quem afirme que o processo de promoção do RI já esteve em voga, não se mostrando necessário na atualidade: “Foi gizado um plano de comunicação que definiu um conjunto de ações, iniciativas que visam promover o RI da Universidade no plano interno e externo e que é revisto de dinâmica e alinhado com outras iniciativas e projetos no domínio dos repositórios e Ciência Aberta. Apresentações, visitas UO, *flyers*, no início, agora não é necessário” (Gu 1).

Ao nível externo (21,9%), a comunicação comporta ações de promoção do RI na *web page* da instituição (9,4%) e divulgação dos resultados da investigação (6,3%). Verificou-se, ainda neste sentido, menção à inexistência de comunicação, (3,1%), sem apoio da Presidência, (3,1%) e desconhecimento da técnica mais eficaz (3,1%).

Quando a análise é focada diretamente nos resultados obtidos por instituição, repara-se que os entrevistados dos politécnicos afirmam realizar técnicas de comunicação mais direcionadas para o público interno (73,3%), e nestas desenvolvem mais formação (53,3%).

Também é notório que as universidades apostam mais na comunicação externa (29,4%), em comparação com os politécnicos, registando mais iniciativas que visam promover o RI ‘fora de portas’, inclusivamente recorrendo, para o efeito, à *web page* institucional (11,8%).

O objetivo da entrevista, aos gestores e administradores, incidia também no conhecimento sobre a Política de Acesso Aberto dos RI. Desta forma, perguntou-se se o RI tinha instituída uma Política de Acesso Aberto (Q. 15, Apêndice 3) e, em caso afirmativo, a subpergunta (Q.15.1) averiguava se a mesma era uma Política Mandatória. Os resultados obtidos (Tabela 45), permitem uma leitura global dos RI, neste contexto, e efetivar uma análise comparativa entre universidades e politécnicos, como tem vindo a ser norma, na apresentação de resultados do presente estudo.

Tabela 45 - Política de acesso aberto do RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Sim	18	75,0%	9	69,2%	9	81,8%
Política Mandatória	13	54,2%	5	38,5%	8	72,7%
Política não Mandatória	4	16,7%	4	30,8%	0	0,0%
Política das Agências de Financiamento	1	4,2%	1	7,7%	0	0,0%
Não	6	25,0%	4	30,8%	2	18,2%

Os entrevistados responderam, sobretudo, de forma afirmativa (75,0%), sendo, na maioria dos casos, uma Política Mandatória (54,2%). Ainda assim, verifica-se que em alguns RI a política existe, mas não tem esse carácter (16,7%). Um entrevistado preferiu referir-se à mesma como sendo uma Política das Agências de Financiamento (Gu 10). Foi possível certificar-se que 25,0% afirmou a não existência de uma Política de Acesso Aberto do RI.

São os RI dos politécnicos que mais possuem a Política de Acesso Aberto (81,8%) como uma Política Mandatória (72,7%). Já os RI das universidades são os que mais demonstraram não terem instituída uma Política de Acesso Aberto (30,8%).

Quanto à questão da disponibilização da Política de Acesso Aberto no site do RI, 61,9% dos entrevistados afirmou essa realidade. Apesar disso, a resposta negativa alcançou uma percentagem considerável (38,1%). Estes valores estão expostos na Tabela 46, que também divulga as várias denominações da Política de Acesso Aberto, adotadas entre os RI.

Para os entrevistados, o facto da Política de Acesso Aberto não se encontrar disponível no site do RI deve-se a diversas justificações: por a mesma estar disponível no site da instituição (Gp 2), pelo motivo de atualização do site do RI (Gu 9), pelo facto do RI ser um Repositório Comum (Gp 9) e, ainda, por não estar instituída qualquer Política de Acesso Aberto (Gu 6).

Tabela 46 - Disponibilidade da política de acesso aberto no site do RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Sim	13	61,9%	8	72,7%	5	50,0%
Política de Acesso Aberto do Instituto Politécnico	2	9,5%	0	0,0%	2	20,0%
Política de Acesso Aberto às Publicações Científicas do Instituto Politécnico	1	4,8%	0	0,0%	1	10,0%
Política de Arquivo do Repositório	1	4,8%	1	9,1%	0	0,0%
Política de Autoarquivo da Produção Científica da Universidade	1	4,8%	1	9,1%	0	0,0%
Política de Depósito de Documentos	1	4,8%	1	9,1%	0	0,0%
Política de Depósito de Documentos no Repositório	1	4,8%	0	0,0%	1	10,0%
Política de Depósito de Publicações da Universidade	1	4,8%	1	9,1%	0	0,0%
Política de Depósito Documental	1	4,8%	0	0,0%	1	10,0%
Política do Repositório - Acesso Aberto	1	4,8%	1	9,1%	0	0,0%
Política Institucional de Acesso Aberto	1	4,8%	1	9,1%	0	0,0%
Política de Acesso Livre da Universidade	1	4,8%	1	9,1%	0	0,0%
Regulamento de Depósito e Acesso de Documentos Científicos no Repositório	1	4,8%	1	9,1%	0	0,0%
Não	8	38,1%	3	27,3%	5	50,0%
Em atualização	1	4,8%	1	9,1%	0	0,0%

Observando os dados (Tabela 46) em termos comparativos entre IES, é notório que são as universidades (72,7%) que mais testemunham disponibilizar a Política de Acesso Aberto no site do RI em oposição aos politécnicos (50,0%).

Atendendo a um mesmo princípio, é curioso notar que a Política de Acesso Aberto adota uma variedade de nomenclaturas, de RI para RI, em cada IES.

Conhecer o grau de cumprimento da Política de Acesso Aberto, canais de monitorização e se a mesma suscita o aumento de depósitos no RI (Tabela 47), foi outra questão para a qual se procurou resposta.

Tabela 47 - Monitorização do cumprimento da política de acesso aberto

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Sim	9	47,4%	5	50,0%	4	44,4%
Sistema de informação da Instituição	2	10,5%	2	20,0%	0	0,0%
Copyright	1	5,3%	1	10,0%	0	0,0%
RAD-Avaliação Docente	2	10,5%	1	10,0%	1	11,1%
RENATES	1	5,3%	0	0,0%	1	11,1%
Web of Science e Scopus	1	5,3%	0	0,0%	1	11,1%
Cooperação SA e os SD	1	5,3%	0	0,0%	1	11,1%
Serviços de documentação	1	5,3%	1	10,0%	0	0,0%
Não	10	52,6%	5	50,0%	5	55,6%
Efeitos da monitorização						
A monitorização suscita aumento Depósitos	5	62,5%	3	60,0%	2	66,7%
Não suscita aumento Depósitos	3	37,5%	2	40,0%	1	33,3%

É de se assinalar que o número de instituições que não procedem à monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto (52,6%) é superior às que responderam executar essa função (47,4%). Os canais de monitorização são distintos, destacando-se a vigilância por sistemas de informação próprios da instituição (10,5%) e a ligação ao RAD (10,5%), onde os próprios autores fazem evidência do *handle*, das suas publicações no RI, constatando-se como um eficiente mecanismo de monitorização.

São as universidades que procedem um pouco mais à monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto (50,0%) através de sistemas de informação próprios (20,0%). Os entrevistados dos politécnicos distribuem-se por opiniões diversas, em que uns afirmam já executarem a monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto (44,4%), enquanto a maioria destes (55,6%) expressam a não monitorização.

No que se refere ao impacto da monitorização suscitar o aumento de depósitos no RI, a maioria dos entrevistados expressou que sim (62,5%). Avaliando os resultados de opiniões entre IES, são os politécnicos (66,7%) que mais reconhecem a vantagem deste recurso.

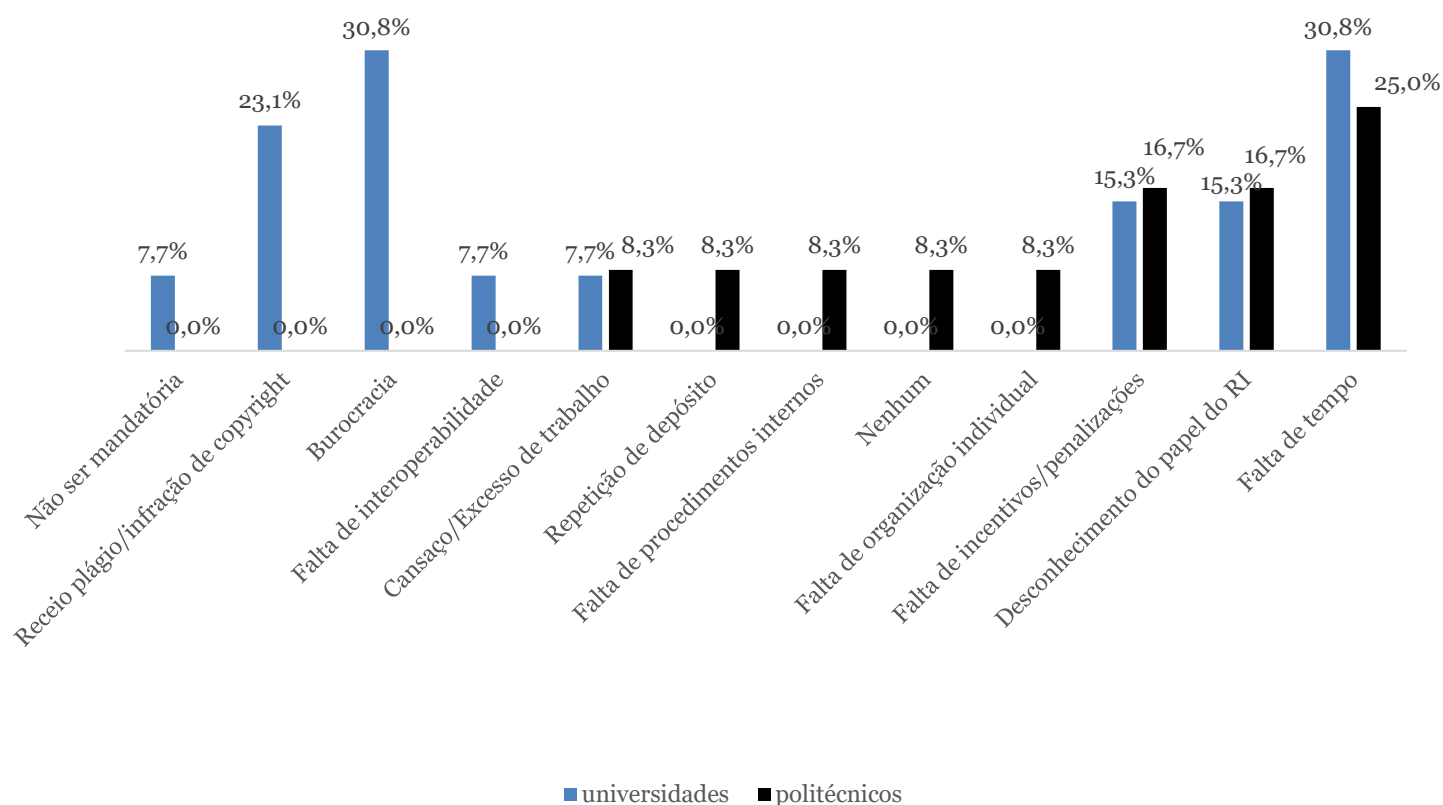
Quando questionados sobre quais os motivos, no entendimento pessoal de cada entrevistado, que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no RI, por parte dos professores e investigadores (Q. 18, Apêndice 3), os gestores e administradores dos RI afetos às universidades foram os mais ativos a responder (Gráfico 6). Na sua ótica, a burocracia (30,8%), a falta de tempo (30,8%) e o receio de plágio/infração de *copyright* (23,1%) são os principais obstáculos. Apontam ainda para a falta de incentivos/penalizações (15,3%) e desconhecimento do papel do RI (15,3%).

Da parte dos politécnicos fala-se, essencialmente, em falta de tempo (25,0%), falta de incentivos/ penalizações (16,7%) e desconhecimento do papel do Repositório (16,7%). Com menos peso, foram também referidos cansaço/excesso de trabalho (8,3%), repetição de depósito (8,3%) e falta de procedimentos internos (8,3%).

Houve ainda a referência a que não existem motivos que dificultem ou inibam o autoarquivo no RI (8,3%) e a menção à “cultura organizacional do corpo docente/investigador, que implica mudança de paradigma sobre a responsabilidade(s) e tarefas deste corpo” (GP 7).

Em sincronia de opiniões, os entrevistados apontam como motivos relevantes, que podem dificultar ou inibir os professores e investigadores a praticarem o autoarquivo nos RI, a falta de tempo, o desconhecimento do papel dos RI, falta de incentivos/penalizações e o cansaço/excesso de trabalho.

Gráfico 6 - Principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no RI



Conhecer a opinião dos gestores e administradores dos RI (Tabela 48), no que concerne às formas para promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição, para a prática do autoarquivo, foi mais um objetivo da entrevista aplicada no presente estudo (Q. 19, Apêndice 3).

Na opinião dos entrevistados, a ligação da Política Mandatória ao sistema de Avaliação de Desempenho de Docentes (52,6%), é o ponto crucial e apontado com mais menções. Existe mesmo a sugestão de “para além de assumir a Política como Mandatória, um aspeto crucial será ligá-la ao sistema de Avaliação de Desempenho dos Docentes e investigadores (no que concerne ao *output* de publicações) e efetuar monitorizações periódicas para aferir o grau do seu cumprimento” (Gu 1). Outro entrevistado menciona: “o cumprimento do DESPACHO, nomeadamente no ponto onde é referido que, para efeitos de contemplação na avaliação de desempenho, deverão apresentar obrigatoriamente a hiperligação para a versão da publicação depositada no repositório” (Gu 3). Outras declarações reforçam a importância da ligação do RI à Avaliação de Docentes: “... Avaliação de Desempenho Docente (Gu 13), “ligação ao RAD”, “estabelecer a ligação entre o repositório e a plataforma

de Avaliação dos Docentes” (Gp 3), “política parametrizada com a Avaliação Docente” (Gp 7), entre outras.

A opinião dos gestores e administradores parece ser consensual na necessidade de se associar a política de depósito à Avaliação de Desempenho dos Docentes e no que visa ser mesmo obrigatório o seu cumprimento. Outras vozes advogam que deveria ser mais monitorizada a produção científica financiada, no que respeita ao cumprimento da Política Mandatória da instituição, o que se repercute nos depósitos da mesma no RI. “Monitorização da produção científica associada aos projetos financiados” (Gp 7). Existir sensibilização, incentivos, formação e prémios (5,3%) é a opinião de outros entrevistados.

Tabela 48 - Formas de promover o cumprimento da Política Mandatória da instituição para a prática do autoarquivo

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Avaliação de Desempenho	10	52,6%	4	44,4%	6	60,0%
Produção Científica Financiada	2	10,5%	0	0,0%	2	20,0%
Obrigatoriedade	2	10,5%	1	11,1%	1	10,0%
Regulamento	1	5,3%	1	11,1%	0	0,0%
Sensibilização	1	5,3%	1	11,1%	0	0,0%
Incentivos	1	5,3%	0	0,0%	1	10,0%
Formação	1	5,3%	1	11,1%	0	0,0%
Prémios	1	5,3%	1	11,1%	0	0,0%

Comparando as sugestões (Tabela 48) entre entrevistados de ambas as instituições, constata-se que os afiliados às universidades defendem mais a obrigatoriedade do cumprimento da Política Mandatória (5,3%), existir sensibilização para esse facto (5,3%), formação (5,3%) e prémios (5,3%). Já do lado dos politécnicos, as opiniões distribuem-se pelo controle do depósito da produção financiada (20,0%), pela obrigatoriedade do cumprimento da Política Mandatória (10,0%) e pela atribuição de incentivos (10,0%), como frisa um dos entrevistados:

“As políticas mandatórias são importantes pois estabelecem as linhas gerais adotadas pelas instituições/organizações no que respeita ao acesso aberto à produção científica. No entanto, a experiência adquirida e confirmada em muitos estudos sobre a temática, revelam que, por si só, as Políticas Mandatórias são insuficientes e revelam-se, em muitos casos, bastante ineficazes. Assim, considero que o estabelecimento de uma política de recompensas é sempre motivador” (Gp 8).

Sabendo-se da importância dos RI, da sua sustentabilidade e da fraca adesão dos professores e investigadores a partilharem neles os seus trabalhos científicos, julgou-se oportuno conhecer a opinião dos gestores relativamente aos incentivos que consideram ser primordiais para inverter a referida tendência (Q. 20, Apêndice 3) e promover o autoarquivo.

Verificando-se os resultados (Tabela 49), a maioria dos entrevistados (41.2%) reforça a ideia de que deve haver ligação do depósito no RI com Avaliação de Desempenho Docente, como se destaca nos testemunhos: “a avaliação dos docentes deve considerar os trabalhos científicos depositados somente no repositório” (Gu 13). “Dinâmicas internas que passem pela avaliação dos docentes, com normas instituídas superiormente” (Gu 2). “... valorização na avaliação do desempenho docente” (Gu 4). “Ligação com o sistema de Avaliação Docente” (Gu 5). “Estabelecer uma ligação mais forte entre os depósitos e as plataformas de avaliação dos docentes e comunidades” (Gp 3). “Se no sistema de avaliação dos docentes forem consideradas apenas as publicações depositadas no repositório” (Gp 6). “Existir a interoperabilidade e estar ligado à Avaliação de Docentes” (Gp 10).

Ficou também presente a convicção de que é necessária maior interoperabilidade (23,5%) entre o RI e outros sistemas e plataformas, como se expressa: “... maior interoperabilidade entre sistemas e plataformas curriculares” (Gu3). As restantes opiniões, no global, distribuem-se equitativamente (5,9%) por dever existir uma Política Mandatória, como sugere um entrevistado: “nenhum, deve ser uma prática Mandatória, porque os investigadores estão a trabalhar para a instituição, gastam dinheiro público e, portanto, é uma obrigação partilhar” (Gp 4) e ainda: “ligação com outras plataformas ... que facilitem a interoperabilidade...” (Gp 8). Haver prémios de incentivo, como é de opinião outro entrevistado: “incentivos institucionais como prémios, ao depósito em autoarquivo” Gp 7). Há quem defenda a aplicação de sanções: “as eventuais penalizações quando há incumprimento” (Gu 7) e pela sensibilização: “A sensibilização da comunidade para a importância do acesso aberto, não só individual, mas para a promoção da instituição e do

próprio investigador” (Gp 1). Há quem seja da opinião que nenhum incentivo é necessário (5,9%).

Tabela 49 - Incentivos primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no RI

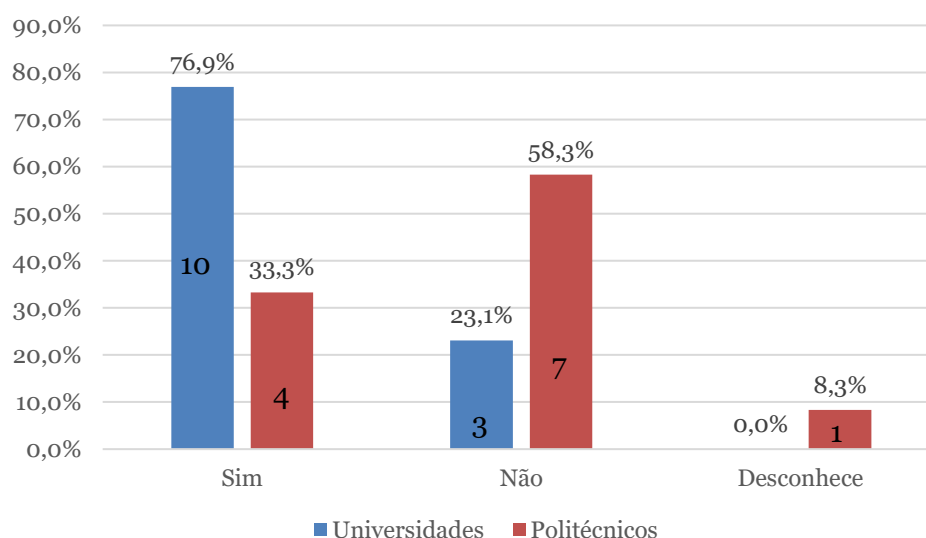
	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
Avaliação de desempenho	7	41,2%	4	57,1%	3	30,0%
Interoperabilidade	4	23,5%	2	28,6%	2	20,0%
Política Mandatória	1	5,9%	0	0,0%	1	10,0%
Nenhum	1	5,9%	0	0,0%	1	10,0%
Políticas	1	5,9%	0	0,0%	1	10,0%
Prémios	1	5,9%	0	0,0%	1	10,0%
Sanções	1	5,9%	1	14,3%	0	0,0%
Sensibilização	1	5,9%	0	0,0%	1	10,0%

Efetivando uma leitura mais atenta e comparativa entre IES (Tabela 49), é notório uma afinidade de opiniões no que diz respeito à ligação do RI à Avaliação de Docentes e à interoperabilidade. Os gestores e administradores afetos às universidades evidenciam mais a sincronização do RI com a Avaliação de Docentes e a existência de sanções, para o incumprimento. Já da parte dos politécnicos, concordam com a ligação ao sistema de Avaliação de Docentes e da interoperabilidade, mas alongam-se nas sugestões de que se assuma o cumprimento de Políticas e que seja Mandatória. Sugerem também a atribuição de prémios e de sensibilização para a importância do RI. Há quem, dos politécnicos, ainda evidencie que não deve haver nenhum incentivo, isto é, o depósito deverá ser uma realidade, por parte dos professores e investigadores.

Sem que se conhecesse a opinião dos inquiridos relativamente aos incentivos para fomentar a prática do autoarquivo no RI, cujo valor opinativo mais elevado se apresentou com a sugestão de haver ligação ao Sistema de Avaliação Docente, tinha-se pretendido saber qual

a percentagem de RI que já teriam efetivado essa ligação (Q. 21, Apêndice 3). Os valores que sustentam a resposta apresentam-se no gráfico 7.

Gráfico 7- RI com ligação ao Sistema de Avaliação Docente



Ao serem analisados os dados do gráfico 7, verifica-se que a larga maioria dos RI já integra a sua ligação ao Sistema de Avaliação Docente, de forma a monitorizar os depósitos das diversas produções científicas dos seus professores e investigadores. As universidades são as que se apresentam em posição superior, com 76,9% a responder ‘Sim’, em contrapartida só 33,3% dos Politécnicos afirmam essa estreita ligação.

3.5.4. Visibilidade dos RI

O último conjunto de questões da entrevista (Categoria V, Apêndice 3) prendia-se com a visibilidade do RI ao nível externo (Tabela 50). Sabendo-se que uma das funções do RI é conceder o acesso a toda a produção científica, a quem dela necessite, é fundamental ter-se a noção dessa visibilidade. Mais ainda, é crucial que se disponibilizem ferramentas de interação entre os utilizadores e o RI, de forma a facilitar a consulta. Neste contexto, apresenta-se útil a divulgação das estatísticas anuais de acessos, a disponibilização do

contacto direto com o RI ou a sua referência nas redes sociais, veículo que prova ser um canal de propagação rápido e fácil de informação. Considerou-se, igualmente importante ter conhecimento da opinião dos gestores e administradores, relativamente à relevância que os professores e investigadores concedem ao RI. A apreciação emitida pelos gestores e administradores do RI é relevante, pela posição que ocupam, ao contactarem mais proximamente com os professores e investigadores.

As respostas ao conjunto de questões são demonstradas na tabela seguinte, de forma condensada.

Tabela 50 - Visibilidade externa do RI

	Total		Universidades		Politécnicos	
	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.	Freq.	Perc.
“O Repositório tem disponível na sua página <i>web</i> as estatísticas anuais de acessos?”						
Sim	20	80,0%	11	84,6%	9	81,8%
Não	5	20,0%	2	15,4%	3	18,2%
“O Repositório tem informação de contacto direto na página <i>web</i>?”						
Sim	21	84,0%	13	100,0%	8	66,7%
Não	4	16,0%	0	0,0%	4	33,3%
“Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?”						
Sim	13	56,6%	8	66,8%	5	45,6%
Não	5	21,7%	2	16,6%	3	27,2%
Parcialmente	5	21,7%	2	16,6%	3	27,2%
“As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito, proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?”						
Sim	18	72,0%	8	66,8%	9	81,8%
Não	7	28,0%	4	33,2%	3	18,2%

É inegável que a maior parte dos repositórios das universidades e dos politécnicos (80%) têm disponível na sua página *web* as estatísticas anuais de acessos (visualizações e *downloads*), sendo essa percentagem ligeiramente superior nas universidades (Tabela 50).

Quando questionados se o RI tem informação de contacto direto na página *web*, os gestores e administradores dos RI dos politécnicos (66,7%) e todos os das universidades (100%) responderam afirmativamente, totalizando, no global, 84,0%.

No que respeita à perceção dos gestores relativamente ao reconhecimento dos professores e investigadores quanto à relevância do repositório, as respostas ultrapassam em larga medida os 50% no sentimento afirmativo. Não obstante, a resposta negativa ainda é declarada por 21,7% dos entrevistados, com maior relevância para os gestores e administradores dos politécnicos (27,2%). Com a perceção de alguma dúvida, 21,7% dos participantes respondeu sentir que os professores e investigadores reconhecem um pouco (parcialmente) a relevância do RI. Na opinião daqueles, estes têm maior foco em outras bases de dados, como a *Scopus* ou *Web of Science*. As interpretações pessoais demonstram-se assim divididas entre os entrevistados de ambas as IES.

No que concerne à referenciação do repositório nas redes sociais, para potenciar a sua visibilidade e incentivar à sua utilização, as opiniões dividiram-se entre os gestores e administradores. No global, a concordância foi positiva (72,0%) e a discordância com 28,0% de respostas. Sendo a maioria das respostas objetivas com ‘sim’ ou ‘não’, houve quem afirmasse que as redes sociais estão saturadas de informação (Gp 10), outros que são reconhecidas como um mecanismo complementar de difusão, direta e imediata do conhecimento científico (Gp 8). Essa difusão é realizada através das redes sociais da Biblioteca (Gu 7), das redes sociais dos Serviços de Documentação (Gp 2), das redes sociais integradas no politécnico e na respetiva Unidade da Biblioteca (que gere o RI) (Gp 7).

3.5.5. Observações adicionais

Por fim, realçam-se os comentários (Q.27, Apêndice 3), dos poucos recebidos, mas que deverão ser tidos em conta. Dado o anonimato a que a entrevista se propôs, não são identificados os RI em questão. Fica a observação de um entrevistado no sentido de referir que o repositório que gere não tem, ainda, implementada a Política de Acesso Aberto, por a mesma se encontrar na Reitoria, para aprovação (Gu 6). Outro faz questão de alertar para

o processo de implementação e desenvolvimento do repositório, tentando a recuperação do ‘tempo perdido’ (Gp 11).

3.6. Análise inferencial das hipóteses

Após a análise aos dados recolhidos, foi possível inferir as hipóteses definidas para a presente investigação, de modo a avaliar a sua consistência, aceitando ou rejeitando cada uma.

Do analisado, permitiu-se fazer o apontamento justificativo, a cada uma das hipóteses, como se explicita, ponto por ponto:

Hipótese 1: verifica-se uma relação positiva entre o número de *downloads* e de consultas, relativamente ao número total de documentos registados no RI

Quando apurados os três elementos (*downloads*, consultas e registos), em cada RI de universidades e de politécnicos, apenas se constatou a existência de uma relação positiva entre estes constituintes, em um dos casos. O RI do Politécnico de Bragança é o único que apresenta os valores mais elevados entre todos os parâmetros assinalados.

Pela evidência dos resultados expostos, a H1 é aceite, de modo muito residual, por se corroborar uma relação positiva entre os três parâmetros estabelecidos, em pelo menos um RI.

Hipótese 2: confirma-se o depósito de um maior número de *outputs* científicos, por parte dos professores e investigadores, nas IES onde existem incentivos como mecanismo de recompensa

As referências estabelecidas na H2, foram confrontadas com as evidências nas respostas dos inquiridos e com base nos dados recolhidos das páginas, onde se evidenciou o RI que comporta maior volume documental. Pelos valores apurados, constatou-se que os mecanismos de recompensa existentes e apontados pelos inquiridos, correspondem, apenas, a 14,3% da totalidade das respostas e, estas, não correspondem aos RI com maior número de registos. Na verdade, a larga maioria dos inquiridos (51,7%) afirma desconhecer a existência de qualquer recompensa ou incentivo ao depósito no RI e 30,5% responde mesmo não existir qualquer incentivo ao depósito no RI. Quanto ao volume individual de depósito anual, corresponde a 9,8% do valor considerado mais elevado (16-30), na Q. 12 do inquérito.

Pelos indicadores expostos, a H2 não se verifica.

Hipótese 3: constata-se que todos os RI têm estratégias de comunicação e políticas internas definidas no sentido de promoção à sua utilização

No que respeita às técnicas de comunicação instituídas para promover o uso do repositório, os entrevistados mencionaram, essencialmente, praticar técnicas de comunicação internas, com 68,8% das respostas e 21,9% aplicam estratégias de comunicação externas. Apesar de uma percentagem em número menor, há que demonstrar que 9,3% dos entrevistados afirmou não desenvolver qualquer tipo de comunicação no sentido de promoção de utilização do RI (por motivos de inexistência, falta de apoio da Presidência e por desconhecimento da técnica mais eficaz).

Quanto às políticas internas definidas com o mesmo objetivo, foi visível que 13,0% declarou não existirem definidas quaisquer políticas internas para a promoção ou incentivo à utilização do RI.

O facto de surgirem indicadores a inverter a hipótese estabelecida, considera-se que, parcialmente, a H3 é aceite.

3.7. Triangulação de dados

Neste ponto do trabalho, apresenta-se a triangulação de dados, onde se efetua uma análise quanto a aspetos convergentes, aspetos divergentes e propostas de melhoria, para a utilização dos RI, na conceção dos professores e investigadores inquiridos e dos gestores e administradores dos RI entrevistados. Pretende-se, com a triangulação, obter um escrutínio informacional mais apurado, sob uma multiplicidade de olhares, com o propósito de enriquecer a investigação. Mais do que procurar um consenso, a triangulação objetiva focar pontos menos claros e fazer emergir novos parâmetros, a partir dos dados e das diferentes interpretações, numa dialética de recomendações ou propostas, a ter em apreço no futuro.

Analisando a Tabela 51, é evidente a ressalva para a importância que o RI representa, globalmente, para os intervenientes no estudo. Neste item há uma convergência, o que demonstra a positividade e a utilidade dos RI. No que se refere à comunicação interna de divulgação do RI, os professores e investigadores inquiridos, afirmaram, na maioria, conhecer e concordar com essa comunicação. Quanto aos entrevistados, globalmente, revelaram desenvolver essas técnicas de comunicação. Surge, ainda, como ponto convergente entre todos os atores do estudo, os motivos que condicionam o depósito no RI: a falta de tempo, a deficitária operabilidade e algum desconhecimento das políticas e do próprio papel dos repositórios, por parte dos professores e investigadores.

Os aspetos divergentes incidem no recurso preferido para se realizar a partilha das produções científicas no RI. Os inquiridos afirmaram recorrer mais ao arquivo (ou seja, valem-se do apoio de outrem), no entanto, os entrevistados afirmam ser o autoarquivo. Também, no referente à PDD, a maioria dos inquiridos revela não conhecer a sua disponibilidade no RI, contudo, o grosso dos entrevistados afirmam que a PDD está disponível no RI, para consulta.

Quanto a propostas de melhoria para a partilha da produção científica no RI, testemunhou-se alguma unanimidade entre os protagonistas do estudo, ao sugerirem a ligação dos RI à Avaliação de Desempenho Docente, mais interoperabilidade do RI com outras plataformas de divulgação das produções científicas e um RI mais dinâmico, inserido nas redes digitais. Os gestores/administradores dos RI recomendaram, ainda, a existência de uma PDD com carácter Mandatório.

Tabela 51 - Triangulação de dados

Questionário e Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Importância do RI - Recurso partilhar outputs no RI - Comunicação interna para Divulgação do Repositório - Política de Depósito Documental - Motivos para não depósito no RI 	Aspetos Convergentes	<ul style="list-style-type: none"> - Importância do RI (a maioria dos inquiridos afirmou atribuir importância ao RI e a maioria dos entrevistados considera que os professores e investigadores reconhecem a relevância do RI) - Comunicação Interna de divulgação do RI (a maioria dos inquiridos concorda com a comunicação existente e os entrevistados afirmam, no geral, desenvolver técnicas de comunicação como incentivo à utilização do RI) - Motivos para o não depósito: a burocracia, falta de tempo, falta de interoperabilidade, desconhecimento das políticas (papel RI)
	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de Comunicação promover a usabilidade do RI - Recurso partilhar outputs no RI - Políticas Internas promover o depósito - Visibilidade do Repositório - Motivos inibidores da prática do autoarquivo - Relevância do RI pelos professores e investigadores 	Aspetos Divergentes	<ul style="list-style-type: none"> - O recurso para partilhar os <i>outputs</i> no RI (o arquivo é o recurso mais utilizado pela maioria dos inquiridos e o autoarquivo foi o recurso que os entrevistados afirmaram ser mais utilizado) - A Política Depósito Documental (desconhecimento da disponibilização no RI, pela maioria dos inquiridos e a maioria dos entrevistados afirma estar disponível no RI)
	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de Comunicação promover a usabilidade do RI - Recurso partilhar outputs no RI - Políticas Internas promover o depósito - Visibilidade do Repositório - Motivos inibidores da prática do autoarquivo - Relevância do RI pelos professores e investigadores 	Propostas de Melhoria	<ul style="list-style-type: none"> - Suscitar a Prática do Autoarquivo no RI: - Interoperabilidade e existir Política Mandatória (entrevistados) - Ligação do RI à avaliação de desempenho de docentes (entrevistados) - Interoperabilidade do RI (entrevistados) - Maior divulgação e informação do RI e mais interoperabilidade (inquiridos) - Ser um RI mais dinâmico inserido nas redes digitais (inquiridos) - O depósito ser responsabilidade da Biblioteca (inquiridos)

Como referido anteriormente, a triangulação de dados mostra-se útil, uma vez que pode ser vista a partir de duas óticas: a estratégia que contribui com a validade de uma pesquisa e como uma alternativa para a obtenção de novos conhecimentos, através de diferentes pontos de vista (Vergara, 2005). Os dados obtidos e reunidos, de diferentes fontes, com a utilização de multimétodos (Fontana e Frey, 2000), permitem estabelecer correlações e articulações entre os vários tópicos. Neste caso (Tabela 51) procedeu-se à recolha de dados por fontes distintas de forma a integrar diferentes perspetivas no fenómeno em estudo, alcançando-se, sob a mesma temática investigada, resultados com aspetos convergentes e divergentes.

3.8. Discussão dos resultados

Os RI têm sido alvo de diversos estudos, pelo que a literatura tem demonstrado interesse em torno dos mesmos, revelando que professores e investigadores não depositam, neles, os seus *outputs* científicos, como o esperado (Amante & Segurado, 2009; Freitas & Leite, 2019; Holter, 2020; Tillman, 2017; Williamson & Mirza, 2015).

Os objetivos fulcrais da presente investigação alinhavam-se, em termos globais, com a atividade que os RI evidenciariam, relativamente a políticas, práticas e utilização. No âmbito externo, mas muito, também, num contexto interno, diretamente relacionado com as práticas desenvolvidas pelos professores e investigadores, num gesto de difusão da sua produção e comunicação de ciência, ao partilharem as suas produções científicas num RI. Contudo, os desígnios desta investigação estenderam-se a outras considerações, tidas como meritórias, nas dinâmicas dos RI. Igualmente se considerou a importância de se conhecer a existência de políticas e técnicas de comunicação implementadas interna e externamente, em cada IES, com o foco na promoção de utilização do RI e das suas mais-valias, enquanto ‘montra’ propícia à disseminação da produção científica. Também no acesso externo, cujas interações estão registadas em consultas e *downloads*, permitem espelhar a atividade que existe, entre o utilizador e os RI, numa vertente de pesquisas e de prováveis leituras, conducentes à replicação do conhecimento científico, pelo produto de novas produções científicas.

No sentido de aferir o propósito do estudo, estipularam-se três questões de investigação, que sob a aplicação das diversas metodologias, anteriormente descritas, se procuraram as respostas, refletindo o estado de arte da literatura, no tema concreto.

Obedecendo à cronologia definida das questões, apresentam-se as respetivas respostas, iniciando-se com a primeira, de acordo com a recolha de dados de cada RI, através da visibilidade exposta em cada *site*.

1. Que utilização existe nos repositórios institucionais das universidades e dos institutos politécnicos públicos de Portugal, numa perspetiva de consultas e *downloads*?

Da recolha de dados obtidos das estatísticas da página *web* de cada RI, à data de 31 de dezembro de 2020, é possível afirmar-se a ocorrência de uma atividade dinâmica, decorrente das consultas e dos *downloads*. As consultas revelam-se de menor dimensão, mas com a mesma proporcionalidade entre RI das universidades e de institutos politécnicos. Ambas as IES evidenciam registos mais elevados na esfera dos *downloads*, a par das consultas. Este indicador espelha o interesse, externamente, dos conteúdos do RI, conduzindo à comunicação de ciência. Realça-se assim, com a análise estatística das consultas e dos *downloads*, a capacidade de difusão e alcance da informação, disponibilizada através dos RI (Sanches et al., 2019).

Naturalmente se há *downloads*, indicia que o documento suscitou interesse ao utilizador, que o utilizará, assim se espera, para leituras mais profícuas, maior foco e prováveis citações em trabalhos futuros. A avaliação estatística às consultas e aos *downloads* mostra-se de grande interesse, também para os RI e instituições. Faculta informação plausível aos seus responsáveis sobre a sua utilização, impacto da política ou sobre as atualizações funcionais e proporciona evidências do retorno do investimento (Miguéis & Neves, 2021).

Ficou patente, após a evidência dos resultados recolhidos neste estudo, que as universidades comportam números mais elevados, nas duas vertentes analisadas. Esta ilação terá uma relação diretamente proporcional com a data de produção do RI. Isto deve-se ao facto de os RI das universidades terem sido implementados com alguma antecedência, relativamente aos dos institutos politécnicos.

2. Quais as práticas (depósitos e consultas) desenvolvidas pelos professores e investigadores, relativas à utilização do RI, enquanto comunicação de ciência?

Os resultados obtidos, relativamente à temática da segunda pergunta deste estudo, emergiram dos inquéritos aplicados aos professores e investigadores. Quanto à prática de depósito no RI, 57,5% dos inquiridos afirmaram partilhar, anualmente, cerca de 1 a 5 das suas produções científicas. Apenas 9,8% partilham, neste veículo de comunicação de ciência, entre 16 e 30 dos seus trabalhos científicos e 1 % depositam anualmente entre 6 e 15. De realçar que cerca de 30% dos inquiridos revelou não publicar no RI. Estes valores demonstram-se equivalentes nas IES, com uma ligeira percentagem mais elevada nas universidades.

Dos questionados que afirmaram efetivar o depósito das suas produções no RI, 29,9% recorre ao arquivo, 27,2% utiliza o arquivo e o autoarquivo e 12,7% confirmou exercer o depósito pelo autoarquivo.

Quanto à utilização do RI para efeito de pesquisas, 52,6% expressou esta prática ocasionalmente, 21,7% fá-lo mensalmente e 13,3% confessou que consulta o RI semanalmente.

Em resposta à presente questão, os dados apurados permitem inferir que o RI não se evidencia como o veículo preferencial de comunicação de ciência, para professores e investigadores. Ficou claro, pelas diversas respostas ao questionário, que o RI não desperta total interesse aos professores e investigadores, muitos deles exprimiram mesmo considerarem o RI com pouco prestígio e escassa visibilidade. Outras respostas denotaram que o RI não é prático. Os resultados obtidos, nesta questão em particular, refletem também o desconhecimento da comunicação interna da instituição sobre as mais-valias do RI e há quem refira mesmo a falta de comunicação e de divulgação. Desta forma, verificou-se o apelo para a necessidade de esclarecimentos pela instituição, para as normas de cumprimento das políticas de depósito no RI. Insuficiente formação e até falta de conhecimentos técnicos no uso do sistema, foram motivos apontados, igualmente, como inibidores de uma prática de utilização plena do RI.

Estes resultados enfatizam o já evidenciado por estudos aos longo dos tempos (Amante & Segurado, 2009; Freitas & Leite, 2019; Holter, 2020; Tillman, 2017; Williamson & Mirza, 2015), que os professores e investigadores publicam menos nos RI face ao produzido.

As práticas desenvolvidas indiciam uma débil utilização dos RI, por parte dos professores e investigadores, evidenciadas pelos próprios e enfatizadas pelos gestores e administradores dos RI. Estes admitem algum desconhecimento do papel dos RI, por parte dos professores e investigadores e declaram que nem todos reconhecem a sua relevância.

A terceira questão da presente investigação insere-se no domínio da comunicação. A comunicação institucional que sustenta as bases da promoção dos RI, com o intuito de informar, lembrar e persuadir os utilizadores consumidores do produto que os RI comportam: o conhecimento científico e a disseminação deste.

3. Que políticas e técnicas de comunicação são adotadas, pelas universidades e institutos politécnicos públicos de Portugal, na promoção de utilização dos seus RI?

A magnitude da promoção dos RI, para o incremento da sua utilização, motivou deslindar quais as políticas e técnicas de comunicação encetadas pelas IES, neste peculiar propósito.

A sustentabilidade dos RI está em consonância com o depósito de documentos, bem como com a sua utilização. Para este fim, foram adotadas estratégias que passam pela aplicação de políticas de AA. Primeiramente, emanadas das agências de financiamento (FCT) e da União Europeia e depois por cada IES. Essas políticas ao determinarem o AA às publicações e investigações científicas, impunham o seu depósito nos RI, bem como a certificação do seu cumprimento (Ferreira et al., 2021). Neste sentido, a terceira questão desta investigação prendia-se com o conhecimento das políticas empreendidas nos RI.

Da avaliação aos resultados, obtidos pelas entrevistas realizadas aos gestores e administradores dos RI, foi possível aferir que, no global, está implementada a política de AA de cada RI, com disponibilização no seu *site* ou no *site* da instituição, para conhecimento e informação dos seus utilizadores. A fim de incentivar a utilização do RI, nomeadamente, o exercício do depósito, outras políticas internas foram colocadas em prática por diversos RI. Destacam-se a ligação do RI ao RAD, prémio de incentivo e a obrigatoriedade. Sendo políticas internas, mas com o mesmo princípio, as nomenclaturas diferenciam-se de IES para IES.

No que concerne às técnicas de comunicação, prevalecem as realizadas no domínio interno (68,8%). Nesta vertente, a comunicação prima pela ministração de formações (40,6%), pela

sensibilização (9,4%) com a prática de *Workshops* e *Webinars*. Declararam, ainda, a existência de fluxos de informação aprovados pela respetiva direção, onde ressaltam o envio de *emails*, a divulgação *online* e *newsletter*, com evidência de 3,1%, cada. Os entrevistados revelaram que estas técnicas de comunicação internas são levadas a cabo pelos canais institucionais, como o jornal *online*, redes sociais, *website* institucional, *flyers* e cartazes pelos diversos espaços físicos de cada UO da IES.

As técnicas de comunicação externas, no sentido de divulgação do RI, foram apontadas por 21,9% dos entrevistados. As mesmas são desenvolvidas em ações similares às técnicas de comunicação internas. O *site* da instituição e/ou da Biblioteca, as redes sociais, o jornal *online* ou *newsletter*, são vetores de promoção do RI e de divulgação dos resultados das investigações depositadas no mesmo, incitando à sua utilização.

A assinatura de protocolos, por parte de algumas IES, com parceiros externos, seja de gabinetes de apoio à investigação ou outros, inseridos na região, revelou-se outra técnica de comunicação a nível externo, praticada por algumas IES, para incrementar a promoção do RI e ampliar a comunicação de ciência.

Conclusões

O conhecimento científico testemunha, cada vez mais, um maior progresso, com a envolvimento dos cidadãos na intervenção e na divulgação de resultados. A publicação da produção científica assume-se como um dos impulsionadores para o avanço do conhecimento científico e da sustentabilidade da sociedade, cujos RI são potenciadores do fluxo de informação e do diálogo científico.

Atendendo ao eixo central desta investigação e substanciados os objetivos do estudo, foi possível espelhar o estado global dos repositórios das universidades e dos institutos politécnicos públicos em Portugal. Com ênfase nas suas políticas, práticas e utilização, viabilizou-se o reflexo da produção e comunicação de ciência, partilhados e disseminados pela transcendência dos RI, que pela sua natureza digital constituem um impacto real que ultrapassa fronteiras, gerando uma renovada centralidade.

Os resultados conseguidos, pelas diversas metodologias aplicadas no decorrer do estudo, permitiram responder às questões de investigação propostas e extrair algumas conclusões que poderão ser alvo de futuras intervenções. A primeira a constatar é relativa ao registo documental nos RI, verificando-se uma curva irregular, onde se evidenciam RI com elevado número de registos e outros há que se encontram com baixo número de documentos em arquivo. Neste âmbito, os RI das universidades apresentam valores de registo consideravelmente mais elevados em proporção aos RI dos politécnicos.

Abordando a atividade dos utilizadores do RI, medível pelas estatísticas das consultas e dos *downloads*, é verificável que existe uma considerável interação. Os *downloads* apresentam-se em valores superiores face ao número de consultas, facto constatado em todos os RI, independentemente do cariz institucional. As universidades ostentam valores mais elevados nas duas dimensões analisadas. São os politécnicos que mais RI apresentam sem estatísticas públicas relativas às consultas e aos *downloads*.

Quanto ao segundo tópico, cuja investigação se debruçava sobre as práticas (depósitos e consultas) desenvolvidas pelos professores e investigadores, relativas à utilização do RI, enquanto comunicação de ciência, as conclusões obtidas revelam maior participação no estudo de afiliados aos institutos politécnicos. Os participantes tinham maioritariamente a categoria de Professor Adjunto, com o domínio científico de Ciências Sociais, detentores do grau de Doutoramento, situando-se em destaque o grupo etário dos 41 aos 50 anos. O sexo

feminino foi o predominante na participação deste estudo. A importância do RI é considerada relevante como manifestado por 44,2% dos inquiridos. Quanto à frequência de utilização do RI para efeitos de pesquisas, 52,6% revelam utilizar o RI ocasionalmente, com maior ênfase para os afiliados dos institutos politécnicos. Para partilhar a sua produção científica (artigos, livros, capítulos, *papers*, etc.) no RI, o recurso mais utilizado é o arquivo (29,9%), utilizam o arquivo e o autoarquivo 27,2% e, apenas, 12,7% dos inquiridos pratica o autoarquivo. Os afiliados dos politécnicos são os que mais praticam o arquivo, ou seja, o depósito mediado por terceiros. O autoarquivo é mais utilizado nos RI das universidades. Das partilhas efetuadas no RI, 62,9% é de artigos científicos, seguindo-se capítulos de livro (33,2%) e artigos de conferência (16,3%). Neste item, ainda que os resultados sejam muito similares, é notório realçar que os membros dos politécnicos partilham mais artigos e documentos de conferência, enquanto os das universidades publicam mais capítulos de livros. A média anual individual de *outputs* científicos depositados no RI é de 1-5, afirmam 57,5% dos respondentes. Os três principais motivos para a partilha das produções científicas no RI são: o aumento da visibilidade e o impacto das citações da investigação (66,0%); a rapidez de disseminação dos resultados (53,6%) e a preservação da produção científica (51,6%). Estes motivos são defendidos em percentagem superior pelos inquiridos pertencentes aos institutos politécnicos, ainda que com ligeiro diferencial.

A aferição do estudo permitiu, ainda, concluir os motivos que condicionam o não depósito das produções científicas no RI, sendo advogados a falta de tempo (38,9%), a duplicação de tarefas (25,0%) e falta de conhecimento sobre as políticas de depósito dos editores (20,5%). Relativamente à existência de incentivos na IES para a prática de depósito no RI, 51,7% manifestaram desconhecimento, enquanto 30,5% afirmaram não existir qualquer incentivo. Dos participantes que exteriorizam a existência de incentivos no RI, 8,1% revelam a atribuição de um prémio de reconhecimento, 3,9% afirmam haver um prémio remuneratório, 2,7% apontam para o regulamento obrigatório e 2,3% indicam a ocorrência de prémio na avaliação docente. Contudo, os participantes que desconhecem ou afirmam a inexistência de incentivos ao depósito no RI, sugerem, entre outras propostas, a implementação de um prémio de reconhecimento (49,4%).

No que concerne ao conhecimento da PDD disponível no RI, 62,4% desconhece, enquanto 37,1% afirma conhecer. Quanto ao nível de cumprimento que os inquiridos fazem da PDD, 35,0% respondeu cumprir integralmente e com facilidade, 21,1% cumpre parcialmente, 15,9% não cumpre de todo e 4,6% cumpre integralmente com desagrado. No sentido de satisfazer os requisitos de uma política obrigatória para a prática de depósito foram sugeridas a existência de uma compensação/reconhecimento (9,0%), a necessidade de esclarecimento

pela instituição sobre a temática (7,9%) e a ligação direta do RI ao sistema de Avaliação de Docentes (6,9%).

Relativamente ao considerarem a comunicação interna da instituição adequada, no sentido de divulgação/informação das potencialidades do RI, 50,0% dos participantes respondeu afirmativamente, 18,5% declarou não considerar adequada e 31,5% revelou desconhecimento da mesma. Neste ponto, as sugestões de melhoria recomendadas pelos inquiridos resumiram-se essencialmente a solicitar maior divulgação do RI (10,0%) e melhorar a comunicação já existente (2,9%). Ainda assim, há quem alerte para a falta de comunicação sobre as potencialidades do RI (1,6%).

Neste contexto de práticas de atividade dos professores e investigadores com o RI, sintetizam-se as conclusões evidenciadas pelas sugestões dos participantes no estudo: reforço de comunicação por parte das instituições, no sentido de divulgar e informar acerca das potencialidades do RI, clarificação, relativamente à Política de Depósito Documental, ligação do RI ao Sistema de Avaliação Docente e tornar o RI mais operável, reduzindo a duplicação de tarefas e perdas de tempo.

Sintetizando toda a atividade que os inquiridos manifestaram praticar com os RI, salienta-se que há, num modo abrangente, a noção que depositar no RI permite aumentar a visibilidade e o impacto (citações) das suas investigações. Possibilita, ainda, a preservação dos seus trabalhos científicos. Contudo, a explicação mais patente para não depositarem muito no RI, passa por reconhecerem a falta de tempo, a duplicação de tarefas, subentende-se o facto de terem de depositar em diversas plataformas e, por fim, assumem algum desconhecimento sobre as políticas de depósito.

Em suma, ficou patente neste estudo que os RI são importantes para a maioria dos inquiridos, mas é evidente a necessidade de um reforço de comunicação, ou seja, a existência de maior esclarecimento sobre os RI, por parte da instituição. É importante estabelecer-se a ligação direta do RI ao Sistema de Avaliação Docente, para incentivo do cumprimento da Política de Depósito de Documentos obrigatória, convertendo-se num prémio de compensação e reconhecimento. Solicita-se uma maior interoperabilidade do RI a fim de redução de duplicação de tarefas.

O estudo demonstrou que são os afiliados das universidades que, embora em menor número de participantes no estudo, mais importância demonstram conceder ao RI. Não obstante, são estes inquiridos que menos publicam no mesmo, que mais desconhecem a existência da Política de Depósito Documental e, quando afirmam conhecê-la, são os que mais confessam não a cumprir de todo. Não é, portanto, estranho que são os investigadores integrados nas universidades que mais sugerem divulgação e informação sobre as vertentes do RI. Os que

solicitam maior interoperabilidade, que o depósito deva ser responsabilidade da Biblioteca (entenda-se instituição) e recomendam uma maior agilização de procedimentos. Propõem que o RI tenha ligação direta ao Sistema de Avaliação de Docentes e que haja uma comunicação/lembrete para o exercício do depósito. Por fim, constata-se que são os participantes integrados nas universidades que demonstraram estar menos familiarizados com as diversas dinâmicas do RI.

Relativamente às técnicas de comunicação instituídas, com o propósito de promoção e divulgação do RI, interna e externamente, concluiu-se que existem variadas iniciativas, predominantemente, vocacionadas para um público interno, com realce para os RI das universidades. É, contudo, notório que essas comunicações foram mais intensas aquando da implementação do RI, não se verificando essa necessidade tão premente na atualidade. Quanto à comunicação externa, os entrevistados (gestores e administradores do RI) afirmaram que a informação sobre as normas do RI se encontram divulgadas nos *sites* do RI e portais das instituições.

Quanto à disponibilidade no RI da Política de Acesso Aberto, a maioria dos entrevistados referiu tê-la publicada na página *web* do RI. Observou-se que, embora os princípios orientadores desta sejam comuns, são adotadas diversas nomenclaturas em cada RI. Os entrevistados demonstraram consenso no tocante à ligação da Política de Depósito ao Sistema de Avaliação de Docentes, revelando que as Políticas Mandatórias, por si só, revelam-se insuficientes e muitas vezes ineficazes, no cumprimento da Política de Acesso Aberto. Declararam mesmo que, para aumentar o autoarquivo, deveria existir maior interoperabilidade do RI, implementação geral de Políticas Mandatórias, e haver sanções para o seu incumprimento. Ficou, porém, em evidência neste estudo que o autoarquivo ainda não está empreendido em algumas instituições, com realce para os institutos politécnicos, sendo nestas apenas a prática do arquivo por profissionais da IES.

O estudo permitiu, também, conhecer a opinião dos gestores e administradores dos RI relativamente aos principais motivos que inibem a prática do autoarquivo, pelos professores e investigadores, destacando-se, quase por unanimidade, a falta de tempo, o desconhecimento do papel dos RI e a falta de incentivos e ou de penalizações. Os entrevistados das universidades vão mais além, apontando ainda a burocracia exigida e os receios de plágio.

A investigação, que se dá por consumada, pretende ser um contributo importante para o enriquecimento da literatura, nomeadamente, para a reflexão sobre os RI, contribuindo para uma intervenção mais fortificada da sua imagem. Sabendo-se que estes são um pertinente

veículo de comunicação de ciência, há que repensar estratégias para fazer crer aos professores e investigadores a real importância dos RI e fomentar a sua utilização.

Constrangimentos no estudo

Ao longo do desenvolvimento do estudo, quanto à parte empírica, foram sentidos alguns constrangimentos. Estes factos não impediram a concretização da investigação, mas exigiram mais persistência e resiliência na ação da investigação.

A carga burocrática das instituições suscitou alguma dificuldade no alcance do público-alvo do estudo, referente aos questionários. O facto de alguns organismos exigirem solicitação de dados para aprovação da Comissão de Ética (CE) da própria instituição, quando se apresentou o parecer favorável da CE da UBI, aquando da solicitação de distribuição do inquérito por questionário aos professores e investigadores. A situação transpareceu pouca confiança na decisão do órgão homólogo. Aconteceu, ainda, uma IES ter proibido os seus professores e investigadores de colaborarem no estudo, ao preencherem o referido questionário, por deduzirem que o mesmo não oferecia o total anonimato. Esta questão, na realidade, não correspondia à verdade, pois a CE (Comissão de Ética) aprovou a sua aplicabilidade.

No que concerne às entrevistas, foi notório a resistência de algumas IES, na colaboração das mesmas. Numa primeira fase, sentiu-se dificuldade em se conseguir chegar ao gestor ou administrador do RI. Foi perceptível, em algumas IES, uma certa instabilidade na definição do responsável pela função. Obedecendo ao informativo e contactando, telefonicamente, a pessoa referida, foi escutado em determinadas vezes que não era a pessoa indicada. Nestas circunstâncias, solicitava-se o contacto do responsável do RI e o processo renovava-se. Nesta batalha de se realizar a entrevista, o caminho aceite era o de seguir o trilho sempre indicado por quem primeiro aceitava falar. Após cada telefonema, foi sempre realizada uma comunicação via email. Contudo, e após confirmação de aceitação em realizar a entrevista, surgiram, por vezes, atrasos na confirmação do agendamento da mesma. Esta situação impelia a novos contactos e a algum constrangimento. Neste circuito de comunicações, apenas uma IES acabou por confirmar a não disponibilidade de concretizar a entrevista. As restantes IES que não colaboraram, neste procedimento do estudo, remeteram-se ao silêncio. Em momento algum indicaram o nome do responsável pelo RI ou assumiram a indisponibilidade em participar.

Importa notar que os constrangimentos enunciados não invalidam a importância dos resultados, os quais representam um contributo válido e atual para a literatura. Por ser um estudo que apresenta alguma novidade, designadamente, no que se refere às opiniões dos

gestores e administradores dos RI, considera-se que esta investigação seja o pilar de futuros estudos, dando mais voz aos gestores e administradores dos RI.

Limitações ao estudo

As limitações do presente estudo incidiram, sobretudo, na terceira dimensão desta investigação, que se debruça sobre os gestores e administradores dos RI. Ao longo da consulta bibliográfica foi sendo perceptível alguma escassez de estudos diretamente relacionados com a temática em foco. Centrando-se esta nas opiniões dos gestores e administradores, quanto ao funcionamento dos repositórios. Notou-se também alguma escassez relativamente às técnicas de comunicação existentes, institucionalmente, no propósito de divulgação do RI, a fim de fomentar a sua utilização, quer numa dinâmica interna ou externa.

Recomendações para futuros estudos

No geral, este estudo permitiu identificar diversos focos relacionados com a atividade dos RI, numa abrangente dinâmica de fatores, de atores e de normas. Identificaram-se práticas de utilização, escutaram-se opiniões de quem de perto lida com os RI e com os seus diretos utilizadores. Conheceram-se recomendações para uma crescente utilização dos RI, cuja principal função destes é essa. Pretendeu-se fomentar a mudança de mentalidades para uma visão mais positiva da útil existência dos RI.

Neste sentido, e numa expectativa de investigação futura, recomenda-se o alargamento deste estudo aos RI das IES que não foram abrangidas por este estudo, como é o caso das de ensino privado, de modo a poder-se aferir a real importância e utilidade que os RI representam para os professores e investigadores. Sob um prisma comparativo, revela-se pertinente conhecer a realidade dos RI em universos de gestão público privados, que certamente, refletem práticas diferenciadas. Propõem-se, assim, uma reflexão sobre o peso dos RI na produção e comunicação de ciência em Portugal. Por outro lado, identificada uma escassez de estudos sobre gestores e administradores dos RI, seria igualmente importante alargar e aprofundar a investigação nesta área.

Referências

- Almeida, Leandro; Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (5ª Ed.). Psiquilíbrios.
- Amante, M. J. (2014). O bibliotecário como gestor do conhecimento: o caso dos repositórios. *Reciis*, 8(2), 243–254. <https://doi.org/10.3395/reciis.v8.i2.945.pt>
- Amante, M. J., & Segurado, T. (2009). A gestão do conhecimento nas Universidades: o papel dos Repositórios Institucionais. *10.º Congresso BAD*, 1–7.
- Bankier, J. G., Foster, C., & Wiley, G. (2009). Institutional repositories strategies for the present and future. *Serials Librarian*, 56(1–4), 109–115. <https://doi.org/10.1080/03615260802665423>
- Banks, D. (2019). L'écriture de l'article scientifique et ses premières traductions. *Fachsprache*, 41(1–2), 61–81. <https://doi.org/10.24989/fs.v41i1-2.1498>
- Baptista, A. A., Costa, S. M. de S., Kuramoto, H., & Rodrigues, E. (2007). Comunicação científica: o papel da open archives initiative no contexto do acesso livre 10.5007/1518-2924.2007v12nesp1p1. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 12(1), 1–17. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2007v12nesp1p1>
- Bardin, L. (1977). *A Análise de Conteúdo*. Edições 70. [https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2 Metodos quantitativ e qualitativ - IFES/Livros de Metodologia/10 - Bardin, Laurence - Análise de Conteúdo.pdf](https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativ%20e%20qualitativ%20-%20IFES/Livros%20de%20Metodologia/10%20-%20Bardin,%20Laurence%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%ADdo.pdf)
- Bell, D. (1973). *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social* (Cultrix (ed.)).
- Bell, J. (2010). *Como Realizar um Projecto de Investigação* (Gradiva (ed.); 5ª Ed.).

- Bogdan e Biklen. (2013). *Investigação Qualitativa em Educação* (Porto Editora (ed.); 12th–2013th ed.).
- Borges, M. M. (2017). *Reflexos da tecnologia digital no processo de comunicação da ciência*. 2017. <https://doi.org/http://hdl.handle.net/10316/47564>
- Braga, L. (2010). *Compreendendo Probabilidade e Estatística* (L. E-Papers, Serviços Editoriais (ed.)).
- Bryman, A. (1988). *Quantity and Quality in Social Research* (Unwin Hyman (ed.); 1^a). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203410028>
- Café, L. C., & Muñoz, I. K. (2017). Evaluación de la Usabilidad del Repositorio Institucional de la Universidad de Brasília TT - Evaluation of the Usability of the Institutional Repository of the University of Brasília. *Revista General de Información y Documentación*, 27(1), 87–106. <https://doi.org/https://doi.org/10.5209/RGID.56563>
- Camargo, L. S. de A. de, & Vidotti, S. A. B. G. (2009). Arquitetura da informação para repositórios científicos digitais. In EDUFBA (Ed.), *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação* (Vol. 12, Issue 3, pp. 55–82). https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf
- Carmo, Hermano; Ferreira, M. M. (2015). Metodologia da Investigação: Guia para a Autoaprendizagem. In *Universidade Aberta*. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/5963>
- Carvalho, José; Furtado, F., & Príncipe, P. (2017). *Kit sobre dados de investigação RCAAP*. 1–34. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/46351>
- Carvalho, J., Ferreira, M., Rodrigues, E., Príncipe, P., Faria, L., Silva, H., & Moreira, J. (2014). *Auditoria ISO 16363 a repositórios institucionais*. <http://hdl.handle.net/1822/30499>

- Carvalho, J., Moreira, J. M., & Saraiva, R. (2013). O RCAAP e a evolução do Acesso Aberto em Portugal. *Uma Década de Acesso Aberto Na UMinho e No Mundo*, 151–172. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/26144/3/RepositoriUM_10anos.pdf
- Castells, M. (2002). *Sociedade em rede - Manuel Castells.pdf* (p. 700).
- Cohen Louis, Manion, L. and M. (2007). Research methods in education. In Routledge (Ed.), *Routledge* (6ª). Taylor & Francis e-Library. <https://doi.org/10.1080/19415257.2011.643130>
- Conselho de Ministros. (2018). Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2018, de 8 de março. *Diário Da República*, 1ª série(nº 48), 1204–1206. <https://files.dre.pt/1s/2018/03/04800/0120401206.pdf>
- Corujo, L. (2022). *Introdução aos Repositórios Digitais* (Colibri (ed.); 1ª).
- Costa, J. L., & Freitas, J. A. (2016). *Repositórios institucionais: constrangimentos no processo de disponibilização de conteúdos científicos*. 69–81. <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1516/pdf>
- Costa, Luciana Ferreira da; Ramalho, F. A. (2010). A usabilidade nos estudos de uso da informação: em cena usuários e sistemas interativos de informação. In *Scielo*. <https://www.scielo.br/j/pci/a/5Tx7xBrfVtMwFFLxtJHrcTp/?lang=pt>
- Costa, J. L. O. (2015). A comunicação científica das ciências sociais e das humanidades nos repositórios institucionais das universidades públicas portuguesas: estudo comparado. In *Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa*. <http://hdl.handle.net/10284/5332>
- Costa, S. M. de S., & Leite, F. C. L. (2010). Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. *Implantação e Gestão de Repositórios Institucionais : Políticas, Memória, Livre Acesso e Preservação*, 163–202. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5470>

- Coutinho, C. P. (2018). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas - Teoria e Prática* (Almedina (ed.)).
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (Sage (ed.)). http://fe.unj.ac.id/wp-content/uploads/2019/08/Research-Design_Qualitative-Quantitative-and-Mixed-Methods-Approaches.pdf
- Cubo Delgado, S.; Martín Marín, B.; Ramos Sánchez, J. L. (2011). *Métodos de investigación y análisis de datos en ciencias sociales y de la salud*. Pirâmide.
- Dapp, V. (2016). White Paper. On Citizen Science For Europe. *Insoft*, 1–33. https://ec.europa.eu/futurium/en/system/files/ged/socientize_white_paper_on_citizen_science.pdf
- Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto. (2013). Aprova o Regime Jurídico dos Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior. *Diário Da República I Série, N.º 151 (07-08-2013)*, 4749–4772. www.dre.pt
- Decreto-Lei nº 124/99, de 20 de abril. (1999). Decreto-Lei n.º 124/99 de 20 de Abril. *Diário Da República I Série-A, N.º 92 (20-04-1999)*, 1(S1), 54–55. <https://dre.pt/application/file/a/534931>
- Delgado, Sixto Cubo; Marín, Beatriz Martín; Sánchez, J. L. R. (2011). *Métodos De Investigación Yanálisis De Datos En Ciencias Sociales Yde La Salud* (Pirâmide (ed.); 1ª).
- Denzin, N. (2009). *The Research Act: a theoretical introduction to sociological methods* (Rutgers (ed.)).
- Denzin, N. K. (2006). *Sociological Methods: A Sourcebook (Methodological Perspectives)* (First). Routledge.
- DGES. (2009). Decreto-Lei n.º 207/2009 de 31 de Agosto - Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico. *Diário Da República, 1ª série*(nº 168), 31 de

Agosto. <https://dre.pt/application/file/a/488428>

DGES, D.-G. do E. S. (2008). *Informação sobre o Sistema de Ensino Superior*. 8–10. https://www.dges.gov.pt/sites/default/files/sistema_de_ensino_superior_portugues_o.pdf

DR. (2009). Decreto-Lei n.º 205/2009 de 31 de Agosto. *Diário Da República - 1ª Série, Nº 168 (31-08-2009)*. <https://dre.pt/application/conteudo/488485>

Dzurec, L. C., & Abraham, I. L. (1993). The nature of inquiry: Linking quantitative and qualitative research. *Advances in Nursing Science*, 16(1), 73–79. <https://doi.org/10.1097/00012272-199309000-00009>

Eíto-Brun, R., & Lobón-Márquez, I.-M. (2020). Revisión de programas para la gestión de repositorios digitales: una actualización. *El Profesional de La Información*, 1–13. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.sep.21>

Farias, R. A. N. de, & Galindo, M. L. (2016). Análise de comportamento do uso de repositórios digitais de universidades federais brasileiras. *Páginas A&b : Arquivos & Bibliotecas*, 6(1), 3–18. <https://doi.org/10.21747/21836671/pag6a1>

Fávero, Luiz Paulo e Belfiore, P. (2017). *Manual de Análise de Dados - Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®* (Elsevier (ed.); 1/2017).

Ferreira, B. B., Neves, B., Miguéis, A. E., & Borges, M. M. (2021). Competências para a gestão de um repositório institucional: o caso do repositório institucional da Universidade de Coimbra. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação Em Saúde*, 15(4), 974–986. <https://doi.org/10.29397/reciis.v15i4.2272>

Ferreira, B. L. B. N. (2020). *Competências para gestores de repositórios institucionais: o caso do Repositório Científico da Universidade de Coimbra* [Coimbra]. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/93785>

Ferreira, L. B., Martins, M. R., & Rockembach, M. (2018). Usos do Arquivamento da Web na Comunicação Científica. *Prisma.Com*, 36, 78–98.

<https://doi.org/10.21747/16463153/36a5>

Ferreira, M., Saraiva, R., & Rodrigues, E. (2012). *Estado Da Arte Em Preservação Digital: Relatório sobre o estado da arte em preservação digital desenvolvido no âmbito do projeto Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)*. <http://hdl.handle.net/1822/17049>

Ferreira, V. S. (2014). Artes de entrevistar: composição, criatividade e improvisação a duas vozes. In Húmus (Ed.), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais de Educação* (pp. 165–195).

Fischhoff, B. (2019). Evaluating science communication. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 116(16), 7670–7675. <https://doi.org/10.1073/pnas.1805863115>

Foddy, W. (1996). *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários* (Celta Editora (ed.)).

Fonseca, I. L. da. (2017). *Acesso Aberto: Modelos, Políticas e Custos de Acesso*. 174. <https://www.fct.pt/acessoaberto/docs/modelosacessoaberto.pdf>

Fontana, A., & Frey, J. H. (2000). The Interview: From structured questions to negotiated text. In Sage (Ed.), *Handbook of Qualitative Research* (2ª Ed., pp. 645–672).

Formenton, D., & Gracioso, L. D. S. (2017). a Produção Científica Sobre Preservação Digital: Levantamento Bibliográfico E Documental Em Bases De Dados E Repositórios Institucionais. *PontodeAcesso*, 11(3), 109. <https://doi.org/10.9771/rpa.v11i3.10093>

Freitas, M. A. de, & Leite, F. C. L. (2019). The perception of Brazilians researchers on the deposit of scientific production in open access institutional repositories. *Revista Interamericana de Bibliotecologia*, 42(2), 159–173. <https://doi.org/10.17533/udea.rib.v42n2a04>

Freixo, M. J. V. (2012). *Metodologia científica : fundamentos, métodos e técnicas* (4ª Ed.).

Instituto Piaget.

Fujita, M. S. L. (2022). Sistematização de modelo de avaliação do controle de vocabulários em repositórios: relato de pesquisa com o Repositório Institucional Unesp
Systematization of the evaluation model of vocabulary control in repositories : research report with the Unesp Ins. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 20(1-22).
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8668751>

Gago, J. M. (1990). *Manifesto para a Ciência em Portugal* (Gradiva (ed.)).

Garvey, W. D. (1979). *Communication, the essence of science: facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers, and students*. Pergamon Press; New edition.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (Vol. 4). Atlas.

Gillham, B. (2000). *Developing a Questionnaire* (Continuum (ed.)).

González-Teruel, A. (2005). *Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales* (TREA (ed.)).

Gradim, Anabela; Serra, Paulo; Tellería, A. S. (2014). Evaluación de los docentes de enseñanza superior en Portugal y España. In ACCI (Asociación Cultural y Científica Iberoamericana). (Ed.), *Didáctica actual para enseñanza superior* (pp. 227-245).

Gradim, A. (2012). Da Periferia ao Descentramento: LABCOM e os Desafios do Open Publishing. In LABCOM (Ed.), *Comunicação Digital: 10 anos de investigação* (pp. 61-83). http://labcom.ubi.pt/ficheiros/20140930-201308_10anos_labcom.pdf

Gradim, A. (2016). *Editores predatórios e modelos de Open Access*. January. https://www.researchgate.net/publication/299509559_Editores_predatorios_e_modelos_de_Open_Access

Gradim, A. (2020). Comunicando ciência nos media digitais : propaganda , desinformação e

- modelos de negócio Funções do jornalismo. *COMUNICAR CIÊNCIA NUM MUNDO EM MUDANÇA*, 293–303. https://labcom.ubi.pt/ficheiros/202109151627-livro_labcom_3comunicar_ciencia.pdf
- Gradim, A., & Morais, R. (2016). *Anões aos ombros de gigantes: desafios contemporâneos na comunicação de ciência* (L. Horizonte (ed.)).
- Guion, L. A. (2002). Triangulation: Establishing the Validity of Qualitative Studies. *Institute of Food and Agricultural Sciences, University of Florida*, 1–3. <https://sites.duke.edu/niou/files/2014/07/W13-Guion-2002-Triangulation-Establishing-the-Validity-of-Qualitative-Research.pdf>
- Harnad, Steve ; McGovern, N. (2009). Institutional Repository Success Is Dependent upon Mandates: Institutional Repositories: The Great Debate. *Bulletin of the American Society for Information Science and Technology (Online)*, 35(4), 27–31. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/bult.2009.1720350410>
- Harnad, S. (1990). Scholarly Skywriting and the Prepublication Continuum of Scientific Inquiry. *Psychological Science*, 1(6), 342–344. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.1990.tb00234.x>
- Harris, A. L., & Rea, A. (2009). Web 2.0 and Virtual World Technologies : A Growing Impact on IS Education. *Journal of Information Systems*, 20(2), 137–145. <https://aisel.aisnet.org/jise/vol20/iss2/3/>
- Hill, M. M.; Hill, A. (2012). *Investigação por questionário* (2ª Ed.). Sílabo.
- Holter, C. (2020). The repository, the researcher, and the REF: “It’s just compliance, compliance, compliance.” *Journal of Academic Librarianship*, 46(1), 102079. <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2019.102079>
- Iniciativa Nacional para Sociedade da Informação. (1997). *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. 119. <http://purl.pt/239/2/>

- IPV. (2014). *Depósito de documentos no Repositório do IPV: o processo de auto arquivo passo-a-passo*. 1–10.
<https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2128/1/REPOSITORIO.pdf>
- Jantz, R., & Giarlo, M. (2013). Digital archiving and preservation: Technologies and processes for a trusted repository. *Archives and the Digital Library*, 2748, 193–214.
https://doi.org/10.1300/J201v04n01_10
- Jick, T. O. (1979). Mixing qualitative and quantitative methods: Triangulation in action. *Administrative Science Quarterly*, 24, 602–611. <https://doi.org/10.2307/2392366>
- John Ziman. (1979). *Conhecimento Público* (Itatiaia (ed.)).
- Johnson, R., & Fosci, M. (2016). Putting down roots: Securing the future of open access policies. *Knowledge Exchange*, November 2015, 1–27.
<http://repository.jisc.ac.uk/6269/10/final-KE-Report-V5.1-20JAN2016.pdf>
- Kvale, S. (1996). *An introduction to qualitative research interviewing*. SAGE Publications.
- Lancet, T. (2020). Por que a ciência aberta é fundamental no combate a COVID-19. *As Políticas Públicas Da OCDE Para Responder Ao Coronavírus (COVID-19)*, 1–6.
<http://dx.doi.org/10.1787/ca4bdcf9-pt>
- Luc Van Campenhoudt, J. M. e R. Q. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (Gradiva (ed.)).
- Lynch, C. (2003). *Institutional Repositories: Essential Infrastructure For Scholarship In The Digital Age*. Portal: Libraries and the Academy.
<https://muse.jhu.edu/article/42865>
- Marôco, J. (2021). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (8ª Ed.). Sílabo.
- Martins, E. C. (2013). ‘O Repositório : Imagem de marca e objeto de aprendizagem em meio digital.’ <http://hdl.handle.net/10400.11/1739>

- Martins, M. D. L. (2012). Media Digitais - hibridez, interatividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 4(2), 49–60. http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25606/1/media_digitais.pdf
- Martins, M. de L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais. O futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In Edições Húmus (Ed.), *a Internacionalização Das Comunidades Lusófonas E Ibero-Americanas De Ciências Sociais E Humanas – O Caso Das Ciências Da Comunicação* (Issue 1). <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/51039>
- Martins, M. de L. (2018). Os países lusófonos e o desafio de uma circum- navegação tecnológica. *Comunicacao e Sociedade*, 34, 87–101. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2937](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2937)
- Mcluhan, M. (1962). *the Autenberg Galaxy* (University of Toronto Press (ed.)). http://www.ocopy.net/wp-content/uploads/2017/10/mcluhan-marshall_the-gutenberg-galaxy-the-making-of-typographic-man.pdf
- McNamara, C. (1999). *General Guidelines for Conducting Interviews*. <https://managementhelp.org/businessresearch/interviews.htm>
- MCTES. (2008). Decreto-Lei n.º 107/2008. *Diário Da República*, 3835–3853. http://www.ipvc.pt/sites/default/files/rh_declei107_08.pdf
- Meadows, A. J. (1998). Communicating research. In *Academic Press* (Vol. 5, Issue 1). Academic Press. https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5&q=Communicating+research&btnG=
- Mendes, T. C., & Souza Filho, M. P. de. (2020). Análise do influxo de um programa estatístico no ensino de física por meio da engenharia didática. *Brazilian Journal of Development*, 6(3), 11546–11554. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n3-135>
- Miguéis, A.; Neves, B. (2021). A visão dos gestores de repositórios. O caso da Universidade

- de Coimbra. In Imprensa da Universidade de Coimbra (Ed.), *Sob a lente da Ciência Aberta: Olhares de Portugal, Espanha e Brasil* (pp. 273–294). https://doi.org/10.14195/978-989-26-2022-0_10
- Minayo, M. (2013). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (13ª Ed.). São Paulo, Hucitec.
- Morais, C. (2015). *Investigação Do problema aos resultados*. July. https://www.researchgate.net/profile/Carlos_Morais3/publication/280052169_NP_2013_Investigacao_Do_problema_aos_resultados/links/55a5787408aef604aa045208/NP-2013-Investigacao-Do-problema-aos-resultados.pdf
- Mueller, S. (2007). *Literatura Científica, Comunicação Científica e Ciência da Informação. Para Entender a Ciência Da Informação*, 125–140. [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/145/1/Para entender a ciencia da informacao.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/145/1/Para_entender_a_ciencia_da_informacao.pdf)
- Otlet, P. (1934). *Traité de documentation. Le livre sur le livre* (Editiones Mundaneum (ed.)). https://libstore.ugent.be/fulltxt/BIB-038A006_2006_0001_AC.pdf
- Pavão, C. G., Caregnato, S. E., & Rocha, R. P. da. (2016). Implementação da preservação digital em repositórios: conhecimento e práticas. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência Da Informação*, 14(3), 407. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v14i3.8646326>
- Peña, Daniel e Romo, J. (1997). *INTRODUCCION A LA ESTADISTICA PARA LAS CIENCIAS SOCIALES* (McGraw-Hill (ed.)).
- Peña, D. (2008). *Fundamentos de Estadística*. Alianza.
- Pereira, M. S. (2014). Comunicação estratégica no contexto organizacional. *Revista Internacional de Ciências*, 4(2), 37–50. <https://doi.org/10.12957/ric.2014.7480>
- Poczwardowski, A., & Conroy, D. E. (2002). Coping responses to failure and success among elite athletes and performing artists. *Journal of Applied Sport Psychology*, 14(4), 313–329. <https://doi.org/10.1080/10413200290103581>

- Príncipe, P. (2018). OpenAIRE infrastructure and services : advancing Open Science. *13th International Open Repositories Conference, June 4th-7th*, 1–4. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/54997>
- Queiró, J. F. (2017). *O Ensino Superior em Portugal*. Fundação Francisco Manuel Dos Santos.
- Queiroz, C. F. de, & Araujo, L. D. de. (2020). Bibliotecário de Repositórios. In Rocha (Ed.), *O Perfil Das Novas Competências Na Atuação Bibliotecária* (pp. 133–166).
- Ramos, C. (2016). *O Contributo do Repositório Digital do IPCB: As Opiniões e o Impacto da sua utilização na Investigação realizada na ESECB*. <http://hdl.handle.net/10400.6/5861>
- Ramos, C., & Martins, M. de L. (2020). Os Repositórios Institucionais e a Produção Científica em Universidades Portuguesas: panorama atual. *Páginas A&b : Arquivos & Bibliotecas, esp.*, 71–73. <https://doi.org/10.21747/21836671/pagnesppk1>
- Ribeiro, L., Borges, M. M., & Silva, D. (2019). Política Nacional de Ciência Aberta em Portugal: recomendações do grupo de trabalho sobre Avaliação científica = National Policy on Open Science in Portugal: recommendations of the working group on Scientific Assessment. *IX Encontro Ibérico EDICIC*, 1–11. <https://doi.org/10.31229/osf.io/y4gq5>
- Richardson, R. J. (2017). *Pesquisa Social - Métodos e Técnicas* (4ª Ed.). Atlas.
- RJIES. (2007). Decreto-Lei n.º 62/2007 - Regime Jurídico das instituições de Ensino Superior. *Diário Da República, 1.ª Série — N.º 174 -10 de Setembro de 2007*, 6358–6389. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/640339/details/maximized>
- Rockembach, M., & Pavão, C. M. G. (2018). Políticas E Tecnologias De Preservação Digital No Arquivamento Da Web. *Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação*, 11(1), 168–182. <https://doi.org/10.26512/rici.v11.n1.2018.8473>
- Rodrigues, A. C. (2016). Diplomática e Arquivística: diálogos para a construção do método de

identificação da tipologia documental. *XVII Encontro Nacional de Pesquisa Em Ciência Da Informação (XVII ENANCIB)*.
http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/3406/2016_GT2-CO_34.pdf?sequence=1

Rodrigues, E. (2009). *Kit de políticas open access* (p. 34).
<http://projecto.rcaap.pt/index.php/consultar-recursos-de-suporte/remository?func=startdown&id=97>

Rodrigues, E. (2010). O RepositóriUM – repositório institucional da Universidade do Minho : da génese à maturidade. *Repositórios Institucionais : Democratizando o Acesso Ao Conhecimento*, 35–59. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11232>

Rodrigues, E., Almeida, M., Miranda, Â., Guimarães, A. X., & Castro, D. (2004). RepositóriUM : criação e desenvolvimento do Repositório Institucional da Universidade do Minho. *Congresso Nacional De Bibliotecários, Arquivistas E Documentalistas*, 8, 9. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/422>

Rodrigues, E., Boavida, C., Carvalho, J., Saraiva, R., & Príncipe, P. (2013). Os investigadores em Portugal e a sua relação com o Acesso Aberto à produção científica. *3.ª Conferência Luso-Brasileira Sobre Acesso Aberto*. <http://hdl.handle.net/1822/23391>

Rodrigues, M. (2016). *Contribución al estudio del uso potencial de los recursos electrónicos en la enseñanza superior*.
https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=63712%5Cnhttp://dehesa.unex.es/xmlui/bitstream/handle/10662/5164/TDUEX_2016_Rodrigues_ME.pdf?sequence=1

Rodrigues, M. E., Amante, M. J., Pais, C., Segurado, T., & Lopes, S. (2014). Avaliação de repositórios institucionais : análise comparativa. *Cadernos BAD*, 2, 15–28. <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1174>

Rodrigues, M.E.P., & Rodrigues, A. M. (2012). Indicadores de desempenho – ferramentas para avaliação de repositórios institucionais. *Actas Do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*.
<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/304>

- Rodrigues, Maria Eduarda Pereira, Amante, M. J., Pais, C., Lopes, S., Segurado, T., & Rodrigues, A. M. (2016). Os repositórios das instituições de ensino superior portuguesas: estudo comparativo. *Cadernos BAD*, 0(2), 71–79. <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1584>
- Rodrigues, Maria Eduarda Pereira, & Rodrigues, A. M. (2014). *Artigo original Os autores e o repositório científico – estudo de caso The authors and the scientific repository – a case study*. 8(2), 107–121. <https://doi.org/10.3395/reciis.v8.i2.912.pt>
- Rodrigues, Maria Eduarda Pereira, & Rodrigues, A. M. (2015). A função preservação no contexto dos repositórios científicos portugueses : Estudo comparativo. *12º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, 1–8. <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad>
- Rodríguez Gutiérrez, D. (2019). Archivos personales: experiencias de organización y gestión. In Red Archiveros (Ed.), *Archivamos: Boletín ACAL* (Issue 113).
- Sale, A. (2006). A researcher 's viewpoint. *Discovery*. <https://eprints.utas.edu.au/257/1/Chapter.pdf>
- Sanches, T., Baptista MELO, L., & Oliveira HENRIQUES, S. (2019). *O contributo das teses e dissertações para a literacia em saúde: um estudo de caso nos repositórios institucionais da Universidade de Lisboa The contribution of theses and dissertations to health literacy: a case study in the institutional repositories of*. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/34431/1/SanchesMeloLopesHenriques.pdf>
- Santos, P. W. Q. Dos, & Albuquerque, J. P. S. de. (2017). Altméria: Uma nova lente para os estudos métricos da informação. *Biblionline*, 13(3), 10. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13n3.35874>
- Santos, F. M. (2012). Resenha ANÁLISE DE CONTEÚDO: A VISÃO DE LAURENCE BARDIN. *Revista Eletrônica de Educação*, 6(1), 383–387. <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/291/156>

- Santos, S. X., Miranda, A. L. B., Nodari, C. H., Froehlich, C., & Sena, D. C. (2020). O Papel estratégico dos NITs na Política de Inovação das Instituições de Ensino Superior da Rio Grande do Norte de da Paraíba. *Revista Eletrônica Gestão e Sociedade*, 14(38), 3545–3576.
- Santos, V., Veiga, D. O., & Ictict, F. (2013). Avaliação de usabilidade em Repositórios Institucionais: o caso da Fiocruz. *XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência Da Informação*. <https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1326/1327>
- Saraiva, R., & Rodrigues, E. (2010). O Acesso Livre à literatura científica em Portugal : a situação actual e as perspectivas futuras. *X Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas - Políticas de Informação Na Sociedade Em Rede : Actas*. <http://hdl.handle.net/1822/10528>
- Saysr, L. (1998). InterViews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing Steinar Kvale. Thousand Oaks, CA: Sage, 1996. 326 pp. *The American Journal of Evaluation*, 19(2), 267–270. [https://doi.org/10.1016/s1098-2140\(99\)80208-2](https://doi.org/10.1016/s1098-2140(99)80208-2)
- SDUM. (2012). *O auto-arquivo de publicações e os direitos de autor/copyright*. <https://openaccess.sdum.uminho.pt/wp-content/uploads/2012/09/Briefing-paper-Auto-Arquivo-e-Copyright.pdf>
- Serra, P. (2016). The (lack of) Mutual Acknowledgement Between Iberian-American Researchers of Communication Sciences. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 69–79. <https://rlec.pt/issue/view/96/fullissue3.2>
- Shintaku M.; Meirelles, R. (2010). *MANUAL DO DSPACE administração de repositórios*. [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/Manual do Dspace%282%29.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/769/1/Manual%20do%20Dspace%282%29.pdf)
- Sig-cv, F. C. T. (n.d.). *Ciencia id. Cv*. https://qa.cienciavitae.pt/uploads/2019/05/PP_CIENCIAVITAE.pdf
- Silva, E. M., Ferreira de Sousa, M. R., & Alves Monteiro, S. (2018). Arquitetura da informação em repositórios institucionais: desafios e perspectivas. *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información*, 32(76), 45.

<https://doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2018.76.57975>

Silva, F. C. C., & Silveira, L. da. (2019). O ecossistema da Ciência Aberta The Open Science ecosystem. *Transinformação*, 31. <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>

Silva, P. do N., & Weitzel, S. da R. (2017). Os desafios das políticas de embargo em Repositórios Institucionais: um estudo das coleções de teses e dissertações em institutos de pesquisa e universidades brasileiras. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde*, 11(0), 1–7. <https://doi.org/https://doi.org/10.29397/reciis.v11i0.1363>

Souza, M. A. A. de, & Oliveira, A. (2019). A comunicação da ciência: o caso do programa televisivo da Maratona da Saúde = Science Communication: The Case of Maratona da Saúde TV program. *Revista Española De Comunicación En Salud*, 72. <https://doi.org/10.20318/recs.2019.4469>

Souza, F. S., Miranda, Â., Baptista, A. A., & Ramos, I. (2005). Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento de Acesso Livre. *Comunicação Apresentada No 9º World Congress on Health Information and Libraries*, 2. <http://hdl.handle.net/1822/4282>

Suber, P. (2012). *Open Access* (The MIT Press Essential Knowledge Series (ed.)).

Suber, P. (2019). Open Access Overview. *Knowledge Unbound*, 1–19. <https://doi.org/10.7551/mitpress/8479.003.0007>

Swan, A. (2016). *ACESSO ABERTO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. <http://unesco.org/>

Swan, A., & Carr, L. (2008). *Institutions, their repositories and the Web*. *Serials Review*. <https://eprints.soton.ac.uk/264965/>

Tillman, R. K. (2017). Where Are We Now? Survey on Rates of Faculty Self-Deposit in

- Institutional Repositories. *Journal of Librarianship and Scholarly Communication*, 5(General Issue), 0–27. <https://doi.org/10.7710/2162-3309.2203>
- Tim Berners-Lee. (2010). *Long Live the Web: A Call for Continued Open Standards and Neutrality*. *Scientific American*. <https://www.scientificamerican.com/article/long-live-the-web/>
- UNESCO. (2022). Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta. *Unesco*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000379949_por
- Veiga, V. S. O., Macena, L. G. G., Silva, C. H., & Borges, M. M. (2017). O Compartilhamento de Artigos Científicos nos Repositórios Institucionais Portugueses e Brasileiros: com a voz os gestores. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13, 1306–1317. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/28570>
- Vergara, S. C. (2005). *Métodos de Pesquisa em Administração*. (Atlas (ed.)).
- Vieira Maria Manuel, P. L. e F. T. (2021). Fazer a ciência chegar mais longe: reflexões sobre o outreach universitário. *Configurações*, 17. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.14185>
- Virilio, P. (2001). Entretien avec Paul Virilio. *Le Monde de l'Éducation*, 135–138.
- Wilkinson, M. D., Dumontier, M., Aalbersberg, Ij. J., Appleton, G., Axton, M., Baak, A., Blomberg, N., Boiten, J.-W., da Silva Santos, L. B., Bourne, P. E., Bouwman, J., Brookes, A. J., Clark, T., Crosas, M., Dillo, I., Dumon, O., Edmunds, S., Evelo, C. T., Finkers, R., ... Mons, B. (2016). The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. *Scientific Data*, 3(1), 160018. <https://doi.org/10.1038/sdata.2016.18>
- Williamson, P. O., & Mirza, R. (2015). Does Google Scholar Help or Hurt Institutional Repositories? *The Complete Guide to Using Google in Libraries: Instruction, Administration, and Staff Productivity*, 211–222. <https://rc.library.uta.edu/uta-ir/bitstream/handle/10106/25217/PeaceRafiaBookChapter.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

<http://www.crup.pt/universidades/>
<https://ccisp.pt/pt/membros/>
<https://ccisp.pt/pt/o-ccisp/>
<https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1999-34528275>
<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/367673/details/normal?l=1>
https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/conditions-service-academic-staff-working-higher-education-55_pt-pt
<https://eua.eu/>
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32016R0679>
<https://dre.pt/application/conteudo/123815982>
<https://files.dre.pt/1s/2009/08/16800/0576005784.pdf>
<https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/propinas>
https://www.dges.gov.pt/pt/pesquisa_cursos_instituicoes?plid=372&instituicao=&cursos=&distrito=&tipo_ensino=1&tipo_estabelecimento=3&area=&tipo_curso=
<http://projecto.rcaap.pt/index.php/lang-pt/como-gerir-um-repositorio/gestores-de-repositorios>
<https://www.rcaap.pt/directory.jsp>

Apêndices

1 - Inquérito por Questionário

Secção 1 de 6

I – Contextualização do Estudo

Práticas de Utilização de Repositórios Institucionais de Universidades e de Politécnicos em Portugal.

Estimado(a) Professor(a)/Investigador(a),

No âmbito do Doutoramento em Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior, estou a desenvolver um estudo relativamente à utilização dos Repositórios Institucionais, pelos Professores/Investigadores. Este trabalho conta com a orientação científica do Doutor Pedro Jerónimo (UBI) e do Prof. Doutor Moisés Rockembach (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Esta investigação não é financiada, nem os investigadores obtêm qualquer proveito económico, exceto o conhecimento adquirido que será partilhado com a comunidade através de trabalhos académicos. De igual modo, os inquiridos não têm contrapartidas económicas pela participação neste estudo.

Gostaria de solicitar a sua opinião relativamente ao Repositório da sua Instituição, através do preenchimento breve (cerca de 5/7 minutos) deste questionário. A sua opinião é muito importante e contribuirá para enriquecer a investigação. Solicito a sua atenção para que preencha o questionário, apenas, uma única vez.

A participação nesta investigação tem um carácter voluntário, pelo que poderá não aceitar participar neste estudo ou decidir interromper o preenchimento do questionário a qualquer momento, se assim o entender, sem qualquer penalização. Todos os dados recolhidos são anónimos e confidenciais e, apenas, serão utilizados no presente estudo. Se pretender algum esclarecimento sobre este estudo, por favor, contacte a investigadora Cecília Ramos através do e-mail: cecilia.ramos@ubi.pt. Ao participar, estará a ajudar ao conhecimento do estado geral de utilização e atividade dos Repositórios Institucionais.

Grata, pela sua colaboração,
Cecília Ramos

***Obrigatório**

Secção 2 de 6

II - Identificação/perfil

1. Qual a sua Instituição de afiliação? Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções: *

Selecionar:

Universidade Aberta
Universidade da Beira Interior (UBI)
Universidade do Minho
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
Universidade do Porto
Universidade de Aveiro
Universidade de Coimbra
Universidade de Lisboa
Universidade Nova de Lisboa
Universidade de Évora
Universidade do Algarve
Universidade da Madeira
Universidade dos Açores
Instituto Politécnico de Bragança
Instituto Politécnico de Beja
Instituto Politécnico do Cávado e Ave
Instituto Politécnico de Castelo Branco
Instituto Politécnico de Coimbra
Instituto Politécnico da Guarda
Instituto Politécnico de Leiria
Instituto Politécnico de Lisboa
Instituto Politécnico de Portalegre
Instituto Politécnico de Porto
Instituto Politécnico de Santarém
Instituto Politécnico de Setúbal
Instituto Politécnico de Tomar
Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Instituto Politécnico de Viseu

2. Qual a situação Profissional em que se encontra integrado? Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções: *

Docente Universitário
Docente Ensino Superior Politécnico
Investigador
Bolsheiro de Investigação

3. Qual a sua Categoria Profissional? Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções: *

Professor Catedrático
Professor Associado
Professor Auxiliar
Assistente
Professor Coordenador Principal
Professor Coordenador
Professor Adjunto
Investigador Coordenador

Investigador Principal
Investigador Auxiliar
Assistente de Investigação
Estagiário Investigador
Outra:

4. Qual o seu Domínio Científico? Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções: *

Ciências Exatas
Ciências Naturais
Engenharia e Tecnologias
Ciências Médicas e da Saúde
Ciências Agrárias
Ciências Sociais
Humanidades

5. Habilitações Literárias? Por favor, selecione a qualificação mais elevada. *

Licenciatura
Mestrado
Doutoramento
Pós-Doutoramento
Agregação

6. Idade? *

Até 30 anos
De 31 a 40 anos
De 41 a 50 anos
De 51 a 60 anos
Mais de 60 anos

7. Sexo? *

Feminino
Masculino

Secção 3 de 6

III - Importância do Repositório

8. Numa Escala de 1 (pouca) a 5 (muita), qual a importância que atribui ao Repositório da sua Instituição? *

| Pouca Importância | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Muita Importância |

8. 1. Se na pergunta anterior assinalou os pontos 1 ou 2, refira, p.f., os motivos.

A sua resposta

Secção 4 de 6

IV - Usabilidade do Repositório

9. Com que frequência utiliza o Repositório da sua Instituição para pesquisas de investigação? Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções: *

Diariamente
Semanalmente
Mensalmente
Ocasionalmente
Não Utilizo

10. Qual o recurso que mais utiliza para partilhar os seus outputs (artigos, livros, capítulos, *papers*, etc.) científicos no Repositório da sua Instituição? Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções: *

Arquivo
Autoarquivo
Ambos
Não utilizo/partilho

11. Da sua produção científica qual a tipologia que mais costuma publicar no Repositório da sua Instituição? Por favor, selecione até 3 opções que mais se aplicam: *

Artigo
Capítulo de Livro
Livro
Relatório
Working Paper
Preprint
Documento de Conferência
Palestra
Não publico no Repositório
Outra:

12. Em média, por ano, quantos outputs (artigos, livros, capítulos, *papers*, etc.) científicos regista no Repositório? Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções: *

1-5
6-15
16-30
Não publico no Repositório
Outra:

13. Se nas questões anteriores respondeu “não utilizo/partilho” e “não publico no Repositório”, por favor, refira quais os motivos.

A sua resposta

Secção 5 de 6

IV - Comunicação/Divulgação do Repositório

14. Como divulga a existência do Repositório, no sentido de promover a sua utilização? Por favor, selecione uma ou mais opções: *

- Nas aulas, informando os estudantes
- Em conversa com colegas
- Nas redes sociais digitais
- Não divulgo
- Outra:

15. Considera adequada a comunicação interna da Instituição, no sentido de divulgação/informação das potencialidades do Repositório? *

- Sim
- Não
- Desconheço

16. Se na questão anterior respondeu “não”, por favor, deixe uma sugestão de melhoria.

A sua resposta

17. Que tipo de incentivo existe na sua Instituição para a prática do depósito no Repositório, por parte dos Docentes e Investigadores? Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções: *

- Prémio Remuneratório
- Prémio de Reconhecimento
- Não existe qualquer incentivo
- Desconheço
- Outra:

18. Caso não exista, que incentivos considerava que fossem primordiais numa Instituição para a prática de depósito no Repositório?

Prémio Remuneratório
Prémio de Reconhecimento
Outra:

19. Na sua opinião, qual a forma mais fácil de satisfazer os requisitos de uma política obrigatória para a prática de depósito?

A sua resposta

Secção 6 de 6

VI - Cumprimento da Política de Depósito Documental

20. O Repositório da sua Instituição tem disponível a Política de Depósito Documental? *

Sim
Não
Desconheço
Outra:

21. Qual o nível de cumprimento que faz da Política de Depósito da sua Instituição? Por favor, selecione apenas uma das seguintes opções: *

Cumpro integralmente com facilidade
Cumpro integralmente com desagrado
Cumpro parcialmente
Não cumpro de todo
Outra:

22. Na sua opinião, quais são os TRÊS principais motivos para proceder ao depósito dos seus outputs (artigos, livros, capítulos, papers, etc.) científicos no Repositório Institucional? Por favor, selecione os 3 motivos que mais se aplicam: *

Aumenta a visibilidade e o impacto (citações) da investigação
Aumenta a rapidez de disseminação dos resultados da investigação
É obrigatório na minha instituição
Posso delegar esta tarefa em outra pessoa
Existe suficiente suporte técnico na minha instituição
A editora autoriza o depósito em repositórios institucionais
O processo de depósito é rápido e simples
É um requisito do financiador da minha investigação

É uma forma de preservar a minha produção científica
Publico em revistas científicas em acesso aberto
Outra:

23. Na sua opinião, quais são os TRÊS principais motivos para não proceder ao depósito dos seus outputs (artigos, livros, capítulos, papers, etc.) científicos no Repositório Institucional? Por favor, selecione os 3 motivos que mais se aplicam:

Não existe um Repositório Institucional adequado
Falta de tempo para realizar o depósito
O processo de depósito é demorado e/ou complexo
Falta de conhecimentos técnicos e formação no uso do sistema
Insuficiente formação no uso do sistema
Receio de ser vítima de plágio
Falta de suporte na instituição
Não identifico vantagens no depósito das publicações
Duplicação de tarefas
Receio de violar os direitos de autor
Não reconheço vantagens no acesso aberto
Falta de uma pessoa em quem possa delegar a tarefa do depósito
Os meus colegas também não o fazem
Falta de conhecimento sobre o carácter obrigatório das políticas institucionais
Falta de conhecimento sobre as políticas de depósito dos editores
Outra:

24. Que sugestões deixaria para uma melhoria da utilização do Repositório Institucional?

A sua resposta

Submeter

2 - Ofício Digital de Solicitação de Divulgação do Questionário

Assunto: Solicitação de Divulgação de Inquérito

Exmo. Sr. Reitor/Presidente,

Sou estudante de Doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade da Beira Interior (UBI), onde desenvolvo uma investigação que visa conhecer as práticas de utilização dos Repositórios das Instituições de Ensino Superior, por parte dos seus docentes e investigadores. Este estudo foi aprovado pela Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior, cujo parecer se anexa, bem como a aprovação do Encarregado de Proteção de Dados, e conta com a orientação científica do Doutor Pedro Jerónimo (UBI) e do Prof. Doutor Moisés Rockembach (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Esta investigação não é financiada, nem os investigadores obtêm qualquer proveito económico. O preenchimento do questionário é voluntário e todas as informações prestadas no âmbito deste questionário são estritamente confidenciais e utilizadas, apenas, para efeitos académicos, pelo que cada inquirido pode não aceitar participar neste estudo ou decidir interromper o preenchimento do questionário, se assim o entender.

Assim, venho solicitar a prestigiada colaboração, no sentido de permitir o envio de um inquérito a todos os professores e investigadores que exercem atividades, no presente ano letivo, na instituição que preside.

O inquérito, encontra-se disponível em: <https://forms.gle/6j7pbfjz81KNBXe99>, e é de breve preenchimento, cerca de 5/7 minutos.

Se possível, gostaria de obter informação do número de professores/investigadores da V/ instituição, aos quais poderá fazer chegar o inquérito.

Qualquer esclarecimento adicional, queira contactar-me: cecilia.ramos@ubi.pt.

Na expectativa do V/ melhor acolhimento e colaboração.

Com os melhores cumprimentos,

Cecília Ramos

3 - Guião da Entrevista

Guião da Entrevista

Tema: Os Repositórios Institucionais (RI) das Universidades e Politécnicos Públicos de Portugal.

Objetivo da entrevista: conhecer o estado global de atividade do Repositório da sua Instituição. Perceber a viabilidade das políticas definidas internamente e as estratégias de comunicação estabelecidas na Instituição conducentes ao incentivo da usabilidade do Repositório. Obter informação da visibilidade externa do Repositório.

Categorias	Objetivos Específicos	Questões	Sub Questões
Categoria I Contextualização do estudo e a legitimação da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o entrevistador, na figura de investigador; - Contextualizar os propósitos da entrevista em consonância com os objetivos da investigação; - Sublinhar a importância da colaboração do entrevistado no sucesso da investigação; - Solicitar autorização da gravação das entrevistas; - Garantir o cumprimento dos princípios éticos que regem a investigação 		
Categoria II Perfil do Entrevistado	- Saber, para fins estatísticos, a idade, a formação e a categoria profissional do entrevistado	1 - Idade 2 - Formação académica? 3 - Categoria profissional?	
Categoria III Identificação do Repositório Institucional	- Conhecer as características do Repositório	4 - Data de entrada em produção do Repositório? 5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o	6.1. - Qual a tipologia documental dos conteúdos? 9.1- Especificamente: - Com <i>peer review</i> - Sem <i>peer review</i> - <i>Preprints</i> - Autoarquivos? - Em acesso aberto? - Em acesso restrito? - Em acesso embargado?

		Repositório? (Mais consultas, <i>downloads</i> e depósitos). 11 - Como é efetuado o depósito no Repositório? 12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório?	- Em acesso fechado? 9.2- Comparativamente e ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?
Categoria IV Políticas Internas e Técnicas de Comunicação Usabilidade do Repositório	- Entender as políticas internas e as técnicas de comunicação instituídas no sentido de sensibilizar e promover a usabilidade do Repositório a) por parte dos professores e investigadores na prática do depósito dos seus <i>outputs</i> científicos b) usabilidade pela comunidade académica na ótica de utilizador	13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus <i>outputs</i> científicos? 14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa? 15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto? 16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório? 17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto? 18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório? 19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo? 20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório? 21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?	15.1- Se sim, é uma Política Mandatória? 16.1 - Qual a denominação adotada? 17.1- Se existe monitorização, como é desenvolvida? 17.2- A monitorização suscita o aumento de depósitos?

Categoria V Visibilidade do Repositório	- Conhecer a visibilidade do Repositório ao nível externo	22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e <i>downloads</i>) 23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web? 24 - Qual o número de <i>downloads</i> e de consultas do Repositório decorrentes em 2020? 25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório? 26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito, proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?	
Categoria VI Agradecimentos	Clarificar se o entrevistado pretende acrescentar alguma coisa ou tem alguma questão - Agradecer a disponibilidade e a colaboração. Reconhecer que o contributo prestado enriquecerá, com toda a certeza, a investigação	27- Pretende deixar algum comentário ou fazer alguma pergunta?	

4 - Transcrição das Entrevistas

Obs:

(Todo o primeiro parágrafo introdutório foi cuidadosamente referido em todas as entrevistas e o consentimento de permissão da gravação da entrevista foi positivo. Assim como todo o agradecimento, por parte da investigadora. Como se verifica uma extensa transcrição das entrevistas, fica explícito na primeira. Todas as restantes foram realizadas à sua imagem).

As entrevistas foram codificadas para cimentar o anonimato. Gu, são referentes às entrevistas de gestores de universidades e Gp relativas aos politécnicos.

Gu 1

(Entrevista em 11 fevereiro 2021-14h00)

Começo por agradecer a sua disponibilidade e dizer-lhe que toda a entrevista é reservada ao anonimato. Pergunto se me permite a gravação da mesma, apenas para comprovar a sua realização.

Com certeza que sim.

Para dados estatísticos, pergunto-lhe a sua idade, qual a formação e a categoria profissional?

1 – Idade: 45

2 - Formação académica: Pós-graduação

3 - Categoria profissional: Técnico Superior

Sobre o Repositório que gere ou administra, solicito-lhe alguns dados:

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2003

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 118

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 879

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Temos diversos, tais como: Comentário; Artigo; Livro; Editorial em livro; Capítulo de livro; Atas de Conferência; Poster; Texto de periódico; Corrigenda; Dados científicos; Tese de doutoramento; Revista; Editorial em revista; Palestra; Legislação; Carta ao editor; Dissertação de mestrado; Comunicações; Outro; Patente; Publicação pedagógica; Posfácio; Prefácio; Preprint; Relatórios; Recensão; Documento de trabalho.

7 – O número de utilizadores registados no Repositório? São 37.214

8 – O número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 11.000

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 66.303

9.1 - Especificamente: Considerando o acervo total...

Com peer review	Sem peer review	Preprint	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
23.104	43.199	29	45.087	50.390	11.934	2.652	1.326	21.217

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Houve um aumento de 10% face a 2019.

10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos). Sim

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Os depósitos são efetuados de duas formas primordiais: autoarquivo e arquivo, através de integrações com os outros sistemas de informação. Ex: com o Ciência Vitae.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório?

Temos 7 (sete)

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus outputs científicos?

A Universidade definiu e implementou uma política de autoarquivo de publicações em 2005 e em 2010 reviu essa política tornando-a Mandatória e ligada ao Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes (vulgo RAD).

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Foi gizado um plano de comunicação que definiu um conjunto de ações, iniciativas que visam promover o repositório institucional da universidade no plano interno e externo e que é revisto de dinâmica e alinhado com outras iniciativas e projetos no domínio dos repositórios e Ciência Aberta. Apresentações, visitas UO, *flyers*, no início, agora não é necessário.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim, assumiu um cariz mandatório aquando da sua revisão em 2010.

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim

16.1 - Qual a denominação adotada?

“Política de Autoarquivo da Produção Científica da Universidade”

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Sim

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida?

Numa fase inicial era feita através de um processo manual que compreendia o cruzamento de informação com fontes externas. Atualmente o processo é feito através de um sistema de informação desenvolvido de raiz que entre outras funcionalidades permite realizar monitorizações de forma mais dinâmica e simplificada.

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos?

Sim, no seguimento dos processos de monitorização e da sua comunicação à comunidade académicas (departamentos e centros de investigação) verifica-se um aumento no número de depósitos subsequentemente.

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Dúvidas e receios com direitos de autor (copyright), inércia/esforço, tempo necessário para dispendir com autoarquivo. (falta de tempo)

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Para além de assumir a Política como Mandatória, um aspeto crucial será ligá-la ao sistema de avaliação de desempenho dos docentes/investigadores (no que concerne ao *output* de publicações) e efetuar monitorizações periódicas para aferir o grau do seu cumprimento.

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Desenvolver formas e mecanismos para simplificar o autoarquivo (ex. integrações com outros sistemas de informação relevantes), (maior interoperabilidade), introdução de funcionalidades de valor acrescentado (ex. estatísticas de uso, métricas alternativas), assumir o repositório como fonte autoritativa para o sistema de avaliação de desempenho dos docentes/investigadores (no que concerne ao *output* de publicações), evidenciar a visibilidade e o impacto que o repositório presta à instituição.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Sim.

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads)

Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Foram registados 2.296.244 downloads e 1.325.230 Consultas em 2020

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Sim.

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim, as redes sociais digitais parecem-nos importantes.

Reitero o meu muito obrigada, pela sua disponibilidade e colaboração nesta entrevista.

Gu 2

(Entrevista em 24 fevereiro 2021-11h15)

1 – Idade: 64 anos.

2 - Formação académica: Doutoramento

3 - Categoria profissional: Técnico superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2009

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 1 comunidade

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 6 coleções

6.1- Qual é a tipologia documental dos conteúdos?

Artigo; Livro; Parte ou capítulo de livro; Documento de Conferência; Tese de Doutoramento; Dissertação de Mestrado; Recurso Educativo; Relatório; Recensão

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 200

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 180+ou-

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório?

3.002

9.1 - Especificamente:

Com peer review	Sem peer review	Preprint	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
SD	SD	0	0	2674	218	10	131	0

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Mias 190 depósitos

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos).

Sim, nomeadamente o pedido de acesso a documentos em Acesso Restrito e Embargados.

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Unicamente pelo arquivo, realizado pelo funcionário. Ainda não se pratica o autoarquivo em execução

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 1 pessoa

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus outputs científicos?

Literacia de informação no contexto universitário. Em cada unidade curricular.

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Sessões nas Aulas com PP. Anualmente

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Tem sim.

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim.

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Está sim

16.1 - Qual a denominação adotada?

Regulamento de depósito e acesso de documentos científicos no repositório

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Sim

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida?

Efetuamos a revisão das falhas, dos identificadores, etc.

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos?

Não

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Excesso de trabalho administrativo dos docentes.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Fazer obedecer o regulamento em vigor

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Dinâmicas internas que passem pela avaliação dos docentes, com normas instituídas superiormente.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Sim, está.

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim.

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim.

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

181.983.6 downloads 61.047 consultas

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Estão a começar a dar importância

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim.

Gu 3

(Entrevista em 4 fevereiro 2021-14h00)

1 - Idade? 48

2 - Formação académica? Mestrado

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2009

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 8 comunidades

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 44 coleções

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Anotação; Artigo; Livro; Parte ou capítulo de livro; Documento de Conferência; Texto de Periódico; Tese de Doutoramento; Palestra; Dissertação de Mestrado; Outro; Patente; Recurso Educacional; *Preprint*; Relatório; Recensão; *Working Paper*

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 1.668

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 324

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 2742

9.1 - Especificamente:

Com peer review	Sem peer review	Pre print	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
*	*	33	*	9353	41	185	688	*

*Não dispomos desse número

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Mais 1272

10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos).

Sim, houve um aumento desses indicadores. Da nossa parte não podemos atribuir uma relação causa-efeito ao confinamento.

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Arquivo em lote, exclusivo às dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento e autoarquivo.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 1 pessoa

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Existe a política de obrigatoriedade por Despacho do Sr. Reitor.

Outra das estratégias continuada neste ano de 2021 é no cuidado da resposta aos utilizadores (investigadores e docentes) que se registam no repositório.

Importante também foi a agregação das métricas da PlumX Metrics aos documentos com DOI. Mede métricas de documentos que tenham DOI, mostrando a relevância diretamente para o prof/investigador, sendo um incentivo pessoal à prática do autodepósito.

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Houve em tempos formações, mas não havia muita aderência, porque os professores pensavam que era uma formação e não compareciam.

Há a colaboração do Instituto Coordenador de Investigação (ICI) para os investigadores se registarem no RI. São várias as ações de divulgação do setor da Biblioteca - Setor Ciência Aberta - através dos vários canais de comunicação da universidade e da Biblioteca: Divulgação através de cartazes e outro tipo de material em todos os polos da Biblioteca, portarias, bares, etc.; Divulgação de informações nas redes sociais (Facebook), página *web* da Biblioteca, *weblist*.

Outra das estratégias importantes foi a assinatura de um protocolo com duas entidades regionais que produzem ciência, e que culminou com a criação de duas coleções no repositório para que essas entidades possam divulgar os seus trabalhos. Por um lado, pretendemos divulgar o repositório (efeito multiplicador pelos parceiros destas entidades), mas principalmente que seja um instrumento de ciência reconhecido em toda a região.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim tem.

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim. É instituída pelo Despacho

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim.

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política do Repositório – Acesso Aberto

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto? Sim.

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida?

No autodepósito através de uma justificação de *copyright* que os docentes e investigadores terão de preencher quando são depositados os seus trabalhos

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? Não.

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

As inúmeras plataformas onde os docentes e investigadores deverão divulgar os seus trabalhos. Por vezes esta extrema burocracia dificulta a adesão ao repositório. Por outro lado, os fatores de impacto que estão subjacentes em algumas plataformas parecem descredibilizar os repositórios institucionais.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

O cumprimento do DESPACHO, nomeadamente no ponto onde é referido que, para efeitos de contemplação na avaliação de desempenho, deverão apresentar obrigatoriamente a hiperligação para a versão da publicação depositada no repositório.

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Facilidades de preenchimento dos campos dos metadados (e automatismo do mesmo);

Amplificação das métricas;

Maior projeção do investigador e das investigações;

Facilidade de futuros financiamentos após depósitos;

Maior interoperabilidade entre sistemas e plataformas curriculares;

Mais incentivos na avaliação docente;

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Está projetado através do Serviço de Informática. Até ao momento não sabemos responder em que patamar está esse processo.

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim

24 - Qual o número de *downloads* e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Downloads: 1.361.524

Consultas: 396.931

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Na grande maioria, sim.

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim. Promovemos através do Facebook da Biblioteca da universidade o nosso Repositório e informação que incentive ao depósito e também à consulta.

Gu 4

(Entrevista em 19 fevereiro 2021-10h00)

1 - Idade? 57

2 - Formação académica? Mestrado

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2008

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório?

Comunidades mais subcomunidades: 82

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? Coleções: 507

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigos, *proceedings*, livros e capítulos de livros, teses de doutoramento, dissertações de mestrado, relatórios técnicos, teses de licenciatura, outros.

7 - Número de utilizadores registados no Repositório?

Cerca de 7000 utilizadores com email associado

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo?

Cerca de 7000 utilizadores com email associado

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório?

42.724 (provisórios – base de dados)

9.1 - Especificamente:

Com peer review	Sem peer review	Preprint	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
-	-	-	13.314 (31,62%)	34.808	-	5.465	2.454	-

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Mais 2.953

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos).

Não

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Autoarquivo; arquivo feito pelas bibliotecas e pelos Serviços Académicos, via API (dissertações)

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 4 pessoas

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus outputs científicos?

Existe a política de Acesso Aberto da universidade.

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Notícias, divulgação na página Web da universidade, na página das Bibliotecas da universidade, formação promovida e realizada pela Biblioteca Geral em articulação com o Instituto de Investigação Interdisciplinar da universidade.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim.

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Não.

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim.

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política de Acesso Livre da Universidade

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Não.

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ---

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? ---

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Falta de conhecimento; receio de plágio, questões relacionadas com Direitos de Autor e falta de tempo para mais uma tarefa.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Não é Mandatória.

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Recompensa: valorização na avaliação do desempenho docente

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente? Ainda não.

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Não. Apenas tem o total acumulado de downloads, consultas e itens depositados. Pois é um repositório com gestão local. Por tal diferente do geral dos RI que estão alojados no SARI (RCAAP).

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim.

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Downloads: 4.698.333 Consultas: 2.460.794

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Sim.

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim.

Gu 5

(Entrevista em 24 fevereiro 2021-10h00)

1 - Idade? 55

2 - Formação académica? Mestrado

3 - Categoria profissional? Dirigente Intermédio 1º Grau

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2008

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 76 só comunidades

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 552

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos? 16 tipologias diferentes

Article, pedagogicalPublication, masterThesis, conferenceObject, bookPart, book, doctoralThesis, lecture, review, report, workingPaper, bachelorThesis, reprint, internalReport, other, dataset

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 7.503

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? NA (não se aplica)

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 8 906

9.1 - Especificamente:

Com peer review	Sem peer review	Preprint	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
NA	NA	8	5.331	7.604	1.187	115	0	!?

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Mais 145

10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos). Não

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Autodepósito e Depósito mediado das teses e dissertações

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 2 (duas)

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus outputs científicos?

Política Institucional de Acesso Aberto

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Formação e Comunicação. Está disponível no portal da universidade. Nos serviços de documentação

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto? Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política Institucional de Acesso Aberto

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Sim

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida?

Ligação com o sistema de Avaliação Docente. São os autores de evidenciar indicando o *handle*.

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? Sim

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Vontade

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Comunicação e divulgação interna nas sessões de formação

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Ligação com o sistema de Avaliação Docente

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Sim

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads). Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Consultas: 1.844.842

Downloads: 4.932.679

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Sim

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Não

27 - Pretende deixar algum comentário ou fazer alguma pergunta?

Votos de sucesso!

Gu 6

(Entrevista em 19 fevereiro 2021-11h30)

1 - Idade? 64

2 - Formação académica? Pós-graduação

3 - Categoria profissional? Coordenador de área da Biblioteca, Arquivo e Museu da

universidade

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2008

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 46 (inclui sub comunidades)

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 326

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigo; Teses Mestrado; Conferências; Periódicos; Capítulo Livro; Relatório; *Working Paper*; Teses Doutoramento; Livro; Palestra; Outro; Teses de Bacharelato; *Review*; *Patentes*; *Dataset*

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 962

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 78

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório?
5 709

9.1 - Especificamente:

Com peer review	Sem peer review	Preprint	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
				4524	533	25	72	0

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

100 depósitos

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, *downloads* e depósitos).

Mais consultas

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Autoarquivo. Seguido de validação por gestor.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 1 pessoa

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Não existe política definida; a seu tempo foram efetuadas sessões presenciais com a maioria da comunidade de professores e investigadores em que se explanou a origem do conceito Acesso Aberto e da importância de divulgar a ciência produzida à comunidade de interesse no Repositório Institucional.

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Quando solicitadas orientações para o uso do Repositório estas são dadas presencialmente, por telefone ou por email; o gabinete responsável pelas formações convida a biblioteca para sessões de formação, assim como a biblioteca oferece sessões de formação quer por pedido de docentes, quer por pedido de estudantes. Pelo menos uma vez ano.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Não

15.1- Se sim, é uma Política Mandatória? ---

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório? ---

16.1 - Qual a denominação adotada? ---

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto? ---

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ---

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? ---

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Não estar definida Política de Acesso Aberto e Mandatória, processo que está a decorrer prevendo-se a sua implementação para breve.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo? ---

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Não sei que lhe dizer. Deviam ser sistemáticos. O Departamento devia ter uma equipa de apoio. A partir do momento em que a Política que está para aprovação na Reitoria estiver aprovada poderemos ver as coisas nesses termos, para já não.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Não.

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim (Comentários)

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Downloads 272.087 | Consultas 99.491

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Alguns professores/investigadores reconhecem relevância do repositório institucional

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização? Não

27 - Pretende deixar algum comentário ou fazer alguma pergunta?

A política de Acesso Aberto encontra-se na Reitoria para aprovação e implementação.

Gu 7

(Entrevista em 23 fevereiro 2021-10h00)

1 - Idade? 35

2 - Formação académica? Licenciatura

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2011

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 49

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 328

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigo | *article*; Livro | *book*; Parte ou capítulo de livro | *bookPart*; Documento de Conferência | *conferenceObject*; Texto de Periódico | *contributionToPeriodical*; Tese de Doutoramento | *doctoralThesis*; Dissertação de Mestrado | *masterThesis*; Outro | *other*; Patente | *patent*; Preprint | *preprint*; Relatório | *report*; Recensão | *review*; Working Paper | *workingPaper*

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 7 879

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 3 086

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório?

29 051 registos

9.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
11 182	269	17	12034 (valor aproximado)	20524	6957	1570	N/A	Sem dados

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Aumento de 567 depósitos.

10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, *downloads* e depósitos).

Relativamente ao número de consultas e *downloads*, não temos dados.

Quanto ao número de depósitos, houve um aumento em relação aos anos anteriores, mas não muito significativo. Não temos dados que permitam relacionar o aumento do número de depósitos com o confinamento.

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

À exceção das tipologias de documento Dissertação de mestrado e Tese de doutoramento, em que o depósito é realizado pela equipa da Biblioteca, o depósito de publicações no Repositório funciona em regime de autoarquivo.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 10 pessoas

Nota: Nenhuma das pessoas referidas trabalha a tempo inteiro no Repositório.

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Não existe uma política institucional neste âmbito.

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Promoção de *workshops*/webinars. Divulgação do repositório, das políticas dos financiadores de ciência e das práticas de Ciência Aberta nos canais institucionais (Jornal Online, e-mail, redes sociais, website institucional). Mais pontual. Parcerias com o Gabinete de Apoio à Investigação.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Não.

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória? ---

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório? ---

16.1 - Qual a denominação adotada?

N/A.

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto? --

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ---

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos?

N/A.

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Falta de tempo/disponibilidade por parte dos docentes e investigadores.

Desconhecimento do papel do repositório, nomeadamente no cumprimento das políticas dos financiadores de ciência.

Cansaço relativamente à introdução de registos em plataformas de monitorização da produção científica. Repetição de depósito em diversas plataformas.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

N/A.

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

As exigências das políticas dos financiadores de ciência, a boa avaliação dos projetos e Unidades de Investigação quando o cumprimento se verifica ou as eventuais penalizações quando há incumprimento. O aumento da visibilidade e disseminação da produção científica.

A existência de uma política institucional de Acesso Aberto.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente? Sim.

22 - O Repositório tem disponível na sua página *web* as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e *downloads*). Não

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página *web*? Sim.

24 - Qual o número de *downloads* e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Não temos estes dados.

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

De uma maneira geral, sim.

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim. Nas redes sociais da biblioteca.

Gu 8

(Entrevista em 4 março 2021-16h45)

1 - Idade? 50

2 - Formação académica? Licenciatura

3 - Categoria profissional? Especialista de Informática

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2007

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 19 comunidades

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 503 coleções

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigo; Capítulo ou Parte de Catálogo; Capítulo ou Parte de Livro; Capítulo ou Parte de Relatório; Catálogo; Dissertação; Dissertação Inaugural; Livro; Livro de Atas de Conferência; Outras Publicações; Patente; Poster em Conferência; Publicação Didática; Relatório de Estágio; Relatório de Projeto; Relatório Técnico; Resumo de Comunicação em Conferência; Tese; Tese de Licenciatura; Trabalho Académico

7 - Número de utilizadores registados no Repositório?

Não aplicável.

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo?

Não existe autodepósito no Repositório Aberto da universidade. Os autores inserem as suas publicações no módulo de publicações do sistema de informação da universidade.

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório?

9.1 - Especificamente:

Com peer review	Sem peer review	Preprint	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos).

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

As publicações que se encontram no Repositório têm origem no sistema de informação da Universidade

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 4 pessoas

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus outputs científicos?

Não há

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Não há necessidade porque utilizam o sistema de informação da universidade

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim.

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Não é uma política Mandatória.

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Não.

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política de Acesso Livre (*Open Access*) da Universidade

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Não aplicável.

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida?

Não aplicável.

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos?

Não aplicável.

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Não aplicável.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Não aplicável.

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Não aplicável.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Sim, pelo sistema de informação

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

O Repositório Aberto da universidade disponibiliza informação de estatísticas para cada uma das suas publicações através do módulo de estatísticas do *DSPACE*.

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web? Sim.

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Nº de downloads: 23 201 400

Nº de consultas: 16 465 865

Estes números foram retirados do módulo de estatísticas do *DSPACE*.

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Sim

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Também.

Gu 9

(Entrevista em 10 março 2021-9h30)

1 - Idade? 53 anos

2 - Formação académica? Mestrado

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2008

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 17 comunidades;

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 68 coleções;

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigos; Dissertações de Mestrado; Comunicações em conferência; Teses de doutoramento; Capítulos de livros; Livros; Outros; Recensões; Relatório; Artigos em jornal; Lições; Documentos de trabalho; Teses de licenciatura; Preprint; Publicações pedagógicas; Patentes; Conjunto de dados

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 2.464

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo?

Cerca de 718, com licença direta no repositório, mas com o CIÊNCIAVITAE isso é irrelevante porque muitos autores depositam diretamente do CV sem nunca se terem registado no RI. Há exportação direta de o Ciência Vitae para o repositório

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 14 107

9.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
c. 6800	c.7307		c.2250	9.609	4.009	240	236	11857.

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Mais 398

2019 - 1.082

2020 - 1.480

10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, *downloads* e depósitos).

Não.

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Sobretudo pela Biblioteca através de diversas modalidades. Inicialmente, por importação em lote de documentos descritos noutras bases de dados da Biblioteca: teses e dissertações e publicações de membro afiliados. Depois ao longo dos anos, através de importações do *Authenticus*, da *Web of Science* e pelo depósito mediado pela biblioteca, apoiando os centros de investigação. Uma pequena percentagem, através do autoarquivo.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório?

Em permanência, embora não a tempo integral, 4 pessoas. Para as tarefas pontuais de adição/alteração de dados (associação de ORCIDs, de códigos de projetos, adição de emails resultante da criação de novos campos pelo RCAAP, etc.) e de obtenção de autorizações para o

depósito retroativo das teses e dissertações, por exemplo, praticamente toda a equipa da biblioteca tem partilhado tarefas que se refletem nos objetivos bianuais de avaliação SIADAP.

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Despacho de Depósito de Documentos

Despacho de Avaliação do Pessoal Docente

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Mensagens e *reports* periódicos para dar conhecimento das publicações depositadas. Contactos com os autores para solicitar as suas versões dos artigos. Formação mensal em cada UO e formação solicitada.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Não.

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

No momento não, por atualização do site do repositório

16.1 - Qual a denominação adotada?

Depósito de documentos no repositório

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Não.

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ----

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? -----

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

O cumprimento das políticas tem de ser defendido pela administração da instituição, tem de haver sinais claros de que a instituição, com incentivos ou penalizações (só contabilizar na avaliação aquilo que está depositado no Repositório, por exemplo) valoriza o Repositório Institucional.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Convencer os Gestores da Instituição da mais-valia do repositório. E instituírem prémios de reconhecimento ou penalizações

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Só contabilizar na avaliação dos docentes/investigadores as publicações depositadas no Repositório, por exemplo.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Em teoria sim, por causa do despacho, na prática, não, não há sanções para o incumprimento.

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim.

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim.

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Consultas 292.800

Downloads 551.275

26 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Não.

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Não.

Gu 10

(Entrevista em 31 março 2021-15h00)

1 - Idade? 40

2 - Formação académica? Licenciatura

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2009

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 9 Comunidades

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 1 345 coleções

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigo; Livro; Parte ou capítulo de livro; Documento de Conferência; Texto de Periódico; Dataset; Tese de Doutoramento; Dissertação de Mestrado; Outro; Preprint; Relatório; Recensão e *Working Paper*

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 0

Neste momento o ponto de entrada de dados é o sistema próprio da universidade e não o repositório, pelo que apenas os administradores locais acedem ao sistema.

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? Não há autoarquivo.

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório?

35 395 documentos

9.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
-	-	-	-	32265	271	2648	68	-

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos? 37

Verificaram-se 5413 depósitos em 2020, mais 37 do que em 2019 (5376).

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, *downloads* e depósitos).

Não foi sentido qualquer efeito.

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Automaticamente via um conector que liga o sistema de informação da Instituição (não foi especificado o nome, emitido na resposta, deste sistema por motivos de anonimato) ao repositório.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? Cerca de 15.

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Para as teses e dissertações existe uma política de depósito desde 2009. Para os artigos científicos existe um documento de Política de Gestão de Informação Científica que torna obrigatório o depósito de metadados de publicações científicas no sistema interno da IES e seguimos os mandatos de acesso aberto das agências de financiamento.

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Documentos de política internos e um fluxo de informação aprovado, que facilita o cumprimento dos mandatos de acesso aberto através da integração de sistemas. Ponto único de entrada de dados no sistema de informação da nossa Instituição.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Seguimos a política das agências de financiamento.

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Não. Só em relação às Teses e Dissertações

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política de Arquivo do Repositório

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Sim

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida?

Através do sistema de informação da universidade e do portal *OpenAIRE*

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos?

Sim

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Receios em relação à infração do *copyright* e não saber qual a versão aceite pelas editoras para autoarquivo.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Não existe autoarquivo, nem política Mandatória

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Inclusão do *Open Access* no regulamento de avaliação de desempenho dos investigadores.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao Sistema de Avaliação Docente?

Não

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Downloads: 2.127.937 / Consultas: 723.993

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Sim

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim

Gu 11

(Entrevista em 10 maio 2021-10h15)

1 - Idade? 38

2- Formação académica? Licenciatura

3- Categoria profissional? Técnico Superior

4- Data de entrada em produção do Repositório? 2008

5- Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 67

6- Número de coleções associadas ao Repositório? 1347

6.1- Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Aplicações Computacionais; Artigos em Livros de Atas/*Proceedings*; Comunicações - Em Congressos Científicos Internacionais; Comunicações - Em Congressos Científicos Nacionais; Formação Avançada - Trabalhos de Fim de Curso e Outras; Formação Avançada - Teses de Doutoramento; Formação Avançada - Teses de Mestrado; Instalações Piloto; Modelos; Organização de Seminários e Conferências; Patentes; Protótipos Laboratoriais; Artigos em Revistas Internacionais Com Arbitragem Científica; Artigos em Revistas Internacionais Sem Arbitragem Científica; Artigos em Revistas Nacionais Com Arbitragem Científica; Artigos em Revistas Nacionais Sem Arbitragem Científica; Capítulos de Livros; Publicações de Carácter Pedagógico; Livros; Relatórios

7- Número de utilizadores registados no Repositório? 4936

8- Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 1344

9- No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 26 373

9.1.- Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
7091 *	617 *	**	26373	21936	4220	217	0	0

* contabilização apenas de artigos em revistas, não inclui artigos em livros de atas/*proceedings*

** não temos coleção com tipo *preprint* e não temos forma de saber que ficheiros depositados são *preprints* ou versões finais.

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Foi semelhante, 2345 em 2019, 2340 em 2020.

10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos).

Depósitos não. Relativamente aos acessos, 731 mil em 2020 (+14% que em 2019),

pode-se concluir que houve um aumento muito significativo de acesso em 2020.

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Existem duas formas: autoarquivo, de publicações de docentes e investigadores e arquivo de teses de alunos pela Biblioteca Geral da Universidade.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 4 pessoas

Existem depois os interlocutores das comunidades, que realizam o primeiro passo da validação de publicações.

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Para além do aconselhamento e incentivo ao depósito, não só (1) pela maior divulgação da produção científica mas também (2) pela agregação com o RCAAP, a Universidade tem um

Sistema de Avaliação de Docentes e investigadores onde estes podem indicar as suas publicações e onde só são admitidas publicações depositadas no Repositório Científico da Universidade.

14- Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Já fizemos divulgações, através de palestras e seminários junto das comunidades. Atualmente fazemos divulgações online e o Repositório passou a ser um instrumento de contabilização para a avaliação o que acabou também por ajudar a divulgar internamente

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Não tem um Mandato de Acesso Aberto, mas desde o início tem uma política de recomendação e promoção do depósito em Acesso Aberto, que ao longo dos anos de funcionamento tem dado frutos já que a percentagem de registos em acesso aberto é cada vez maior e na ordem dos 83% nos últimos 4 anos. Então tem.

15.1 – Se sim, é uma Política Mandatória?

Não é Mandatória.

16 – A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim.

16.1 – Qual a denominação adotada?

Política de Depósito de Documentos

17 – Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Não. Não havendo uma Política Mandatória, a implementação do processo de depósito e validação de publicações autorregula este cumprimento. Está sempre na escolha do autor a tipologia de acesso que dá ao conteúdo, contudo sempre que existe conhecimento da possibilidade desse conteúdo poder estar livre é dada essa informação ao autor

17.1 – Se existe monitorização, como é desenvolvida? Não se aplica.

17.2 – A monitorização suscita o aumento de depósitos? Não se aplica.

18 – Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Do feedback recebido pelos docentes e investigadores, o fator que mais dificulta é a necessidade de preencher vários campos de metadados manualmente. Processo burocrático.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

A nossa universidade tem vindo sempre a seguir todas as diretrizes de promoção e divulgação de conteúdos científicos bem como a legislação de obrigatoriedade de resultados científicos de projetos em open access.

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo

no Repositório?

A divulgação da produção científica dos investigadores e das Unidades de Investigação mas principalmente o facto de a avaliação de docentes/investigadores só permitir publicações depositadas no Repositório.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Sim.

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Ainda não, estamos em processo de atualização da plataforma e futuramente será um dos aspetos que ficarão disponíveis.

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web? Sim.

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Em 2020, 731 mil acessos e cerca de 6 mil downloads.

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório? Sim.

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim, não só nas redes, mas também a informação disponibilizada no portal da universidade.

Gu 12

(Entrevista em 11 maio 2021-11h00)

1 - Idade? 49

2 - Formação académica? Pós-graduação

3 - Categoria profissional? Técnica Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2010

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 87

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 510

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

tese de mestrado; artigo; parte do livro; tese de doutoramento; documento de conferência; livro; relatório; recurso educacional; outro; texto de Periódico; preprint; documento de trabalho; palestra; tese de bacharelato; capítulo de livro; publicação pedagógica; dataset

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 15 297

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? N.d.

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 62 215

9.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	47.276	10.381	1.853	1.138	n.d.

n.d.não disponível

 9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Aumento de 15%

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, *downloads* e depósitos).

Não

 11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Há autoarquivo e arquivo.

 12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório?

Não tenho esses dados

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Não existem, por neste momento o repositório estar a sofrer um processo de reestruturação

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Há um *workflow* grande entre os serviços e a comunidade. Passa desde o Gabinete de Comunicação (Reitoria), passa pela página da universidade, pela parte cultural e pelas bibliotecas de cada escola. Não tenho mais resposta para lhe facultar, porque estamos ainda em reestruturação do RI.

 15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

 15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Não

 16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim

 16.1 - Qual a denominação adotada?

Política de Depósito de Publicações da Universidade

 17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Não

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ----

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? ----

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Deve haver mais comunicação, mostrando a relevância da ferramenta do RI.
Falta de interoperabilidade

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Questão cultural

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Perceber a importância da disponibilização dos conteúdos. Uma questão cultural. A importância da comunicação. Existir uma comunicação mais direta. A importância da transversalidade entre as diversas plataformas existentes, para facilitar.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente? Não

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020? Downloads 1.666.952 e consultas 659.809

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Não.

26 - As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim

Gu 13

(Entrevista em 9 maio 2021-15h30)

1 - Idade? 51

2 - Formação académica? Mestrado

3 - Categoria profissional? Especialista de Informática

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2011

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 19

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 1221

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigo; Dissertação de Licenciatura; Livro; Parte de Livro; Objeto de Conferência; Texto de Periódico; Tese de Doutoramento; Palestra; Dissertação de Mestrado; Outro; Patente; Preprint; Relatório e Revisão.

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 7 455

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 455

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 9 028

9.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
1240	7788	-	3225	6333	561	133	1775	0

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Foram depositados mais 773 documentos

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, *downloads* e depósitos).

Diminuiu o nº de consultas e de *downloads*

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Autodepósito e depósito

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 1 pessoa

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Existe um regulamento para o depósito, e a avaliação docente obriga a colocar os trabalhos científicos no repositório

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Divulgação na página dos Serviços de Documentação e Bibliotecas da universidade

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Não

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política de Acesso Aberto da Universidade

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Não

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ---

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? ---

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

O motivo reportado pelos docentes é a falta de tempo

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Sensibilização junto dos investigadores, e avaliação de desempenho docente

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

A avaliação dos docentes deve considerar os trabalhos científicos depositados somente no repositório.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Sim

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads)

Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Não

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Download: 114 719

Consultas: 567 569

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Não temos essa perceção. O número de autodepósito aumenta durante o processo de avaliação de desempenho dos docentes, os quais devem colocar os seus trabalhos científicos no repositório da Instituição para que sejam reconhecidos pelo processo de avaliação.

26 - As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim, as publicações podem ser igualmente referenciadas nas RS.

Gp1

(Entrevista em 9 março 2021-10h30)

1 - Idade? 42

2 - Formação académica? Pós-graduação

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2013

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 40

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 128

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigos científicos, livros, capítulos de livro, comunicações, relatórios técnicos, dissertações de mestrado, relatórios de estágio, provas de título de especialista

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 5 utilizadores

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 0

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 3453

9.1 - Especificamente:

Com peer review	Sem peer review	Preprint	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
			0	3312	16	15	110	

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Sem essa informação

10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos).

Não

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Pelos técnicos das Bibliotecas Não há autoarquivo.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 3

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus outputs científicos?

Ligação ao RAD. (Sistema de Avaliação Docente)

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Divulgação no Portal das Bibliotecas, ações de formação e sensibilização todos os anos ... a comunidade está muito sensibilizada para a utilização do RI.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Não. Mas é do conhecimento dos professores e investigadores

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política de Acesso Aberto

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Sim

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida?

Através do RAD (Avaliação de Desempenho do Corpo Docente)

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos?

Sim

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

No nosso caso, ainda não se encontra instituído o autoarquivo.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Ligação ao RAD.

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

A sensibilização da comunidade para a importância do acesso aberto, não só individual, mas para a promoção da instituição e do próprio investigador.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Sim

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Não

24 - Qual o número de *downloads* e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Downloads: 161.044,2 Consultas: 47.820

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Sim

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim

Gp2

(Entrevista em 18 fevereiro 2021-14h30)

1 - Idade? 44

2 - Formação académica? Mestrado

3 - Categoria profissional? Técnica Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2009

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 23

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 143

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigos, comunicações, dissertações de mestrado, livros, capítulos de livros, relatórios, publicações pedagógicas, teses de doutoramento, entre outras.

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 1 147

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? Sem dados

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 4 819

9.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
				4199	363	12	308	

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

629 depósitos 2020, menos 118 que em 2019

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos).

Não.

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Autoarquivo e arquivo, mediado por bibliotecários.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 8

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus outputs científicos?

Existe uma Política Institucional de Acesso Aberto do Politécnico

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Newsletter, comunicação via e-mail, sessões de divulgação e formação sobre o Repositório e o *Open Access*, organização de eventos relacionados com o *Open Access*, celebração anual da *Open Access Week* com diversas iniciativas. Nos primeiros anos mais iniciativas. Não há muito apoio da Presidência.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim.

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Não. Está disponível no site do Politécnico.

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política Institucional de Acesso Aberto do Politécnico

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Não

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? -----

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? ----

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Pouco tempo disponível por parte dos docentes e investigadores, desconhecimento do movimento do *Open Access* por parte de alguns e resistência ao conceito de *Open Access* por parte de outros.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Neste momento, consideramos que o caminho é a obrigatoriedade do autoarquivo e uma articulação direta com as coordenações das unidades de investigação.

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

As entidades financiadoras comecem a verificar o cumprimento do que está definido nas suas políticas de *Open Access*.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Não.

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Não.

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

481.647 downloads. E consultas são 135 879.

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Muitos ainda não reconhecem a sua importância, focando-se mais em bases de dados como a *Scopus* ou *Web of Science*.

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

O Repositório e a promoção do *Open Access/Open Science* é feito através das redes sociais dos Serviços de Documentação.

Gp3

(Entrevista em 17 fevereiro 2021-14h30)

1 - Idade? 47 anos

2 - Formação académica? Mestrado

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2010

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório?

39 comunidades, com as subcomunidades incluídas

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 681 coleções

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigo; Dissertação de Licenciatura, Livro, parte ou cap. Livro; Doc. de conferência; Texto de periódico; Tese Doutoramento; Palestra; Dissertação de Mestrado; outro; Preprint; Relatório; Recensão e Working paper

7 - Número de utilizadores registados no Repositório?

Os utilizadores registados são 1.202

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo?

Todos os utilizadores do repositório fazem autoarquivo, não existe outra forma de depositar, à exceção das dissertações que são os gestores das comunidades que fazem o arquivo das mesmas.

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório?

5 052 registos acumulados.

9.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
4942	110	6	2797	3792	558	372	408	759

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Aumentou 1 depósito: 2019-389 | 2020-390

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, *downloads* e depósitos).

Aumentou o número de downloads em cerca de 30.000 diminui em consultas 12.000 e depósitos aumentou 1.

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Em autoarquivo, exceto as Dissertações que são efetuadas pelos gestores das comunidades

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? São 6

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

O repositório assumiu em 2019 uma nova política de acesso aberto mais condizente com as políticas da FCT, estabelecendo uma comunicação entre repositório e plataforma de avaliação dos docentes.

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Formação, sensibilização individualizada a nível do docente e também ao nível de escolas departamentos. Anualmente ao 2º ciclo.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política de Acesso Aberto do Instituto Politécnico

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Não

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ---

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? ---

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Falta de organização individual

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Estabelecer a ligação entre o repositório e plataforma de avaliação dos docentes

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Estabelecer uma ligação mais forte entre os depósitos e as plataformas de avaliação dos docentes e comunidades

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Sim.

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim. É realizado um relatório anual e enviado às Presidências das escolas para conhecimento

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Não.

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Downloads 296.574 e consultas 149.946

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

50% reconhece

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Não.

Gp4

(Entrevista em 17 março 2021-10h00)

1 - Idade? 58

2 - Formação académica? Pós-graduação

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2006

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 10

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 74

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos? Artigos em revistas, artigos em conferências, capítulos de livros, livros, pósteres, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, relatórios, resumos, *working papers*,

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 3 403

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 450

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 20 525

9.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
20 400	125	X	20 219	19 148	1 681	24	0	306

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos? 2 704

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, *downloads* e depósitos).

Sim, estava a decorrer o processo de avaliação e sempre neste período o depósito aumenta.

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Por autoarquivo e depósito em Lote

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 4

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Política de Acesso Aberto às Publicações Científicas do Instituto Politécnico e Regulamento do Sistema de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente do Instituto Politécnico

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Inicialmente e aquando da instalação do repositório fizeram-se muitas formações, seminários com convidados a falarem do acesso aberto e dos repositórios. Atualmente não é necessário porque está consolidado. Os próprios docentes divulgam e sugerem aos novos colegas o registo no repositório.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política de Acesso Aberto às Publicações Científicas do Instituto Politécnico.

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Sim

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida?

A monitorização faz-se apenas às publicações existentes na *Web of Science* e na *Scopus*.

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos?

Não

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Nenhum, porque os investigadores veem o repositório como integrador da produção científica.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

No nosso caso é a Avaliação Docente

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Nenhum, deve ser uma prática Mandatória, porque os investigadores estão a trabalhar para a instituição, gastam dinheiro público e, portanto, é uma obrigação partilhar.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Sim

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim

24 - Qual o número de *downloads* e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

974.297 downloads e 387.438 consultas

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Sim

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim, talvez.

Gp5

(Entrevista em 3 março 2021-16h00)

1 - Idade? 62

2 - Formação académica? Mestre

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2012

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 16

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 11

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigos em revistas científicas; artigos em revistas técnicas e profissionais; capítulos de livros; comunicações em atas de conferências internacionais; comunicações em atas de conferências nacionais; dissertações de mestrado; livros; material pedagógico; outros; relatórios técnicos/científicos e teses de doutoramento

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 462

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 462

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 221

9.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
			78	872		20	838	143

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos? 0 (zero)

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, *downloads* e depósitos). sim

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Docentes/Investigadores (autoarquivo); administrativos das escolas depositam as teses de mestrado

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 1

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Atribuição de um prémio. Um dos requisitos é o depósito dos documentos no repositório institucional

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Divulgação online, direcionada à comunidade e formação a utilizadores.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política de Depósito Documental

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Sim

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida?

Apenas para as Teses de Mestrado, através do RENATES

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos?

Sim

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Pré-disposição, digitalização dos documentos mais antigos e tempo

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Incentivos

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Avaliação do docente; reconhecimento científico/profissional e progressão na carreira

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Desconheço

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Não

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Downloads 275.767 e 291,273 consultas

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Sim

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim

27 - Pretende deixar algum comentário ou fazer alguma pergunta?

No meu entender, deveria ser criada uma Política Comum a todas as IES para o autoarquivo dos documentos institucionais e gestão dos repositórios.

Gp6

(Entrevista em 5 março 2021-11h30)

1 - Idade? 42 anos

2 - Formação académica? Licenciatura

3 - Categoria profissional? Especialista de Informática

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2014

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório?

8 comunidades.

6 - Número de coleções associadas ao Repositório?

31 coleções.

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Trabalhos de projeto; Relatórios de estágio; Projetos de investigação; Dissertações de Mestrado; Artigos Científicos

7 - Número de utilizadores registados no Repositório?

Como utilizamos o repositório comum não conseguimos aferir quantos utilizadores estão registados

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo?

Todos os utilizadores, podem fazer o autoarquivo que são posteriormente autorizados pelo serviço de biblioteca/arquivo de cada unidade orgânica.

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório?

Até ao final de 2020 foram registados 2 604 documentos.

9.1 - Especificamente:

Com peer review	Sem peer review	Preprint	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
				2602	5	11	0	0

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Em 2020 tivemos um decréscimo de depósitos. Em relação a 2019 foram registados menos 271 depósitos.

10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos).

Em 2020 tivemos menos downloads que 2019, mas tivemos mais consultas.

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

O depósito é feito pelas colaboradoras dos serviços de biblioteca/arquivo de cada uma das unidades orgânicas, ou através de autoarquivo.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 6

Seis pessoas. Uma em cada unidade orgânica de ensino.

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus outputs científicos?

Na nossa instituição há políticas descentralizadas, pelo que não existe uma política comum.

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

O repositório é promovido através dos serviços de biblioteca junto da comunidade de cada Unidade Orgânica de Ensino.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Não. Apenas para o depósito de dissertações/trabalhos de projeto /estágio.

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória? ----

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório? ---

16.1 - Qual a denominação adotada? ----

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Não.

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida?

Não existe

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos?

Não existe

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Falta de procedimentos internos e definição de uma política de autoarquivo por parte dos docentes.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo? ---

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Se no sistema de avaliação dos docentes forem consideradas apenas as publicações depositadas no repositório.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Não.

Apenas uma Unidade Orgânica de Ensino considera os depósitos no repositório para o seu sistema de avaliação docente.

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim.

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim.

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Em 2020, tivemos 157.338,6 downloads e 39.856 consultas.

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

A maioria dos professores/investigadores não reconhecem a relevância do repositório. Mas no âmbito do sistema interno da garantia da qualidade, existem planos de criar em 2021 procedimentos internos que definam as regras de depósito das publicações científicas dos professores/investigadores, assim como proceder à divulgação do repositório pela comunidade académica.

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim, tem todo o interesse.

27 - Pretende deixar algum comentário ou fazer alguma pergunta?

Não me é possível responder com mais detalhe à pergunta 9.1, uma vez que estas informações não são passíveis de retirar das estatísticas do repositório comum.

Gp7

(Entrevista em 16 março 2021-11h45)

1 - Idade? 55 anos

2 - Formação académica? Mestrado

3 - Categoria profissional? Chefe de Divisão

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2010

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 7 comunidades

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 10 coleções

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

artigos; dissertações de mestrado; documentos de conferências; parte de livros; livros; relatórios; documentos pedagógicos; outros

7 - Número de utilizadores registados no Repositório?

1067

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 1067

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório?

Total – 2 725 documentos

9.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
--	---	26	1761	2713	0	22	0	---

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

119 documentos de aumento, entre 2019 e 2020

10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, *downloads* e depósitos).

Fomentou mais consultas, pelo contexto de pandemia divulgação por parte dos docentes e da Unidade Biblioteca do Repositório como fonte de informação para acesso a documentos.

Aumento na parte de depósitos em autoarquivo, por parte do corpo docentes (questão de disponibilidade e interesse em divulgar o seu trabalho)

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Em autoarquivo, à exceção das Dissertações de Mestrado (responsabilidade da Unidade Biblioteca)

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório?

Neste momento 4 pessoas, todas com formação superior na área das Ciências Documentais.

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Prémio da Unidade de Investigação, onde é considerado, entre outros fatores, os documentos depositados nesse ano no Repositório;

Política de mérito científico.

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Interno – Formação para estudantes, em contexto de aula, sobre a utilização do repositório

Formação para professores sobre vantagens do Repositório enquanto plataforma institucional em Acesso Aberto; Interoperabilidade com outras plataformas do Ecossistema científico; Regulamento de avaliação docente; Cumprimento das políticas de Acesso Aberto ligadas à produção científica proveniente de projetos financiados com dinheiros públicos.

Externo – Promoção do Recurso nas páginas institucionais do politécnico e Redes Sociais associadas; Formação para a comunidade científica externa sobre o repositório do instituto politécnico e as suas potencialidades

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim

16.1 - Qual a denominação adotada?

Política Institucional de Acesso Aberto do Instituto Politécnico

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Não, até ao momento.

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ---

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? ---

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Cultura organizacional do corpo docente/investigador, que implica mudança de paradigma sobre a responsabilidade(s) e tarefas deste corpo.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Política parametrizada com a Avaliação docente;
Monitorização da produção científica associada aos projetos financiados;

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Incentivos institucionais como prémios, ao depósito em Autoarquivo.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Não. Está previsto no Regulamento de Avaliação Docente. No entanto como ainda não existe um sistema de avaliação automatizado, esta ligação é precária.

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Download – 236 991 e Consultas – 66 400

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Vão conhecendo, à medida que são confrontados com a questão da interoperabilidade entre plataformas de gestão de ciência e de currículo (caso do Ciência Vitae).

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim. Extremamente importante. Já acontece a sua divulgação através das redes sociais integradas no Politécnico e na respetiva Unidade Biblioteca (que gere o Repositório).

Gp8

(Entrevista em 25 março 2021-10h00)

1 - Idade? 58 anos

2 - Formação académica? Doutoramento

3 - Categoria profissional? Técnico superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2010

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 8

6 - Número de coleções associadas ao Repositório?

Possui 81 coleções.

6.1- Qual a tipologia documental dos conteúdos?

As coleções agregam tipologias de documentos, designadamente: artigos, livros e capítulos ou partes de livros, documentos de conferência (comunicações ou pósteres), dissertações de mestrado, teses de doutoramento, relatórios técnicos e dados.

7 - Número de utilizadores registados no Repositório?

1026 utilizadores.

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 2179 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 7 1259.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i> *	Sem <i>peer review</i> *	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
824	-	N/A	–	6.468	682	50	15	N/A

Nota - Em *peer review* apenas foram contabilizados os documentos que constam na coleção artigos em revistas com arbitragem científica.

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos? Menos 5

2019 – 515 e 2020 – 510

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, *downloads* e depósitos).

Não

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

O depósito é efetuado por arquivo e autoarquivo. O autoarquivo é efetuado pelos autores e o arquivo é mediado pelo pessoal das bibliotecas. Com exceção das coleções Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento cujo depósito é exclusivamente efetuado por pessoal das bibliotecas, todas as outras coleções podem receber acréscimos por autoarquivo. Há arquivo por solicitação às bibliotecas.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório?

Cerca de 15 pessoas

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Despacho de Apoio à Qualificação do Pessoal Docente. Existe o prémio do Repositório Científico atribuído ao docente que mais contribuiu para o crescimento do repositório.

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Durante algum tempo era promovido na página, até com materiais disponibilizados pelo RCAAAP. Promovíamos pequenos cursos de sensibilização para o autoarquivo, em cada escola. E houve a *newsletter* do RI. Neste momento temos alguma divulgação do repositório na *newsletter* do Politécnico. E penso que cada coordenador dos cursos possa também

exercer a divulgação do RI pelos seus estudantes.

15- O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim.

14.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim.

15 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Sim.

15.1 - Qual a denominação adotada?

Política de Depósito de Documentos no repositório.

16 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Não existe.

16.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ---

16.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? ---

17 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Desconhecimento sobre como fazer e falta de tempo dos docentes.

Facilidade de contacto com as bibliotecas para arquivo.

18 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

As políticas mandatórias são importantes pois estabelecem as linhas gerais adotadas pelas instituições/organizações no que respeita ao acesso aberto à produção científica.

No entanto, a experiência adquirida e confirmada em muitos estudos sobre a temática, revelam que, por si só, as políticas mandatórias são insuficientes e revelam-se, em muitos casos, bastante ineficazes.

Assim, considero que o estabelecimento de uma política de recompensas é sempre motivador.

Internamente no Politécnico vem acontecendo desde o ano de 2017 com os despachos de apoio à qualificação do pessoal docente, bem como com a atribuição anual do Prémio Repositório Científico do Instituto Politécnico que, em cada ano premeia o docente/investigador que mais contribui para o aumento do n.º de documentos no repositório.

No entanto, outras iniciativas poderão acompanhar esta medida, designadamente a inclusão no sistema de avaliação do desempenho dos docentes.

19 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Ligação com outras plataformas como por exemplo gestores de currículos, no caso da FCT, ligação com um sistema CRIS interno ou externo e outras plataformas que facilitem a interoperabilidade de modo a diminuir a carga de trabalho ao docente e, ao mesmo tempo

garantir a uniformidade da informação em termos de autoridade, assunto e formas de acesso.

Em concomitância promover informação e formação sobre as vantagens do autoarquivo designadamente os *timings* para disponibilização, a forma da citação, a escolha dos melhores descritores.

Eventualmente estabelecer mecanismos de recompensa para o autoarquivamento

21- O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Não.

22- O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Sim. Bastará para tanto ativar o botão Estatísticas.

23- O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim.

24- Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Em 2020 ocorreram 317.047 downloads e 122.678 consultas.

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Sim.

Penso que neste momento o repositório é reconhecido com um instrumento relevante no contexto da difusão do conhecimento científico produzido na instituição. Todavia ainda não foi atingido um patamar que permita dizer que toda a produção científica do politécnico está depositada no seu repositório científico.

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim. As redes sociais, pelas suas características, na minha opinião, podem funcionar como um mecanismo complementar de difusão, direta e imediata.

Gp9

(Entrevista em 29 março 2021-10h00)

1 - Idade? 53 anos

2 - Formação académica? Mestrado

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2011

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 5

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 5

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigos; Dissertações; Teses; Cap. livros; Relatórios e Conference Papers

7 - Número de utilizadores registados no Repositório?1848 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo?1849 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 1 7209.1 - Especificamente:

Com peer review	Sem peer review	Preprint	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
64	719	14	126	767	21	4	5	0

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos? 32%10 - 2020 foi um ano invulgar, que 'obrigou' ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos).

Claro que sim, porque foi uma base de informação recomendada pela comunidade docente do Politécnico.

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Através do Autodepósito pelos investigadores e docentes; e depósito pelos técnicos das bibliotecas no caso dos relatórios, teses e dissertações académicas.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 413 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus outputs científicos?

Existem uma Newsletter com a identificação dos autores que mais consultas e visibilidade adquirem através das pesquisas no RCAAP; existe a participação no fórum de investigação promovidos pela FCT e pela Universidade do Minho; Existe a participação anual na *Open Access Week* Portugal, com várias atividades de formação e *workshops* sobre a temática do repositório e o acesso aberto.

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Divulgação dos resultados de investigação; Nº de consultas; Agregação de uma revista do Politécnico dirigida a toda a comunidade interna e externa sobre a temática da aprendizagem.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória?

Sim

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Não, porque o repositório é comum

16.1 - Qual a denominação adotada?

Regulamento - Política de Depósito de Documentos no Repositório Científico do Politécnico

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto?

Sim

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida?

Existem Instruções de trabalho entre os Serviços Académicos e os Serviços de documentação que obrigam à conferência da documentação.

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos?

Não, porque é uma prática que está regulamentada

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

O excesso de bases na qual é necessário existir a repetição do depósito de documentos e a falta de tempo dos investigadores.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Associar a política de depósito à avaliação do desempenho da atividade docente e de investigação

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Serem consideradas para efeitos de avaliação o número de downloads efetuados por comunidades nacionais e estrangeiras incluindo a respetiva citação.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Não

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads).

Não

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Sim

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Consultas: 101.378.00 e Download: 43.457.00

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Não

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim. Muito importante

Gp10

(Entrevista em 15 março 2021-16h00)

1 - Idade? 60

2 - Formação académica? Pós-graduação

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2013

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 11

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 107

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos? Artigos Científicos, Dissertações de Mestrado, provas de título de especialista, livros e e-books, comunicações em eventos científicos.

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? 2709

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 1803

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 14 635

9.1 - Especificamente:

Com peer review	Sem peer review	Preprint	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes
-	-	4512	425					-

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Diminuiu de 2519(2019) para 1384(2020)

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos). Não

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório? Depósito efetuado pelos serviços das bibliotecas.

Não há autoarquivo.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 2 pessoas.

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus outputs científicos?

Comunicação pelo email institucional

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Fizemos algumas ações de formação, também um manual que divulgámos. Neste momento estamos com dificuldade em divulgar informação, porque ninguém lê os *emails*. Não sei qual a técnica de comunicação mais eficaz.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Não

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória? ---

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório? ---

16.1 - Qual a denominação adotada? ---

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto? ---

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ---

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? ---

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Desinteresse dos docentes e excesso de trabalho.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo?

Ser ligado ao sistema de avaliação

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório?

Existir a interoperabilidade e estar ligado à Avaliação de Docentes.

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Não

22 - O Repositório tem disponível na sua página *web* as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e *downloads*) Sim

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página *web*?

Sim

24 - Qual o número de *downloads* e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Downloads 974 939, consultas 30 600

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Muito pouco. A maior parte não reconhece.

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Neste momento não me parece importante, porque as redes sociais estão saturadas de informação.

Gp11

(Entrevista em 28 abril 2021-9h30)

1 - Idade? 45

2 - Formação académica? Mestrado

3 - Categoria profissional? Técnico Superior

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2014

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 6 comunidades

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 10 coleções

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigos; partes ou Capítulos de Livros; Documentos de Conferência; Livros; *Preprint/Postprint*; Outras publicações; Dissertações de Mestrado

7 - Número de utilizadores registados no Repositório?

Não conseguimos apurar por estarmos em fase e reestruturação.

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo?

Neste momento não existe autoarquivo, estamos numa fase de mudança de plataforma do RI.

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório? 1 289

9.1 - Especificamente:

Com peer review	Sem peer review	Preprint	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos?

Não temos esses valores, mas em teses o valor depositado baixou.

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos).

Estamos em processo de mudança e não se conseguem apurar esses valores

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Apenas arquivo de Dissertações – Os Serviços académicos enviam à biblioteca a dissertação. A biblioteca é que faz o depósito no repositório. Não há autoarquivo.

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 6

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus *outputs* científicos?

Regulamento de política aberta

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa?

Fazemos formações anualmente em contexto sala de aula.

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Não

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória? ---

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório?

Não

16.1 - Qual a denominação adotada? ---

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto? ---

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ---

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? ---

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório?

Não arquivam, ainda.

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo? ---

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório? ---

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Ainda não.

22 - O Repositório tem disponível na sua página *web* as estatísticas anuais de acessos? (*visualizações* e *downloads*).

Não

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página *web*?

Sim, pela via de comentários.

24 - Qual o número de *downloads* e de consultas do Repositório decorrentes em 2020?

Sem dados

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Sim

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim

27 - Pretende deixar algum comentário ou fazer alguma pergunta?

Apenas referenciar que estamos em processo de implementação e desenvolvimento do repositório, tentando a recuperação do ‘tempo perdido’.

Gp12

(Entrevista em 7 maio 2021-11h)

“Não estamos em condições de responder a todas as suas perguntas. Desculpe pelo facto de algumas ficarem sem resposta.”

1 - Idade? ---

2 - Formação académica? ---

3 - Categoria profissional? ---

4 - Data de entrada em produção do Repositório? 2013

5 - Número de Comunidades agregadas ao Repositório? 9

6 - Número de coleções associadas ao Repositório? 96

6.1 - Qual a tipologia documental dos conteúdos?

Artigo com peer review, artigo sem peer review, livro, parte ou capítulo do livro, documento de conferência/comunicações com *peer review*, tese de doutoramento, dissertação de mestrado, palestra, patente, poster, relatório, *working paper*

7 - Número de utilizadores registados no Repositório? - 282

8 - Número de utilizadores que podem efetuar o autoarquivo? 282

9 - No final do ano de 2020, qual o número total de documentos registados no Repositório?

9.1 - Especificamente:

Com <i>peer review</i>	Sem <i>peer review</i>	<i>Preprint</i>	Autoarquivo	Em acesso aberto	Em acesso restrito	Em acesso embargado	Em acesso fechado	Depósito por lotes

9.2 - Comparativamente ao ano anterior, qual o valor absoluto de aumento dos depósitos? ---

10 - 2020 foi um ano invulgar, que ‘obrigou’ ao confinamento. Sentiu que esse facto tenha fomentado maior interação com o Repositório? (Mais consultas, downloads e depósitos).

Sim

11 - Como é efetuado o depósito no Repositório?

Registo e criação de uma área pessoal e depois o preenchimento dos campos obrigatórios. Autoarquivo

12 - Quantas pessoas trabalham no Repositório? 3

13 - Que políticas internas existem no sentido de promover e encorajar os professores e investigadores a exercerem o depósito, no Repositório, dos seus outputs científicos? ---

14 - Que técnicas de comunicação estão instituídas para promover o uso do Repositório, numa perspetiva interna, mas também externa? ---

15 - O Repositório tem instituída uma Política de Acesso Aberto?

Sim

15.1 - Se sim, é uma Política Mandatória? ---

16 - A Política de Acesso Aberto está disponível no site do Repositório? ---

16.1 - Qual a denominação adotada? ---

17 - Existe monitorização do cumprimento da Política de Acesso Aberto? ---

17.1 - Se existe monitorização, como é desenvolvida? ---

17.2 - A monitorização suscita o aumento de depósitos? ---

18 - Em seu entender, qual ou quais são os principais motivos que dificultam ou inibem a prática do autoarquivo no Repositório? ---

19 - Qual a forma de promover o cumprimento da Política Mandatória da Instituição para a prática do autoarquivo? ---

20 - Que incentivos considera serem primordiais para suscitar a prática do autoarquivo no Repositório? ---

21 - O Repositório que gere/administra está ligado ao sistema de avaliação docente?

Sim

22 - O Repositório tem disponível na sua página web as estatísticas anuais de acessos? (visualizações e downloads)

Não

23 - O Repositório tem informação de contacto direto na página web?

Não

24 - Qual o número de downloads e de consultas do Repositório decorrentes em 2020? 189.338,536

25 - Sente que os professores/investigadores reconhecem a relevância do Repositório?

Sim

26- As redes sociais digitais têm cada vez mais utilizadores. Parece-lhe importante que o Repositório fosse referenciado neste âmbito proporcionando uma maior visibilidade e incentivo à sua utilização?

Sim

5 - Ofício Digital de Agendamento da Entrevista

Estimado Gestor/Administrador do RI,

No seguimento do contacto telefónico prévio, venho ao seu encontro a fim de lhe solicitar uma breve conversa para efetivar a entrevista. Agendaremos o melhor horário, dentro da sua disponibilidade. Para mim o período da manhã (9h00 até 11h00) é mais favorável, uma vez que de tarde estou no serviço. Mas se lhe for mais favorável de tarde, tentarei ajustar.

Deixo-lhe o acesso e quando lhe for possível, por favor, informe-me.

Entrar na reunião Zoom

<https://uso2web.zoom.us/j/3731843579?pwd=OGRuV3VBbG9rVVRsRExzUFc5OVdWQT09>

ID da reunião: 373 184 3579

Senha de acesso: 7HtG2Z

Com estima,

Cecília Ramos

Anexos

1 - Parecer da Comissão de Ética



comissaodeetica@ubi.pt
Convento de Santo António
6201-001 Covilhã | Portugal

Parecer relativo ao processo n.º CE-UBI-Pj-2021-002:ID523

Na sua reunião de 9 de fevereiro de 2021 a Comissão de Ética apreciou a documentação científica submetida referente ao pedido de parecer do projeto “**Repositórios de Universidades e Politécnicos na Produção e Comunicação de Ciência em Portugal: políticas, práticas e interatividade**” da proponente **Cecília da Conceição Reis Ramos**, que atribuiu o código n.º CE-UBI-Pj-2021-002.

Na sua análise não identificou matéria que ofenda os princípios éticos e morais sendo de parecer que o estudo em causa pode ser aprovado.

Covilhã e UBI

A Vice-Presidente da Comissão de Ética

Assinado por : **GRAÇA MARIA FERNANDES
BALTAZAR**
Num. de Identificação: B1085775436
Data: 2021.02.11 18:02:08+00'00'



(Professora Doutora Graça Maria Fernandes Baltazar)
(Professora Associada)